VOLUME **3**

A ABERTURA PARA O MUNDO
1889–1930

COORDENAÇÃO
LILIA MORITZ SCHWARCZ



FUNDACIÓN MAPFRE

CRONOLOGIA **13**

INTRODUÇÃO *Lilia Moritz Schwarcz* **19**
AS MARCAS DO PERÍODO

PARTE 1 *Lilia Moritz Schwarcz* **35**
POPULAÇÃO E SOCIEDADE

PARTE 2 *Hebe Mattos* **85**
A VIDA POLÍTICA

PARTE 3 *Francisco Doratioto* **133**
O BRASIL NO MUNDO

PARTE 4 *Gustavo H. B. Franco e Luiz Aranha Corrêa do Lago* **173**
O PROCESSO ECONÔMICO

PARTE 5 *Elias Thomé Saliba* **239**
CULTURA

CONCLUSÃO *Lilia Moritz Schwarcz* **295**
HISTÓRIA É SEMPRE RISCO

ÍNDICE ONOMÁSTICO **301**
OS AUTORES **307**
A ÉPOCA EM IMAGENS **309**

1889

O Império brasileiro participa da exposição Universal de Paris.

15 de junho

Atentado contra d. Pedro II no Rio de Janeiro.

9 de novembro

Baile da Ilha Fiscal.

15 de novembro

Proclamação da República.

17 de novembro

Banimento da família imperial.

20 de novembro

A Argentina e o Uruguai são os primeiros países a reconhecer a República brasileira.

7 de dezembro

Desembarque da família imperial em Portugal.

28 de dezembro

Morre Tereza Cristina.

1890

20 de janeiro

Concurso para o hino da República.
Tratado das missões entre Brasil e Argentina.

15 de novembro

Instalada a Constituinte.

1891

20 de janeiro

Crise no governo Deodoro. Demissão do 1º Gabinete republicano.

14 de fevereiro

Promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

25 de fevereiro

Deodoro é eleito presidente e Floriano Peixoto seu vice.

3 de novembro

Deodoro decreta o fechamento do Congresso.

5 de dezembro

Morre d. Pedro de Alcântara em Paris.

1892

O militar Cândido Rondon inicia a instalação de linhas telegráficas no interior do Brasil.

23 de agosto

Morre Deodoro da Fonseca.

8 de outubro

É inaugurado o Serviço de Bondes Elétricos, o primeiro serviço de bonde elétrico da América do Sul, na cidade do Rio de Janeiro.

1893

Início da Revolta Federalista no Rio Grande do Sul.

3 de setembro
Prudente de Morais é indicado candidato à sucessão presidencial.

6 de setembro
Revolta da Armada no Rio de Janeiro.

25 de setembro
É decretado estado de sítio em quatro estados da federação e mais o Distrito Federal.

1894

1º de março
Prudente de Morais é eleito presidente.

Setembro
É inaugurada a Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, reduto intelectual dos mais prestigiados na capital da República.

1895

Prudente de Morais indulta soldados do Exército.

29 de junho
Morre Floriano Peixoto.

1896

Primeira expedição contra o arraial de Canudos.
Paschoal Segreto e José Roberto da Cunha Sales exibem pela primeira vez no Brasil, apenas sete meses depois dos irmãos Lumière, em Paris, um filme.

1897

Segunda expedição contra Canudos.
Terceira expedição contra Canudos e destruição do arraial.
Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras.

1898

Eleição de Campos Sales.

1900

Início da Política dos Governadores.

1902

1º de março
Eleição de Rodrigues Alves.

1904

Novembro
Revolta da Vacina.

1905

15 de novembro
Afonso Pena assume a presidência da República.
É inaugurada a avenida Central, no Rio de Janeiro.

1906

Convênio de Taubaté.

1908

Morre o escritor Machado de Assis.

1909

14 de junho
Morre Afonso Pena e assume Nilo Peçanha, interinamente.

14 de julho
É inaugurado o Teatro Municipal, no Rio de Janeiro.

1910

15 de novembro
Hermes da Fonseca assume a presidência.

22 de novembro
Revolta da Chibata.

1912

Estoura a Guerra do Contestado, que só seria debelada em 1916.

1914

Hermes da Fonseca declara estado de sítio para o Rio de Janeiro.
Venceslau Brás assume a presidência.

1916

Venceslau Brás aprova proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
É gravado o primeiro samba no Brasil, *Pelo telefone*, de autoria de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga, e faz sucesso no Carnaval do ano seguinte.

1917

Brasil entra na Guerra Mundial e rompe relações com Alemanha.
Greve geral operária em São Paulo.

1918

17 de janeiro
Morte de Rodrigues Alves (eleito presidente).

25 de fevereiro
Epitácio Pessoa é empossado.

1922

Centenário da Independência.
Semana de Arte Moderna (em São Paulo).

10 de março
É eleito Arthur Bernardes.

5 de julho
Sublevação do Forte de Copacabana e da Escola Militar.

1924

Início do movimento revolucionário em São Paulo.
Início da "Coluna Prestes".
Revolta do Encouraçado em São Paulo.

1925

Confronto entre Coluna Prestes e tropas federais. Avanço da Coluna.

1926

Posse de Washington Luiz na presidência.

1927

A cidade do Rio de Janeiro ganha o seu primeiro plano de remodelação: o Plano Agache.

1930

Eleições presidenciais com a vitória de Júlio Prestes.

26 de julho
Assassinato de João Pessoa no Recife.

3 de novembro
Getúlio Vargas recebe o poder de junta governativa.

INTRODUÇÃO

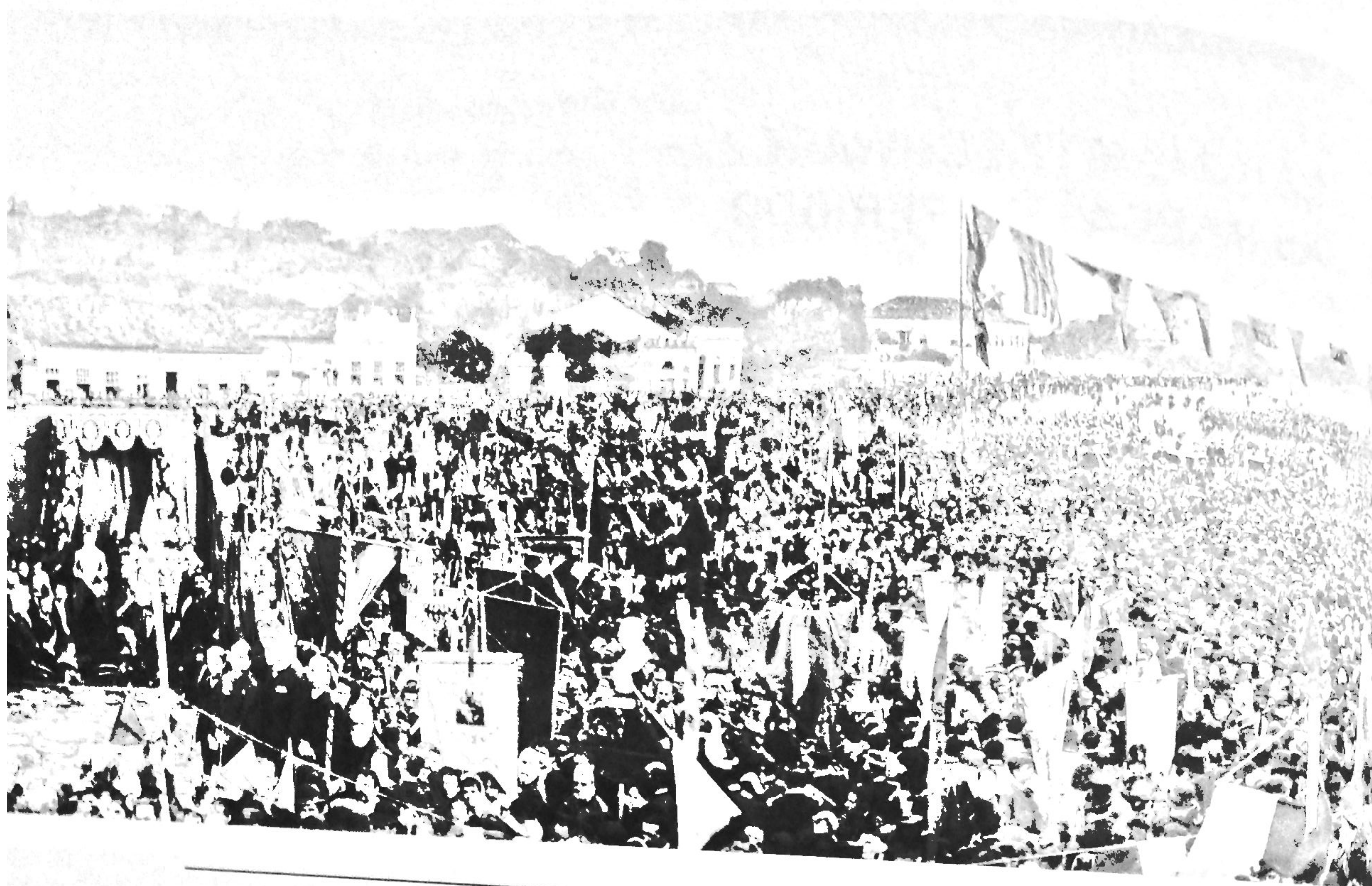
LILIA MORITZ SCHWARCZ
AS MARCAS DO PERÍODO

"SÓ UM NOME, MUITO MAIS QUE UM NOME"

A virada do século XIX para o XX apresentou, no Brasil, características tão dramáticas quanto decisivas para o destino futuro do país. Em maio de 1888, era tardiamente abolida a escravidão, uma vez que fomos a última nação do Ocidente a dar fim a esse tipo de sistema de trabalho compulsório e violento — ainda depois dos Estados Unidos (1865) e de Cuba (1886). Um ano e meio após a Abolição caía a Monarquia, por demais vinculada à escravidão e, ao final, isolada entre as demais forças políticas.

O cenário que então se abriu era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania — uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades.

Todo o panorama otimista que antecedeu à República lembra o fenômeno que Hannah Arendt chamou de "a era da assimilação", quando diferentes regiões do mundo — com a experiência moderna da emancipação e da assimilação, que teve início já no contexto da Revolução Francesa — experimentaram uma espécie de suspensão das restrições de fundo legal, moral, político e social, tradicionalmente vigentes. Tal situação levou a um sentimento bastante generalizado de que era possível "erguer-se da escravidão", "sair do gueto", liberar-se do isolamento e acreditar na promessa da inclusão e da mobilidade ascendente. Essa parecia ser uma nova era em que, findas as formas de trabalho escravo e mandatório, e abertas (por meio da educação) as possibilidades de acesso à cidadania e às novas



Antônio Luís Ferreira
Vista geral da missa campal realizada no Campo de São Cristóvão para comemorar a Abolição
A Abolição foi ao mesmo tempo o último e o mais popular dos atos da Monarquia. A medida tardou e o Império pagaria caro por isso.
ALBÚMEN, 51,5 X 28,7 CM, RIO DE JANEIRO, 17 DE MAIO DE 1888
COLEÇÃO DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA, ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

formas de inclusão, imaginou-se um novo mundo, não mais cerceado por modelos de hierarquia social estrita, ou vinculados a critérios de origem ou nascimento.

Esse cenário seria, porém, convulsionado pela entrada dos racismos e das teorias raciais de toda ordem, que impuseram novas divisões entre os grupos humanos, agora justificadas por argumentos e teorias biológicas. O resultado foi, na expressão de Leo Spitzer, em seu livro *Vidas de entremeio*, um novo "embaraço da marginalização". Em vez da trajetória assimilacionista que se apresentava como estrada de percurso longo, mas possível, houve a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação

racial — nova moeda corrente. Como mostra o antropólogo Louis Dumont, o racismo emergiu em finais do XIX, justamente num mundo em que a percepção hierárquica das classes cedeu lugar a um ideário mais igualitário. Tratou-se, pois, de uma grande reversão de expectativas, diante de um contexto que parecia até então se apresentar como um livro aberto, a oferecer uma miríade de possibilidades de inserção e identificação com uma ordem social consolidada em classes e com a crença internacional de que a cultura e a educação eram o principal veículo para a abolição das travas da escravidão e demais processos de servidão compulsória.

Indivíduos outrora excluídos, por conta da cor ou origem, passaram a ter acesso a diferentes instituições de consagração e a galgar posições elevadas na hierarquia política do Império. Tudo parecia sinalizar para uma integração sem obstáculos e barreiras intransponíveis. Contudo, tal abertura social — experimentada no Brasil no final do século XIX, mas não apenas — seria freada por novos critérios de alteridade racial, religiosa, étnica, geográfica e sexual. Marcadores sociais de diferença dos mais vigorosos, porque condicionados por realidades e hierarquias sociais, mas moldados por critérios considerados racionais e objetivos — porque biológicos —, faziam agora grande sucesso. Um novo racismo científico, que acionava uma pletora de sinais físicos para definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como estabelecer uma ligação obrigatória entre aspectos "externos" e "internos" dos homens. Narizes, bocas, orelhas, cor de pele, tatuagens, expressões faciais e uma série de "indícios" foram rapidamente transformados em "estigmas" definidores da criminalidade e da loucura. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia.

Como mostra Maria Alice Rezende de Carvalho, numa época em que as principais cidades brasileiras passavam a anunciar novos repertórios acerca da vida em sociedade, em que se convenciam acerca do imperativo do progresso e da integração do Brasil a um Ocidente, expressaram-se movimentos opostos, repletos de "deslumbramento", mas também "pavor". Deslumbramento diante das novas benesses das cidades e possibilidades de participação; pavor em face do desmoronamento da ordem reconhecida ou das novas formas de segregação. Nas novas urbes, mais do que as quimeras fáceis do progresso único e obrigatório, impunha-se agora uma acomodação incômoda entre o passado e o futuro, o novo e o velho, "o mundo do asfalto e os bolsões da miséria" (Carvalho, 1994:16–17, 27). Diferente da suposta marcha evolutiva, única e mandatória, ocorreu uma sobreposição de temporalidades e a afirmação de uma modernidade periférica. Diante de um

republicanismo radical — que se manifestou nomeadamente na primeira década do século —, de uma faxina social nas cidades e da evidência de novas formas de exclusão, eclodiram várias revoltas e manifestações de cunho popular, as quais, cada uma à sua maneira, denunciavam as falácias desse processo que prometia a "civilização fácil".

Dessa maneira, no Brasil, o conceito de modernização combinou-se com o de tradição. Se, de um lado, os engenheiros converteram-se em símbolos máximos da modernidade, de outro, práticas rituais legadas dos tempos da escravidão insistiam em dividir os mesmos espaços dessa urbanidade recém-inaugurada. Talvez por isso o movimento foi, ao mesmo tempo, de acomodação e de transformação das grandes capitais nacionais, traduzidas em cartões-postais brilhantes dessa nova era anunciada pela iluminação elétrica.

Mas havia algo de incômodo e difícil nesse novo aglomerado ético que reunia urbanidade, progresso e industrialização. Estava em curso um processo inédito, que implicava acelerada transformação do espaço urbano e sua eleição como novo lócus das representações, a despeito dessa modernização não alcançar de modo homogêneo todo o país. Ao mesmo tempo, uma série de intelectuais anotava tais mudanças com grande desconfiança e ceticismo, aliando-se aos excluídos. O dissenso estaria presente também nos jornais, na literatura, que apontavam para as novas estratificações urbanas e para a formação de grupos outrora integrados ou não evidentemente isolados: gaúchos, afro-brasileiros, sertanejos, seringueiros, indígenas da floresta. A cidade surgia assim reformada — de forma física e moral —, ao mesmo tempo que se tornava mais corriqueiro questionar a existência de uma só via que levaria à civilização. Palco do conflito, a cidade era agora personificada pelas assim chamadas "camadas perigosas", pelo movimento de reação "dos de baixo", ou ainda "pelo barulho e mobilização das multidões". Esse tipo de interpretação, como bem mostra a historiadora Angela de Castro Gomes, correspondia à visão das elites dirigentes, que percebiam tais movimentos como "hordas anárquicas" — como se não passassem de manifestações "espontâneas e violentas" —, sem notar que eram antes associações dos mais variados tipos, que agiam de maneira ordenada, a partir de abaixo-assinados, campanhas públicas e protestos organizados.

O fato é que no final do século XIX, e a partir de tantas novidades ofertadas por esse momento de mudanças velozes, reordenava-se a velha tópica do "paraíso terreal", da "terra sem males", dos "trópicos plácidos"; ideário que inundou a imaginação local e, sobretudo, dos estrangeiros durante tanto tempo. Um país de muitas raças convivendo em situação de



Augusto Malta

Avenida Central, atual Rio Branco, Rio de Janeiro

Em 1º de janeiro de 1906 foram inaugurados, de ponta a ponta da avenida Central, postes com iluminação elétrica, símbolos da modernidade e do progresso. A nova avenida, com seus prédios, lojas e população elegantes, seria um dos grandes emblemas da nova República brasileira.

FOTOGRAFIA, 1906

ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

conflito social, moral e político; uma nação dividida por tantas diferenças regionais e raciais, eis aí novas polarizações que se enraizavam no discurso local. De um lado, a cidade, definida pela indústria, pelas oportunidades de trabalho, pelo mercado, mas também por uma política de exclusão e de distanciamentos. De outro lado, os "demais Brasis", perdidos nos sertões, longínquos na realidade e na imaginação, ou nas florestas fechadas. Aí estavam "dois Brasis" que eram na verdade um só, mas a conviver de maneira ambivalente e conflituosa. Talvez por isso, o período largo desse volume tenha ficado conhecido, durante tanto tempo, como República Velha e não como República Nova, Jovem República, ou simplesmente República. E o termo "velha" carrega aqui mais adjetivações do que uma primeira leitura, mais ingênua, possa prever.

Muitas razões cercam a adoção costumeira de um nome, que não pode ser exclusivamente atribuída a um descuido ou descaso da historiografia. Para começar, não seria a primeira vez que um novo momento atribuiu a si mesmo os méritos da "novidade" e jogou para outro período a designação de velho e ultrapassado. É o caso da Revolução de 1930 e do Estado que então se montou, prontamente designado como "Novo" — Estado Novo. Segundo essa visão, caberia unicamente ao governo de Getúlio Vargas o estabelecimento de uma verdadeira *res-publica* e a introdução de uma realidade social, moral e política deveras moderna. Mas, no período que vai de 1900 a 1930, estouraram muitos conflitos e não foram poucos os movimentos autoritários que procuraram assegurar o novo regime na marra — na base de muita eugenia e estado de sítio —, e igualmente não se desconhece o processo de institucionalização jurídica, legal e estatal por que passou a Primeira República. Resta entender por que o nome "pegou".

Dizem os historiadores franceses que a pecha que recaiu sobre a Idade Média, como o tempo "das Trevas", nada tem a ver com esse momento em particular, ou seu suposto fechamento e "mau tempo" (político e social). Ao contrário, para além das cruzadas, da peste, da fome, do isolamento, e passados os primeiros momentos, o período foi de grandes e "luminosas" produções sociais, culturais e artísticas, expressas, como diria Georges Duby, nesse "tempo das catedrais". Foi a Renascença que definiu a si mesma como um novo nascimento (do nada) e condenou a Idade Média às trevas e ao escurecimento, assim como o Iluminismo, em pleno século XVIII, chamou para si as luzes e tratou de fazer pouco dos períodos que lhe antecederam. Novos momentos tendem, pois, a ver o passado a partir de lentes de curto alcance que o deformam, reduzem e selecionam, tendo um ponto de vista destacado: o seu.

Entretanto, outros motivos explicam a designação República Velha e, sobretudo, a persistência da expressão. Razões de cunho político e social existiram, e talvez seja por isso que a alcunha se enraizou. Afinal, esse foi um contexto em que as práticas coletivas de higienização e de aplicação do determinismo racial levaram a políticas de exclusivismo e de isolamento social, largamente denunciadas pelos testemunhos de época. Finda a escravidão, novas modalidades de hierarquia se estabeleceram, sendo a raça e a biologia bússolas a orientar a "nova civilização".

Além do mais, largas parcelas dessa sociedade, definitivamente mestiçada, experimentaram nesse momento um processo de queda social, uma espécie de "intimidação social", diante da realidade que se abria, pós-escravidão. Muitas famílias que há muito tinham se separado das amarras do cativeiro viram-se, por motivos econômicos, sociais e morais, presas a um processo de rebaixamento. Indivíduos que receberam educação esmerada em finais do XIX, e que se distinguiram por sua erudição e especialização, viram suas pretensões ruírem, sendo integrados a essa nova massa que agora ganhava a cidadania e a condição ampla de "libertos". Esse perigo a que se viam expostas famílias cada vez mais remediadas, de um processo de achatamento social que as convertia em classes médias destituídas e moradoras dos subúrbios das cidades, tornava-se rapidamente realidade. Muitos não toleravam ser confundidos e misturados com negros e mulatos recém-saídos da escravidão. Outros constituíram novos laços de solidariedade e se dissociaram da imagem de *libertos*, termo forte, que reacendia sempre a imagem da escravidão, a qual, pretensamente distante, insistia em se reapresentar. Na verdade, a abolição "aboliu" um complexo sistema de mecanismos sociais de distinção, próprios e necessários em uma sociedade de tipo estamental cuja diferenciação era dada pelo nascimento. Durante o Império, e pela própria natureza do regime escravocrata, previa-se a mobilidade social e, no limite, a alforria, o que significa dizer que a escravidão possibilitava, por vezes, a mobilidade individual, mas não a social, ou em maior escala. Ora, com a República e a entrada em vigor de uma ordem social em mudança, e que passou a classificar os cidadãos com base em critérios raciais, a instabilidade da posição desses grupos tornou-se evidente, e, ademais, tão ameaçadora quanto embaraçosa. Afinal, antigos privilégios e distinções mais próprios do Antigo Regime foram transformados em tábula rasa nesse mundo de cidadãos desempatados por critérios raciais.

Nesse contexto, havia também o medo da reescravização ou de novos trabalhos compulsórios. Por outro lado, a instabilidade política dos primeiros anos republicanos gerava temor e saudades da Monarquia. Não de



Vincenzo Pastore

Mulheres negras sentadas em banco de praça não identificada em São Paulo

Diferentes temporalidades conviviam nesse contexto: a rapidez da urbanização e os costumes herdados de tempos de outrora

GELATINA/PRATA, *CA.* 1910

ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

uma monarquia concreta, mas daquela que, agora, vista ao longe, lembrava segurança e calma, e era prontamente transformada em mítica. Por aí se explicam projeções que atribuíram à princesa Isabel, nominalmente, o final do regime escravocrata e o beneplácito da Abolição. Se parte da população entendeu a Abolição como um processo verdadeiramente revolucionário, que trouxe a possibilidade de desenhar um futuro mais democrático e inclusivo, por outro, ela foi percebida como "dádiva", benesse, e não como o resultado de luta e conflito. O antropólogo Marcel Mauss, em seu "Ensaio sobre o dom", mostrou que faz parte da dádiva a obrigação de devolver. Isto é, aquele que recebe um presente se sente compelido a retribuí-lo — isso quando não se estabelecem graus de gratidão e de subserviência. Ora, feita a Abolição, boa parte da população recém-liberta atribuiu à monarquia e

à princesa o mérito da "glória concedida". É nessa perspectiva que podemos entender movimentos como a Guarda Negra (grande defensora da realeza contra as manifestações republicanas), assim como as inúmeras demonstrações de simpatia e afinidade para com o regime monárquico. Na medida em que a libertação não foi assumida como ato político e devedor da própria organização do grupo, o corolário foi admitir fidelidade para aqueles considerados "os donos do ato". Criava-se assim uma monarquia sagrada, um rei e uma princesa imaginários — muito longe do sistema real —, distantes do aspecto "terreno" dos nossos primeiros representantes republicanos, destituídos de carisma ou aceitação popular.

Portanto, são ambivalentes as compreensões e recepções da República, sobretudo em seus primeiros anos. E a grita foi geral. Dizia-se que essa era a "República que não foi", temiam-se novas escravizações, assim como se lamentava que a promessa de inclusão social tivesse resultado na mais absoluta exclusão.

Mas é de bom-tom e alvitre manter distância das falas sempre assertivas das testemunhas e dos agentes de época, que em sua maior parte se limitaram a denunciar as arbitrariedades dessa nova ordem de Estado. Se tudo isso é fato, é igualmente verdade que foi com o novo regime que se forjou um processo claro de republicanização de nossos costumes e instituições. É nesse momento que os diferentes poderes tomaram forma definida, que se ensaiaram novos processos eleitorais (a despeito de serem ainda muito marcados pela fraude) e que se rascunharam os primeiros passos no sentido de se constituir uma sociedade cidadã com modelos inaugurais de participação.

O processo, como veremos, será cheio de recuos, entraves e ambiguidades. Afinal, a tradição se inscrevia em meio à modernidade e o novo se confundia com o velho. E é junto a esse caldo de paradoxos e conflitos que se movem os diferentes capítulos e autores que fazem parte desse terceiro volume da coleção História do Brasil Nação. Assim como o contexto é diverso, os vários textos, a despeito de cobrirem dimensões variadas e coincidirem em vários pontos, apresentam interpretações por vezes distintas — o que só destaca a importância da pesquisa historiográfica que se faz em diálogo. Limpamos repetições, mas não ruídos próprios à interpretação de cada autor.

No capítulo 1, por mim redigido, sobre "População e sociedade", vão se delineando essas comunidades que aos poucos ganharam uma face marcadamente urbana, com seu novo formato institucional e social. Esse é o contexto das grandes imigrações, primeiro europeias e depois asiáticas; os imigrantes chegavam ao Brasil com o sonho da pequena propriedade. Em sua maior parte, esse contingente populacional se dirigia a São Paulo,

 imantado pelas projeções de fortuna fácil, logradas nas fazendas de café: o "ouro negro" dos trópicos. O resultado era muitas vezes desastroso, já que a dívida passaria a fazer parte do cotidiano desses imigrantes que, numa primeira fase, se afundavam em meio às despesas e às dificuldades de ordem econômica, social e cultural. A imigração se estenderia também para outras regiões do país e mudaria a feição local, os dialetos, a culinária e os costumes.

Urbanidade, industrialização e imigração constituíam apenas uma das faces desse largo Brasil, igualmente condicionado por seus "sertões", pouco conhecidos. Ao lado das novas urbes, persistia uma feição isolada e esquecida do país, que desnudava o dissenso e a falta de um projeto único que combinasse modernidade e progresso. Aí estava uma "moderna periferia da periferia" que, de alguma maneira, punha em risco o espelho luminoso das novas cidades. Mas mesmo por lá, nas cidades, a orquestração andava desafinada. Esse é o momento em que ocorrem as primeiras greves operárias, sobretudo em São Paulo, encenadas e lideradas por imigrantes e nacionais. A rua se afirma como espaço do povo — esse novo agente social, que irrompe na agenda dos estadistas republicanos.

Esse ambiente é marcado por revoltas e greves, que Hebe Mattos captura no capítulo 2, "A vida política — Além do voto: cidadania e participação política na Primeira República brasileira". O objetivo é discutir o caráter particular da noção de cidadania, criada em um país recém-saído de larga e arraigada experiência com a escravidão. De um lado, a exigência da alfabetização como critério eleitoral limitou em muito as possibilidades de participação da população nos sufrágios. De outro, o voto aberto levou a uma política restritiva e que fazia da afirmação da vontade um ato de coragem, que por vezes levava a desenlaces pouco desejados.

Em sua primeira fase, a República conheceu um período militar marcado por um jacobinismo radical e viveu seus dias sob a égide da revolta e das mobilizações populares, prontamente abafadas por grupos armados. Se nas cidades ensaiavam-se as primeiras manifestações populares — exercício necessário para a plena cidadania que ainda estava por vir —, no campo, práticas de clientelismo ainda davam a tônica e o acento da política. Mesmo assim, a guerra civil foi um fantasma muito próximo durante os primeiros anos militares da República. Não por coincidência, e como mostra ainda Hebe Mattos, Prudente de Morais, o primeiro presidente civil, trataria de exonerar militares que ocupavam cargos no funcionalismo público. A partir daí começaria o declínio do jacobinismo radical e o início da assim chamada política dos estados ou dos governadores. Na maior parte do tempo, paulistas e mineiros revezaram-se na presidência da República,

dando ensejo a um fenômeno conhecido como "política do café com leite", uma vez que nessas regiões se concentravam, respectivamente, os principais produtores de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais) do país. Daí advém a máxima de época, hoje bastante questionada pela historiografia, de que o Brasil fora governado como uma grande fazenda e que as decisões econômicas, mas também políticas e quiçá sociais, seguiram sempre uma mesma lógica. Com isso não se pretendeu dizer, porém, que a política seria só e exclusivamente oligárquica. Ao contrário, Hebe mostra a relevância dos estados menores e das brechas deixadas pela rotinização da política.

Já Francisco Doratioto, autor da parte 3, sobre relações internacionais, destaca a importância dos anos que marcaram a Primeira República para a afirmação da soberania e da autonomia do país, a formação de mercados consumidores no estrangeiro, assim como a relevância da política que fomentou a entrada de mão de obra imigrante em massa.

Na política externa, dois aspectos se destacaram, sobretudo quando comparados a antigas modalidades imperiais. Em primeiro lugar, ensejou-se uma política de não intervenção na América Latina. O lema "somos da América e queremos ser americanos" ganhou lugar diante do outrora influente: "somos da América mas queremos ser europeus." Além dessa primeira característica, percebe-se uma aproximação jamais conhecida com os Estados Unidos. E, nesse sentido, se o papel inicial de Joaquim Nabuco foi fundamental, a atuação maior ficou por conta e responsabilidade de um dos grandes ícones do período: o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores desde 1902. Sua *avant première* na política deu-se com o caso da Bolívia, exemplo que inauguraria uma espécie de modelo não intervencionista de participação.

Rio Branco não estaria mais à testa da política externa após 1912, ano de sua morte, e também não presenciaria os estragos da Primeira Guerra Mundial. Como mostra Doratioto, o Brasil foi o único país sul-americano a participar do conflito, apesar de sua contribuição ter sido pouco significativa: enviou 13 aviadores à Grã-Bretanha, uma missão médica à França, alguns observadores do Exército e uma frota de seis navios que se dedicou a patrulhar o Mediterrâneo. No entanto, o país teria lucros com tal investida, uma vez que ocupou papel mais ativo nos tratados de paz pós-conflito.

Gustavo H. B. Franco e Luiz Aranha Corrêa do Lago assinam conjuntamente o texto sobre economia. Nele põem abaixo interpretações que costumam afirmar que o período foi "tempo perdido" e que a economia da época ficou encastelada entre a política restritiva do Império e a industrialização por substituição de importações, que se apresentou após a crise de

1929. Segundo os autores, estabeleceram-se compromissos pesados entre as oligarquias, mas também entre modelos do passado e do futuro, ou mesmo entre o conservadorismo monetário, que ficaria associado a nomes como Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho e Leopoldo Bulhões, entre outros, e os interesses marcados pela lógica do mercado do café. O ensaio evita interpretações por demais esquemáticas, que tomam a economia como uma operação de origem exclusivamente algébrica e "a política econômica como uma mera decorrência da ordem das parcelas".

No período estabeleceu-se o Convênio de Taubaté, que preparou o país para o domínio da economia do café; a imigração acelerou-se, bem como a exportação de outros produtos naturais. Mesmo assim, até a Primeira Guerra Mundial o desempenho econômico foi bastante medíocre, a despeito de certa diversificação interna da economia, com algum desenvolvimento dos setores secundário e terciário, além de termos nos convertido no maior país exportador de café e borracha. Tal prosperidade contrastava, porém, com a persistência de importantes bolsões de pobreza, notadamente nas antigas regiões exportadoras do Nordeste. Por outro lado, a indústria de que dispunha o Brasil não diferia do retrato de atraso econômico, isso num período de grandes oportunidades e notável crescimento da economia internacional. Todas essas tendências pareciam favorecer a "vocação agrícola" do país e não o contrário.

O conflito mundial que se agigantou em 1914 acabou por afetar diretamente as exportações brasileiras. De um lado, seria interrompido o comércio com as "potências centrais". De outro, muitos mercados consumidores restringiriam suas importações de café. A indústria foi afetada em menor escala que a agricultura, pelo menos numa visão de curto prazo. Polêmico, o texto mostra como o debate sobre a extensão da substituição de importações nesses anos permanece ainda vivo, mas, como a indústria representava menos de 17% do PIB, o seu efeito sobre o crescimento global da economia se mostraria bastante limitado.

A retomada da normalidade no pós-Guerra não significou, entretanto, um período de maior prosperidade. O Brasil terminaria a Primeira República como um país pobre, apesar de ser, de longe, o mais populoso da América Latina e apresentar um grande mercado interno potencial. A política de estabilização do café deitaria água em 1929 por conta da depressão econômica e o final dos protecionismos. Antes que o país aprendesse a lidar com esse paradoxo, aperfeiçoasse suas instituições e políticas na área monetária e cambial, ou soubesse administrar a posição de dominância que tinha no mercado de café, a crise sacudiu os frágeis alicerces de nossa

política econômica e fez com que as articulações para a chamada Revolução de 1930 ganhassem força.

A última parte do livro, que analisa a cultura no período, é assinada por Elias Saliba. Com um texto bem-humorado e cheio de citações irreverentes, ele mostra como esse foi um momento marcado por paradoxos variados. "Hei de ter sempre a mentalidade de 1903: rua estreita, bonde de burro, casa de pasto, piada do Emílio de Menezes." A frase irônica é do escritor Agripino Grieco e resume o fim de uma época e o começo de outra no cenário urbano do Rio de Janeiro — a grande vitrine mundana do Brasil na *belle époque*. A modernidade era a grande preocupação dessa geração e por isso Elias percorre as diferentes áreas em que ela se expressaria: a educação, o jornalismo, as artes, a pintura e até mesmo a cultura popular. Mas, em todas, o sucesso ficaria muito aquém das expectativas iniciais. Num primeiro momento, ainda no início do século, as grandes esperanças deram lugar a demonstrações de ceticismo, quando não de revolta. Também a eclosão da Primeira Guerra Mundial marcaria fortemente nossa intelectualidade, isso sem esquecer a discussão do modernismo, sempre pensado no plural. Esse período de nossa cultura, e que não se esgota em 1930, conhecerá uma grande efervescência, expressa na publicação de poemas, ensaios e romances, na veiculação de filmes e peças de teatro, as quais, no seu conjunto, diziam pretender "compreender o país" e criticar as teorias de fora: sejam as consideradas eurocêntricas, sejam os modelos raciais que condenavam nosso destino como povo miscigenado. Como mostra o autor, essa é a época de uma geração vigorosa que conheceu os trabalhos de Mário de Andrade, Paulo Prado, Guilherme de Almeida, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Villa-Lobos, Vitor Brecheret, Cândido Portinari, Murilo Mendes, Humberto Mauro; cada um, à sua maneira, clássico necessário para pensar o Brasil.

Se o país começou a República encantado com a modernidade conhecida alhures, vai terminar os anos 1920 entre ansioso e angustiado para conhecer certa "brasilidade", rever seu passado e projetar um novo futuro. Já disse Roberto Schwarz que no Brasil tudo parece "começar sempre do zero" e que por aqui o "nacional se descobre por subtração". Se tudo isso é fato, parecia ser hora de descobrir, no dizer de Roberto Da Matta, o que faz do "*Brazil*, Brasil", buscar certos modelos de identidade nacional, construídos pelo sementeiro da especificidade: os trópicos e a até então surrada mestiçagem que de biológica se tornará cada vez mais sociocultural. Mas essa já é outra história a ser percorrida no próximo volume, que se deterá sobre o período de 1930 a 1964, que inclui o Estado Novo.

Nessa, que vamos aqui apresentar, veremos a montagem de vários modernismos — o paulista, o mineiro, o recifense, o do gaúcho e o do carioca, entre tantos outros — e a descoberta de um país que começava a se olhar no espelho e, melhor ainda, a se reconhecer. Esses mesmos modernismos representam os parâmetros finais deste terceiro volume, marcado por ambivalências, como vimos, das mais gerais: passado a conviver com presente, maxixe e lundu com música clássica, cordel com literatura acadêmica, transporte acelerado com o ritmo do lombo de burro, um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes, repressão e exclusão social com processos de inclusão, clientelismos com processos até então desconhecidos de institucionalização política e social.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, em seu livro *Pensamento selvagem*, anotou que o homem é um animal classificador: primeiro classifica e depois passa a conhecer. Segundo ele, nosso pensamento age à maneira dos ameríndios: as coisas são primeiro nomeadas e depois se tornam úteis. A utilidade não vem do uso, mas da necessidade de definir. Talvez por isso Jorge Luis Borges tenha escrito que "tudo que vale a pena tem nome".

Voltemos à nossa querela. A classificação de República Velha foi o nome que vingou durante bom tempo, foi a maneira como os homens do Estado Novo viram primeiro a si mesmos e, numa operação de contraposição, definiram tudo que os antecedeu. À maneira de Narciso, acharam feio o que não era espelho. O leitor verá, porém, como é importante desconfiar das lutas políticas e simbólicas de uma época, marcadas pelos ânimos exaltados de seu próprio tempo. A denominação foi antes uma construção dos ideólogos do Estado Novo e representou forma de desqualificar o liberalismo (o grande inimigo em questão) e o próprio passado. Afinal, exclusão, violência ou existência de "dois Brasis" não são privilégio ou monopólio da Primeira República.

Aqui está um período polêmico; ambíguo e paradoxal, por certo, mas igualmente afirmativo, em que se batalhou por direitos, pela separação entre as esferas pública e privada e pelo direito à cidadania. Não por acaso, a rua se converteu em local privilegiado, recebendo a moda, o *footing*, a vida social, mas também os jornaleiros, os grevistas, as manifestações políticas e as expressões da cultura popular. Entre tantas faces, prefiro o nome Primeira República. Primeira pois teve o protagonismo do início (para o bem e para o mal) e porque ensejou múltiplas e complexas formas de exercício da cidadania, algumas delas ainda hoje bastante desconhecidas. É certo que história não tem volta ou retorno, mas é igualmente correto pensar que nesse contexto, em que tantos novos desafios se abriam — a inauguração de um regime político e de novas modalidades de convívio

social —, personagens e atores ganharam as ruas e criaram formas diversas de atuação e projeção social. Mais do que um léxico novo, temos aqui experimentos novos e um ótimo exemplo dos usos oficiais da memória e de suas disputas simbólicas, que perduram até os dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
______. *Teatro de sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.
______. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
______. *A construção da ordem e Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.
CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990. [1978]
DUBY, Georges. *O tempo das catedrais*. Lisboa: Tempo Social, 1996.
DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*. São Paulo: Edusp, 1992.
FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1970.
GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
______; ABREU, Martha. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 11–24, 2009.
LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 2005.
MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: ______. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio*: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780–1945. Rio de Janeiro: EdUerj, 2001.

PARTE 1

LILIA MORITZ SCHWARCZ
POPULAÇÃO E SOCIEDADE

NUMA BABEL DE POVOS, CULTURAS E CORES

Quando o século XX começou a despontar, mudanças profundas ocorreram no perfil da população brasileira. Com o final derradeiro da escravidão, em 1888, a desorganização do sistema e a urgente substituição da mão de obra por conta da demanda cafeeira, uma série de esforços foram feitos para animar a vinda de imigrantes, sobretudo europeus, ao Brasil. Contando com a concorrência de países como Argentina, Cuba, México e, sobretudo, Estados Unidos, o governo brasileiro teve de se esmerar e assegurar a "terra da promissão" quando, na verdade, pretendia-se a criação de modelos alternativos ao cativeiro africano que, nesse momento, via (e com atraso) seus dias chegarem ao fim. O modelo preconizado pela República, que se iniciou em novembro de 1889, pautou-se pela exclusão de largos setores sociais, sempre em nome de uma política que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade. Nesse sentido, se não há como negar que a Primeira República promoveu processo acelerado de institucionalização, largas faixas da população viram-se, ainda que com acesso à liberdade e à igualdade jurídica, excluídas do jogo social que então se montava.

Num primeiro momento voltado para o campo, um grande contingente de imigrantes estrangeiros acabaria absorvido pela dinâmica das cidades, imantado pela força dos novos centros urbanos que se organizavam, gerando empregos e serviços. Ficou famosa e disseminou-se, tanto no país quanto no exterior, a frase do mestre-escola Thomas Davatz, que, depois de viver pouco tempo no Brasil, teria exclamado: "Dessa vez estou perdido." O suíço apenas expressava o sentimento daqueles que, em vez da fortuna — do famoso "fazer a América" —, encontraram a penúria ou experimentaram

uma espécie de escravidão por dívida. Com o tempo, a política de imigração acabaria por se normalizar, consolidando uma prática mais regular de subsídios; mas o fato é que revoltas e fugas de colonos caracterizaram o período, assim como a sensação de insegurança, que aos poucos se generalizou. Ao lado da convicção de que a República de 1889 não havia cumprido com os sonhos e utopias de liberdade, igualdade e cidadania, vinha a certeza de que a violência se disseminara e que a culpa era das novas populações imigrantes, da liberdade dada aos africanos e negros ou do descontrole urbano. Segundo interpretações corriqueiras, vivia-se ao "largo da autoridade curativa e normativa dos senhores de engenho ou dos fazendeiros de café" (Freyre, 1957). Prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo revelam não só a vigência de termos até então pouco conhecidos como sinalizam a entrada de novas práticas de sociabilidade. Não por acaso, a concepção predominante era que a mistura de novas culturas, valores e costumes trazia o desequilíbrio, o desamparo e o descontrole.

Diante disso, investiu-se em novas práticas policiais, amplamente amparadas nas teorias do darwinismo racial e do higienismo que, não por coincidência, denunciavam as desvantagens da mistura e da miscigenação. Médicos, advogados, antropólogos apostaram nas noções do determinismo racial e viram com profundo descrédito o futuro dessas populações em processo acelerado de amálgama. Segundo tais modelos científicos, divulgados nas escolas de medicina (do Rio de Janeiro e da Bahia), mas também nas faculdades de direito (de São Paulo e Recife), nos museus de etnografia (de Belém, São Paulo, Rio de Janeiro) ou nos institutos históricos que se espalhavam pelo país, "a situação nacional" gerava receio em função das transformações geradas pela entrada de trabalhadores estrangeiros (europeus e orientais) e da convivência, agora em liberdade, dos ex-escravos.

Visto sob esse ângulo, o ambiente estava tomado por visões pessimistas, as quais, paradoxalmente, conviviam com representações das mais otimistas. Havia o entusiasmo pelo futuro e o progresso, que efetivamente já estavam em curso com a transformação das cidades. Além disso, a imagem do imigrante associava-se à ideia do "melhoramento", seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho. Essa época também ficou conhecida pelo nome de "regeneração", quando se alterou o perfil das grandes urbes brasileiras, privilegiando uma nova conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann, e se tratou de expulsar a pobreza dos centros urbanos. Pares opostos, mas complementares, regeneração combinava com degeneração, no primeiro caso acenando para os novos rumos que a nação deveria tomar.

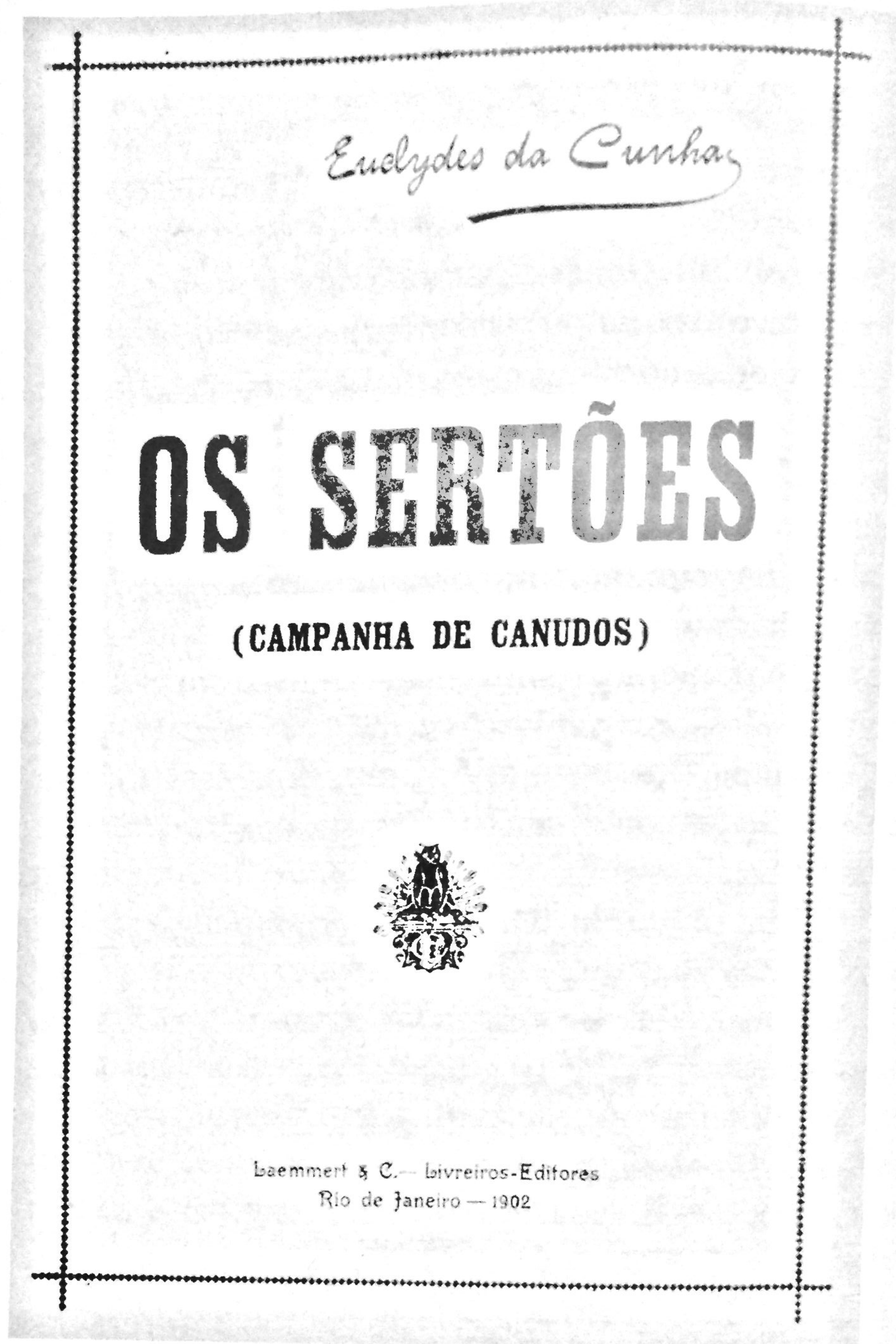


Domingos Mancuso
Imigrantes italianos. Residência da família Boff, interior de Caxias do Sul
FOTOGRAFIA, RIO GRANDE DO SUL, 1904
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAXIAS DO SUL,
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

Em uma economia ainda aferrada aos serviços e negócios de exportação agrária e a uma industrialização incipiente, o resultado foi uma vida urbana marcada pela instabilidade, com crises cíclicas de carestia e aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios ou nos custos de moradia, transporte e aluguel. E os efeitos, rapidamente sentidos diante do crescente processo inflacionário, foram a multiplicação da pobreza e um grande rebaixamento social e das condições de vida. A entrada irregular de populações vindas do campo — expulsas pela seca, pela crise agrária ou fisgadas pelas novas oportunidades da cidade — e de um contingente elevado de imigrantes europeus e asiáticos ajudou a conferir aos novos aglomerados urbanos uma imagem de desarranjo e desordem ou, nas palavras de Mário de Andrade, tornou "os mocambos tão numerosos como os coqueiros" (Andrade, 1943). O crescimento acelerado gerava moradias irregulares e figuras populares inusitadas transitavam pela cidade: a preta-mina cozinheira, os engraxates mestiços, os carregadores, as doceiras, os capoeiras, os vendedores de leite em domicílio, o baleiro ou o cura a oferecer proteção. Todos conviviam com uma nova burguesia que aos poucos se separava do campo e tinha agora nas cidades seu quartel-general.

Mas, se havia muita dúvida no ar, a atmosfera geral era de euforia, assim como pairava a certeza, por parte das novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil "andava a braços" com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização. Não por acaso, o novo regime inscreveu na bandeira da nação os dísticos "ordem e progresso", refletindo não só sua filiação ao positivismo como a noção de que o progresso era certo, único, derradeiro, evolutivo e ordeiro; grande utopia desse momento, dado a máquinas voadoras (como o *14 Bis* de Santos Dumont) e a projetos amplos e abrangentes de higienização. Civilização e controle eram as palavras de ordem do período, que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentados.

Por um lado, estavam os novos cenários urbanos, com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa. Por outro, encontrava-se o sertão longínquo, espécie de "parte esquecida do país", o qual, ao lado do passado escravocrata, afigurava-se alijado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... "uns deserdados, uns desterrados em sua terra". A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. Não por acaso, em *Os sertões* (1902), possivelmente o livro mais emblemático dessa geração da



Capa da primeira edição de Os sertões, de Euclides da Cunha

Os sertões foi o primeiro best-seller da nossa literatura, com sua primeira edição esgotando-se rapidamente. Livro de grande influência em sua geração, mostrou um Brasil diferente da modernidade reluzente da capital.

DOCUMENTO ORIGINAL

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha desabafou: "Estamos condenados ao progresso." O progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil mais parecia uma danação.

O que se encontrará neste texto, portanto, é não só o dinamismo real da urbanização e dessa verdadeira "era dos engenheiros" — ou mesmo as inovações causadas pelas levas de imigrantes recém-chegados —, mas o difícil diálogo entre "diferentes Brasis" que eram, na verdade, um só: o choque entre populações com costumes diversos e, sobremaneira, as novas ilusões do progresso e da modernidade. Modernização e tradição eram conceitos fortes nesse momento que previa mudanças, mas experimentava continuidades de toda ordem.

"O BRASIL CIVILIZA-SE": URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO

É possível dizer que a sociedade brasileira dinamizou-se enormemente no período que vai da década de 1880 aos anos 1930, talvez o primeiro contexto quantificado pelos censos nacionais, que começavam a ganhar em regularidade e confiabilidade de dados. Tal configuração social representava o resultado do crescimento geral da população combinado com uma política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Na verdade, num mesmo período, coincidiam elementos díspares, que alteravam a face mais tradicional do país. Se a desmontagem do sistema escravocrata, nos idos de 1880, modificara a situação da mão de obra, já na década de 1910 um acelerado processo de substituição de importações — implementado durante e ao final da Primeira Guerra —, unido à crise da agricultura, levou a que cidades e indústrias se impusessem no cenário nacional, não só como novos fenômenos econômicos e sociais, mas como possibilidades reais e dominantes.

Considerando os dados numéricos elaborados pelo sociólogo Juarez Brandão Lopes, pode-se dizer que a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano no período, enquanto a população das cidades de 50 mil ou mais habitantes cresceu a 3,7% e as de mais de 100 mil a 3,1%. Além disso, se no primeiro decênio da República a população geral decresceu em 2,2%, já os aglomerados urbanos cresceram 6,8%. Como se vê, a urbanização era uma realidade que vinha para ficar e alterava rapidamente a feição tradicional do país. Não por acaso, o jornal republicano *Província de São Paulo* (futuro *O Estado de S. Paulo*) elegeu a frase "O Brasil civiliza-se" como mote de sua linha editorial e criou uma seção especialmente dedicada ao tema.

 A frase havia sido escrita pelo colunista social Figueiredo Pimentel, na seção "Binóculo", publicada na *Gazeta de Notícias*, e valia, em princípio, só para o Rio de Janeiro. Mas a frase pegou e se disseminou pelo território nacional.

Entretanto, o incremento urbano se deu apenas em algumas grandes cidades, diferentemente do fenômeno que ocorreu nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento mostrou-se mais disseminado pelo conjunto do território do país (Cardoso, 1977:20). Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e depois Belo Horizonte concentrariam esforços e recursos nesse sentido, mostrando como o eixo econômico estava agora voltado para a região Sudeste. É exemplar o caso da cidade de São Paulo, convertida numa espécie de metrópole do café e que, na década de 1880, mais particularmente após 1888, ano da Abolição da escravatura, receberia o número extraordinário de 184 mil imigrantes. Ou seja, se o volume de população imigrante não foi tão relevante quando comparado ao crescimento populacional geral, já no caso de São Paulo é dos mais significativos, vinculando a sorte dos novos aglomerados urbanos à feição, agora mais estrangeirada, que o país, ou ao menos determinadas regiões dele, ia ganhando. Não por acaso, a fala dos paulistas seria amplamente alterada e influenciada, assim como seus costumes e cores.

POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (1872–1920)

CENSO	POPULAÇÃO TOTAL (EM MIL HABITANTES)	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (EM MIL HABITANTES)
1872	10.112	383
1890	14.334	714
1900	17.436	1.296
1920	30.636	1.651

Fonte: Santos, 1973:263.

IMIGRAÇÃO TOTAL E EM SÃO PAULO (1884–1920)

PERÍODO	BRASIL	SÃO PAULO
1884–1887	145.880	53.023
1888–1890	304.054	157.781
1891–1900	1.129.315	733.335
1901–1920	1.469.095	857.149

Fonte: Santos, 1973.

É certo que a população estrangeira foi contratada, originariamente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem. Isto é, mais do que camponeses, entraram no país, sobretudo nessa primeira leva, profissionais liberais alemães, espanhóis e italianos, mais acostumados aos serviços urbanos que aos rurais. Também chegaram pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes, habituados à lida cotidiana nas cidades e vilarejos de sua terra natal.

Da mesma forma, não se desconhecem os intensos movimentos de migração interna, resultantes da desmontagem do sistema escravocrata em várias partes do país. No período que vai de 1872 a 1900, a região Nordeste foi a que apresentou maior perda populacional, consequência do comércio interno de escravos que despovoou a economia do açúcar e do algodão e reforçou a feição dos estados cafeeiros. Castigados pelas secas de 1870 e 1880, tais grupos migrantes provenientes do Nordeste brasileiro dirigiram-se para várias localidades: para a Amazônia, por conta da febre da borracha que assolou o país no final desse século; para o Rio de Janeiro, que como capital do Brasil funcionava como chamariz cultural, além de apresentar-se como provedor de empregos em geral e mais especificamente para o funcionalismo público e estatal; e, anos mais tarde, para os estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que expandiam seus serviços internos e encontravam-se em acelerado processo de urbanização.

Porém, não se deve exagerar a importância do desenvolvimento urbano do período. Das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%) à indústria; e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços de uma maneira geral. Mesmo assim, os dois fenômenos que mais caracterizaram o contexto foram a entrada da imigração estrangeira em larga escala — subvencionada ou não — e a aceleração do crescimento e da modernização das cidades, que se transformaram nos novos cartões-postais do país. E a urbanização traria consigo suas próprias novidades e necessidades. Formas alternativas de habitação, lazer e trabalho, mas também problemas de transporte, moradia e educação fariam parte dessa nova agenda veloz. A imagem geral era que tudo mudava, e aceleradamente. Em primeiro lugar, as cidades passariam por amplos processos de "embelezamento", visando a alcançar as novas funções para as quais se preparavam. Era preciso

 cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para os subúrbios da cidade, atentar para o transporte coletivo, construir instituições representativas e lidar com as novas sociabilidades urbanas. Foi nesse momento, também, que cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo a recém-criada Belo Horizonte, a nova capital dos mineiros — todas concentradas na região Sudeste —, aparelharam-se para exercer suas recentes disposições administrativas e sociais.

Não se pode olvidar, ainda, que em finais do XIX, após um período de depressão, equilibraram-se as economias dos países centrais, e que Estados Unidos e Europa Central experimentaram certo desafogo e expansão nos negócios. O resultado foi o surgimento de um clima de otimismo e confiança absoluta, que partindo da economia ganhou a cultura, os costumes e a moral, alcançando assim os países considerados "mais periféricos". Na verdade, é difícil determinar o que é causa e o que é efeito nesse processo (e pouco importa), até porque nesse período — mais particularmente de 1890 até a Primeira Grande Guerra — a certeza da prosperidade deu lugar a uma sociedade de sonhos ilimitados, mais conhecida como *belle époque*. Esse é o momento dos grandes inventos (do automóvel, do elevador, da anestesia, da Coca-Cola, e também da fotografia, do raio X, da pasta de dente); de imensas conquistas imperiais por parte dos britânicos, belgas e franceses; de saltos nas ciências, na filosofia e nas artes. De Freud a Oscar Wilde; de Gaudi a Verdi; de Munch, com seu grito, a Cézanne, com a paisagem como impressão, o mundo parecia mesmo novo, assim como seus limites e possibilidades. No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como "regeneração" parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da "letargia da monarquia" ou da "barbárie da escravidão". Uma verdadeira batalha simbólica foi travada, quando nomes, símbolos, hinos, bandeira, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos. Símbolo maior dessa era, Santos Dumont elevou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas. Ícone dos novos tempos foi também a "nova avenida Central" — atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro —, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa. Marco paralelo e

complementar a toda essa cantilena das novidades foi a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central e a destruição dos famosos "cabeças de porco". Era a ditadura do "bota-abaixo" que demolia casas, sobretudo as antigas e pobres, disseminando cortiços e hotéis baratos — os "zunga" —, onde famílias inteiras deitavam-se no chão ou mudavam para as chamadas "periferias" das novas urbes. Isso sem esquecer a repressão às festas populares, que se submetiam, igualmente, a esse "processo civilizatório": saía o entrudo mestiço, entrava o limpo Carnaval de Veneza.

Foi o presidente Rodrigues Alves (1900–1902) quem montou uma equipe à qual concedeu poderes ilimitados. Com o intuito de fazer da capital, o Rio de Janeiro, uma vitrine para a captação dos interesses estrangeiros, concebeu-se um plano em três direções: a modernização do porto ficaria a cargo do engenheiro Lauro Müller; o saneamento da cidade — acometida, segundo as autoridades, por doenças e epidemias infecciosas — seria responsabilidade do médico sanitarista Oswaldo Cruz; e a reforma urbana estaria a cargo do engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido de perto a reforma de Paris. O escritor Lima Barreto, testemunha crítica desse momento, espantava-se com a velocidade da reforma: "De uma hora para a outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muita cenografia" (Barreto, 2010).

Também nesse período, mais precisamente a partir da década de 1870, São Paulo tornou-se palco privilegiado de transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Prensada em meio à prosperidade crescente da lavoura cafeeira, de um lado, e as tensões derivadas da crise final da escravidão no país, de outro, a antiga cidade de barro dos viajantes — o velho burgo de estudantes da faculdade de direito do largo São Francisco — se transformava, de forma acelerada, na "metrópole do café", na expressão de Silva Bruno. Todo esse conjunto de fatores implicou, por sua vez, alterações profundas nas funções e nos espaços vivenciados na cidade, em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o papel de entreposto comercial e financeiro privilegiado. Essa é a época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base da retirada do veneno de cobras), da iluminação elétrica e do incremento dos transportes públicos que tomaram novo impulso com a inauguração, em 1872, da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista. Em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assumiu o governo da província de São Paulo e passou a alterar a infraestrutura local: abriu novas ruas, prolongou velhas estradas, ampliou largos, reformou a Várzea do Carmo, criou jardins públicos. Em suma, após três anos de gestão, a nova



Guilherme Gaensly
A avenida Paulista no início da década de 1900 — o novo palco da poderosa elite do café
GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1905-1906
ACERVO ICONOGRÁFICO/CASA DA IMAGEM DE SÃO PAULO

administração preparou a cidade para a entrada dos capitalistas do interior ou, nas palavras de João Theodoro: "A capital, engrandecida e circundada de atrativos e gozos, chamará a si os proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios ou temporárias e periódicas residências" (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*, 14 fev. 1875). De fato, o desenvolvimento paulistano ficou condicionado a três fatores principais. Em primeiro lugar, à expansão cafeeira, que em sua marcha saía do vale do Paraíba e chegava ao Oeste Paulista, em finais dos anos 1850. Em segundo, à entrada da estrada de ferro que viabilizaria o transporte interno, então feito em lombo de burros, até o porto de Santos. Por fim, não há como deixar de mencionar o papel da imigração, que mudaria, como veremos, as feições, os dialetos, a culinária e os serviços públicos paulistanos.

Todas essas alterações — sociais, culturais, tecnológicas e econômicas — levaram, por sua vez, a mudanças aceleradas no comportamento da população local, que passou a transitar pelas ruas da cidade, deixando o ambiente exclusivo da casa patriarcal. Também em São Paulo (e em ritmo paralelo ao que ocorria no Rio de Janeiro) a "boa sociedade" descobriu novos hábitos sociais: os bailes, o turfe, o *trottoir* e as noitadas no teatro. No entanto, e mesmo com tantas novidades, até o final do século XIX destacava-se, sobremaneira, "uma sociedade rural que desempenhava, por circunstâncias peculiares, a função de centro comercial, bancário, intelectual e burocrático de uma província estritamente agrícola" (Fernandes, 1972:68). Na verdade, velhos padrões de sociabilidade, próprios do mundo rural escravocrata e patriarcal brasileiro, continuavam presentes nessa São Paulo em expansão. Ao lado das novas tecnologias, das atividades econômicas e ocupações sociais mais recentes — e propriamente urbanas — permaneciam os rastros de um passado revigorado, em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões rígidos de nascimento e inserção.

É por isso mesmo que a urbanização paulistana implicou "embelezamento" da cidade, mas, de maneira simétrica, empreendeu nova expulsão da pobreza e das atividades ligadas ao mundo do trabalho, consideradas incompatíveis com a modernidade. Essa é a época da aprovação de uma série de regulamentações oficiais (as chamadas "posturas"), que previam multas e impostos para atividades que, até então, caracterizavam o dia a dia da cidade: venda de galinhas, vassouras, frutas e legumes etc. Além disso, a especulação imobiliária e a intervenção urbanística levaram a ganhos e perdas. Por um lado, a infraestrutura da cidade foi alterada, com a abertura de novos bairros e ruas elegantes, que revolucionaram o até então pacato cotidiano paulistano. Essa é, também, a época da avenida Paulista, com seus casarões imponentes e sua população que se portava à francesa. Por outro lado, foram demolidos muitos casebres e favelas, tudo em nome do prolongamento das ruas e da ampliação de largos e praças. O mesmo processo que levou ao inchaço da pobreza acabou, finalmente, por expulsá-la dos bairros centrais da cidade, onde agora ficavam as casas de ópera e as lojas comerciais.

Outras cidades brasileiras passaram por processos assemelhados. Um caso paradoxal é o de Belo Horizonte, criada e arquitetada como capital do estado de Minas Gerais. A especificidade de sua formação nos permite visualizar, ainda melhor, as demandas do contexto. Promulgada pelo Congresso Mineiro, reunido em Barbacena a 17 de dezembro de 1893, uma nova lei estabelecia a mudança da capital, com o prazo improrrogável de

quatro anos para o término de sua construção. Excluídos os habitantes de Ouro Preto e outros partidários da permanência da capital nessa cidade histórica, a opinião geral era favorável à nova urbe/monumento, o que gerou a corrida de uma série de aventureiros e investidores que, em busca de fortuna, passaram a apostar na demolição do arraial e na construção de uma cidade moderna. Em 14 de fevereiro de 1894, o governo do estado de Minas Gerais promulgava regulamento, por meio do qual era criada a Comissão Construtora e estabelecidos os seus serviços. Por outro decreto, da mesma data, nomeava para chefe dessa comissão o engenheiro doutor Aarão Reis. Era a primeira vez, no Brasil, que se planejava a construção de uma cidade em moldes modernos e civilizados.

A primeira providência foi ligar a nova capital ao plano geral de viação do estado, o que implicou a construção de uma estrada de ferro, imprescindível para o transporte de materiais. Além disso, e mais uma vez, um processo de desapropriação de bens da população residente na região se iniciou, a fim de abrir espaço para a nova metrópole que surgia apressada. Os planos originais previam o incremento do transporte, mas apostavam também nas edificações que garantiriam, mesmo simbolicamente, que Belo Horizonte fosse, definitivamente, a vistosa e moderna capital de Minas Gerais. E logo foram desenhadas a matriz, a capela e — como não poderia deixar de ser — o palácio presidencial, grandioso e decorado com motivos *art nouveau*, chamado, emblematicamente, na capital e na terra de Tiradentes, de palácio da Liberdade.

Mas nem tudo era cenário na projetada Belo Horizonte. Ao correr a notícia das obras custosas que se encetavam, com prognósticos de ganhos fáceis e abundantes, crescia, na mesma proporção, a chegada de operários e imigrantes, em boa parte italianos que improvisavam barracões e "cafuas" como moradias. Dizia-se maravilhas da cidade em construção, definida como novo Eldorado, a recordar os tempos gloriosos das Minas Gerais. Logo foi contratado um subdelegado de polícia, o capitão Lopes, oficial da Brigada Policial, que deveria montar a segurança local. Jornais também não existiam até então e, como não se faz uma metrópole sem que se fale dela, foram fundados os primeiros periódicos, junto com a própria cidade. Esse é o caso de *Bello Horizonte*, publicação encabeçada pelo padre Francisco Martins Dias em agosto de 1895. Em pouco tempo apareceriam outros, como *A Capital* (1896) e *A Aurora* (1897).

Os trabalhos seguiram em frente, assim como as novas instalações: o Correio foi fundado, o telégrafo inaugurado, casas comerciais abertas e residências de melhor padrão edificadas. E logo chegaram ao local água,



Fotógrafo não identificado
Vista parcial da rua da Bahia, em Belo Horizonte
Inaugurada bem na virada do século, Belo Horizonte, a capital dos mineiros, seguia os mesmos padrões das demais urbes brasileiras que se preparavam para a modernidade
FOTOGRAFIA, 15 X 21 CM, 12 OUT. 1927
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

iluminação e força elétrica (1895), símbolo maior da entrada na modernidade. No trabalho de embelezamento não faltaram os parques — com seus restaurantes, cassinos e observatórios — e a própria arborização da nova urbe; tudo muito caprichado para receber tanta civilização. Com as novidades prontas para a inauguração, só faltava limpar a cidade. Legalizou-se, então, a repressão que, mais uma vez, empreendeu a demolição de "casas velhas" e a organização de um código de posturas, que passou a determinar o comportamento adequado para a população de uma nova e moderna capital.

Enfim, tomadas todas as medidas consideradas necessárias, aproximava-se o dia 17 de dezembro de 1897, termo final do prazo estabelecido para efetuar a transferência do governo do estado para Belo Horizonte. Após o 14

de maio de 1888 (quando se aboliu a escravidão no Brasil) e o 15 de novembro de 1889 (que pôs fim à monarquia), Minas Gerais aguardava a transferência da nova capital como um marco dos novos tempos. Para celebrar a data, ao anoitecer, como que por um desses encantos modernos, a cidade ficou toda iluminada com as centenas de lâmpadas elétricas que a pontilhavam. Os edifícios (ainda inacabados), as praças e avenidas, tudo ganhava forma e cor em função da iluminação que, simbolicamente, marcava o nascimento da cidade. Era 12 de dezembro de 1897, a capital embrionária amanheceu toda embandeirada e em clima de festa. Não faltaram discursos e foguetes; afinal, essa era a primeira cidade republicana brasileira planejada que ganhava vida e mostrava que o futuro estava por aí, bem na frente.

Três casos, três destinos distintos: a capital carioca que se rearranjou em função da República; a cidade paulistana que se aparelhou para encenar o novo potencial econômico advindo da cafeicultura; e um centro afastado do litoral, Belo Horizonte, especialmente projetado para cumprir o papel de capital. Em todos se reconhece a mudança, mas também a permanência de certos elementos estruturais. De um lado, uma sociedade recém-egressa da escravidão, adepta de um modelo basicamente agrário-exportador. De outro, um novo projeto político republicano, que tenta se impor a partir da difusão de uma imagem de modernidade e de civilidade, criada em contraposição ao Império. O que se nota, porém, é, em vez da dicotomia fácil que encontrava duas faces cartesianamente opostas — Monarquia ou República, barbárie ou progresso, atraso ou civilização —, a convivência inesperada de temporalidades distintas e a expressão de um movimento ambíguo que comportava inclusão e exclusão, avanço tecnológico com repressão política e social.

Uma população cada vez mais complexa e diferenciada era o termômetro evidente da insatisfação geral que pairou no país, logo na virada do século. Se uma clara ampliação das oportunidades de trabalho era facilmente verificada, já os setores que mais cresciam eram os dos ambulantes, dos pequenos negociantes, dos vendedores de produtos alimentícios, dos carpinteiros, dos sapateiros, dos carroceiros. Ao lado do trabalho patronal e do emprego estável, resistiam as atividades autônomas e precárias que, embora carregassem certa tradição, foram condenadas pelas posturas municipais. Segmentos étnicos e sociais muito distintos passaram a dividir bairros e a coabitar em moradias coletivas, misturando crenças religiosas e também tradições culturais. Ao lado das óperas, teatros, lojas e restaurantes elegantes — que corresponderiam ao *ticket* de entrada para a modernidade — proliferavam antigas práticas religiosas — rezadores, feiticeiros, benzedoras e curandeiros de toda sorte. Conviviam assim mundos diferentes, mas

inesperadamente aproximados. Além do mais, cortiços, pensões, casarões ocupados por várias famílias e de alta densidade populacional marcaram a paisagem urbana. Casinhas enfileiradas, concentração em espaços exíguos, avenidas com novo tráfego, tudo gerava muita solidariedade e troca, mas também tensões, conflitos e mal-entendidos.

Na verdade, não tardariam a surgir movimentos que revelariam outras faces, mais reclusas, de tanta modernidade. Colocadas à margem, as populações expulsas dos centros urbanos elegantes ou deixadas ao largo da "civilização" — nos sombrios sertões ou nas longínquas florestas — começavam a ganhar as manchetes dos jornais. Sua reação só poderia ser considerada, por princípio, "bárbara" e estranha. No entanto, os primeiros sinais de revolta partiram de dentro das cidades.

Consequência direta dessa nova cenografia foi a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, que expunha a política autoritária e higienista empreendida com êxito nesse momento em que o combate às doenças se misturava com o controle das populações, agora divididas entre nacionais, africanos e imigrantes estrangeiros. O importante é que a revolução popular contra medidas que visavam a erradicar a febre amarela era antes sinaleiro da temperatura nervosa e de como a mistura entre diferentes levas populacionais — com histórias, costumes e aprendizados distintos — produzia resultados explosivos. E se a questão era objetiva e racional (ou assim parecia), era hora de priorizar o campo da saúde. Afinal, desde o último quartel do século XIX, o tema da saúde vinha frequentando a agenda intelectual e política brasileira por meio de sua faceta mais preocupante: a doença. Viajantes, jornalistas, literatos, médicos e cientistas sociais registraram e refletiram sobre moléstias tropicais, enfermidades dos escravos africanos e de imigrantes, doenças da cidade e do meio rural, e, cada vez mais, acerca das patologias da modernidade, presentes nas novas cidades. Dizia o médico Miguel Pereira, em outubro de 1916, numa frase logo transformada em metáfora do país — uma espécie de epitáfio nacional: "O Brasil ainda é um imenso hospital" (apud Hochman, 2011). Grandes cidades atraíam multidões e elas traziam moléstias pouco conhecidas.

A lista de doenças que entravam nas estatísticas médicas era, portanto, das mais variadas e encontravam-se divididas por local, origem e nacionalidade. Algumas epidemias eram consideradas "de fora" — como é o caso da cólera, uma das grandes responsáveis pelos óbitos à época. Outras, entendidas como "de dentro", como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. E não era para menos: as casas de boa parte da população rural — choças feitas de barro — eram moradas habituais do inseto conhecido

ANNO II — RIO DE JANEIRO — 30 de Abril de 1903 — N. 62



TAGARELA

Critica
Politica
Propaganda
Commercial

Semanario Humoristico
Direcção de PERES JUNIOR
Propriedade de Raul Pederneiras & C.
Collaboração selecta



Escriptorio e Redacção: Rua da Assembléa, n. 96 (sobrado)



CULICIDIO

Não ha quem não estaque embasbacado
Ante um mosquito assim tão assombroso,
Que se propõe e diz que poderoso,
Fará desta Cidade um El-dourado.

Em breve o "Mal" de todo ha de acabado
Ficar, e ninguem mais do perigoso
Virus, da grande "bicha" ha de medroso
Ser no Brazil de subito atacado!

Chamam-lhe muitos: Culicidio... avante
Que de seringa em punho irradiante
Em Cuba irá brilhar entre portentos.

Da febre amarella, "azula" e é bem certo,
Pois que têm medo aqui de a ver de perto,
Com todos os seus féros movimentos.

Nós Todos.

J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha (1884–1950))

Caricatura de Oswaldo Cruz na capa da Tagarela

O sanitarista logo se converteria num dos grandes heróis da República com sua política de combate às epidemias da época. No entanto, seria também alvo dileto dos caricaturistas que ironizavam a política intervencionista do médico

REVISTA *TAGARELA* N. 62, 30 ABR. 1903

BIBLIOTECA/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, RIO DE JANEIRO

como barbeiro, o transmissor da recém-descoberta doença de Chagas, além de permitirem a vigência do impaludismo e de inúmeras infecções intestinais. Com os imigrantes, que chegavam amontoados na terceira classe dos navios vindos da Europa, aportava o tracoma, uma infecção ocular perigosa e transmissível. O importante a assinalar é que, de maneira geral, as epidemias maculavam a frágil reputação do país, que jogava todos os seus trunfos na esperança de fazer parte do "clube dos civilizados". E é por isso que as reformas urbanas respondiam, e muitas vezes de maneira bem-sucedida, às várias epidemias que grassaram até a primeira década do século XX. Figura das mais emblemáticas foi Oswaldo Cruz, responsável pela erradicação da febre amarela em território nacional. Os relatos e as experiências das viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil fizeram com que a saúde do litoral fosse ao encontro dos sertões brasileiros, considerados uma incógnita nacional, uma "barbárie local" (Hochman, 2011). Entre os anos de 1907 e 1913, regiões do interior paulista, de Minas Gerais, da Bahia e os vales do São Francisco e do Tocantins, até a Amazônia, fizeram parte da rota dessas expedições, que carregavam objetivos higienistas. Ao lado de Santos Dumont, Oswaldo Cruz seria convertido em outro herói nacional, pelas lutas que empreendeu contra um dos maiores "males" do Brasil — a doença —, e por seu papel na erradicação do analfabetismo dos habitantes do interior. Os três grandes conceitos do momento — ciência, progresso e civilização — eram transformados, assim, em emblemas de Estado, para o bem e para o mal. Figuras de proa, como Oswaldo Cruz, padeciam do mesmo mal: para alguns um grande herói, para outros, supremo vilão.

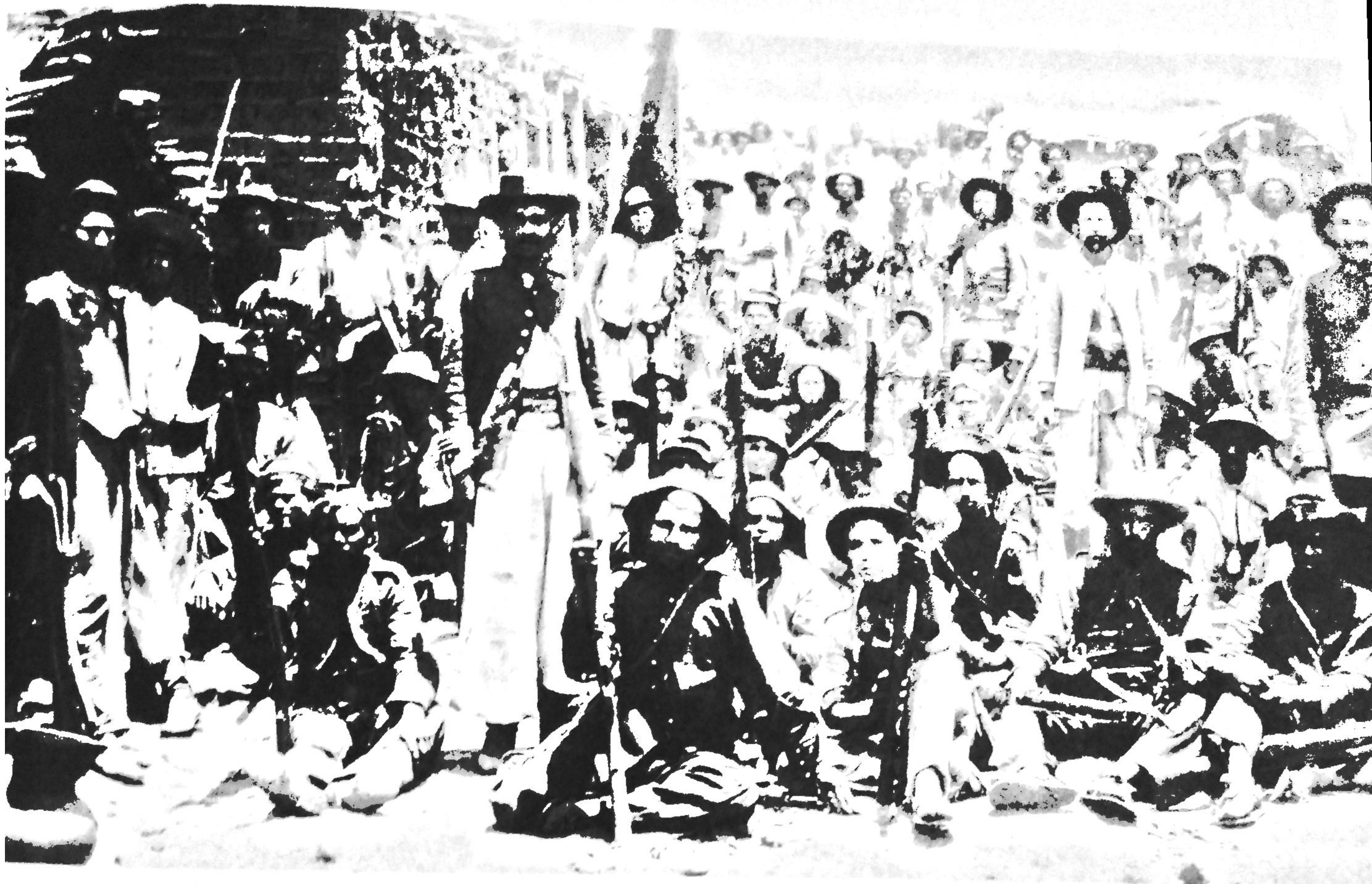
Porém, o que mais interessa reter é como, por meio desse movimento nacionalizante, as "patologias da pátria" (as pestilências ou epidemias) seriam consideradas emergenciais. Aí estavam as doenças dos sertões ou a conhecida "maldita trindade": a malária, a doença de Chagas e a ancilostomíase, mal contraído por meio de germes provenientes de águas paradas. Isso sem falar da lepra, da sífilis e da tuberculose, as enfermidades que mais matavam no país. As "patologias do Brasil" pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos — além dos sertanejos, caipiras e populações do interior, vítimas das endemias rurais — eram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, as mulheres e as crianças, os trabalhadores informais e os camponeses. Eugenia, higienismo e certa exclusão social pareciam alicerçados, no intuito de combater a subcidadania do homem brasileiro, provocada, segundo tais teorias, pela falta de saúde reinante, sobretudo entre as populações rurais e pobres.

54 MOVIMENTOS SOCIAIS: SERTANEJOS, INDÍGENAS E OPERÁRIOS ENTRE A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO

Se até aqui nos concentramos no lado urbano, é hora de olharmos para o outro lado dessa moeda, que ora incluía e ora excluía as populações mais destituídas e mesmo os novos imigrantes que continuavam a chegar. Foram os movimentos sociais, os levantes messiânicos e milenaristas — como Contestado, Juazeiro e Canudos —, que estouraram em distintas regiões do país, que parecem expressar esse lado mais sombreado da lua. Resultados de um processo de modernização a qualquer custo e da desatenção diante de populações deixadas à míngua diante de tantas novidades, podem ser traduzidos no desabafo do jornalista Euclides da Cunha, bem no final de *Os sertões*, livro publicado em 1902 e que se transformou rapidamente num clássico nacional definidor dos grandes abismos populacionais existentes no Brasil. Conclui ele:

> *Fechemos esse livro. Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram apenas quatro: um velho, dois homens-feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerremo-la vacilante e sem brilhos. Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem* (Cunha, 1973:392).

Foi no final de 1896 que se iniciou o conflito armado de maior visibilidade do início da República, prontamente transformado em bode expiatório nacional. A rebelião opôs, de um lado, a população de Canudos, arraial que cresceu no interior da Bahia, e, de outro, o recém-criado governo da República. Enviado como repórter pelo jornal *O Estado de S.Paulo* à região em litígio, o engenheiro militar Euclides da Cunha lá permaneceu durante as três semanas finais do conflito, tendo presenciado o dramático desfecho da guerra, quando os sertanejos foram literalmente massacrados. Se o jornalista partiu certo dos progressos ilimitados da civilização, voltou assolado por dúvidas, incertezas e muitos silêncios. Tanto que, cinco anos mais tarde, publicou *Os sertões*, livro que obteve repercussões tão amplas quanto o evento histórico lá narrado. Ali se descrevia, nas palavras do autor, um massacre,



Flávio de Barros
Guerra de Canudos

Canudos significou a entrada de um Brasil "diferente" no seio da capital carioca que se entendia moderna e cosmopolita. O massacre dos sertanejos foi recebido com muita ambivalência: quem era selvagem nesse contexto era difícil de determinar

ALBÚMEN, 1897

COLEÇÃO CANUDOS, ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO

uma grande incompreensão. Afinal, mais do que milhares de quilômetros, o que afastava a capital dos sertões era um abismo cultural/temporal.

Embora Euclides discutisse longamente fatores como meio, raça e sua importância para a compreensão das motivações e costumes dos moradores de Canudos, o principal argumento apresentado no livro concentrava-se no isolamento dos sertanejos, o que traria consequências tanto negativas quanto positivas. De um lado, naquele laboratório social estava reunido, e em pequenas drágeas, o atraso dos grupos do sertão, e o que à época

 se chamava fanatismo religioso. De outro, a distância geográfica e cultural e o relativo isolamento teriam protegido tais segmentos sociais dos modismos e "degenerações" das cidades litorâneas. Mas, se a crítica da época impressionou-se com o referencial teórico do livro — dividido em partes bastante distintas, como "a terra, o homem e a luta" —, o que mais chamou atenção do público foi seu caráter de denúncia. Para Euclides da Cunha, existiria um abismo entre as diferentes regiões do país e tornava-se premente que as elites intelectuais e políticas voltassem as costas à Europa e olhassem, finalmente, para seu interior. E mais: o conflito de Canudos não era contingencial, ele correspondia a uma longa história, que teria primado por deixar à margem importantes grupos sociais.

As previsões de Euclides foram certeiras e novas rebeliões populares não tardaram a aparecer. Outro movimento de largas proporções ocorreu em momento paralelo e envolveu o padre Cícero Romão Batista entre 1872 e 1924. O centro irradiador foi a cidade de Juazeiro, onde o religioso começou a reunir fiéis desconsolados com o resultado da seca que atingira o Nordeste brasileiro. A fama de milagreiro de Cícero logo se chocou com as autoridades da Igreja católica oficial, uma vez que por lá se difundiram crenças do tipo milenarista e messiânico — uma espécie de mitologia de Juazeiro, em que Cícero era investido na condição de profeta. Seu longo poder local, seus laços com o cangaço e outros arranjos políticos fizeram dele uma personalidade paralela e concorrente com os novos representantes da República, ao mesmo tempo que demonstravam a força do catolicismo popular e de seus santos milagreiros.

Um terceiro movimento social rural ficou conhecido como Revolta do Contestado e ocorreu entre 1912 e 1916. O Contestado era uma região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina e sua posse foi questionada por ambos os estados. Por lá, em vez de um, havia três monges para animar o movimento, destacando-se a ausência de um líder a ele diretamente identificado. Mas esse foi o único levante a apresentar características claramente milenaristas. Adversários da República, os revoltosos diziam-se monarquistas e pregavam um reino escatológico e longínquo da modernidade.

Não é o caso de desenvolver ainda mais os destinos de cada um desses movimentos. O importante é destacar a forte influência do catolicismo "rústico" no interior do Brasil, que vivenciava um modelo religioso um tanto alargado e reinterpretado pela experiência de vida do sertanejo. A peculiaridade de suas organizações mostrava a vigência e o recrudescimento de outras estruturas de poder, baseadas nas polaridades padres/fiéis, coronéis/dependentes, padrinhos/afilhados, beatos/seguidores, santos/

devotos (Monteiro, 1978). Tudo muito distante dos modelos de cidadania, da igualdade jurídica ou das relações pautadas em pactos racionais entre cidadãos livres e autônomos. Aí estava outra feição desses sertões bravios, personagem inesperado, mas essencial, da jovem República brasileira, que se aparelhava com o objetivo de neutralizar as diferenças em nome do progresso único e inexorável.

Os movimentos sociais contestatórios não se limitaram, porém, ao campo. Nas cidades, operários começaram a reagir às péssimas condições de trabalho — que não previam idade mínima ou tempo máximo de jornada diária. Lutavam também por melhores salários e pela criação de órgãos de representação, como sindicatos e partidos de classe. No período aqui compreendido, teve especial importância a presença da mão de obra imigrante europeia, vinda ao Brasil por causa das plantações de café, mas que a essas alturas invadia o espaço das cidades. Os italianos representavam o número mais significativo de imigrantes, seguidos pelos espanhóis e portugueses. Em 1900, por exemplo, 92% dos operários industriais de São Paulo eram estrangeiros e, desse total, 81% eram italianos (Pinheiro, 1978:139). Eles trabalhavam nas indústrias têxteis, mas eram também ferreiros, pedreiros, atuavam na área de transporte e nas pequenas manufaturas dedicadas ao fabrico de calçados, em marcenaria, com alimentos e demais atividades artesanais. A situação se repetia no Rio de Janeiro e em cidades como Belo Horizonte e Recife, que também começavam a organizar seu parque industrial.

Não por acaso, os grandes movimentos grevistas, como os de 1917 e 1919, estiveram ligados a essas populações, que reclamavam, entre outras coisas, da venda de gêneros alimentícios básicos para os países aliados e o consequente aumento dos preços no mercado nacional. Por sinal, nesses anos em que tudo parecia bastante provisório, as condições de trabalho seriam as mais abusivas. Crianças trabalhavam a partir dos 5 anos nas fábricas de São Paulo, e menores chegavam a constituir metade do número total de operários empregados. O Censo de 1919 também assinalou a existência de largo contingente feminino, maior em São Paulo do que nos estados do Sul e no Rio de Janeiro. A presença elevada de crianças e mulheres nas fábricas, principalmente de tecidos, colaborava para a diminuição do nível médio dos salários, e tudo pioraria, ainda mais, com a carestia experimentada nos anos de guerra.

Aos baixos níveis de remuneração deve ser acrescida a ausência de uma legislação a regulamentar o mercado de trabalho. Dentro de cada indústria reinava, absoluto, o regulamento interno e, muitas vezes, arbitrário do patrão. A disciplina era rigorosa, os castigos corporais frequentes e horário fixo,

apenas o de entrada. É comum encontrar relatos que mencionam trabalhos prolongados, chegando a 11 horas consecutivas, abusando do horário noturno.

Pelas mãos dos imigrantes, mas não somente, surgiram novos movimentos grevistas de reivindicação salarial, parte deles de ideologia anarquista. No Brasil existiram núcleos anarquistas desde os anos 1890, compostos em sua maioria de imigrantes e seus descendentes. Espanhóis e portugueses aderiram ao movimento que, diferentemente da Europa (onde o anarquismo se isolou dos demais movimentos de trabalhadores), constituiu a corrente mais importante de reivindicação operária e por mais de trinta anos. Sob a designação de anarquismo conviveram várias correntes, sendo o anarcossindicalismo a mais importante delas. Em comum, reinava a concepção de que os imigrantes não deveriam batalhar pela obtenção da cidadania brasileira, uma vez que, ao contrário, seria melhor defender a manutenção dos direitos como estrangeiros, esses sim considerados inalienáveis.

Se até o século XX no Brasil se desconheciam as greves modernas, a partir de 1902 ocorreu a primeira manifestação desse tipo. Ela teria acontecido no Rio de Janeiro, envolvendo uma fábrica de sapatos. Mas foi só em 1903, também no Rio de Janeiro, que estourou a primeira greve geral multiprofissional, que se estendeu aos pintores, gráficos, chapeleiros e outros e foi gravemente reprimida pela polícia. Em 1904, eclodiu nova greve, coordenada pelos trabalhadores da Cia. Docas de Santos, com grande adesão de operários da cidade. Ela foi apoiada pelos gráficos de São Paulo, assim como pelos marítimos do Rio de Janeiro. Essa foi a primeira vez que uma greve teve como palco um porto atribulado como o de Santos, envolvendo centenas de industriários.

Uma das greves ferroviárias de maior vulto ocorreu logo em 1906, em São Paulo. O motivo imediato foram os abusos e arbitrariedades que haviam sofrido os operários locais, assim como a redução de salários. No ano seguinte, anunciou-se a primeira greve geral, em São Paulo, pela defesa das oito horas de trabalho. O movimento se espalhou, alcançando outras cidades do estado como Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A agitação tomou as indústrias de alimentação e metalurgia, chegando a atingir 2 mil operários. Na sequência, aderiram sapateiros, gráficos e alguns setores da limpeza. Apesar do contínuo aumento da importância do movimento, num país de tradição clientelística e pouco afeito à esfera pública de representação, as adesões à sindicalização eram ainda pequenas e a repressão passou a assustar e enfraquecer a mobilização operária. Vários estrangeiros foram expulsos, sob a alegação de serem "anarquistas e baderneiros", e muitos trabalhadores nacionais, além de espancados, acabaram presos e sem emprego.

No entanto, com o crescimento da carestia entre os anos 1910 e 1913, cresceriam também as associações operárias e os protestos sociais. Mesmo assim, se pensarmos no conjunto do país, as greves até 1916 seriam raras. Foi em 1917 que as associações operárias conheceram, de fato, uma grande ampliação em seus quadros. A crise, o desemprego, a redução da demanda por mão de obra e o prolongamento da jornada explicam em parte a força do movimento. Nesse ano, a greve atingiu de 50 a 70 mil operários no Rio de Janeiro e em São Paulo foi considerada total. Se os resultados não foram imediatos e pragmáticos, a sublevação bem como sua repercussão ajudaram, com certeza, a organizar os trabalhadores e iniciaram a formação dos futuros sindicatos.

O clima andava quente e, entre 1919 e 1920, só na capital de São Paulo ocorrem 64 greves, e mais 14 no interior. O 1º de maio de 1919 congregou de 50 a 60 mil participantes na Praça XI, no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo. Em São Paulo, calcula-se a presença de número semelhante, estando incluídos têxteis, sapateiros, gráficos, padeiros, metalúrgicos e operários. Os números eram muito expressivos, sobretudo se levarmos em conta o histórico do país.

No entanto, com a chegada dos anos 1920, esse tipo de movimento e de reivindicação vai esvaziando-se, assim como os anarquistas seriam aos poucos suplantados numericamente pelos comunistas e, nos anos 1930 — já na era Vargas —, pelos sindicatos oficiais. Por outro lado, com o fracasso das duas greves que abriram os anos 1920 — a dos têxteis em São Paulo e a dos ferroviários no Rio, ambas ocorridas em março daquele ano — a mobilização decresceu. Não há espaço para lidarmos, com maior riqueza de detalhes, com os movimentos que estouraram também na área rural. O importante é que passaram a ocorrer insurgências no campo e nas cidades, revelando as fragilidades do novo projeto republicano. O progresso e a civilização pareciam ser para poucos, e as falácias do processo iam ficando cada vez mais claras. Longe de pensar em "dois Brasis" — um do campo e outro da cidade, dos nativos e dos imigrantes, ou da burguesia e do novo proletário industrial —, tais movimentos revelavam diferentes realidades, expectativas e formações sociais (Lima, 2011).

Um bom exemplo pode ser encontrado na relação entre Canudos e a designação "favela", empregada para nomear as ocupações que se desenvolviam de forma crescente nos arredores das cidades. Cronistas dizem que foi no morro da Providência que se localizaram as primeiras favelas do Rio de Janeiro, e que as primeiras habitações seriam o resultado imediato da dispersão de ex-combatentes de Canudos, os quais, com suas mulheres — as



Fotógrafo não identificado
Greve de 1917 — manifestação no largo do Palácio
A República conheceu um novo espetáculo: aquele das multidões que agora se manifestavam nos espaços públicos

FOTOGRAFIA, SÃO PAULO, 1917

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

chamadas viandeiras, que abasteciam de gêneros todo o regimento —, pousaram perto do Ministério da Guerra, na esperança de conseguirem resolver suas demandas. Eram centenas de mulheres, homens e crianças empurrados para a capital federal e durante algum tempo imobilizados diante da falta de resolução. E, assim, o que era um abrigo transformou-se em moradia definitiva, bem como a ocupação dos morros. A palavra favela tem origem em planta do mesmo nome que, por sua abundância, designava um dos morros de Canudos e, paradoxalmente, passou a nomear o próprio morro do Rio de Janeiro. A generalização do termo para os aglomerados urbanos de características semelhantes, no início do século XX, lembra esse encontro ainda hoje tenso e polêmico entre Canudos e a civilização urbana, mas também entre campo, sertão e cidade, ou, ainda, entre imigrantes e nacionais.

DEPOIS DE 1888: POPULAÇÕES NEGRAS APÓS A ABOLIÇÃO

Voltemos um pouco mais nossa atenção para o Sudeste do país, região que desde o início do século XIX, com a transferência da corte de d. João, ditava os destinos da nação. Por lá não haveria, supostamente, barbárie. Longe dos sertões bravios reinava soberana a "cidade moderna", local do exercício da igualdade e da cidadania. Mas a cidadania seria, como vimos, para poucos e logo estariam isoladas largas faixas da população, herdeiras da escravidão. A Lei Áurea de 1888 não só deixou de prever ressarcimentos aos proprietários (como esses tanto esperavam), como não priorizou uma política social de amparo a esses grupos sociais que, sem o aprendizado necessário ou a experiência nas cidades, não dispunham das ferramentas primeiras para competir em igualdade de condições com os trabalhadores nacionais livres, ou mesmo com as populações imigrantes que traziam consigo suas especializações e hábitos urbanos.

Ademais, com a voga das teorias raciais, influentes até os anos 1930, caía sobre esses grupos um fardo pesado, condicionado pelos modelos deterministas de interpretação social, que não só estabeleciam hierarquias entre as raças como condenavam a mestiçagem existente no país. Segundo tais modelos, a explicação para a falta de sucesso profissional ou social de negros e ex-escravos estaria na ciência, ou melhor, na raça, e não nas condições de vida ou no passado imediato. Na verdade, a entrada conjunta e maciça dessas teorias fez com que o debate pós-Abolição se afastasse da questão da cidadania e da igualdade em nome das razões e argumentos da biologia. A ciência naturalizava a história e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis.

E o movimento era duplo: de um lado, destacava-se a inferioridade presente no componente negro e mestiço de nossa população; de outro, tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na conjuntura do país. Bom exemplo é o hino da proclamação da República. Criado em 1890, portanto, um ano e meio após a abolição oficial da escravidão, conclamava: "Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país." Ora, a libertação mal ocorrera e já se silenciava (oficialmente) sobre ela ou a transformavam em "passado remoto". No entanto, longe do passado, impunha-se uma espécie de subcidadania, que visava a realidade dos sertões, mas também dos "cortiços", tão bem descritos por Aluísio de Azevedo, que em 1890 publicou romance homônimo, em que caracterizava tais aglomerados urbanos como verdadeiros barris de pólvora, não só por reunirem populações tão distintas — portugueses,

 espanhóis, ex-escravos, negros e mulatos livres —, mas por carregarem as mazelas dessa urbanização feita às pressas e à custa da expulsão de largos contingentes populacionais.

E a parte mais prejudicada nessa partitura foram os negros, sobretudo ex-escravos, que conviviam com o preconceito da escravidão (mesmo que extinta) e o preconceito diante de sua raça. Não por acaso, Lima Barreto, escritor que representa uma voz aguda nesse contexto, afirmou em seus diários que no Brasil "a capacidade mental dos negros é discutida *a priori*, e a dos brancos, *a posteriori*", e finalizou, desabafando: "É duro não ser branco no Brasil" (Barreto, 2010:83). O fato é que, após a Abolição, as populações de origem africana, espalhadas por todo o território nacional — e marcadas por um preconceito silencioso que se expressava a partir de uma leitura detida, hierarquizada e criteriosa das cores —, vivenciaram situações das mais variadas. Por mais que a Lei Áurea tivesse dado fim ao cativeiro, não se pode dizer que tenha terminado com o medo da reescravização, por exemplo, que fez com que muitos negros aderissem à monarquia, posicionando-se contra a República. Por outro lado, imagens como a do ócio e da preguiça associaram-se rapidamente aos ex-escravos e libertos, definindo-os como desorganizados social e moralmente. Tudo isso parecia responder ao modelo empregado, que privilegiou uma sociabilidade à europeia, distanciada de nossa história colonial e mesmo imperial. Distanciada, ainda mais, dos diferentes modelos, memórias e aprendizados sociais trazidos da África por essa população. Por fim, não há como esquecer que a Abolição igualou populações que experimentavam situações diferentes de inclusão social. Ou seja, se algumas famílias de negros, durante o Império, conheceram certa ascensão cultural e econômica, com a Lei Áurea viram-se todos na mesma vala comum que os assemelhava como libertos, ex-escravos, africanos.

Vale a pena, assim, olhar mais de perto a situação desses segmentos sociais e étnicos, que se apegaram logo de início à posse de certos objetos, cuja proibição de uso simbolizava a própria ausência de liberdade. Segundo o viajante L. Gaffre, logo após a Abolição, negros e negras, contando com suas pequenas economias, dirigiram-se às lojas de calçados, acessórios que lhes eram até então interditados. Convertidos em símbolo maior da liberdade civil recém-conquistada — e que ainda não parecia segura diante dos avanços e recuos da República —, sapatos eram orgulhosamente exibidos por seus proprietários. Mas se foi grande a procura pela aquisição desses novos ícones de liberdade, o resultado imediato mostrou-se decepcionante. Desacostumados ao uso de calçados, geralmente apertados

e pouco adaptados aos pés grossos calejados do trabalho e do contato com o chão, os novos fregueses rapidamente retiravam seus sapatos para dar a eles um uso, no mínimo, original: carregavam seus pares de sapatos como troféus, não nos pés, mas apoiados nos ombros, tal qual bolsas a tiracolo. Liberdade significava, porém, o arbítrio de se poder comprar o que se quisesse.

Nas áreas rurais, os ex-escravos misturaram-se à população pobre, constituindo a imagem de país mestiçado, tão comentada quanto criticada pelas teorias raciais do início do século XX, mas transformada em símbolo do Estado Novo, já nos anos 1930. Muito se escreveu sobre o nomadismo dessas populações, que evitavam se fixar em algum lugar restrito. Dizem os relatos que após a Abolição era possível observar ex-escravos isolados ou comunidades inteiras vagando pelos campos, ou estabelecendo-se por curto tempo, para voltar a perambular. A explicação para tanta mobilidade pode ser encontrada na experiência prolongada da escravidão, que jamais conheceu o sentido de propriedade. Por outro lado, uma vasta população de caipiras, sertanejos, caboclos, paulistas ou mineiros habituara-se a formar roças volantes e deslocar-se sazonalmente, atuando como vaqueiros, tangedores, domadores de cavalos, trabalhadores por jornada nas planícies do Sul ou na frágil pecuária nordestina. Daí vem um hábito que foi se fixando na memória do grupo, que tem a ver com a parcimônia dos bens e a recusa às criações animais (Wiessenbach, 2001).

Trabalhadores negros de alguma maneira se misturaram à população camponesa e aderiram ao modo de vida caipira e caboclo do interior de São Paulo. E, ainda mais, imiscuíram-se na produção agrícola das fazendas de Minas Gerais, assim como atuaram na economia açucareira do Nordeste e na cultura do algodão de uma maneira geral. Evitavam a fixidez e também viviam em torno dos "mínimos vitais", expressão cunhada por Antonio Candido (2010) para definir uma cultura voltada para a produção de pequenos excedentes, tanto comerciais quanto alimentares; uma sociabilidade que se utilizava das relações de vizinhança e dos grupos que se reuniam em arraiais, vilas e bairros rurais. Nem tão isolados eram nossos sertões, uma vez que essas pequenas roças, ou até mesmo locais como Canudos, supriam as cidades próximas de bens alimentícios.

Assim, uma série de representações acerca do elemento nacional convivia muitas vezes de forma tensa. Se algumas teorias destacavam a apatia e a degeneração dos mestiços, relatos de viajantes e cronistas enalteciam o que designavam como modo de vida puro e caipira — imagem que, por sua

vez, se contrapunha à dos sanitaristas que, como vimos antes, reconheciam neles um Brasil doente e decaído.

É dessa época a contraposição entre a ideia do mestiço corrompido — exemplo dos modelos de darwinismo racial — e a representação do Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, originalmente um caipira do vale do Paraíba que se tornaria uma das mais conhecidas caricaturas dos pobres rurais na literatura brasileira. Para Lobato, diante dos problemas que vivenciara como agregado, das grandes transformações na vida política nacional — como a Abolição ou a proclamação da República —, das secas intermitentes e da carestia constante, o caboclo "continuava de cócoras" e parecia alheio a qualquer mudança. Nessa mesma época, Rui Barbosa proferiu palestra intitulada "A questão social no Brasil" e partiu justamente da caricatura do Jeca para perguntar-se sobre uma concepção mais ampla da sociedade brasileira. Questionava ele, quem afinal seria o povo brasileiro: aquele caboclo sempre agachado e cujo voto podia ser comprado por um trago no bar ou um rolo de fumo, ou o senhor da elite, que lia em francês, fumava cigarros e ia aos teatros e óperas italianas? (Lima, 2011)

Perguntas desse tipo ocuparam os debates políticos que antecederam a Revolução de 1930 e permaneceram em pauta nos anos iniciais do governo Vargas, ao lado dos projetos de industrialização e de modernização do país. Porém, não havia dois países, mas um só: o dos edifícios altos e largas avenidas, e o das casas de pau a pique, na versão mineira, das cafuas na Chapada Diamantina, do mocambo nordestino ou das palhoças dos ribeirinhos. Era nesses locais que se praticava uma sociabilidade cabocla, contemporânea à nova e reluzente convivência nas cidades. Caracterizada pela hospitalidade por trás da rusticidade, pela cortesia e pelos ritos de respeito, mas também pela violência e pelas leis muitas vezes privadas, aí se construía todo um novo modo de vida. Na falta de médicos e boticas, escassos em grande parte do país, principalmente nas localidades mais ermas, a saída foi o uso alargado de receitas caseiras, ervas e poções populares, algumas delas depurativas, outras sudoríficas e outras ainda basicamente mágicas (Wiessenbach, 2001:70). Afinal, como bem mostra o etnólogo Claude Lévi-Strauss, a eficácia está mais ligada à crença e à vontade do milagre do que à sua realização (Lévi-Strauss, 1968). E assim se disseminaram os saberes curativos da terra: contra "dor de veador", "dor de passarinha", "morrinha do corpo", "fraqueza de sangue" nada como chá de carqueja, carobinha e marcelinha.

Também a dieta dos habitantes dos sertões estava muito distante dos cardápios elegantes e afrancesados da "corte" carioca. Por lá, ao lado de

uma agricultura itinerante, produzia-se uma alimentação caipira, à base de muita mandioca, milho e feijão. Em dias especiais, galinha ou carne-seca, tudo misturado com farinha de mandioca, pirão, angu e paçoca. Durante uma época em que o modelo de nacionalidade não se baseava em produtos da terra, mas investia pesado na entrada de bens estrangeiros, esse tipo de cozinha permanecia tão isolado quanto sua população, símbolo de uma alimentação chamada de "pobre" e considerada muitas vezes "bárbara" ou "pouco civilizada".

Outro aspecto particular a essa sociabilidade caipira e "do interior" era o respeito e observância à religiosidade popular, que misturava em doses generosas um catolicismo rústico com práticas retiradas de diversas tradições nacionais e também estrangeiras. O Brasil, já nesse contexto, apresentava-se como "campeão da cristandade". Mas, como mostrou bem Gilberto Freyre, por aqui se introduziu um catolicismo adocicado, moldado por costumes misturados, ainda mais nos cantos ermos do país. A proximidade com o sagrado fazia parte do cotidiano caboclo, que misturava feitiços, quebrantos, preces e toda sorte de orações dedicadas a santos igualmente variados. Missas, procissões, rezas coletivas faziam parte do dia a dia e mostravam modos diferentes de lidar com o tempo e a temporalidade. Não apenas a roça era itinerante, as festas interrompiam o trabalho, ao mesmo tempo que o constituíam. Em vez do ritmo apressado das cidades — agora tomadas por bondes, relógios de bolso e de parede, carros, jornais, telégrafos —, no campo, o calendário era marcado por outras referências, mais vinculadas à experiência pessoal.

Aí estava, pois, não outro Brasil, mas sua mesma face, quem sabe refletida no lado oposto do espelho. Uma forte barreira foi, assim, interposta por cronistas, sanitaristas e viajantes, os quais sistematicamente procuraram obscurecer ou até negar não só sociabilidades dessas populações mestiças (consideradas evolutivamente atrasadas e condenadas ao desaparecimento), como seus costumes, religiosidades e saberes. Nas vizinhanças do projeto modernista republicano sobrevivia e se recriava outro tipo de experiência comunitária. Se a urbanização crescente implicava a exclusão de largos setores da sociedade — que pareciam inadequados diante do novo projeto —, foi a partir de contestações de cunho popular que se manifestou esse outro lado da nação, igualmente verdadeiro.

Como dizia Euclides, no final de seu livro, quando lamentou a derrocada de Canudos: "Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem" (Cunha, 1973:392). Era dessa vertigem que se tratava...

No período que vai de 1830 a 1930, europeus, africanos e asiáticos entraram no Brasil e passaram a conviver e a se sujeitar a costumes, hábitos e regras muitas vezes distintos de seus países de origem. No entanto, foi a partir do final do século XIX que os movimentos migratórios recrudesceram. Até mesmo no continente europeu registrou-se intenso deslocamento entre o campo e a cidade. Antigos espaços vazios tornaram-se áreas de grande concentração humana, aglomerados urbanos onde a industrialização cumpria papel destacado. As imigrações transoceânicas com destino à América ganharam novo incentivo com a expansão das redes ferroviárias, dos sistemas de navegação a vapor, do telégrafo, do telefone e do rádio.

Práticas de moradia, de alimentação, tradições religiosas, costumes sanitários e educacionais seriam revolucionados, assim como os costumes, que opunham senhores a escravos, se veriam convulsionados. Iludidos por uma propaganda que garantia novas "terras prometidas", uma verdadeira febre imigratória arrebatou poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde (a partir dos últimos anos da década de 1910 e nos anos 20), japoneses (cujo próprio governo incentivaria a imigração). O mito da abundância dos trópicos, de um mundo gentil e afável, combinava com uma Europa que expelia sua população pobre, seus pequenos proprietários crescentemente endividados, diante de sistemas capitalistas eficientes e que geravam preços cada vez mais competitivos. Tal processo fez com que essas populações se tornassem mão de obra excedente para a industrialização, uma vez que seus países de origem, como Itália e Espanha, não tinham como absorvê-las. Por outro lado, o considerável aumento populacional, coadunado com a melhoria dos transportes, resultou em hordas de camponeses desempregados (Alvim, 2001:220). Mais de 50 milhões de europeus abandonaram seu continente de origem em busca da tão desejada "liberdade". Liberdade era palavra forte e de grande repercussão; no entanto, por aqui, na terra do trabalho forçado, ganharia ainda outras conotações. Escravos haviam recém-conquistado a liberdade, mas ainda lutavam para efetivá-la, nesse país onde marcas de cor se transformavam em traços da natureza. Ao mesmo tempo, a entrada dos imigrantes era vista como a solução para os impasses locais, apesar de se assemelhar a uma escravidão por dívida, em função dos altos custos da viagem, do transporte, da terra e das sementes, que eram repassados para o novo recém-chegado trabalhador.

A maior parte dos imigrantes transatlânticos dirigiu-se para a América do Norte, mas 22% do total — algo em torno de 11 milhões — foram para a

América Latina. Desses, 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Vale a pena destacar que, desse contingente, 46% seguiram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile (Alvim, 2001:221).

IMIGRANTES EUROPEUS E ASIÁTICOS QUE ENTRARAM NO BRASIL NO PERÍODO DE 1819 A 1940

NACIONALIDADE	1819–1883	1884–1940	TOTAIS
Alemães	62.327	170.645	232.972
Austríacos	8.404	85.790	—
Franceses	8.008	32.373	—
Espanhóis	15.337	581.718	597.055
Ingleses	6.678	23.745	40.381
Italianos	96.018	1.412.263	1.508.281
Iugoslavos	—	22.838	22.838
Japoneses	—	185.799	185.799
Poloneses	—	47.765	47.765
Portugueses	223.626	1.204.394	1.428.020
Russos	8.835	108.121	116.956
Sírios	—	20.507	20.507
Suíços	7.289	10.270	17.559
Turcos	—	78.455	—
Subtotal	436.522	3.984.683	4.418.133
Outras nacionalidades	110.128	174.034	284.162
Total geral	546.650	4.158.717	4.705.367

Fonte: IBGE, 1986; Witter et al. (apud Sevcenko, 1998).

O clima de insegurança gerado por diferentes rearranjos políticos levou à expulsão desses que passaram a ser considerados excedente populacional: muitos eram camponeses, mas havia também populações acostumadas ao ritmo veloz das cidades. Imigrantes procedentes da Itália, da Alemanha, da Polônia, da Espanha, de Portugal, do Japão desembarcavam a todo momento em países do Novo Mundo. Aqui chegando, era preciso não só encarar uma reversão de expectativas como uma convivência inesperada com vizinhos de costumes e histórias diferentes, e ainda lidar com o novo dia a dia dos

 trópicos, onde tudo parecia (e era) diferente: o clima, os alimentos, as práticas habitacionais, os códigos sociais, as religiões, o cotidiano.

Era importante, porém, e como dizia a expressão, "fazer a América", e, desde o princípio, o objetivo dos imigrantes era uma mudança transitória. Por parte do governo brasileiro, desde os tempos de d. João, empreenderam-se diferentes políticas de incentivo à imigração. Naquela época, várias famílias de portugueses fugidos de Napoleão, mas também de ingleses, instalaram-se no país e, mais particularmente, no Rio de Janeiro. Muitas delas voltaram quando a família real retornou à metrópole, em 1821, mas algumas acabaram por se instalar e deixaram raízes. Foi, entretanto, a partir da segunda metade do XIX e após a abolição do tráfico escravo, em 1850, que uma política mais efetiva passou a ser implementada, visando a minorar os efeitos da medida na diminuição da mão de obra necessária para o plantio do café.

Desde o início, o processo de imigração existente no Brasil apresentou duas características distintas. Em primeiro lugar, e por conta da existência de grandes áreas não ocupadas no Sul, onde as condições climáticas eram semelhantes às temperadas, instalou-se um modelo de imigração europeia baseado em pequenas propriedades policultoras. Tanto nos núcleos oficiais quanto nos particulares a terra era, na maioria das vezes, vendida a prazo, em lotes de vinte a 25 hectares, geralmente distribuídos ao longo dos cursos de água. Já no caso dos cafezais e, em especial, em São Paulo, que praticamente não contava mais com mão de obra escrava, o modelo vencedor foi aquele da imigração estrangeira dirigida ao campo, subvencionada pelo estado paulista ou pelos próprios proprietários, para o trabalho direto nas fazendas. Não obstante, se existiram teoricamente dois modelos, a maior parte dos imigrantes seguiu, efetivamente, para as fazendas de café. Foram poucos os núcleos de imigrantes estabelecidos nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, já que o grande mote era mesmo a cafeicultura, a qual, nesse contexto, mantinha a economia brasileira.

Foi fundamental a ação do governo estadual no formato e volume que ganhou a imigração estrangeira, muito especialmente aquela que se dirigiu para São Paulo. Enquanto num primeiro momento as iniciativas particulares prevaleceram, a partir da década de 1890 o subsídio da União, respondendo à pressão dos fazendeiros, cumpriu o papel de estabilizar o fluxo às necessidades crescentes da economia. Até 1900, a Federação subsidiou de 63% a 80% dos custos da entrada de imigrantes, e só a partir da virada do século, quando se destacaram as presenças de espanhóis e



Fotógrafo não identificado
Piquenique na Serra do Mar

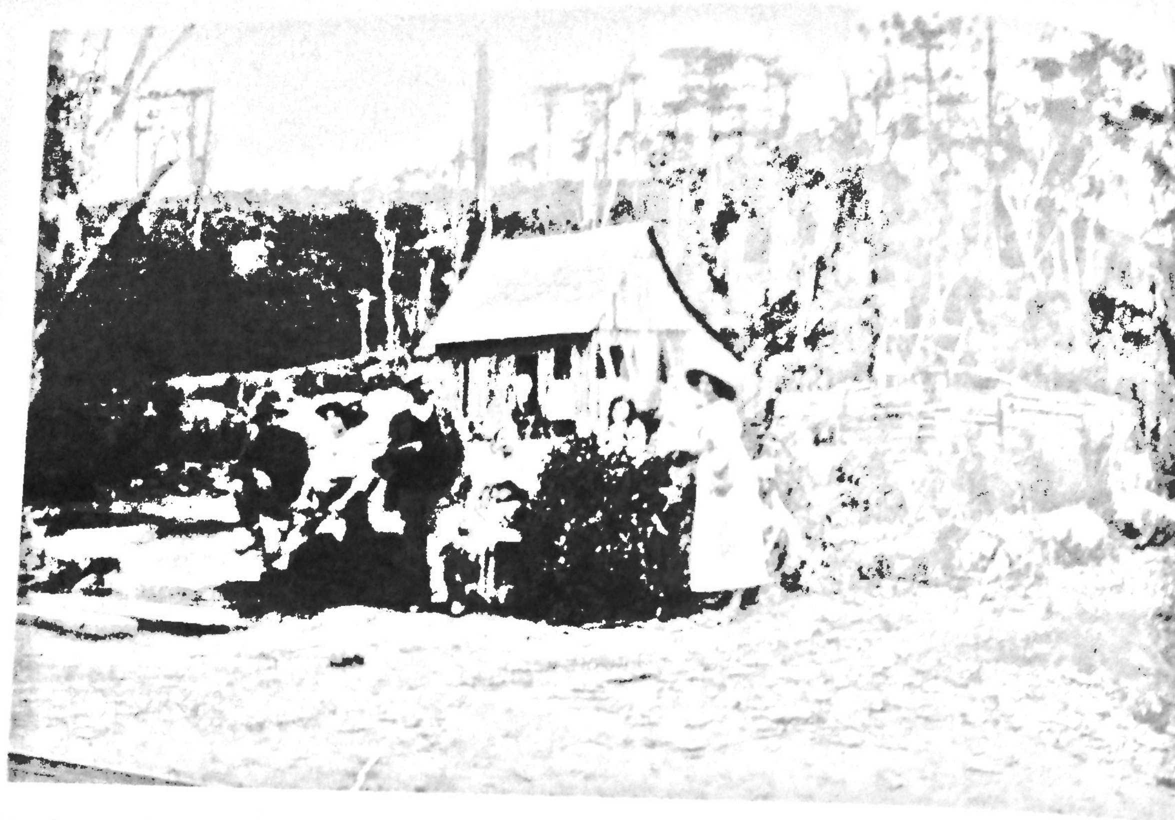
A imigração e os novos costumes considerados cosmopolitas mudariam o cenário de várias capitais do país. Nesse caso, vemos uma refeição ao ar livre que poderia ter ocorrido em qualquer país da Europa. Na foto, um norueguês, um sueco e um alemão, com suas respectivas famílias

FOTOGRAFIA, *CA.* 1905

ACERVO MUSEU ALFREDO ANDERSEN, CURITIBA

portugueses em São Paulo, é que uma imigração dependente de recursos públicos se firmou. Nesse caso, o movimento populacional não derivava mais da expansão cafeeira, mas expressava a intensificação das atividades urbano-industriais naquela região.

Se os fazendeiros pareciam não se incomodar com a mobilidade dos trabalhadores nacionais, no que se refere aos imigrantes as regras eram bem mais estritas. Era necessário "amortizar o investimento" e, para tanto, fazia-se todo tipo de pressão. Além do mais, os novos camponeses, rapidamente transformados em semiescravos por dívida, logo viam ruir seus sonhos de prosperidade. Afinal, enquanto o fluxo imigratório foi diretamente financiado pelos empreendedores, esses se achavam no direito de



Fotógrafo não identificado
Construções rurais de colonos poloneses
A entrada alargada de imigrantes, de diversas procedências, tingiria a cor do país e alteraria hábitos arraigados
FOTOGRAFIA, 1912
FUNDO RUY WACHOWICZ, ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, CURITIBA

cobrar por tudo. Para os imigrantes que se dirigiram ao Sul — poloneses e alemães, na maior parte das vezes —, a situação, apesar de distinta, não era mais alentadora. Instalados em regiões isoladas entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tentavam recriar seus costumes tendo ao redor de si uma vizinhança difícil.

Comuns a todos eram as dificuldades que começavam já na viagem. Vítimas de exploradores, pagavam sobretaxas ou preços excessivos por um translado dos mais rudimentares. Amontoados em navios de pouca categoria, conheciam as diferenças culturais e de origem logo na travessia oceânica. Não só eram originários de diferentes regiões de um mesmo país, como a convivência inesperada com colegas de países rivais (como Alemanha e Polônia) incorria em brigas inevitáveis. As línguas eram

diferentes, assim como os dialetos, e, uma vez chegados, todos estranhavam a dieta à base de farinha, arroz e feijão, ou a morada em casas enfileiradas, construídas de barro e com tetos de palha.

Para aqueles que se dirigiam a São Paulo, antigas senzalas foram adaptadas com o objetivo de acomodar os novos trabalhadores. Nesse caso, em vez de rupturas havia antes continuidades com os modelos dessas elites brasileiras, acostumadas ao trabalho compulsório, ao mandonismo e ao compadrio. Além disso, habituadas ao regime de servidão, tais elites acreditavam que essas populações deveriam se mostrar agradecidas e leais, estabelecendo vínculos pessoais com seus novos patrões. Por isso, as fugas e revoltas eram recebidas, em princípio, com grandes doses de incompreensão. Modelo dos mais ambivalentes, o sistema de imigração subsidiada criava, à sua maneira, subcidadãos, inicialmente pouco vinculados ao Estado e imediatamente dependentes dos fazendeiros que garantiram a sua chegada e sustentação nos trópicos.

Não se quer com isso dizer que se tratava de uma população só vitimizada e passiva diante de sua nova condição. Ao contrário, diante dessas novas redes e fluxos que a economia capitalista e globalizada trazia — marcada por novas fronteiras e populações nômades —, também no Brasil se produziu uma sociedade heterogênea, mas igualmente delineada pela reordenação cultural e manifestações de toda ordem: messiânicas, milenaristas ou evidentemente políticas e sociais. Tanto que o tema da segurança — sanitária ou mesmo policial — passou a fazer parte das novas agendas governamentais. A saída mais recorrente foi a reação, ora passiva, ora violenta, estando os registros policiais repletos de referências a crimes de “vagabundagem”, “gatunagem”, mas também assassinatos ou outros atos violentos.

Abismos sociais podem ser observados não só nos hábitos sanitários e alimentares dos caipiras e sertanejos, mas também na diversidade de imigrantes. Longe de constituírem grupo homogêneo, os imigrantes pertenciam a segmentos e origens distintos. Alguns, vindos de regiões mais ao norte da Itália, estavam habituados à vida nas cidades. Outros, como a grande maioria originária de Veneto, ao contrário, readequavam costumes eminentemente rurais. Esses italianos substituíram a polenta pelo arroz, conheceram novos legumes e frutas, e tiveram de esperar para poder pendurar as linguiças e toucinhos secos nos tetos das casas. Católicos fervorosos e tradicionais, poloneses e italianos estranhavam o catolicismo rústico existente no país e reafirmavam sua fé decorando as casas com santos de devoção e demais símbolos pátrios. Hábitos de higiene também dividiam as populações. Os italianos normalmente tomavam banho uma

 vez na semana — em geral, aos sábados ou domingos —, contentando-se em banhar as mãos e as partes mais suadas do corpo: o famoso "banho de gato". Reagiam, pois, à fartura de água dos brasileiros, que diariamente tomavam banho de tina ou pulavam nos rios, ou ao "furô" dos japoneses, sempre dispostos a uma imersão coletiva. O maior estranhamento, de parte a parte, se manifestaria em relação aos japoneses. Segundo relatos de nacionais, os japoneses só ficavam satisfeitos quando viam o arroz crescer em suas plantações, já que quando recebiam carne-seca ou bacalhau não sabiam que deveriam deixá-los de molho para que a carne amolecesse e o bacalhau perdesse um pouco do sal. Feijão não entrava na dieta, assim como a farinha. Diferentemente dos europeus, pouco investiam na melhoria de suas casas. Não as decoravam ou davam um toque mais pessoal, até porque todo dinheiro economizado deveria ser destinado aos parentes, ou virava pecúlio para um futuro e desejado retorno (Alvim, 2001).

O fato é que a Babel de línguas e dialetos que então se projetou levava a todo tipo de problemas. Vizinhos se estranhavam, diferentes interpretações da língua geravam incompreensões e conflitos estouravam diariamente. Alemães do Norte brigavam com os do Sul; japoneses tinham atritos constantes com italianos; poloneses com alemães, e todos com os locais. Se, por um lado, "os brasileiros", sobretudo negros e caboclos, eram considerados "pau para toda obra" — ensinavam técnicas locais de agricultura, de construção, de transporte, de cozimento dos alimentos —, por outro, todos os imigrantes os viam como inferiores. Entretanto, era necessário dominar padrões nativos, até para melhor manipulá-los ou conseguir adaptar com sucesso velhos costumes.

Se alguns imigrantes retornaram a suas terras de origem (e entre italianos e portugueses se estima um total de 37% a 40%), os que permaneceram tenderam a reler hábitos locais, adaptando costumes trazidos junto com a bagagem. Olhando o outro lado da moeda, alguns repatriados portugueses, por exemplo, passaram a usar ternos brancos e chapéus de palha, vestimenta nada condizente com o clima temperado europeu (Alvim, 2001:285); e ex-escravos reconduzidos à África, mais especialmente à Nigéria, eram com frequência por lá chamados de "brasileiros". Convertiam-se, portanto, em estrangeiros por aqui e por lá, e reafirmavam uma identidade feita de pedaços e de maneira contingencial (Cunha, 1978).

Mas a maioria, apesar dos percalços, acabou se adaptando às terras brasileiras. A cada povo o seu credo, e também nesse campo a fé tendeu a se afirmar e misturar. Curandeiros, benzedeiras e ervanários percorriam fazendas de norte a sul, levando conhecimentos mistos e cada vez mais partilhados. Na falta de médicos e remédios, esses profissionais ocuparam espaços legítimos



Fotógrafo não identificado
Apreensão do jornal anarquista Spartacus
FOTOGRAFIA, RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1919
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

e as orações tomaram o lugar da ciência. Dizem que três "remédios" davam conta de uma coleção de males: óleo de fígado de bacalhau purificava, sal amargo liberava o estômago e as constipações, e óleo de rícino atuava como purgante. Do Rio Grande do Sul às fazendas paulistas apelava-se para esses remédios milagrosos e, quando nada dava certo, a saída era abusar das orações e dos próprios curandeiros. Por sinal, na Bahia, havia muitos xamãs e ifás (adivinhos) que traziam conhecimentos da África e misturavam ervas e muita fé. O mesmo ocorria ao Norte, onde imperavam um conhecimento ameríndio e o uso alargado das plantas locais. Enfim, nesse mundo de universos cruzados, a religião parecia atravessar barreiras e produzir diálogos possíveis. Se a língua e os costumes higiênicos afastavam, a fé aproximava. Como diria o cantor Gilberto Gil, quase um século depois: "Andá com fé eu vou, que a fé não costuma faiá!"



Imigrantes portugueses — foto de passaporte

DOCUMENTO ORIGINAL, 1922

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Por volta de 1930, essa tendência à imigração transoceânica diminuiria de maneira sensível. Em 1927, por exemplo, o destino de imigrantes que procuravam terras europeias superava em muito o daqueles que preferiam experimentar a sorte em outros continentes. Por outro lado, vários países instituíram políticas restritivas, a começar pelos Estados Unidos, logo seguidos por nações como o Brasil. De 1917 a 1924 os Estados Unidos limitaram a entrada de estrangeiros e, em dezembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas, alegando a necessária disciplina diante da "afluência desordenada de imigrantes responsável pelo desemprego das populações locais", adotou o mesmo tipo de política (Petrone, 1978:97).

Mas a paisagem humana local já estava, a essas alturas, definitivamente alterada. Até hoje, em São Paulo, se come uma boa pizza aos domingos à noite, uma macarronada no almoço de sábado, com direito a quibe e tabule ao anoitecer. Quem preferir uma refeição mais leve poderá apelar para um sushi, ou pode se sair bem com um arroz *chop-suey* à moda chinesa. Café da manhã se completa com uma passada no português da padaria e com azeite espanhol. Isso sem esquecer as padroeiras de várias procedências e o sotaque para sempre misturado. Talvez tenha sido Juó Bananère (na verdade, Alexandre Marcondes de Machado, um paulista que nada tinha de ascendência italiana) quem melhor expressou essa mistura acelerada. Escreveu sua obra utilizando o *patois* falado pela colônia italiana de São Paulo e editou *La divina increnca*, em 1915, intitulando-se "Gandidato à Agademia Baolista di Letteras" (Candidato à Academia Paulista de Letras). Ficou famoso por sua paródia ao poema "Canção do exílio", de Gonçalves Dias, que no século XIX transformara-se numa espécie de hino romântico e nacional.

Migna terra tê parmeras,
Che ganta inzima o sabiá.
As aves chestó aqui,
Tambê tuttos sabi gorgeá.
A abobora celestia tambê,
Che tê lá na mia terra,
Têm oltos millió distrella
Che non tê na Ingraterra.
Os rios lá sô mais egrandi
Dus rios di tuttas naçó;
I os matto si perde di vista,
Nu meio da imensidó.
Na migna terra tê parmeras
Dove ganta a galigna dangola;
Na migna terra tê o Vap'elli,
Chi só anda di gartolla.

INDÍGENAS E AMERÍNDIOS: OS "BÁRBAROS" (AINDA) ENTRE NÓS

Entre os muitos excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os ameríndios e indígenas de uma maneira geral. Se mesmo no Império o

interesse por eles foi muitas vezes mais retórico do que pragmático, se os nativos figuraram antes no romanceiro romântico e na pintura histórica do que em políticas de ampla aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente. Caso exemplar, nesse sentido, foi o massacre do grupo caingangue, para que a estrada de ferro Noroeste do Brasil pudesse passar. À época, Hermann von Ihering, conhecido diretor do Museu Paulista (ou Museu do Ypiranga), foi aos jornais defender o extermínio desses grupos. Os "trilhos da civilização", dizia ele, precisavam passar e os indígenas, que nunca foram entendidos como proprietários ou bons vizinhos, foram encarados como impedimento e obstáculo. A resistência indígena teve início em 1840 e só em 1912 foi derrubada a "muralha caingangue", como era então conhecida a sublevação nativa.

No Oeste paulista tal processo se iniciou de maneira mais efetiva em 1880, com a demarcação de terras das tribos guaranis, xavantes e caingangues. Entretanto, se as duas primeiras nações foram de certa maneira "integradas", apesar de culturalmente dizimadas, a última lutou até o final, resistindo à invasão de suas terras. O auge dos confrontos se deu no início do século XX, mais especificamente em 1905, com a efetiva construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. A paz só foi alcançada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Por sinal, de 1913 a 1914, esteve na condução dessa instituição Cândido Mariano Rondon, outro grande nome do período. Militar e sertanista, ele desenvolveu linhas telegráficas na região Centro-Oeste, integrando desde a região central até a Amazônia, além de estabelecer contato frequente com vários grupos indígenas.

Se o século XIX e o início do XX foram marcados pela heterogeneidade demográfica e socioeconômica, também com relação à política de terras a prática mostrou-se das mais diversificadas: áreas de colonização antiga contrastavam com novas frentes de expansão. Esse não é só o caso do Sudeste, como da Amazônia, redescoberta, entre outros motivos, por conta da expansão da borracha. Numa época em que os transportes possibilitaram uma oferta acelerada do produto, o látex proveniente da seringueira passou por um surto tão curto quanto efetivo, que ocorreu entre o final do século XIX até a primeira década do XX. A Amazônia foi invadida, então, por seringueiros, que fugidos da carestia do Nordeste procuravam novas oportunidades, enfurnando-se nos rios e chegando até regiões isoladas para o retiro da borracha. São muitos os relatos de brigas e conflitos com os locais, mas também ocorreram inúmeros casamentos com membros da população indígena.

 De toda maneira, se esses dois exemplos não esgotam a gama de casos envolvendo relações com ameríndios, servem para demonstrar como a questão indígena deixou de estar essencialmente vinculada ao tema da mão de obra para se configurar como um problema da terra. Nas regiões de povoamento antigo, por exemplo, tratava-se de se apoderar das terras dos aldeamentos. Já nas frentes de expansão ou rotas fluviais, se houve uso de mão de obra indígena, o objetivo era novamente a conquista territorial, bem como "a segurança dos colonos". O fato é que se até então indígenas eram necessários para suprir a carência de mão de obra, nesse momento a solução dessa escassez implicará medidas que, se não eram inéditas, jamais haviam sido implementadas com a conivência do Estado. A partir do XIX, passou-se a debater acerca de duas medidas opostas: ou o extermínio dos índios "bravos", "desinfestando" os sertões longínquos, ou se cumpriria "civilizá-los e incluí-los na sociedade". Isto é, ponderava-se em torno da brandura ou da violência com que se deveria enfrentar essas populações, consideradas avessas à modernidade (Cunha, 1992:133).

Dessa maneira, de um lado se recupera o debate que vinha desde o século XVIII, com a Ilustração francesa, sobre a perfectibilidade do homem e a capacidade dos indígenas em evoluir. De outro lado, porém, a partir do século XX, e diante da certeza do progresso e da evolução única e inevitável, uma política de extermínio passou a ser efetivada, condenando essas populações ao desaparecimento. Assim, enquanto em meados do XIX os ameríndios eram considerados decaídos, mas passíveis de incorporação à sociedade ocidental, a partir do XX, e sob a influência do positivismo, eles passam a ser entendidos como a infância da humanidade, para alguns, mas degenerados em potencial, para muitos outros.

Apesar dos termos da Constituição republicana, tardaria para que uma política mais sistemática de proteção e inclusão dos índios fosse implementada. Nada como lembrar a metáfora da ferrovia — dos "trilhos da civilização" —, ou pensar na locomotiva como símbolo dessa época veloz que acreditava na utopia de um único progresso. Como dizia o dístico preso à primeira locomotiva que percorreu a estrada de ferro na Inglaterra: "*Catch me if you can.*"

PROFISSIONAIS LIBERAIS E OPERÁRIOS NA TERRA DO FAVOR

Somando dois mais dois — crise da economia agrário-exportadora, desenvolvimento do setor público, entrada de volumosa população emigrante e o crescimento urbano que se acelera ainda mais após o final da Primeira

Guerra Mundial —, percebe-se a formação e o fortalecimento de um grupo significativo de profissionais liberais, crescentemente desvinculado da grande lavoura. O processo de "substituição de importações" levará à expansão do pequeno comércio e da indústria nascente e com ele ao aparecimento de novos comerciantes, artesãos, intelectuais e industriais de porte ainda modesto. Por outro lado, com a intervenção do Estado, cresce o funcionalismo público e o número de assalariados ligados ao sistema administrativo do país. No período em questão, a população ocupada no setor agrícola sofre um refluxo, paralelo e comparável com o crescimento do setor terciário, que chega a 41,2% em 1920, para cidades de 20 mil habitantes ou mais (IBGE, 1920).

Nesse sentido, o Rio de Janeiro teve papel significativo, uma vez que reunia as características de entreposto comercial e capital federal: centro do aparelho de Estado. Segundo o Censo de 1906, a população local se dividia em quatro grupos: aquele dedicado à produção de matéria-prima, com 25.755 habitantes; o que se dirigia à transformação e emprego de matéria-prima (indústria, transporte e comércio), com 201.361 habitantes; outro voltado para a administração e profissões liberais (força e segurança pública, funcionalismo, carreiras liberais e capitalistas), com 44.493 habitantes; e um último grupo composto por profissões como serviço doméstico, jornaleiros, trabalhadores braçais, com 540.014 habitantes. Esses dados, por sua vez, espelhavam de certa maneira o comportamento da população total da cidade de 805.335 habitantes, sendo 619.648 urbanos e 185.687 rurais (Recenseamento de 1920 e 1922).

Ocorre, pois, um verdadeiro inchamento do aparelho de Estado e a criação de uma ampla camada de funcionários públicos, tão ironizados por literatos como Machado de Assis ou mesmo Lima Barreto, eles próprios tendo atuado na profissão. No conto "Três gênios da secretaria", este último escritor elabora verdadeiro "manifesto às avessas" da profissão:

> *Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. [...] Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o Estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na sua missão de regular a marcha e a atividade da nação [...]. Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez do ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e*

> *fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre [...]. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República. O corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquieta--se, não tem efervescências nem angústias; as praxes estão fixas e as fórmulas já sabidas* (Barreto, 2010:156).

Em São Paulo também se verificou processo semelhante, só que nesse caso era premente a construção de uma infraestrutura de serviços necessária ao setor exportador (Pinheiro, 1978:20). Além do mais, expandiu-se o fenômeno dos fazendeiros absenteístas: grandes proprietários do café que deixaram o campo para viver nas cidades e de lá gerenciavam seus negócios. Já em Pernambuco, a conformação de grandes usinas em detrimento dos antigos engenhos, bem como a concentração de terras, expulsarão pequenos proprietários para as cidades, onde um setor de serviços se desenvolvia, ainda que de maneira incipiente. Importante é que as cidades cresceram, mas sem romper com a dinâmica do modelo agroexportador e, mais ainda, à sua sombra, o que gerará muita ambiguidade: de um lado, as novas classes médias urbanas mantinham-se dependentes das oligarquias rurais, de outro, tentavam ganhar autonomia no comércio ou na burocracia do Estado.

No entanto, e sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, ocorreu o fortalecimento de novos protagonistas, assim como a criação de um setor mais autônomo e que passou a se contrapor aos interesses agrários, nomeadamente o coronelismo. Exemplos de revoluções da nascente classe média urbana foram a Campanha Civilista de 1909, a luta contra a carestia, as rebeliões tenentistas dos anos 1920 — que percorreram o país de ponta a ponta — e até mesmo a Revolução de 1930, que instituiu não só nova realidade regional (com a ascensão da região Sul), como uma insurgente classe, representada pelas forças urbanas. Em causa estava o alargamento no poder, a entrada das classes emergentes e a crítica ao agrarismo.

Mas esse civilismo tinha seus limites, uma vez que representava menos a autonomia desses novos grupos do que a expressão de seu descontentamento ante o renitente domínio oligárquico rural. Aí estavam características quase endêmicas, praticadas na América Latina e no Brasil, em particular, que a proclamação da República e o novo regime não viriam a alterar. Ao contrário, o recrudescimento do coronelismo e sua correlação com o governo, a princípio, neutralizariam a atuação desses novos grupos urbanos, limitando a participação e o voto. O fato é que era difícil mostrar

autonomia nessa terra do favor. Longe da noção do individualismo político, da compreensão de que a Abolição era resultado de um movimento coletivo e que a República resultara de um acerto entre cidadãos, permanecemos durante longo tempo atados ao complicado jogo das relações pessoais, contraprestações e deveres: chave do personalismo e do próprio clientelismo.

Mas não há como negar que a jovem República modernizou e institucionalizou o Brasil. Foi nessa época que as cidades começaram a crescer, a industrialização se impôs, imigrantes mudaram a feição do país e novas formas de cidadania foram sendo implementadas. Dizia-se que todos queriam se parecer mais com o tempo vindouro do que com o contemporâneo. Modas, inovações, estilos literários representavam, de diferentes maneiras, a velha/nova mística do progresso. Mas se muito mudou, vários elementos permaneceram, até porque o poder e o privilégio continuariam nas mãos de poucos. Se a sociedade ia ganhando ares urbanos e dinamizava-se, o cenário ainda era propício à aplicação de políticas de favorecimento. Por outro lado, nesse mundo da modernidade conviviam muitas temporalidades: o sertão, a cidade, uma Polônia transplantada, um Japão recriado, muitas áfricas no Brasil. Conforme ironizava Gilberto Freyre: "O tempo de Antônio Conselheiro e o do conselheiro Rodrigues Alves, por exemplo, foram contraditórios e diversos, embora ambos vivessem na mesma época e cada um fosse ao seu modo conselheiro" (Freyre, 1957:XXIII). Ou, como diz Gilberto Gil em sua música *Parabolicamará*: "Antes mundo era pequeno porque Terra era grande/ Hoje mundo é muito grande porque Terra é pequena/ Do tamanho da antena parabolicamará/ Ê, volta do mundo, camará/ Ê-ê, mundo dá volta, camará."

POPULAÇÃO, POR GÊNERO (1872–1920)

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1872	9.930.478	5.123.869	4.806.609
1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE. Rio de Janeiro, volume 56, 1996.

PARTE **2**

HEBE MATTOS*
A VIDA POLÍTICA

ALÉM DO VOTO: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

Neste texto, o leitor irá encontrar uma interpretação da experiência política da Primeira República brasileira que toma a noção de política e de atores políticos em sentido ampliado. Associando o campo da história política com a história social e cultural, a narrativa busca colocar em relevo a imprevisibilidade do processo percorrido, bem como as relações entre tradições, incertezas e inovações que o caracterizaram. Para isso, revisita também alguns aspectos da política imperial, essenciais para pensar as rupturas e continuidades trazidas pela República. Principalmente, pretendeu-se chamar atenção para a especificidade da constituição de uma noção republicana de cidadania em uma sociedade que acabava de abolir a escravidão. O Brasil foi o último país da América a trilhar esse caminho, mas seus desafios foram comuns a todo o continente.

UMA REPÚBLICA PROCLAMADA

No dia 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro (então, sede da Monarquia), foi publicado no jornal *A República* o texto considerado manifesto fundador do movimento republicano no Brasil. O manifesto trazia em destaque ideias de democracia e federalismo e citava expressões como

* A pesquisa bibliográfica e a revisão factual do presente capítulo foram desenvolvidas em colaboração com Carolina Vianna Dantas.

 "soberania do povo", "liberdade individual" e "voto do povo". O poder pessoal do imperador e sua interferência nos resultados eleitorais eram os principais alvos dos que assinavam o manifesto, em sua maior parte, dissidentes do Partido Liberal. Em regra, o Poder Moderador, de uso restrito do imperador, formava o gabinete com um dos partidos políticos atuantes na Monarquia constitucional brasileira (Liberal ou Conservador) que, por sua vez, constituía as mesas eleitorais, que organizavam e proclamavam os resultados das eleições em nível local. Numa espécie de institucionalização da fraude, o partido que convocava as eleições fazia, necessariamente, a maioria na Câmara, o que transformava o monarca, na prática, no verdadeiro e grande eleitor.

O texto do manifesto ignorava o tema da escravidão, apesar de ter sido publicado pouco menos de um ano antes da principal reforma social empreendida pela monarquia brasileira anterior ao ato definitivo da Abolição, em 1888 — a aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.

Os republicanos simplesmente não chegaram a um consenso sobre a questão. Muitos eram abolicionistas convictos. Outros, prósperos fazendeiros escravistas que iriam se opor à aprovação da lei de 1871. Concentravam-se principalmente na província de São Paulo, fronteira de expansão da cafeicultura, principal produto de exportação do país. Os interesses da região estavam sub-representados na pouco flexível estrutura de representação política imperial. A defesa do federalismo levou muitos deles para o campo reformista. O Partido Republicano Paulista foi fundado em 1873.

A partir da década de 1870, surgia no Rio de Janeiro uma nascente opinião pública baseada no crescimento dos setores médios urbanos, em uma imprensa crítica e em uma cultura política que passava a valorizar a ocupação dos espaços públicos. Nos cafés da efervescente rua do Ouvidor, no centro do Rio, políticos, literatos, estudantes, artistas e jornalistas de todas as províncias e com todos os sotaques formavam uma caixa de ressonância que introduzia muitas novidades ao cenário político. Na Escola Militar da Praia Vermelha, o positivista Benjamin Constant formava jovens engenheiros militares pouco afeitos à arte da guerra, mas que amavam a República e se viam como soldados-cidadãos. Segundo a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello, a nova opinião pública da capital irmanava-se no apreço à modernidade e ao progresso, noções que muitas vezes se confundiam com a ideia republicana.

Imersos em uma sociedade escravista e pluriétnica, num contexto internacional crescentemente racista que justificava a expansão europeia



Fotógrafo não identificado
José do Patrocínio: um dos grandes líderes abolicionistas nacionais
FOTOGRAFIA, S.D.
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

na Ásia e na África, intelectuais e políticos muitas vezes olhavam com desconfiança para o que lhes parecia um povo ainda em formação, mas nem todos temiam a mobilização popular como arma política.

José do Patrocínio, farmacêutico, jornalista, político, filho de uma liberta africana com um padre católico e chefe político do interior do estado do Rio, era uma das figuras mais conhecidas da cidade. Em torno do seu jornal *Gazeta da Tarde* reuniam-se artistas e escritores boêmios que agitavam as ruas e os cafés do Rio na última década do Império. Outros

propagandistas republicanos, como Lopes Trovão e Silva Jardim, eram oradores que tinham sua performance política ligada à praça pública, o que os aproximava de operários e trabalhadores urbanos. A campanha abolicionista reuniu boa parte desses intelectuais em comícios, *meetings* e conferências, e levou muitos a arriscar alianças pluriclassistas, como a construção de redes para acolher escravos fugidos.

A abolição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa regente em 13 de maio de 1888, foi conquistada num movimento de desobediência civil sem precedentes e gerou a expectativa de novas reformas, ainda que não se soubesse bem como seriam feitas. Federalismo ou pelo menos descentralização, abolição do Conselho de Estado e do Senado vitalício, separação da Igreja e do Estado, criação do registro civil (instituído pela Monarquia ainda em 1888), maior participação política eleitoral, meritocracia e o fim dos privilégios nobiliárquicos estavam na ordem do dia. Alguns falavam mesmo, como o engenheiro liberal André Rebouças, em concessão de terras aos libertos e em democracia rural.

O aprofundamento das reformas no âmbito do regime monárquico pareceu uma possibilidade concreta depois da Lei Áurea. Rui Barbosa, eminente jurista, principal autor da primeira Constituição republicana e primeiro ministro da Fazenda do governo provisório, foi um reformista monarquista do Partido Liberal até a última hora. Mas as reformas vinham lentas e eram grandes as contradições. Muitos dos recém-libertos, agora cidadãos, tornaram-se convictos monarquistas, tomando parte da Guarda Negra, criada após a abolição em defesa da princesa e dos direitos dos libertos, com apoio de José do Patrocínio. Paralelamente, boa parte dos seus ex-senhores se transformava em republicanos e exigia indenização. Eram os republicanos do 14 de Maio.

Por outro lado, em 1886 e 1887, acumularam-se conflitos disciplinares entre as autoridades civis no Ministério da Guerra e oficiais do Exército, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde se concentrava a maioria dos efetivos. Uma repreensão do governo aos coronéis Cunha Matos e Sena Madureira por declarações na imprensa resultou na exoneração do marechal Deodoro da Fonseca (que saíra em defesa dos oficiais punidos) do comando das Armas e do exercício interino da presidência da província do Rio Grande do Sul. A crise que se seguiu tornou-se conhecida como "questão militar" e aproximou o velho oficial, amigo do imperador, dos jovens oficiais republicanos reunidos em torno de Benjamin Constant nas assembleias do Clube Militar. Apesar disso, a crise foi basicamente corporativa e parecia estar terminada em 1887.

Mas os jovens oficiais republicanos mostravam-se decididamente dispostos a aproveitar os brios feridos dos oficiais de carreira para conspirar pela República. Segundo Celso Castro, especialista no estudo dos militares brasileiros no período, "toda a ação da 'mocidade militar' — agora contando com o envolvimento de Benjamin Constant — será no sentido de forjar uma continuidade da Questão Militar de 1886–1887" (Castro, 2000:53). Em setembro de 1889, a demissão de um oficial ausente do seu posto no Tesouro Nacional pelo visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete do Império, e a chegada de Deodoro ao Rio de Janeiro, vindo de missão no Mato Grosso e descontente com as decisões políticas do governo para o Rio Grande do Sul, abriram novas perspectivas para os que sonhavam com um golpe.

Em novembro, o descontentamento militar tomou ares decididamente golpistas, envolvendo Deodoro e lideranças civis em conspirações republicanas, mas ainda assim o desenrolar final dos acontecimentos não seguiu qualquer plano articulado. Apesar das muitas controvérsias interpretativas sobre o episódio, é consenso entre os pesquisadores que boatos de que havia uma ordem de prisão contra ele próprio e Benjamin Constant acabaram por convencer um Deodoro que se encontrava em casa com problemas de saúde a liderar as tropas sublevadas. Em parada militar, o velho marechal dirigiu-se ao Campo de Santana, e entrando no quartel-general onde estavam reunidos os representantes do governo, destituiu o último gabinete monárquico. As tropas legalistas, muito mais numerosas, sob o comando do general Floriano Peixoto, não esboçaram reação. Apesar da conspiração republicana que preparou o ato, naquele primeiro momento Deodoro limitou-se a derrubar o gabinete. Só ficou claro para todos que se tratava de mais do que isso quando, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, algumas horas depois, uma representação liderada por José do Patrocínio declarou, em nome do povo, consumada a queda da Monarquia e proclamada a República como nova forma de governo do Brasil. Apenas à noite instalou-se um governo provisório. O imperador foi intimado a deixar o país em 24 horas. A partida da família imperial foi realizada de madrugada e em movimentação sigilosa.

Apesar do prestígio pessoal do imperador, o golpe não suscitou reações imediatas de maior vulto. No Campo de Santana, o ministro da Marinha, barão de Ladário, tentou se opor aos revoltosos, mas levou dois tiros. Também não produziu manifestações festivas entusiasmadas. Conforme bem assinalou a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello, uma monarquia já sem sustentação política e a expectativa reformista da opinião pública carioca deram ao evento um *quê* de mudança inevitável.

Consumado o golpe de Estado, instalou-se um governo provisório, liderado por Deodoro, no qual militares de carreira (o próprio Deodoro, presidente, e o ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk) e militares de formação científica (Benjamim Constant, ministro da Guerra), republicanos históricos (Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, Aristides Lobo, ministro do Interior) e intelectuais reformistas (Rui Barbosa, ministro da Fazenda), muitos deles positivistas (Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura), além de membros do Partido Republicano Paulista (Campos Sales, ministro da Justiça), estiveram representados, dando conta das forças que atuariam na institucionalização do novo regime.

O primeiro decreto do novo governo declarou "proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira — A República Federativa (art. 1º), até o pronunciamento definitivo da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular" (art. 7º), e já no seu preâmbulo mudava o nome do país para Estados Unidos do Brasil e transformava em estados as antigas províncias. Sinalizava assim para a opção federalista como a primeira das reformas a serem implementadas, contemplando demanda do Partido Republicano Paulista, principal força civil organizada no novo regime. A constituinte eleita e que se reuniu um ano depois barrou a possibilidade de candidatos monarquistas.

A tensão inicial entre a tentação de uma ditadura militar positivista e uma república constitucional foi vencida pelos constitucionalistas. Em 19 de novembro de 1889, o decreto de qualificação de eleitores concedeu o título de eleitor a "todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever". No mês seguinte, marcaram-se as eleições para o dia 15 de setembro de 1890. O Ministério do Interior rapidamente nomeou uma comissão para redigir o anteprojeto da Constituição, ainda que muitas das reformas em pauta no final do Império não tenham esperado por ela. Não sem polêmicas, Campos Sales, no Ministério da Justiça, implementou a separação da Igreja e do Estado antes mesmo da Constituinte, com base em projeto do liberal Rui Barbosa e do positivista Demétrio Ribeiro, aprovando o casamento civil obrigatório, a secularização dos cemitérios e a regularização do registro civil. Em grande parte, aproveitaram-se os antigos símbolos monárquicos, como o desenho e as cores da bandeira imperial, acrescida do lema positivista — "ordem e progresso" —, e a música do hino nacional com nova letra.

A Constituição sancionada em 1891 consagrava o presidencialismo, com mandato de quatro anos, e o federalismo, com grande autonomia para os estados, que teriam constituição própria, forças públicas armadas, capacidade

de contrair empréstimos internacionais e justiças estaduais específicas, ainda que subordinadas a uma legislação unificada e à Justiça federal. Na prática, essa autonomia ficava relativamente limitada pela distribuição das principais fontes de rendas públicas. Aos estados cabia o imposto de exportação, de forma que apenas os estados exportadores gozariam realmente de autonomia financeira. O governo federal concentrava as rendas do imposto de importação. Apesar do princípio da independência dos poderes, a constituição conferia atribuições dilatadas ao Legislativo, que aprovava o orçamento federal e tinha o poder de criar bancos de emissão e empregos públicos federais, de decidir sobre a organização das Forças Armadas, além do direito exclusivo de verificar e reconhecer os poderes de seus membros. As Forças Armadas eram declaradas obedientes ao governo eleito, "dentro dos limites da lei", o que de certa forma reconhecia aos militares a possibilidade de interpretar a lei para legitimar possíveis intervenções, no espírito do princípio do soldado-cidadão, defendido por Benjamin Constant e a mocidade militar.

A transformação tinha sido rápida e profunda. Em menos de dois anos, uma monarquia, ainda que constitucional, mas repleta de hierarquias e títulos de nobreza, que exibia até alguns meses antes instrumentos de tortura nas lojas da Corte para o castigo dos escravos, tinha se transformado em uma república cujo poder se assentava, a princípio, no sufrágio popular.

Na nova cena política, removido o Poder Moderador, as eleições ganhavam renovada importância. Ao mesmo tempo, os militares haviam surgido como atores políticos armados, nem sempre unificados em suas instituições e fazendo política fora dos quartéis, colocando a ditadura como possibilidade no horizonte. A influência do positivismo entre parte da intelectualidade política e sua crença numa ditadura dos sábios como ideal de governo reforçavam a hipótese. Por outro lado, nas cidades e no Rio de Janeiro, em especial, surgira uma cultura política na qual as manifestações em praça pública adquiriram centralidade, o que parecia trazer a presença política do povo nas ruas como um novo e definitivo personagem da cena pública, formado pelas classes médias e trabalhadoras urbanas. Nas províncias, os potentados locais e suas clientelas não pretendiam nem podiam ser desconsiderados do jogo político, e muitas vezes nele entraram apoiados em verdadeiros exércitos particulares. Com plenos direitos civis, mas sem direitos políticos, além das mulheres, milhões de camponeses iletrados, em sua maioria não brancos, num contexto nacional e internacional altamente racista e racializado, milhares de imigrantes estrangeiros recém-chegados e de ex-escravos recém-libertos não deixaram, apesar disso, de agir politicamente e de influir decisivamente no devir da república em formação.

UMA REPÚBLICA DE CORONÉIS?

"Proclamada" a partir de um golpe militar, desde o início dois modelos políticos se confrontaram no processo de consolidação republicana. O modelo liberal federalista, que esteve na base da constituição aprovada, e o da ditadura positivista, defendida não apenas pelos intelectuais ligados ao positivismo ortodoxo, mas também pela maior parte da intelectualidade militar do país e por políticos importantes influenciados pelo pensamento de Auguste Comte, principalmente no Rio Grande do Sul. A influência positivista produzia, por um lado, uma busca por respeito ao estágio da evolução do país e, por outro, a defesa de um governo forte controlado por homens de ciência como a melhor opção política.

No confronto entre os dois modelos, dilemas em relação à representação política já vividos durante o Império se renovaram. Durante os debates na Constituinte, apesar de haver defensores de modelos mais democráticos de cidadania, as opções vitoriosas estiveram sintonizadas com os rumos já sugeridos pela reforma eleitoral de 1881, que, ao elevar a renda mínima exigida para os votantes, reduziu o seu número de 1.114.066 para 145.296, cerca de 1% da população. A Constituição republicana, ao manter a exigência da alfabetização para a cidadania política, elevou essa proporção para não mais de 2% no momento inicial, e ela jamais ultrapassaria os 5% na vigência da Constituição de 1891. O voto aberto, em vez de secreto, também foi uma opção política da regulamentação eleitoral republicana que sinalizava na mesma direção. O eleitor ideal deveria ter coragem e condições de sustentar suas convicções políticas, configurando um modelo "heroico" de cidadania, defendido abertamente por diversos parlamentares e vitorioso no plenário. Apesar disso, como no tempo do Império, a experiência eleitoral logo se mostrou incapaz de, por si só, regular as divergências políticas entre o eleitorado. Uma vez realizadas as primeiras eleições republicanas, logo ficou evidente que o poder das juntas apuradoras, controladas pelos executivos estaduais, e dos parlamentares eleitos no período anterior, que tinham a prerrogativa de reconhecer os novos mandatos, tendiam a ser mais importantes que o número real de eleitores. Nessas duas instâncias as oposições eram simplesmente banidas do jogo político. A falta de representação da minoria foi logo reconhecida como um problema da ordem republicana brasileira. A cultura política em vigor, como no tempo da monarquia, simplesmente não conseguia implementar uma dinâmica de rotatividade no poder efetivamente decidida pela concorrência eleitoral.



Fotógrafo não identificado
Marechal Deodoro da Fonseca
FOTOGRAFIA, CA. 1889
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

O jacobinismo, radicalismo popular com conotações xenófobas (antiportuguesa, em especial), com agenda voltada para questões sociais, aliava-se com a ideia da tutela militar, e foi mobilizado pelos dois primeiros presidentes militares, Deodoro da Fonseca (1889–1891) e Floriano Peixoto (1891–1894). O acesso ao emprego público logo se tornou importante moeda política no meio urbano, associando clientelismo e radicalismo popular. Confirmado na presidência pelo Congresso constituinte, em 1891, Deodoro imediatamente interveio em praticamente todos os estados, colocando no poder apenas grupos afinados com a sua política. Em minoria, tentou, em seguida, dissolver o Legislativo e instalar uma ditadura, mas foi logo deposto e substituído pelo



Fotógrafo não identificado
Floriano Peixoto
FOTOGRAFIA, *CA.* 1890
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

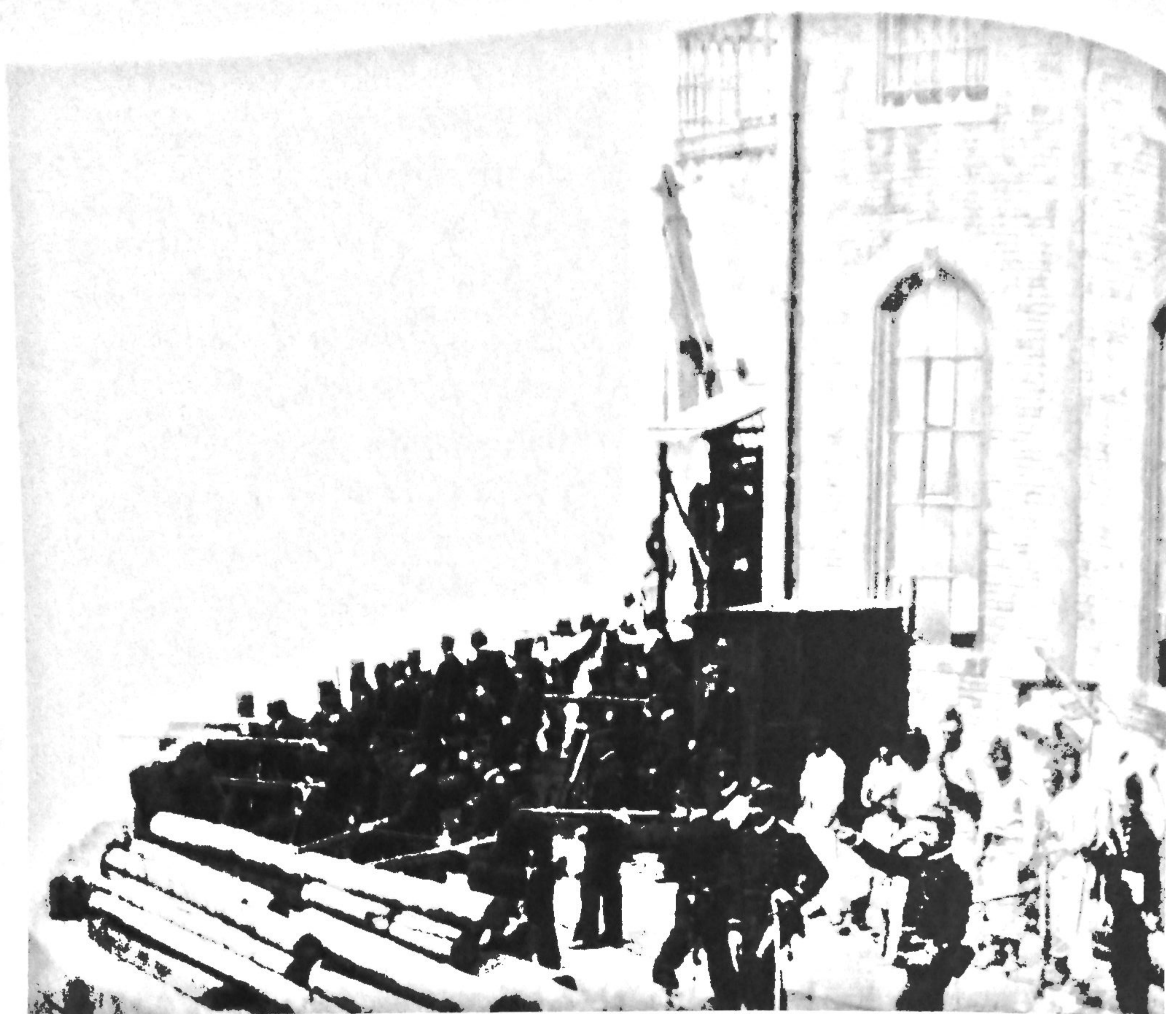
vice-presidente, Floriano Peixoto. Empossado presidente, Floriano repetiu o mesmo enredo, intervindo em praticamente todos os estados e demitindo funcionários públicos considerados "deodoristas". Os novos executivos estaduais, por sua vez, dissolveram suas assembleias e os tribunais judiciários. Além disso, a nova constituição exigia que se realizassem novas eleições se a vacância da presidência se desse antes de dois anos do mandato, lançando a sombra da inconstitucionalidade à presidência de Floriano.

A ameaça de guerra civil se tornava uma realidade. Revoltas de suboficiais e marinheiros, leais a Deodoro, aconteceram na capital, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e em São Paulo (1891–1892). O apoio do

Partido Republicano Paulista (PRP), principal força política civil do país, deu sustentação à intensa repressão desencadeada por Floriano Peixoto em resposta à crise militar. Campos Sales, senador por São Paulo, apresentou requerimento pedindo o encerramento das sessões do Congresso, para que o governo pudesse agir sem os "embaraços parlamentares" para manter a ordem e reprimir os "elementos perturbadores". Intelectuais de renome nacional e presença marcante no Rio de Janeiro, como José do Patrocínio e Pardal Mallet, foram desterrados para o Amazonas e Olavo Bilac enviado para a fortaleza militar Tamandaré da Laje, no Rio de Janeiro, então capital da República, onde ficou preso por seis meses. Um pedido de *habeas corpus* para esses presos políticos feito por Rui Barbosa foi negado.

Se a guerra civil foi contida no Rio, estourava no Rio Grande do Sul, na chamada Revolução Federalista (1893–1895). Ali, as forças políticas estavam divididas entre republicanos liberais, entre os quais se destacava Assis Brasil, responsável pelo projeto de lei eleitoral adotado com modificações pelo Legislativo; republicanos positivistas, como Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado; e liberais parlamentaristas liderados por Gaspar Silveira Martins. Do último grupo participavam, principalmente, antigos membros dos partidos monarquistas, que haviam retornado ao país. Em pouco tempo, a disputa política entre republicanos e antigos monarquistas desdobrou-se em guerra civil, com a mobilização de exércitos privados pelos lados em confronto.

A capacidade de mobilizar homens armados para fins políticos foi uma das características mais marcantes da experiência política da Primeira República. Ela era em geral acionada por grandes proprietários rurais apoiados em uma extensa clientela, muitas vezes chamados coronéis em função da tradição de possuírem, via de regra, a mais alta patente da Guarda Nacional — milícia da qual participavam apenas os eleitores no tempo do Império e que só seria oficialmente extinta em 1918. O confronto armado entre as tropas coronelísticas não era necessariamente destituído de sentidos políticos e mesmo filosóficos. Os positivistas Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado eram eles próprios "coronéis" e se associaram a outros, em defesa da manutenção de seus aliados no poder, mas também de uma proposta de governo que viam como científica. O parlamentarista Silveira Martins, antigo representante do Partido Liberal no período monárquico, ou o liberal Assis Brasil, não hesitaram em pegar em armas apoiados em exércitos privados para defender seus pontos de vista e grupos políticos. As fronteiras entre práticas coronelísticas e conflito ideológico não estavam de maneira alguma claramente demarcadas.



Juan Gutierrez

Tropas legalistas durante a Revolta da Armada

Gutierrez atuou no Rio de Janeiro entre 1880 e 1890 e documentou a Revolta da Armada, retratando as fortificações, os soldados e o armamento utilizado sem, contudo, apresentar cenas do embate

Fotografia, Rio de Janeiro, s.d.

Arquivo G. Ermakoff, Rio de Janeiro

De ambos os lados, os exércitos privados tiveram papel fundamental. Foi uma guerra violenta, em que degolas eram prática comum, reservando-se os fuzilamentos para os oficiais. Floriano Peixoto, com o aval do Partido Republicano Paulista, concedeu o apoio do governo federal a Júlio de Castilhos. Após a guerra seriam muitas as denúncias de massacres por parte do Exército brasileiro. Na mais conhecida delas, o coronel do Exército e positivista Moreira César teria fuzilado sem processo todas as lideranças políticas federalistas da cidade de Desterro, tendo em seguida rebatizado a cidade como Florianópolis.

A guerra civil se expandiu até o Rio de Janeiro. Em 1892, oficiais da Marinha publicaram um manifesto contra a intervenção federal na guerra do Sul e, em 1893, a Armada se sublevou em apoio aos federalistas, exigindo novas eleições. Entre os revoltosos estavam almirantes como Saldanha da Gama e Custódio de Melo, candidato declarado à sucessão de Floriano. Os revoltosos diziam agir em nome da Constituição republicana, mas foram percebidos como monarquistas nas ruas do Rio de Janeiro. O republicanismo popular seria mobilizado em "batalhões patrióticos", dando novo fôlego ao jacobinismo florianista. Após batalha sangrenta na Ponta da Armação, em Niterói, os navios revoltosos deixaram a baía de Guanabara e se dirigiram ao sul do país. Floriano adquiriu navios no exterior, tripulados por mercenários, para submeter a esquadra revoltosa, finalmente derrotada em 1894.

O risco de desarticulação do poder federal garantiu o apoio incondicional das principais forças políticas estaduais, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Bahia, às ações repressivas de Floriano, inclusive com o aporte das forças públicas estaduais às tropas legalistas na guerra no Sul. A multiplicidade de grupos armados se consolidava como característica da nova República. A Força Pública de São Paulo chegaria a contar com uma frota aérea antes das Forças Armadas federais. A centralidade do apoio político e militar do PRP imporia a Floriano as eleições de 1894 e sua sucessão por um presidente civil de São Paulo, Prudente de Morais.

Para tanto, Francisco Glicério, um político mestiço, positivista e republicano histórico de São Paulo, conseguiu articular uma ampla maioria de apoio a Floriano no Congresso Nacional, a que chamou de Partido Republicano Federal. Segundo Renato Lessa (1988:109),

> *[...] do ponto de vista macropolítico, o PRF visava resolver duas questões: criar um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo e, mais importante, preparar as eleições gerais de 1894, nas quais seriam escolhidos o presidente da República, um terço do Senado e a Câmara dos Deputados. Diante desses dois desafios, o PRF foi extremamente bem-sucedido. [...] Nas eleições de 1894, o PRF conquistou a presidência, o terço do Senado e a totalidade da Câmara. Prudente de Morais foi eleito com cerca de 290 mil votos, em uma população em torno de 15 milhões.*

Uma vez na presidência, as primeiras medidas de Prudente de Morais (1894–1898) procuraram desmobilizar as bases populares do jacobinismo florianista no Rio de Janeiro. Prudente empreendeu demissões em massa no serviço público, dissolveu os batalhões patrióticos e exonerou diversos

 oficiais militares que ocupavam cargos civis. Raul Pompéia, escritor de renome e florianista convicto, perdeu o emprego na Biblioteca Nacional. A resistência não se fez esperar, e durante todo o governo os jacobinos estariam nas ruas da capital, em constantes agitações. Com grande adesão de oficiais de baixa patente, os protestos quase nunca eram pacíficos, e envolviam uma enorme diversidade de oradores de rua, discursando contra a carestia, o alto custo dos aluguéis e dos alimentos e em defesa da República. O discurso nacionalista muitas vezes se tornava xenófobo, clamando contra os portugueses, competidores no mercado de trabalho e que monopolizavam o pequeno comércio. Apesar da baixa participação eleitoral da capital nas eleições de 1894 (num eleitorado potencial de 110 mil pessoas, votaram 7.857 eleitores), a politização das ruas do Rio em torno de uma agenda social ligada aos interesses das camadas populares, difusamente de inspiração positivista, foi parte integrante do contexto da primeira década republicana.

Prudente colocou no Ministério da Guerra um paulista antiflorianista, promovendo uma política de cooptação da alta oficialidade do Exército e de redução gradual dos efetivos militares de terra. Além disso, tentou negociar a paz com os federalistas no Rio Grande do Sul, contra a orientação castilhista e da ala florianista do Exército de nada ceder aos revoltosos. A maioria dos refugiados da Revolta da Armada encontrava-se exilada no Uruguai e em articulação com os federalistas. A tentativa inicial de Prudente de negociar a paz na guerra do Sul foi considerada pelos jacobinos um sinal de traição. As negociações, a princípio, avançaram pouco e a luta se prolongou. Mas os rumos da guerra começaram finalmente a mudar, e Prudente conseguiu firmar um acordo de paz com os revoltosos (1895), ainda que garantindo a supremacia de Júlio de Castilhos. Prudente governou sem a unanimidade do Legislativo, rachando a base de apoio do PRF, entre jacobinos e não jacobinos.

A morte de Floriano, em 1895, retirou do cenário político a ameaça de sua transformação em caudilho, apoiado nos elementos militares e setores populares radicalizados. Foi nesse contexto de extrema agitação política que chegaram ao Rio de Janeiro as notícias sobre a derrota da terceira expedição do Exército na guerra contra os seguidores do beato Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, episódio conhecido como Guerra de Canudos (1896–1897), amplamente percebida pela opinião pública, do Rio de Janeiro e de São Paulo, como mais uma rebelião monarquista. A notícia do massacre da terceira expedição do Exército, comandada pelo campeão florianista, Moreira César, chegou ao Rio no momento em que Prudente de Morais retornava ao comando do governo após licença de saúde.



Fotógrafo não identificado
Prudente de Morais
FOTOGRAFIA, CA. 1895
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Diante da notícia da morte de Moreira César, houve uma explosão jacobina nas ruas da cidade. Gentil de Castro, proprietário dos jornais *Gazeta da Tarde* e *Liberdade*, considerado monarquista, foi morto por um grupo de majores e tenentes. A trágica decisão do massacre ao arraial de Canudos só se compreende plenamente quando se leva em conta a conjuntura de radicalização política do Rio de Janeiro, e a percepção de ameaça monarquista com que era consensualmente percebida a revolta, como bem assinalou a historiadora Jacqueline Hermann. A agitação jacobina culminou em um

 atentado, pelo jovem praça Marcelino Bispo de Melo, contra a vida do presidente Prudente de Morais, quando este visitava o Arsenal de Guerra para recepcionar as forças vitoriosas chegadas de Canudos. O revólver do praça não disparou, mas ele acabou matando com golpes de faca, em luta corporal, o marechal Carlos Machado Bittencourt, que agiu em defesa do presidente. A tentativa frustrada de assassinato e a revelação da tragédia de Canudos à opinião pública do Rio de Janeiro contribuíram para reverter o clima nas ruas.

Toda essa movimentação era intensamente vivida pela população do Rio de Janeiro. Eduardo das Neves, mais conhecido como Crioulo Dudu, cantor de lundus que gravava discos pela Casa Edison e escrevia livros de amplo consumo popular, registrou em suas letras a virada do clima político nas ruas do Rio.

Compôs *O Marechal de Ferro*, logo depois da morte de Floriano, em 1895, e sua letra permite bem medir a força popular do jacobinismo florianista (apud Abreu, 2010:101–102).

Quando ele apareceu, altivo e sobranceiro,
Valente como as armas, beijando o pavilhão,
A pátria suspirou, dizendo: Ele é guerreiro,
É marechal de ferro, escudo da nação!
O brado fluminense ecoou por toda a parte…
Rompem-se os astros nublados; somem-se turvas garoas;
Ele empunhando a espada, qual valente Bonaparte,
Pergunta ao Mundo: — Conhecem-me… Sou filho de Alagoas!
Sim sou filho de Alagoas, esse estado do Brasil,
Que é pequenino, é verdade, mas poderoso e viril;
Jogarei de espada e capa, e hei de mostrar como a Europa
Não me ganha nem centil.
E avante Brasileiros! Em prol da pátria co'ardor,
A bem de vosso direito, aniquilar o traidor!
Vamos! A Pátria reclama… Quem seu peito não inflama
Para dar à mãe vigor?
Deusa que o gênio idolatra, pois dela é que ele nasceu
Essa mãe que se diz Pátria, que por ela Herval morreu
Partamos nesse momento! Eu vos darei elemento!
Quem tem o poder sou eu!

Dois anos depois, registraria a virada pró Prudente de Morais, que marcou o recuo do jacobinismo florianista, com um lundu em homenagem ao

marechal Bittencourt — assassinado em 1897 no atentado a Prudente de Morais — em que demonstra sua preocupação com o futuro da República.

Ó minha República
prevê tais perigos!!
Paralisa o braço
de teus inimigos!!
Ó manto sagrado
cobre esse caixão!
Não te mancha o sangue,
que é do nosso irmão.
Venho dar meus pêsames
como brasileiro,
ao valente exército!
ao Brasil inteiro!
A família em prantos
queria os receber
pela nobre vítima,
filha do dever.

Neutralizado o clamor das ruas, Prudente começou a governar diretamente com o apoio das bancadas dos estados, garantindo a eleição de Campos Sales (1898–1902), então presidente do estado de São Paulo, como seu sucessor. Ainda assim houve uma candidatura de oposição, a do positivista paraense Lauro Sodré. Apesar do amplo arco de alianças, Campos Sales foi o menos votado dos presidentes sob a égide da Constituição de 1891, o que bem sinaliza a desmobilização das disputas eleitorais que sua candidatura representava.

Campos Sales se propôs a retirar da administração federal as paixões dos grupos e facções, governando o país com os estados, por sobre as agitações das ruas da capital. A chamada "política dos estados" tendeu a congelar o poder das situações estaduais no momento da sua candidatura, dando a elas o controle político das disputas locais em troca de seu apoio à candidatura governista.

Para tanto, a pedra de toque foi conseguir aprovar uma mudança no regimento interno da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara era o responsável por nomear a Comissão de Verificação dos Poderes, onde se dava o embate final de validação de quem realmente ocuparia uma cadeira no Legislativo federal. Até então, fazia-se presidente o deputado

mais idoso entre os eleitos. Com a mudança proposta por Campos Sales, o presidente da Câmara passou a ser o mesmo da legislatura anterior, o que permitiria, a princípio, congelar o poder das oligarquias estaduais como estavam configuradas no momento da eleição.

A maioria dos historiadores acompanha a afirmativa de Renato Lessa de que a "política dos estados" teria conseguido tornar habitual a rotatividade política na Primeira República, construindo uma espécie de sucedâneo do Poder Moderador dos tempos do Império. Em vez de um eleitor privilegiado, um grupo seleto deles, os governadores dos principais estados, sobretudo São Paulo e Minas Gerais, definiria o candidato presidencial a cada sucessão. Na maior parte do tempo, paulistas e mineiros revezaram-se na presidência da República, no que parte da historiografia chamou de "política do café com leite" ou mesmo de "política do café com café", já que se tratavam dos primeiros maiores produtores de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais) do país.

Mais recentemente, pesquisa da historiadora Claudia Viscardi sobre as sucessões presidenciais, ainda que corroborando o funcionamento da política dos estados, enfatizou um nível maior de incerteza e um número, ainda que restrito, porém mais diversificado, de atores privilegiados.

Sem dúvida, os interesses cafeeiros se confundiram em alguma medida com as questões nacionais, tendo em vista que as políticas cambial e imigratória eram centrais para as atividades exportadoras. Sem dúvida também, o caráter oligárquico do arranjo político então engendrado, fraudando e desmoralizando as eleições, conforme foi amplamente denunciado na própria época, impôs-se como "regra do jogo". Mas a unidade de objetivos entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, em torno dos interesses cafeeiros, era apenas relativa. PRP e PRM nem sempre estiveram juntos ou de acordo. Pelo menos os chamados estados de segunda grandeza mantiveram presença importante nas negociações políticas das sucessões presidenciais do período. Viscardi demonstrou convincentemente que a estabilidade do regime estava "nas mãos de oligarquias regionais com peso político proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas" (Viscardi, 2001:51).

Os estados grandes eram os que tinham bancadas numerosas e economias relativamente autossuficientes: São Paulo, é claro, mas também Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Os estados médios teriam igualmente um papel importante na definição das candidaturas presidenciais, formados por aqueles que tinham uma das duas coisas, com destaque para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os pequenos, sem uma coisa nem outra,

tornavam-se dependentes do governo federal e/ou da tutela de estados vizinhos. Segundo ainda a mesma autora, os atores envolvidos nos processos sucessórios limitavam-se aos governadores dos grandes e médios estados, alguns parlamentares influentes, o presidente da República e seus ministros, num número médio de 24 pessoas. A reeleição era proibida pela Constituição federal na maioria dos estados, garantindo uma relativa renovação do poder. Apenas no Rio Grande do Sul a Constituição de inspiração positivista previa a reeleição e permitiu a permanência de Borges de Medeiros por 25 anos na presidência do estado.

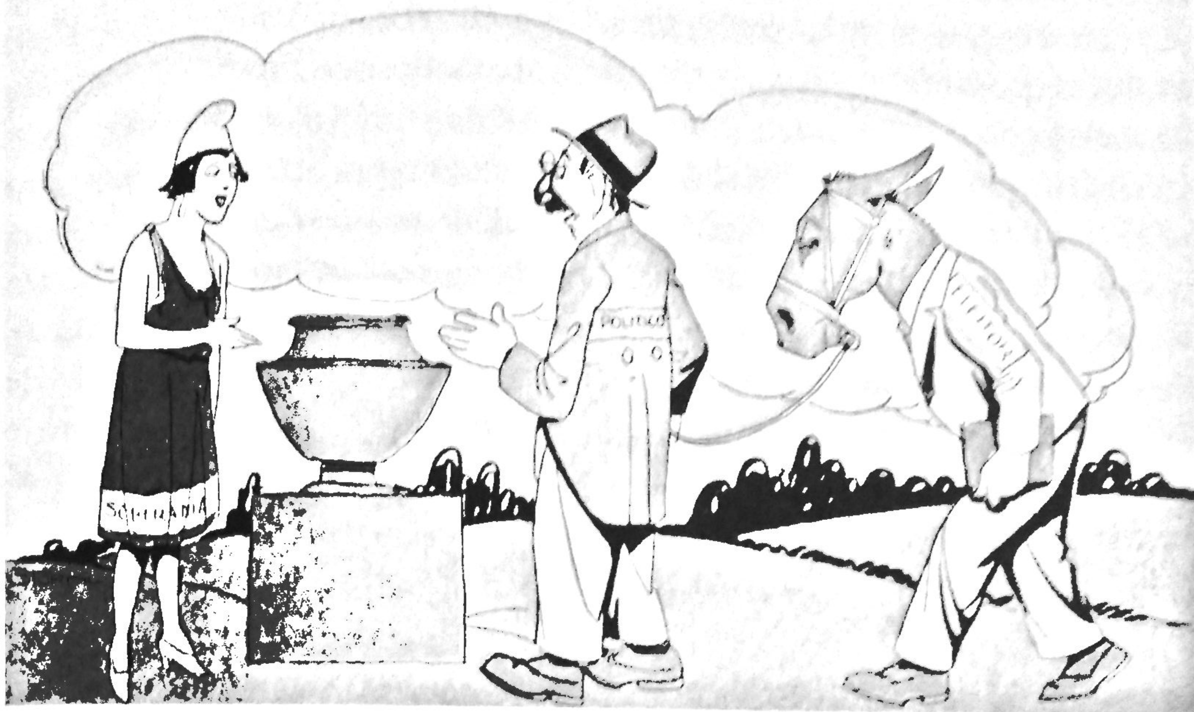
Apesar disso, os atores privilegiados do jogo político oligárquico estiveram longe de responderem sozinhos pelo processo político que se seguiu. Se a política dos estados garantiu, em certa medida, a formalização da fraude, isso nunca foi totalmente assumido como desejável — as eleições eram um rito necessário, como a homenagem que o vício presta à virtude. Além disso, o equilíbrio interoligárquico era bastante fluido, abrindo brechas que muitas vezes emprestavam novos sentidos às disputas eleitorais, fossem locais ou nacionais. Nesse contexto, projetos de reforma eleitoral transformaram-se em tema central dos debates legislativos. Propostas de voto secreto e proporcional foram sucessivamente apresentadas e discutidas, ainda que derrotadas. No governo Rodrigues Alves (1902–1906), imediatamente depois da primeira eleição definida a partir da política dos estados, a Lei Rosa e Silva de reforma eleitoral (1904) foi aprovada após intensos debates, mais uma vez consagrando o voto aberto sem interferência da Justiça no processo de apuração, fundamento das fraudes eleitorais. Os defensores do voto aberto o faziam, entretanto, em nome de princípios e valores como a coragem e a virtude cívica, e o principal foco das disputas concentrava-se no funcionamento da política municipal. A despeito do esvaziamento da autonomia financeira e política do município na Constituição de 1891, era consenso político da época que os "mandões de aldeia constituíam forças políticas incontornáveis" (Hollanda, 2009:176).

São muitas as controvérsias interpretativas sobre os significados das eleições locais na Primeira República, mais comumente compreendidas a partir da ideia do pacto coronelista. Segundo o livro clássico de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, o pacto coronelista se caracterizaria como a forma política do mandonismo local num contexto de relativo enfraquecimento do poder privado dos potentados locais, diretamente ligado à abolição da escravidão e à queda da monarquia. O pacto se resumiria na troca do voto popular, supostamente controlado pelos potentados locais, por empregos e verbas públicas no município — que se tornariam a base do

 poder de controle dos eleitores pelo "coronel" republicano. O argumento parte do princípio do controle absoluto do chefe político local sobre o voto das populações rurais, por um lado, e, por outro, da importância desse controle como moeda política. Desde sua publicação em 1949, o trabalho foi alvo de muitas críticas. Se a grande maioria da população não votava e os resultados eleitorais eram decididos pelas comissões de verificação de poderes, qual seria o sentido do pacto? Em outras palavras, qual a importância das eleições no contexto de fraude eleitoral que a política dos estados aparentemente institucionalizava?

Apesar disso, o trabalho de Leal é um clássico. Conforme ressaltou o historiador José Murilo de Carvalho, o controle dos eleitores era uma moeda importante ao menos para definir as disputas *entre coronéis*. As formas como as oligarquias estaduais iriam arbitrar e regular tais disputas poderiam tomar proporções de pequenas guerras civis. No município estavam as disputas de interesses, os faccionalismos, a política como disputa por recursos de poder local, ao fim e ao cabo. A centralização do Poder Executivo municipal pela Constituição republicana, com a criação das prefeituras em substituição à tradição portuguesa de governo das câmaras de vereadores, exacerbava as tensões políticas entre as elites locais. Mais que uma troca, o pacto coronelista organizava um amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual, permanentemente atualizado. Apesar da vontade de congelamento das situações estaduais a partir de Campos Sales, a duplicidade de poderes, muitas vezes com o funcionamento paralelo de duas assembleias legislativas, foi uma constante por toda a Primeira República.

A sucessão de Campos Sales foi definida enquanto se instituía a própria política dos estados, e marcou um período de hegemonia das lideranças civis paulistas, após duas guerras civis (no Rio Grande do Sul, 1893-1895, e em Canudos, 1896-1897) que, de certa forma, enfraqueceram as teses positivistas e o prestígio dos militares. As linhas gerais do governo Campos Sales se mantiveram no governo seguinte, do paulista Rodrigues Alves (1902-1906), que empreendeu uma política de austeridade monetária e de reformas modernizadoras, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, com a reformulação do porto e políticas de erradicação da varíola e da febre amarela. Ainda assim, as ruas do Rio continuavam agitadas, explodindo em revoltas urbanas que marcaram época, como a Revolta da Vacina (1904), em que movimentação operária e motins urbanos se associaram de maneira épica.



Storni

Voto de cabresto

Legenda original: *"Ela — É o Zé Besta? / Ele — Não, é o Zé Burro!"*

CHARGE PUBLICADA NA REVISTA *CARETA* DE 19 DE FEVEREIRO DE 1927

ACERVO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, BRASIL

Os governos de Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910) foram marcados por crises nos estados, com conflitos armados e duplicidade de assembleias na Bahia, em Goiás, no Amazonas e no Rio de Janeiro. As guerras civis coronelísticas e a existência de poderes legislativos concorrentes nos estados se repetiram em todos os demais mandatos.

Num contexto em que a guerra civil nunca deixou de estar no horizonte, as eleições ocupavam um papel sem dúvida central como possibilidade de regulação das disputas *entre os coronéis*. Mas elas eram ainda mais que isso. Os votos que se disputavam não eram, na maioria dos casos, o dos camponeses analfabetos e despidos de vontade própria imaginados por Vitor Nunes Leal, conforme pioneiramente ressaltou a historiadora Ana Lugão Rios. Por um lado, porque estes simplesmente não votavam e, por outro, porque estavam muito longe de ser os atores políticos despidos de vontade imaginados pelo

 autor. Ao contrário, o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a Abolição, precisava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do Estado, não apenas para atrair eleitores, mas também para conseguir trabalhadores e garantir a fidelidade daqueles que ficavam à margem do direito de voto e da cidadania política.

Em um inquérito policial da cidade de Campos, no Rio de Janeiro, na primeira década da República, ficou registrado um caso exemplar do novo tipo de situação. Um fazendeiro delegado de polícia, nomeado "cidadão Maneco Castro", fazia queixa de desacato à autoridade a seu vizinho, também fazendeiro, nomeado "cidadão Araújo Silva", que o teria impedido de entrar em sua fazenda para prender uma liberta, nomeada "preta Matilde", acusada de roubo quando trabalhava na fazenda do próprio delegado. Toda a disputa entre os dois *cidadãos* se fazia em torno das noções de república e cidadania. De um lado, a autoridade republicana ameaçada pelo poder privado de um fazendeiro, de outro, os advogados de Araújo Silva diziam que ele apenas defendera os direitos de cidadania da preta Matilde, ameaçados pelo abuso de autoridade do delegado. Nesse conflito, os esforços de reconstituição da hierarquização do mundo rural depois da Abolição são evidentes, seja utilizando o poder de repressão do Estado para forçar os libertos ao trabalho, seja utilizando o paternalismo como moeda de atração para obtenção de trabalhadores ou clientela. Também o processo de racialização e a decorrente negação prática da cidadania da preta Matilde ficam evidentes, sem retirarem dela, entretanto, o poder de utilizar politicamente a rivalidade entre os dois coronéis, escolhendo entregar suas lealdades privadas àquele que falava em nome dos seus direitos de cidadã.

A Constituição republicana, como a monárquica, optou por uma definição "desracializada" da cidadania, apesar da crescente influência de teorias científicas racistas no pensamento social brasileiro e do uso cotidiano da linguagem racial como forma de hierarquizar e definir lugares sociais. Os dois *cidadãos* que disputavam o controle sobre o trabalho de Matilde não tiveram sua cor nomeada formalmente no inquérito, mas o depoimento de uma das testemunhas acusava o delegado de ter destratado o fazendeiro que protegia a ex-escrava chamando-o de "mulato". A condição de cidadã brasileira de Matilde, com sua decorrente liberdade de ir e vir, constituiu mote fundamental na defesa do fazendeiro. Ainda assim, ela permaneceu referida no inquérito simplesmente como a preta Matilde, incorporando ao próprio nome a condição de liberta.

O fim da escravidão e a separação da Igreja e do Estado, após a proclamação da República, provocaram profundas alterações nos padrões de dominação tradicional até então prevalecentes no mundo rural. A escravidão não só sujeitava os trabalhadores escravos, mas definia também a identidade e as possibilidades de ação social da população livre pobre, em sua maioria mestiça e largamente majoritária fora das grandes áreas agro-exportadoras. População que tinha no catolicismo popular a base cultural para sua apreensão do mundo social em que vivia.

Talvez o caso mais emblemático do coronel na Primeira República como agente político que fazia a ponte entre a cultura tradicional e a cultura cívica republicana seja o do padre Cícero, que atuou como líder político em Juazeiro, no Ceará, por praticamente todo o período aqui analisado, de 1889 a 1934.

Um milagre marca o início da trajetória política de padre Cícero, ocorrido em março de 1889, logo depois da abolição da escravidão e poucos meses antes da proclamação da República. Uma agregada da família do padre viu que a hóstia consagrada que tomava em comunhão sangrava. O fenômeno se repetiu depois por quase dois meses. Desde o final do século XIX, a orientação oficial da Igreja católica em Roma era de combate às práticas sincréticas que se haviam associado ao catolicismo nos mais diversos contextos. O milagre em Juazeiro e a crescente influência do padre Cícero como líder religioso no sertão não agradaram a Igreja católica, em processo de crescente romanização no Brasil, tendo resultado na excomunhão de Cícero, em 1916. Mas padre Cícero nunca se considerou rompido com a Igreja e por toda a vida seguiu lutando, com apoio de seus seguidores, para ser reintegrado por Roma.

Nas primeiras décadas do século XX, as autoridades eclesiásticas no Brasil combatiam cada vez com mais ênfase as práticas tradicionais do catolicismo popular, sem que este, entretanto, perdesse fôlego. Conforme bem assinalou Ralph Della Cava em seu livro pioneiro, escrito em 1976, enquanto o prestígio político de padre Cícero com a ortodoxia católica tornava-se cada vez mais frágil, sua importância política na República brasileira, acionando seu poder de mobilização popular, crescia. Padre Cícero tornou-se figura decisiva no quadro político do Ceará, do vale do Cariri e de todo o Nordeste durante a Primeira República, tendo sido eleito primeiro prefeito de Juazeiro.

A mobilização política em torno dele se fazia com base nas tradições de organização do catolicismo popular, em especial as irmandades leigas, a maior parte delas aprovada oficialmente pela Igreja católica. A mais importante delas, a Legião da Cruz, entretanto, nunca foi oficialmente reconhecida e chegou a reunir mais de 10 mil pessoas. Para Della Cava, as

irmandades a favor de padre Cícero mais pareciam "comícios políticos" e de certa forma o eram.

Padre Cícero cumpria os dois papéis políticos centrais que se esperavam dos coronéis. Por um lado, seu perfil de liderança religiosa o fazia capaz de mobilizar e receber a fidelidade de milhões de camponeses não eleitores, mas ainda assim atores políticos centrais na nova ordem republicana, como a Guerra de Canudos demonstrou. Por outro lado, como chefe político conseguia organizar a competição local entre as elites políticas e suas clientelas mais próximas, que efetivamente participavam das eleições, especialmente nas vilas e seus arredores. Seu apoio foi fundamental no contexto das lutas oligárquicas ocorridas em 1913 e 1914 no estado, quando violento confronto armado recolocou no poder a oligarquia formada pela família Accioli. A política municipal de Juazeiro na década de 1920 organizava-se a partir da oposição entre duas facções, os adventícios, chegados à região por meio das romarias, *versus* os filhos da terra, demonstrando como nem tudo era caricatura na importância das eleições municipais.

A amplitude das guerras camponesas de Canudos, na Bahia (1896–1897), e do Contestado, na fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (1912–1916), dá bem a medida da importância da construção de lealdades verticais capazes de garantir o controle das massas rurais pelas elites que monopolizavam o acesso aos direitos políticos.

O fim da escravidão retirava a ameaça de reescravização do horizonte sertanejo, ao mesmo tempo que oferecia perspectivas de mobilidade espacial e de reprodução dos modos de vida do campesinato livre para os ex-escravos. O potencial desorganizador dessas duas modificações para a manutenção da ordem social era imenso, especialmente fora das áreas mais estruturadas de produção agroexportadora. Mesmo nessas, como vimos na história de Matilde, surgiam problemas renovados para obtenção de uma mão de obra agora formalmente livre e que sabia utilizar suas prerrogativas tanto de deslocamento espacial quanto de aproveitamento das rivalidades interelites.

A formação do Arraial de Canudos, que mobilizou importante população de recém-libertos através de migração interna em finais da década de 1880, se fez nesse contexto mais geral. O registro de nascimento eclesiástico definia, na vigência da escravidão, a condição de livre ou escravo do recém-nascido. E a possibilidade de reescravização foi talvez a principal ameaça com a qual a população mestiça da região nos anos finais da escravidão convivia. Tradições de luta e de temor ao trabalho compulsório eram fortemente presentes na cultura política do catolicismo popular. Uma vitoriosa revolta em diversos estados do Nordeste havia impedido a



Anônimo

Antônio Conselheiro

Legenda original: *"A situação 'real' do fanático sebastianista, metido em Canudos, em verdadeiros*
Fia-te na Virgem ou no Bom Jesus..."
canudos [sic] nos sertões da Bahia. É o caso de dizer-lhe: —

CARICATURA PUBLICADA NA REVISTA ILLUSTRADA DE JANEIRO DE 1897

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

adoção pelo Estado imperial do registro civil ainda nos anos 50 do século XIX. O temor à reescravização e a desconfiança das autoridades civis estão na base da recusa dos habitantes de Canudos ao registro civil republicano. Durante algum tempo, as autoridades da região negociaram com Antônio Conselheiro. Contemporâneo ao milagre de Juazeiro, sua história não evoluiu, entretanto, como a do padre Cícero. Ao contrário, com base na gramática do catolicismo popular, radicalizou sua leitura da ordem republicana e foi à guerra contra ela.

A Guerra de Canudos foi inicialmente lida como uma manipulação monarquista de camponeses ignorantes. Quando se evidenciou que não havia nenhuma força política moderna organizada por trás de Antônio Conselheiro e seus fiéis, a surpresa foi enorme. As denúncias do verdadeiro genocídio cometido pelo Exército, que degolou praticamente todos os remanescentes vivos do arraial, como já foi visto, enfraqueceram o jacobinismo e as propostas de ditadura positivistas, reforçando o poder civil da oligarquia paulista. Por outro lado, desde o livro de Euclides da Cunha, testemunha ocular do massacre, a dualidade entre o litoral e o sertão, bem como o ceticismo em relação às possibilidades políticas de uma população mestiça, se fizeram cada vez mais presentes no pensamento social do período, reforçando opções políticas autoritárias e/ou elitistas.

Como o caso do padre Cícero ilustra exemplarmente, as mediações entre o moderno e o tradicional eram mais comuns do que se imagina e estiveram presentes também na Guerra do Contestado (1912–1916).

Alguns anos antes de sua eclosão, em 1912, segundo os jornais de Florianópolis, Miguel Lucena de Boaventura ganhara fama como curandeiro e profeta, autointitulando-se monge José Maria. José Maria se dizia irmão de um monge anterior, de nome João Maria, que teria morrido entre 1904 e 1908, e que, em 1893, lutara do lado da Revolução Federalista. Desse modo, o movimento religioso que ele viria a liderar, também reunindo camponeses em migração coletiva em procura de terras livres, trazia vinculações políticas claras com a memória da guerra civil na região após a República, especialmente com as antigas lideranças monarquistas. Ele e seus seguidores se instalaram em Taquaraçu, região em disputa pelos estados de Santa Catarina e Paraná. Se a gramática religiosa era central à sua pregação, com claras características milenaristas, também o era a memória da experiência da guerra. A organização da comunidade sempre associou práticas religiosas com organização militar e seus sermões atacavam diretamente a República, tendo até mesmo aclamado como imperador um fazendeiro rico e analfabeto que estava entre seus seguidores. O analfabetismo do

fazendeiro o fazia um excluído do mundo da política formal na República que se queria moderna.

Mas o mundo messiânico do monge José Maria teve rápida leitura política pelas elites locais. O governo do Paraná considerou a chegada de José Maria a Taquaraçu uma "invasão catarinense" ao estado e o chefe político local os recebeu a bala, à frente das tropas estaduais. Os conflitos entre os dois grupos resultaram na morte dos dois líderes, José Maria e o chefe militar estadual.

Apesar da dispersão do grupo inicial, a crença na ressurreição de José Maria se disseminou, conseguindo a adesão de fazendeiros ricos e remediados. Uma conjuntura de transformações rápidas, quebras de hierarquias tradicionais e guerras violentas e constantes, com todos os seus desdobramentos de sofrimento e horrores, está na base do "desencantamento do mundo" — denominação do antropólogo Duglas Monteiro, que explica a crença messiânica do movimento do Contestado. Um fazendeiro e sua neta, que tinha visões com os monges, fundam então uma cidade sagrada em Taquaraçu, onde aguardavam a volta da monarquia e esperavam a ressurreição dos monges. Duramente atacados pelas forças estaduais em 1914, a Guerra do Contestado só terminaria, com destruição total dos insurgentes, em 1916.

Nos quadros do elitismo que caracterizava a prática política republicana, os coronéis e seus exércitos privados faziam a guerra, mas tornavam mais fácil negociar a paz. E as eleições adquiriam, em grande parte dos casos, um significado central para definir a disputa entre eles, inclusive do ponto de vista simbólico. Conforme desenvolveram Angela de Castro Gomes e Martha Abreu em dossiê sobre política e cultura na Primeira República brasileira:

> *[...] não estamos querendo negar ou minimizar a ocorrência de fraudes e violências eleitorais na Primeira República, o que efetivamente existia, limitando e desestimulando a representação política dos cidadãos; porém, como diversos estudos têm demonstrado, a despeito de sua existência, a realização de eleições cumpria papel-chave no sistema político de então. De um lado, porque eram fundamentais para uma relativa, mas estratégica, circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação. De outro, porque eram responsáveis por uma incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria certamente de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos* (Gomes e Abreu, 2009:7).

As autoras destacam que os problemas de governabilidade e de incorporação de atores políticos vividos pelo Brasil das primeiras décadas do século XX eram similares aos de outras experiências liberais democráticas nas Américas e na Europa. Os partidos políticos como clubes de elites, o voto só para os alfabetizados e o sufrágio masculino, bem como as fraudes e o clientelismo não foram invenções latino-americanas.

A alfabetização como critério para a cidadania fez com que a questão da educação primária tomasse feição central em inúmeros estados na primeira experiência republicana, ainda que não fosse garantida pela Constituição Federal. A escola primária com um prédio próprio e ensino seriado foi em grande parte estruturada a partir da experiência do Grupo Escolar implantado inicialmente no estado de São Paulo, e dele exportada para outros estados. As campanhas populares por extensão da alfabetização se sucederam por todo o período, ainda que permanecessem quase sempre restritas às fronteiras das maiores vilas e cidades.

De todo modo, o discurso da virtude cívica e da cidadania foi incorporado e utilizado para dar sentido às disputas políticas pelas elites locais. Pinheiro Machado, às vezes referido como o coronel dos coronéis, foi ao mesmo tempo importante intelectual positivista gaúcho, chefe de exércitos privados durante a Revolução Federalista e, depois, parlamentar que controlou por longos anos a comissão de reconhecimento dos mandatos no Senado, o que lhe permitia compor alianças com estados menores, que emprestaram à sua liderança dimensões nacionais. Nilo Peçanha também era um oligarca, como bem demonstrou a historiadora Surama Conde Sá Pinto ao analisar sua correspondência privada. Seu poder no estado do Rio de Janeiro se construía na troca de favores do poder público estadual, especialmente nomeações estratégicas, com os aliados políticos municipais, configurando a prática coronelista, traço específico da prática eleitoral na Primeira República. Mas também era um político mestiço, com ambições nacionais, com sólidos laços eleitorais com o eleitorado popular do Distrito Federal e com setores ligados ao movimento operário, desde o jacobinismo florianista. Seu discurso agrarista e nacionalista combinava-se com a defesa dos interesses da população carioca que estaria espoliada por setores comerciais e industriais controlados por estrangeiros. Utilizava também largamente práticas clientelistas diretas com o funcionalismo público e o operariado do estado, em Niterói e no Distrito Federal.

Para compreender os significados do voto no contexto político da Primeira República é preciso ir além do sempre conflituoso pacto oligárquico

que o desvirtuava. Fazia-se política além das eleições, mas os pleitos eleitorais mantiveram por todo o período centralidade e importância.

UMA REPÚBLICA DE CIDADÃOS

Os significados da cidadania no Brasil republicano têm sido tema de muitas pesquisas e debates na historiografia sobre o país. Parte-se, em geral, das discussões do sociólogo britânico T.H. Marshall (1967) sobre o tema, considerando que a cidadania teria se construído nas democracias modernas conquistando inicialmente direitos civis, em seguida ampliando os direitos políticos e depois os direitos sociais e, mais recentemente, culturais. Cada vez mais, entretanto, essa progressão teoricamente tomada dos modelos clássicos se mostra pouco efetiva historicamente.

De fato, nas Américas, por todo o século XIX, a questão dos direitos civis teve uma dimensão central, diretamente vinculada aos processos em curso de abolição da escravidão. Direitos civis em uma sociedade escravista dizem respeito às mais elementares experiências cotidianas. O direito à integridade do corpo, à capacidade de ir e vir, à família, à propriedade, à herança, direitos formalmente negados a quem tinha a condição de escravo.

Por outro lado, a separação da Igreja e do Estado efetivada pela República coincidiu com a aceleração do processo de romanização da Igreja católica no Brasil. Intelectuais católicos continuaram a influenciar fortemente as concepções de direito civil que seriam finalmente codificadas, em 1916. Propostas de reconhecimento do divórcio ou de igualdade civil entre homens e mulheres originalmente presentes no projeto de Código Civil redigido por Clóvis Beviláqua acabaram de fora do Código Civil brasileiro. As mulheres casadas continuaram civilmente incapazes e dependentes dos maridos, como as crianças e as populações indígenas.

Ainda assim, a retórica da cidadania, principalmente quando referida aos direitos civis, fortemente ligados à memória da escravidão, foi presença importante na vida política da Primeira República. O caso mais emblemático, sem dúvida, é o da Revolta da Chibata, em 1910, que imortalizaria a figura do marinheiro João Cândido Felisberto.

Os castigos físicos na Marinha, após terem sido oficialmente suprimidos com a proclamação da República, foram reintroduzidos por um decreto de 1890. Previam até 25 chibatadas de castigos para faltas graves. Já se preparava um movimento contra a medida, quando uma punição de nada

menos que 250 açoites, lembrando as punições de escravos criminosos no período imperial, precipitou a revolta. Sob a liderança de João Cândido, 2,4 mil marinheiros tomaram quatro embarcações de guerra. Em um manifesto escrito, no qual se identificavam como "marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos", os revoltosos pediam o fim dos castigos físicos na Marinha e ameaçavam bombardear a capital.

Muitos dos grandes jornais do Rio de Janeiro consideraram justa a reivindicação dos marinheiros, mesmo quando não aprovavam os métodos adotados. O presidente Hermes da Fonseca e seu opositor nas eleições recém-realizadas, Rui Barbosa, também eram favoráveis ao pleito, o que permitiu o atendimento da demanda de proibição dos castigos físicos e a aprovação de anistia aos revoltosos pelo congresso. A Marinha, porém, não se conformou com o resultado. Na eclosão do levante, haviam sido mortos cinco oficiais que se recusaram a deixar os navios e alguns marinheiros que não aderiram à revolta. Rapidamente, um novo decreto foi posto em vigor permitindo afastar da Armada os que fossem considerados "inconvenientes à disciplina". Uma segunda revolta, sem adesão de João Cândido, acabou por engendrar a decretação do estado de sítio, provocando violentíssima repressão, com gravíssimas violações dos direitos civis dos marinheiros implicados. João Cândido foi preso e quase morto na prisão da Ilha das Cobras, tendo sido expulso da Marinha. Conforme enfatizou a historiadora Silvia Capanema, a leitura racializada da revolta esteve presente na época e predominou na memória do acontecimento produzida a partir da segunda metade do século XX. Conhecido como o Almirante Negro, João Cândido só foi anistiado *post-mortem* junto aos demais participantes do movimento por lei federal de 24 de julho de 2008.

As mobilizações pela efetivação dos direitos civis reconhecidos pela Constituição de 1891, especialmente de cunho antirracista, foram uma dimensão política importante da primeira experiência republicana. Na jovem República, entre os grupos negros urbanos alfabetizados e, portanto, eleitores, desde cedo se formou uma imprensa antirracista, que falava em nome dos chamados "homens de cor". Em seu livro *Negros e política*, Flávio Gomes menciona pelo menos oito títulos de jornais negros publicados entre a última década do século XIX e a década de 1920. Denunciando práticas de discriminação racial, foram publicados em cidades de diversos estados, especialmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A celebração da memória da Abolição fundamentava, nesses jornais, a construção da identidade de "homens de cor", que falavam em nome da "raça negra" e de sua contribuição à sociedade brasileira.

Em 1909, o reconhecimento da eleição do primeiro deputado negro no Congresso Nacional republicano foi alvo de importante campanha de mobilização. Segundo a historiadora Carolina Vianna Dantas, Monteiro Lopes era advogado, abolicionista, socialista e republicano histórico. Participava das atividades da Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro, era membro ativo da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário e mantinha relações políticas estreitas com o Centro Internacional Operário. Eleito deputado federal em 1909, correram, entretanto, rumores na imprensa de que seu mandato não seria reconhecido em função de sua cor. Convocou então uma grande reunião de homens de cor no Centro Internacional Operário, onde foi criada uma comissão permanente contra a exclusão de Monteiro Lopes e decidida uma ação judicial em favor do deputado eleito.

A campanha de mobilização que se seguiu, com reportagem nos jornais e telegramas enviados por entidades formadas por negros de várias partes do Brasil a políticos influentes no processo de reconhecimento dos mandatos como Rui Barbosa e Pinheiro Machado, acabou por garantir a posse do deputado. O orador da sessão solene de posse dos eleitos declarou em seu discurso "que a entrada de Monteiro Lopes para o Parlamento brasileiro era uma afirmação de que o preto, através do desenvolvimento do Brasil, aparecia sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria". Monteiro Lopes celebrou a vitória comemorando o 13 de Maio de 1909 em ato público no cemitério do Caju, junto ao túmulo de José do Patrocínio. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o ato congregou uma multidão formada por membros de associações de trabalhadores e associações de homens de cor. Presente ao evento, Lopes Trovão fez um discurso crítico aos descaminhos da República que insistia em "perseguir o povo e confiscar os seus direitos" (apud Dantas, 2011:202).

O racismo científico à brasileira tinha nas propostas de branqueamento sua construção mais acabada e tendeu a predominar em inúmeros círculos intelectuais e políticos da Primeira República. Não faltavam mesmo aqueles que propunham soluções mais drásticas, inclusive a esterilização. Apesar disso, um pensamento antirracista não deixou de se fazer presente. Em 1906, o poeta Olavo Bilac se colocou do mesmo lado que grupos negros organizados paulistas quando combateu, com base na Constituição de 1891, a tentativa de proibição da entrada de negros e mestiços na guarda civil de São Paulo.

Não apenas a exigência do cumprimento de direitos civis, mas também a reivindicação de expansão dos direitos políticos e de novos direitos sociais desde cedo estiveram presentes na cena pública da jovem república. A trajetória política de Monteiro Lopes estava fortemente ancorada no

movimento operário carioca e em suas organizações políticas. Em grande parte, a famosa desilusão de republicanos históricos e intelectuais com a República esteve diretamente relacionada ao aparecimento de novos atores coletivos e na frustração de suas expectativas em torno da ampliação dos direitos políticos e sociais. A primeira década republicana foi pródiga no surgimento de partidos operários e socialistas, bem como na afirmação de uma imprensa operária, muitas vezes de base étnica, nas cidades portuárias e industriais.

A criação, em 1890, do Centro do Partido Operário pelo tenente José Augusto Vinhaes — político jacobino ligado aos operários do estado do Rio de Janeiro — marca o início de uma tendência política que teria presença duradoura na cena pública republicana, com base no eleitorado do Distrito Federal e em práticas clientelistas. Jacobinos na primeira década republicana passariam a se denominar trabalhistas nas décadas seguintes, atuando na denúncia dos problemas que atingiam os trabalhadores, reivindicando uma legislação social e defendendo sua atuação grevista.

No mesmo ano de 1890, em concorrência com a proposta de Vinhaes, outro partido operário foi criado pelo tipógrafo Luiz França e Silva, redator do jornal *A Voz do Povo*. Outras iniciativas semelhantes, propugnando a independência da classe operária, ocorreriam especialmente em São Paulo, até 1902. Associavam a uma pauta de conquista de direitos sociais a ampliação dos direitos políticos. O Partido Operário Brasileiro, criado em 1893, defendia a universalização do sufrágio com a inclusão de mulheres e analfabetos. As inúmeras práticas de exclusão política adotadas a partir de 1902, da adoção da política dos estados à intervenção na representação política do Distrito Federal (que viu diminuir o número de intendentes e, a partir do governo Rodrigues Alves, deixou de eleger o prefeito), fizeram com que quase desaparecessem as iniciativas de criação de partidos operários nas décadas seguintes.

Ainda assim, a política operária tornou-se mais e não menos presente na vida política do país. A partir de 1903, o movimento operário tornar-se-ia cada vez mais amplo, articulado e complexo. Um operariado multiétnico, no qual imigrantes de diversas nacionalidades tinham um peso importante, dava especificidade ao movimento associativo. As clivagens raciais e nacionais não deixavam de se fazer presentes, algumas vezes opondo operários organizados contra não organizados, ou se imiscuindo na competição política dentro dos sindicatos. Mas, em geral, era a linguagem universal de construção da classe operária que predominava nas entidades de trabalhadores, organizados quase sempre por ofícios. Os anos de 1903,

 1906/1907, 1917–1919 conheceram mobilizações grevistas cada vez maiores, com destaque para as mobilizações ocorridas em São Paulo, em 1917. Muitas tendências políticas conviviam no movimento operário — socialistas, trabalhistas, sindicalistas revolucionários e reformistas, anarquistas —, ainda que prevalecesse a tese de que os sindicatos não deviam deixar os credos políticos dividirem os trabalhadores. De todo modo, no I Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em 1906, prevaleceram anarquistas e sindicalistas revolucionários e suas teses de negação da política institucional, com evidente apelo em um contexto político excludente e com um operariado organizado em grande parte não nacional.

As críticas à política dos estados e às práticas coronelistas nunca deixaram de estar presentes no discurso público mesmo das elites republicanas. Não apenas nos debates no Parlamento, mas mesmo entre políticos que estiveram à frente de cargos importantes da administração federal. A sucessão do paulista Rodrigues Alves (1902–1906) pelo mineiro Afonso Pena (1906–1909) marcou o início da aliança entre Minas e São Paulo como principais forças políticas no controle do governo federal, com base na defesa dos interesses cafeeiros, a partir da aprovação do Convênio de Taubaté (1906), no qual os três principais estados cafeicultores (SP, MG e RJ) passavam a ter acesso a financiamento federal para comprar por um valor mínimo o café excedente, garantindo que os preços internacionais não caíssem. Nesse mesmo governo, jovens políticos levados ao poder por Afonso Pena, conhecidos como grupo do Jardim de Infância, unificavam-se por um discurso que buscava uma modernização das práticas políticas. A morte de Afonso Pena e o breve governo do seu vice, o fluminense Nilo Peçanha (1909/1910), reforçaram essas características. A cada nova sucessão podia ressurgir o temor ou a vontade de que as eleições funcionassem para valer como instrumento de regulação da competição política.

O adensamento da crítica da opinião pública à quase institucionalização da fraude eleitoral e o crescimento do movimento operário organizado nos anos anteriores foram a base da aproximação do senador gaúcho Pinheiro Machado, "coronel dos coronéis", com o marechal Hermes da Fonseca, lançado candidato à presidência. Pinheiro Machado chamava assim para si, surpreendentemente, uma agenda de reformas sociais e políticas, associadas à figura do marechal. Com o apoio de Nilo Peçanha, presidente da República, Hermes da Fonseca trouxe para seu lado o agrarismo fluminense, mas também importantes setores das populações urbanas do distrito federal.

Hermes da Fonseca teria ainda o apoio do Partido Republicano Mineiro, mas uma dissidência importante do PRM, ligada ao Jardim de Infância e

a jornais da cidade cafeeira e industrial de Juiz de Fora (MG), apoiaria a candidatura oposicionista de Rui Barbosa. Apoiada pelo poderoso Partido Republicano Paulista, pela oligarquia baiana e por uma dissidência do PRM, a candidatura de Rui Barbosa se pensava para valer e a campanha foi disputada voto a voto. Em ambos os lados esteve presente certo tom reformista, de crítica às práticas de fraude eleitoral.

A ambiguidade eleitoral da Primeira República esteve mais presente que nunca na campanha política de 1910. Se dos dois lados eram as sólidas alianças oligárquicas que davam viabilidade às candidaturas, em ambos os casos se acenava para os setores modernos do eleitorado. A candidatura Hermes revivia parcialmente o jacobinismo militar e suas expectativas de moralização através de homens de reconhecido valor. Do outro lado, um Rui Barbosa sempre liberal, e com apoio de fazendeiros e industriais do PRP, percorreu o país em defesa do voto secreto e da ampliação da alfabetização, com comícios repletos e grande mobilização de opinião pública e do eleitorado urbano.

Apesar dos protestos e das denúncias de fraude, a candidatura situacionista foi eleita e Hermes da Fonseca tornou-se presidente da República (1910–1914). Especialmente nos dois primeiros anos, Hermes manteve uma posição ambígua, interferindo na política de praticamente todos os estados oposicionistas por meio de intervenções chamadas de "salvações nacionais" chefiadas por oficiais militares com discurso antioligárquico. Ao mesmo tempo, nomeou o deputado trabalhista carioca Maurício de Lacerda como seu oficial de gabinete e patrocinou um Congresso Operário em 1912. Por outro lado, Pinheiro Machado articulou as bancadas dos estados situacionistas em torno de um novo partido, o Partido Republicano Conservador (PRC), que buscava também tutelar o presidente. As disputas desencadeadas nos estados pelas "salvações" resultaram em inúmeros conflitos armados, que levaram em alguns casos a divisões dentro do próprio Exército. Em 1912, com o apoio do PRC, Hermes substituiu o intervencionista general Mena Barreto como ministro da Guerra pelo general Vespasiano de Albuquerque, que iria então se manifestar publicamente contra a intromissão da política nos meios militares. A vitória das forças coronelistas, apoiadas pelo padre Cícero, contra o governador militar eleito do Ceará, na chamada Sedição de Juazeiro de 1914, marca a hegemonia definitiva do PRC e de Pinheiro Machado no governo Hermes e o fim de suas veleidades antioligárquicas.

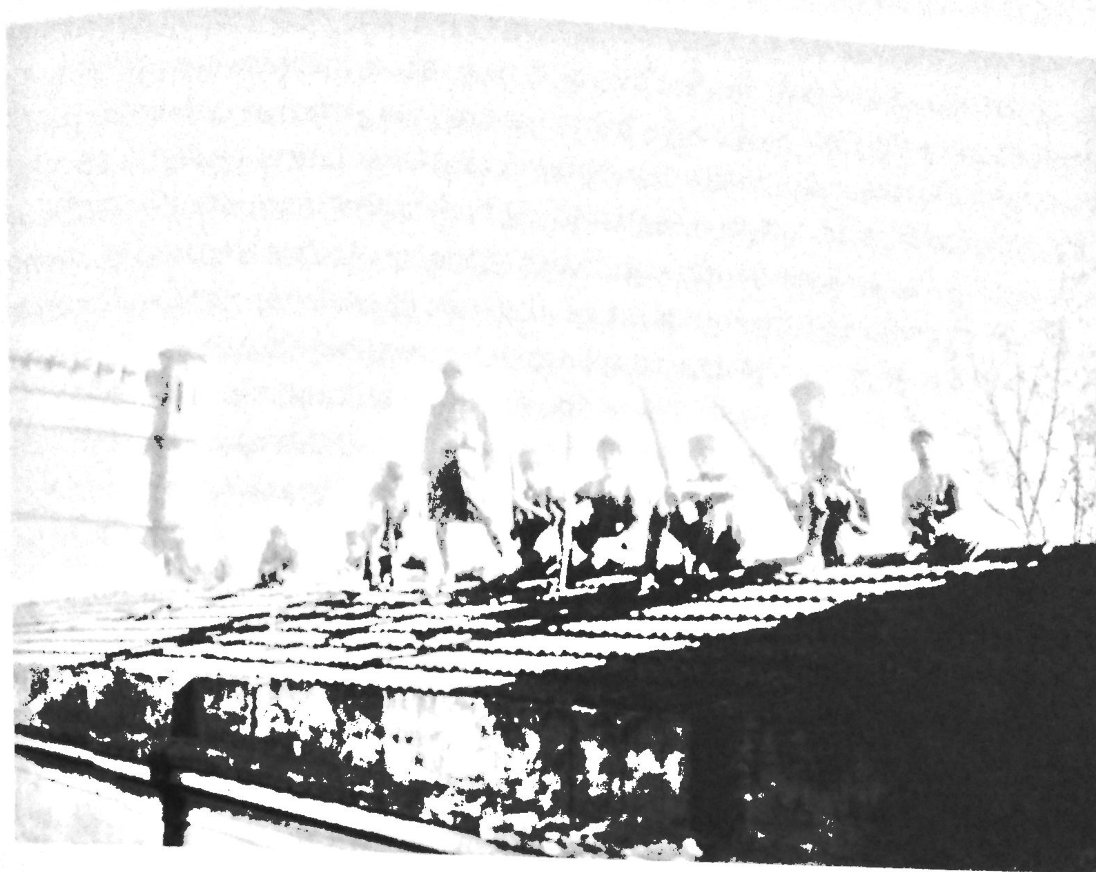
Proclamada a República por um golpe militar, a primeira Constituição integrara de certo modo a ideia positivista do soldado-cidadão. Os levantes de jovens oficiais tenderam a se extinguir em 1904 com o fechamento da

Escola Militar da Praia Vermelha, mas desde o governo Hermes da Fonseca uma dupla tendência se configurava. De um lado, as salvações promovidas por oficiais militares contra oligarcas locais tiveram sem dúvida inspiração na ideia do soldado-cidadão. Por outro, o governo Hermes se caracterizou também pela modernização e profissionalização do Exército, tendência que se reforçou com a adoção do recrutamento universal através de sorteio, aprovada em seu governo e efetivada no seguinte. Desse modo, ao final do mandato de Hermes da Fonseca, a hegemonia das oligarquias lideradas por Pinheiro Machado trazia de volta a política dos estados, mas, ao mesmo tempo, importantes mudanças ocorriam no Exército como instituição. Essas tendências se reforçariam no quadriênio seguinte, para o qual foi eleito o mineiro Wenceslau Braz (1914–1918), que concorreu como candidato único.

Nilo Peçanha e Pinheiro Machado, afastados desde o início da presidência de Hermes da Fonseca, entraram em confronto direto no início do governo Wenceslau Braz, quando houve uma nova duplicidade de Assembleia no Rio de Janeiro. A vitória do grupo de Nilo Peçanha só foi possível porque o assassinato do senador Pinheiro Machado, em 1915, tirou o poderoso inimigo definitivamente da política. Pinheiro Machado não seria substituído no papel de articulador nacional da política coronelista que até então desempenhava, o que sinalizava início de novos tempos.

A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) que estourou na Europa e a Revolução Russa (1917) marcaram para muitos o início do curto século XX. Sem dúvida, o novo contexto redefiniu as formas de interação das populações urbanas brasileiras com os acontecimentos e fluxos de ideias vindos dos Estados Unidos e da Europa. A substituição de importações permitida pela guerra aprofundou o crescimento industrial nas cidades, sobretudo em São Paulo. Por outro lado, a geração de políticos e intelectuais surgida com o início da República, chamados de republicanos históricos, cedia lugar a novos atores.

O governo Wenceslau Braz, em plena Primeira Guerra Mundial, foi marcado por grandes greves operárias e por uma crescente aproximação entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, com adoção de uma política econômica cada vez mais intervencionista e o início da segunda política de valorização do café, em 1917. No Legislativo, os chamados deputados trabalhistas, especialmente Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Deodato Maia, foram presenças ativas na denúncia dos problemas dos trabalhadores, na defesa de sua atuação grevista e na proposição pioneira de uma legislação social, com a discussão de um primeiro Projeto de Código de Trabalho, realizada em 1917/1918, ainda que tenha resultado



Fotógrafo não identificado
Revolução de 1924. Rebeldes nos telhados
FOTOGRAFIA, JULHO DE 1924
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

em apenas uma lei sobre acidentes de trabalho, segundo a historiadora Angela de Castro Gomes.

Em 1919, com a morte do paulista Rodrigues Alves, que havia sido mais uma vez levado ao cargo de presidente, o consenso interoligárquico pela primeira vez se fez em torno de um nome do Nordeste: o paraibano Epitácio Pessoa, que apresentava em seu programa preocupações específicas com a região. Ainda assim, ele não foi candidato único. Na campanha de 1919, Rui Barbosa concorreu como uma espécie de anticandidato, sem apoio de qualquer estado, obtendo um terço dos votos e vencendo no Distrito Federal. Em seus discursos propôs com ênfase a adoção de uma legislação operária.

A candidatura de Epitácio Pessoa apresentou, pela primeira vez, um programa que versava de forma explícita sobre interesses regionais, especialmente do Nordeste, mas fez também um governo crescentemente intervencionista a favor dos interesses cafeeiros. Empreendeu a terceira valorização do café, criou o Instituto de Defesa Permanente do Café e indicou para a sua sucessão um candidato mineiro, Arthur Bernardes, com o apoio apenas de São Paulo e Minas Gerais. Os chamados estados de segunda grandeza não se conformaram com a preponderância explícita que os interesses cafeeiros passavam a ter no governo federal. Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro lançaram em resposta a candidatura de Nilo Peçanha, formando a Reação Republicana (1921).

Se ainda é o jogo oligárquico que explica o conflito, a Reação Republicana, como já havia ocorrido na campanha civilista de 1910, optou por novamente explorar o poder da mobilização política eleitoral. Em viagens por todo país, em que pronunciavam discursos contra o imperialismo dos grandes estados e a favor dos valores republicanos, Nilo Peçanha e J.J. Seabra, como Rui Barbosa havia feito em 1910, discursaram para verdadeiras multidões em teatros e praças públicas de diversas capitais, mesmo que o candidato situacionista, como de hábito, tenha sido declarado vencedor das eleições. A necessidade de uma Justiça eleitoral e da adoção do voto secreto, temas discutidos, como vimos, desde o início da República, retornavam à ordem do dia.

Vale ressaltar que a defesa do voto para os analfabetos esteve praticamente ausente do escopo das reivindicações. Esse foi um viés elitista da opinião pública das cidades e mesmo dos movimentos de trabalhadores, o que colocava limites importantes às propostas de democratização, ainda que atenuadas pelas demandas por ampliação da alfabetização.

Os anos de 1920 anunciaram as transformações que resultaram na ruptura de 1930 com a Constituição de 1891. Alguns acontecimentos de 1922 tornaram-se símbolos das mudanças do período, especialmente a fundação do Partido Comunista do Brasil e a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo. Pode parecer estranho colocar num mesmo parágrafo um partido político operário e um movimento de vanguardas artísticas, mas ambos têm em comum o esforço de construir suas identidades como partido ou movimento que teriam produzido inflexões definitivas numa determinada tendência dos acontecimentos. Seus integrantes tiveram sucesso em construir para si próprios narrativas memoriais, que tenderam a ressaltar sua absoluta originalidade, silenciando ou rotulando como inadequado ou tradicional tudo que veio antes. Cabe ressaltar,

entretanto, que ambos os acontecimentos, apesar de extremamente significativos, estiveram de fato perfeitamente integrados nas lógicas políticas dos debates correntes em seu tempo e muito bem articulados ao "que veio antes".

Diversas pesquisas têm posto em evidência que as reflexões sobre a identidade nacional consideradas específicas dos modernistas iam muito além do grupo paulista e estiveram presentes em várias iniciativas artísticas e intelectuais das décadas anteriores. Na própria década de 1920, os textos da imprensa negra ou dos grupos culturais negros, como a companhia de teatro Tudo Preto do Rio de Janeiro, criada por De Chocolat, construíram um complexo discurso de valorização da mestiçagem, no qual o negro não era subsumido no passado nem embranquecia.

Não foi só a renovação dos movimentos artísticos eruditos ou populares que marcou a modernização das grandes cidades em crescimento ainda mais acelerado nos anos 1920. A movimentação operária tinha sido intensa e explosiva entre 1917 e 1919, com direito a uma greve geral em São Paulo e uma insurreição anarquista no Rio de Janeiro, em 1918. A Revolução Russa rapidamente repercutiu nos meios operários organizados brasileiros dando origem a partidos comunistas, inicialmente com a presença também de anarquistas. Os especialistas datam 1922 como o ano da fundação no Rio de Janeiro de um partido comunista ligado à URSS, que se propunha ser incorporado à III Internacional. O partido já nasceu na clandestinidade, tendo de enfrentar juntamente com anarquistas e sindicalistas revolucionários o repressivo governo de Arthur Bernardes (1922–1926). Talvez nesse contexto caiba registrar uma significativa novidade que antecipa escolhas políticas posteriores: a conjunção, no governo Bernardes, de uma política altamente repressiva para o movimento operário com a reforma da Constituição que permitiu, pela primeira vez, a aprovação de leis de proteção ao trabalho. O novo Partido Comunista teria importância no retorno dos grupos revolucionários do movimento operário à política eleitoral, com a formação do Bloco Operário, em 1927, aliando-se aos chamados políticos trabalhistas.

A partir de 1922, a emergência das insurreições militares tenentistas consistiu talvez na principal novidade do período para se entender o colapso da ordem constitucional de 1891. Afinal, os novos tenentes formariam a liderança armada do movimento civil-militar de 1930. Mas, como vimos, os militares nunca estiveram longe da política durante a Primeira República. A principal diferença ocorrida em 1922 foi o questionamento da vitória eleitoral de Arthur Bernardes pelos candidatos derrotados, pressionando e

 mobilizando a opinião pública através da campanha da Reação Republicana e açulando uma possível ação militar que levasse Bernardes à renúncia.

A crise militar começara ainda em 1921, em plena campanha eleitoral, com o episódio das cartas — falsas — atribuídas a Arthur Bernardes que atingiriam a honra do marechal Hermes da Fonseca. Depois da derrota eleitoral da Reação Republicana, Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, instou seus companheiros de armas a não reprimirem as rebeliões populares que ocorriam no Recife contra os resultados das urnas. Foi preso e o Clube Militar fechado por um ministro da Guerra Civil, Pandiá Calógeras. O levante militar de 1922 no Forte de Copacabana deu início ao chamado movimento tenentista, que atualizaria a antiga doutrina do soldado-cidadão. Mais uma vez, o levante dos jovens militares, mantendo o modelo da proclamação da República em 1889, precisou atrair um militar de alta patente (no caso, Hermes da Fonseca) e colocar-se formalmente ao lado da lei.

As tensões militares obrigariam Bernardes a governar praticamente todo o seu mandato em estado de sítio. Um novo levante tenentista em São Paulo, em 1924, contra o presidente do estado, Carlos de Campos, também assumiria como suas as bandeiras de reformas que mobilizavam as camadas médias urbanas. O levante de 1924, com desdobramentos entre a oficialidade do Exército no Rio Grande do Sul, daria origem à Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes, que percorreu por três anos o interior do país, combatida pelo Exército e por tropas coronelistas.

Bernardes não reprimiu apenas as tropas tenentistas e o movimento operário. Interveio em todos os estados dissidentes. No Rio de Janeiro de Nilo Peçanha, diante de nova dualidade de assembleias, nomeou um interventor, venceu as eleições e incorporou o estado ao jogo político em condições de subalternidade. Sua ação no Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura oposicionista de Assis Brasil contra Borges de Medeiros, resultou em nova guerra civil que só foi concluída com a negociação entre as partes em luta, mediada pelo ministro da Guerra. Borges de Medeiros foi considerado mais uma vez reeleito, mas a Constituição do estado foi revista extinguindo o princípio da reeleição e definindo uma cota de representação para a minoria. Os rebeldes foram anistiados.

Com as oligarquias dissidentes submetidas, o nome do paulista Washington Luís foi discutido apenas entre Minas Gerais e São Paulo. Uma vez no governo, entretanto, a política de Washington Luís tendeu a gradativamente se afastar de Minas Gerais. Por outro lado, a política de sustentação do preço do café mantida desde o governo Epitácio Pessoa atraía cada vez mais críticos nos demais estados. Se a "política dos estados" sempre atraiu

críticas nas discussões parlamentares, elas deixaram de ser filosóficas e ganharam um tom de indignação na década de 1920. A questão operária também crescia em importância política. Em 1927, o Bloco Operário conseguiu eleger um deputado, mas, em seguida, a Assembleia Legislativa votou uma alteração no Código Penal que colocou todas as organizações operárias na ilegalidade, gerando inúmeros protestos.

Na sucessão de Washington Luís, mais uma vez os grandes estados não chegariam a um nome de consenso. Contra a candidatura oficial do paulista Júlio Prestes, foi lançada a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Vargas havia sucedido Borges de Medeiros na presidência do Rio Grande do Sul e unificara seu estado atraindo o apoio dos liberais. Cortejado a indicar o vice na chapa paulista, acabou candidato a presidente por iniciativa de Minas Gerais. Contava ainda com o apoio da Paraíba, que indicou o candidato a vice-presidente, João Pessoa, e ainda com várias dissidências estaduais, inclusive em São Paulo, sob o rótulo de Partidos Democratas.

Vargas fazia parte de uma nova geração de políticos no Rio Grande do Sul, conhecida como geração de 1907, que trouxe à cena pública nomes como Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha, também chamados de tenentes civis. A crítica às práticas oligárquicas, dentro dos marcos de renovação das elites políticas nos estados, iria incorporar, em alguns casos, um ideário antiliberal, dando origem à influente vertente do pensamento social conservador no Brasil, inspirado em autores como Alberto Torres e Oliveira Viana, que construiria a famosa dicotomia entre o Brasil legal e o Brasil real e que tornava a perspectiva de rompimento constitucional menos improvável.

Os discursos de Getúlio Vargas, durante a campanha da Aliança Liberal, tiveram como eixo central a crítica ao controle do Estado pelos fazendeiros do café e a abertura do mesmo para outros interesses agrícolas, mas acenavam também para setores econômicos emergentes, anunciando teses industrialistas "não artificiais", voto secreto, expansão da alfabetização e políticas sociais para os trabalhadores. A maioria do empresariado industrial, entretanto, cerrou fileiras com o candidato oficial Júlio Prestes e o Partido Republicano Paulista, que, como era de hábito, venceu as eleições. Nesse contexto, a deposição de Washington Luís, após os resultados das eleições, tem sido caracterizada pelos especialistas como simples resultante de um conflito interoligárquico, que teria como motivação de fundo uma reação dos demais estados à supremacia paulista decorrente do seu poderio econômico e demográfico. A campanha da Aliança Liberal, dispondo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba contra São Paulo e seus aliados, foi, em grande parte, uma reedição do mesmo tipo de mobilização do

 eleitorado urbano experimentado na Campanha Civilista (1910) e a Reação Republicana (1921), com a diferença de que os comícios da Aliança Liberal podiam contar com até dezenas de milhares de pessoas. Para tanto, a verdade eleitoral, a expansão da educação e o voto secreto eram palavras de ordem que ocupavam lugar central para agenciar o entusiasmo político.

Alguns meses após a derrota eleitoral dos aliancistas, o movimento civil militar de outubro de 1930 se organizou com base em dissidências do Exército, nas forças públicas estaduais e em tropas privadas, no melhor estilo da República dos Coronéis. Mas, uma importante diferença levaria a um desdobramento totalmente novo. Um autoproclamado Movimento Pacificador, formado pelos altos escalões do Exército e da Marinha, produziu um novo tipo de intervenção militar que deu encaminhamento ao impasse, decidindo pela deposição de Washington Luís e a entrega do poder aos revoltosos.

Era o fim da ordem constitucional de 1891. A ruptura mantinha inicialmente em pauta temas centrais da experiência política da Primeira República, como os significados da representação política, além de outros que, se não eram centrais, nunca estiveram ausentes, especialmente as demandas por universalização da educação, as reflexões sobre a contribuição de negros e mestiços à identidade nacional, o combate ao racismo e a luta dos trabalhadores por direitos sociais. O código eleitoral aprovado em 1932, que prepararia a reconstitucionalização do país e que deixou marcas até hoje no funcionamento da Justiça eleitoral brasileira, foi elaborado por Assis Brasil, republicano histórico, baluarte do liberalismo, o mesmo político que tratara da questão quando da regulamentação da Constituição de 1891. Como bem enfatizaram Angela de Castro Gomes e Martha Abreu, a memória que transformou em República Velha a primeira experiência republicana só foi construída a partir do projeto autoritário que se tornaria vitorioso em 1937, no autoproclamado Estado Novo.

Ao fazê-lo, criou a ilusão de que a predominância oligárquica seria produzida pelo caráter liberal da Constituição de 1891, apagando a memória de todo um aprendizado de luta por direitos e da própria competição eleitoral como experiência concreta da cidadania republicana. Com ou sem direito ao voto, os cidadãos brasileiros faziam política e se constituíram como atores políticos na Primeira República, em articulação com as elites oligárquicas, às vezes as combatendo, outras lhes dando sustentação. Padre Cícero fazia política mobilizando eleitores e não eleitores no Nordeste; Eduardo das Neves fazia política fazendo música; Monteiro Lopes fazia política no Parlamento e no cemitério à beira do túmulo de Patrocínio.

comemorando a Abolição; Matilde fazia política ao se aproveitar das rixas entre mandões locais. A relativa legitimidade da dominação coronelista se construía na exclusão política do analfabeto e na impossibilidade prática da expansão escolar alcançar a população rural. A consolidação de uma cidadania restritiva e autoritária, em uma sociedade agrária e desigual, não impediu, entretanto, a presença de lutas por sua ampliação. Elas se faziam no Parlamento, mas também nas campanhas eleitorais, no movimento operário, na imprensa negra, na nascente indústria cultural, nas campanhas cívicas de alfabetização, nas práticas clientelistas dos movimentos sociais urbanos. Embates em que foram formuladas culturas e tradições políticas ainda hoje presentes na vida política brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. O "crioulo Dudu": participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890–1920). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 20, v. 11, jan./jun. 2010.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. *Nous, Marins, citoyens brésiliens et républicains*: identités, modernité et mémoire de la revolte des matelots de 1910. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l'EHESS en histoire et civilisations. Paris, 2009.

BATALHA, Claudio H.M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2000.

CARONE, Edgar. *A República Velha* (evolução política). São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

______. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: ______. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 149–168.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARTE 3

FRANCISCO DORATIOTO

O BRASIL NO MUNDO / IDEALISMOS, NOVOS PARADIGMAS E VOLUNTARISMO

A POLÍTICA EXTERNA NA REPÚBLICA VELHA REPERCUTE ATÉ NOSSOS DIAS. Nesse período foram definidas as fronteiras nacionais, o país se adaptou à ascensão dos Estados Unidos como potência mundial e o barão do Rio Branco estabeleceu as diretrizes que influenciam, ainda hoje, a visão que a sociedade brasileira tem de seu lugar no mundo.

A "AMERICANIZAÇÃO" DA REPÚBLICA DAS ESPADAS

Instalada a República no Brasil, em 1889, o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca manteve os compromissos internacionais assumidos pelo Império do Brasil, facilitando, assim, seu reconhecimento. O primeiro país a fazê-lo foi a Argentina, em 19 de novembro, seguido de outras nações americanas, após alguma vacilação resultante das incertezas quanto ao significado do 15 de Novembro. Uma das primeiras medidas com repercussão externa do novo governo foi conferir a nacionalidade brasileira aos estrangeiros residentes no país de forma praticamente compulsória, posto ser automática; aqueles que não desejassem ser brasileiros deveriam manifestar-se por escrito. No entanto, boa parte dos imigrantes era composta por camponeses analfabetos, sem condição de recusar a medida, e, por isso, esta foi motivo de protestos de Portugal, Itália, Espanha e Império Austro-Húngaro.

No plano externo, o governo provisório diferenciou-se da Monarquia em dois assuntos que exigiam atenção imediata. O primeiro era a implementação do tratado assinado com a Argentina em 7 de setembro de 1889, referente ao litígio em torno da posse do território de Palmas (ou Missões, como classificava a diplomacia argentina). O segundo era a participação

 brasileira na primeira Conferência Pan-Americana, cujos trabalhos se iniciaram em outubro.

Após o fim da Guerra Civil (1861–1865), os Estados Unidos passaram por grande expansão econômica e ampliaram seus interesses externos. Em relação à América Latina, a diplomacia norte-americana reinterpretou a Doutrina Monroe e propôs o pan-americanismo, pelo qual os Estados Unidos seriam os defensores das Américas e da convivência pacífica entre seus países. Tratava-se, na realidade, de um projeto hegemônico sobre a região, no contexto da rivalidade crescente entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pela ascendência política e econômica na América e, no caso do Brasil, também em relação à Alemanha, que tinha forte presença comercial em nosso país.

Esse projeto materializou-se na convocação, pelo governo norte-americano, da primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, em 1889. Seus objetivos principais, também definidos pela diplomacia norte-americana, eram a construção da união aduaneira continental, a adoção de moeda comum a todos os países americanos e o estabelecimento de arbitramento obrigatório em eventuais divergências entre eles.

Para preservar as relações cordiais com os Estados Unidos, com o qual o comércio era muito favorável ao Brasil, o governo imperial aceitou o convite para a conferência, mas sem apoiar as propostas norte-americanas. Enviou para o evento delegação composta por Lafayette Rodrigues Pereira, enviado especial; José Gurgel do Amaral Valente, representante brasileiro em Washington; e Salvador de Mendonça, cônsul em Nova York e um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Tinham instruções de tratar com extrema cautela as propostas norte-americanas, pois o governo imperial via com desconfiança o esforço dos Estados Unidos para ocupar a posição de árbitro na América Latina e para reduzir as relações desta com a Europa. A diplomacia imperial preocupava-se em manter a liberdade de ação externa do país, evitando que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, em curso desde a década anterior, implicasse o distanciamento da Europa. O governo provisório republicano alterou essa postura de equilíbrio e instruiu os delegados a aceitarem o arbitramento obrigatório e a darem "espírito americano" às instruções do regime caído, sem especificar o que isso significava. A partir de então, coincidiram as posições das delegações norte-americana e brasileira; desta retirou-se Rodrigues Pereira, após recusar convite do governo provisório para permanecer.

Os objetivos norte-americanos foram frustrados graças à resistência da Argentina, secundada por outros países. O único resultado concreto da primeira Conferência Pan-Americana foi a criação do Bureau Comercial das Repúblicas Americanas, em Washington, para compilar dados relativos ao comércio continental.

O encontro demonstrou aos Estados Unidos que o regime republicano brasileiro não prejudicaria as relações bilaterais e, mais, apoiaria posições da diplomacia norte-americana. A prova disso veio em 31 de janeiro de 1891, quando Salvador de Mendonça, a essa altura representante brasileiro em Washington, assinou com James Blaine, secretário de Estado, um convênio aduaneiro, o Tratado de Reciprocidade, quando há cinco décadas o Brasil se recusava a assumir compromissos desse tipo. Esse tratado foi o primeiro feito sob as condições da Tarifa Alfandegária de McKinley, medida protecionista implementada pelo presidente Benjamin Harrison, republicano, impondo a reciprocidade comercial entre os Estados Unidos e os demais países.

Pelo acordo, o Brasil isentou um grande número de produtos norte-americanos de impostos de importação, enquanto os Estados Unidos o fizeram apenas para o couro, o açúcar, o melado e o café brasileiros. O interesse brasileiro no acordo se concentrava na entrada livre do açúcar no mercado norte-americano — o café não tinha concorrentes —, o que estimularia a economia do Nordeste do Brasil. No entanto, logo depois, em maio de 1891, os Estados Unidos estenderam a isenção ao açúcar produzido pelas colônias espanholas Cuba e Porto Rico e, mais tarde, ao das colônias britânicas e, mesmo, da Europa. Segundo o historiador Steven Topik, o tratado com o Brasil serviu como instrumento de pressão para que os Estados Unidos entrassem, por meio do critério de reciprocidade, no mercado de Cuba, potencial consumidor de produtos agrícolas norte-americanos. O acordo com a Espanha, por sua vez, serviu para Washington obter acesso aos mercados da Alemanha e do Império Austro-Húngaro.

No Brasil, o acordo de 1891 sofreu oposição por causa da desproporção numérica entre produtos brasileiros e norte-americanos por ele beneficiados e por dificultar o incipiente processo de industrialização do país. O Congresso Nacional repercutiu esse desagrado e solicitou que não mais se assinasse acordo internacional sem sua concordância, mas ratificou o citado tratado em setembro de 1891, sem saber daquela isenção às colônias espanholas. Salvador de Mendonça e seu amigo Charles Flint, comerciante norte-americano com interesses no Brasil,

empenharam-se para retardar a descoberta, pelos congressistas brasileiros, de não haver garantia de monopólio para o açúcar nordestino no mercado nos Estados Unidos. Para Topik, há duas explicações possíveis para o comportamento de Mendonça, sendo a mais benévola a de que, para o diplomata, era imperativa a aprovação do acordo para estreitar as relações do Brasil, onde a República estava em consolidação, com os Estados Unidos e para reforçar seu prestígio pessoal junto ao governo norte-americano. A explicação menos benévola e mais documentada é a de que Mendonça e Flint tinham relações comerciais anteriores e que o norte-americano ganharia dinheiro com a intensificação do comércio bilateral, decorrente do acordo de 31 de janeiro, o que também beneficiaria Mendonça. Em 1899, o cônsul-geral brasileiro em Nova York, Fontoura Xavier, escreveu que, para assinar o Tratado de 1891, Salvador de Mendonça recebeu de Blaine dinheiro suficiente para, pouco depois, construir uma casa de campo.

Apesar de tudo, a evolução do comércio bilateral foi positiva para o lado brasileiro. Em 1893, o ministro da Fazenda, Inocêncio Serzedelo Corrêa, afirmou não haver motivos para afirmar que o acordo de 1891 tinha sido prejudicial ao comércio e às atividades produtivas brasileiras. O Brasil, disse, mantivera um "significativo" superávit comercial com os Estados Unidos e, ademais, a isenção de produtos vindos deste país tornara-os mais baratos para o consumidor brasileiro, contribuindo no combate à carestia de gêneros alimentícios. Apesar da concorrência antilhana, as exportações de açúcar brasileiro para os Estados Unidos aumentaram, entre 1º de abril de 1891 e o ano de 1892 — 21 meses —, de 71.261 para 115.185 toneladas. Conforme estatísticas do secretário de Estado Walter Gresham, entre 1890 e 1893 as importações de mercadorias brasileiras pelos Estados Unidos tinham crescido em 17 milhões de dólares, enquanto o mercado brasileiro comprara 500 mil dólares a mais de produtos ianques.

Em 1892, o presidente Harrison perdeu a reeleição para o candidato democrata Grover Cleveland. O Congresso norte-americano, composto majoritariamente de democratas, colocou-se contra os tratados de reciprocidade por dificultarem o acesso dos produtos de países não signatários desse tipo de acordo ao mercado norte-americano. Na realidade, motivava os congressistas o fato de a reciprocidade ter sido planejada contra a importação, pelos Estados Unidos, de produtos de países europeus, os quais retaliaram erguendo barreiras contra a importação de produtos norte-americanos. Em agosto de 1894, Washington promulgou

nova lei aduaneira, pela qual o açúcar brasileiro passou a ser taxado em 40% *ad valorem*. Um mês depois, o governo Floriano Peixoto denunciou o Tratado de 1891, que deixou de vigorar em 31 de dezembro de 1894.

O governo provisório também se diferenciou da diplomacia imperial no que se refere à Argentina. Para o Império, o rio da Prata era um espaço geopolítico prioritário e seu maior objetivo na região era conter o que supunha ser o projeto expansionista de Buenos Aires. Este consistiria em construir, sob sua hegemonia, uma república abrangendo o espaço geográfico do antigo Vice-Reino do Rio da Prata — hoje Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai —, a qual seria uma ameaça à livre navegação dos rios platinos, que permitia ao Brasil acesso regular à distante província de Mato Grosso, até 1912 isolada por terra do resto do país. Ademais, ainda de acordo com esse raciocínio, um bem-sucedido Estado republicano ao sul poderia facilitar o desmembramento do Brasil, com eventual perda do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. O primeiro, em razão de seu isolamento e de sua vulnerabilidade, e o segundo pelo fato de já ter tentado a secessão com a Revolução Farroupilha.

A oposição republicana brasileira não compartilhava essas preocupações. Ela bradou, no Manifesto Republicano de 1870, "somos da América e queremos ser americanos", em oposição ao discurso da elite imperial, que realçava a tal ponto as diferenças entre o Império do Brasil e os países hispano-americanos, que poderia bradar: "Somos da América, mas queremos ser europeus." O discurso dessa elite exaltava a estabilidade política e a prosperidade econômica brasileiras, contrastando-as com a instabilidade e a estagnação dos países vizinhos. Esse contraste, segundo o mesmo raciocínio, provava a superioridade da forma monárquica de governo sobre a republicana, o que justificaria a continuidade do Estado monárquico brasileiro.

Esse discurso ficou obsoleto na final da década de 1880 e, com a República, o novo discurso tomou, conforme Celso Lafer, o sentido de que "ser brasileiro era também ser latino-americano". O Brasil queria ser e tinha de ser parte da América, o que trazia a esperança e a angústia das incertezas que mudanças trazem. Esse sentimento foi assim resumido por Euclides da Cunha: "A República nos tirou do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade sul-americana."

No início da República brasileira predominou a visão idealista na condução da política externa. Para os novos governantes, o fato de o Brasil ser uma república criaria clima de irmandade e convergência de interesses com os países vizinhos. O perspicaz

chanceler argentino Estanislao Zeballos soube aproveitar a oportunidade proporcionada a seu país por essa mudança de paradigma diplomático. Em 1914, quando era deputado nacional, relatou em sessão da Câmara que, ao dar a notícia da proclamação da República brasileira ao presidente Juárez Celman, disse-lhe que o litígio territorial entre os dois países estava resolvido. A Argentina seria o primeiro país a reconhecer a República brasileira e o faria em documento "grandiloquente e escrito em estilo exuberante", o que causaria satisfação no Rio de Janeiro. Concluiu o raciocínio afirmando que, com isso, o novo governo brasileiro aceitaria, em nome da fraternidade entre os dois países, dividir o território litigioso.

De fato, o Ministério do governo provisório aceitou, em deliberação unânime de seus membros, o tratado de limites entre Brasil e Argentina dividindo o território litigioso de Palmas. Em encontro realizado em Montevidéu, em 25 de janeiro de 1890, Quintino Bocaiúva assinou com o representante argentino, Estanislao Zeballos, tratado pelo qual triunfava a posição argentina. Comemorado na Argentina, o tratado sofreu repúdio generalizado no Brasil, sendo rejeitado na Câmara dos Deputados. Foi então implementado o Tratado de 1889, que teve como árbitro o presidente Cleveland, dos Estados Unidos. O representante principal da delegação brasileira nessa arbitragem foi o diplomata Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada; o general Dionísio Cerqueira era segundo delegado. Eram auxiliados pelo contra-almirante José Candido Guillobel, consultor técnico, e três diplomatas. Aguiar de Andrada faleceu em 25 de março de 1893 e, para substituí-lo, o presidente Floriano Peixoto nomeou José Maria Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, cônsul em Liverpool por quase duas décadas e que estava em Paris, ocupando o cargo de superintendente-geral de Imigração na Europa. Era mais conhecido como filho do visconde do Rio Branco, estadista do Império do Brasil, condição, aliás, que lhe permitiu obter o cargo de cônsul. Contudo, Paranhos Júnior era estudioso e conhecedor de mapas e documentos históricos da formação do território brasileiro. Ele chegou a Washington em 27 de maio de 1893, onde teria como oponente Estanislao Zeballos, que substituíra Nicolás Calvo, negociador argentino que falecera antes de chegar a esse destino.

Em Washington, Rio Branco e sua equipe trabalharam durante dois anos, elaborando a "Memória" para defender a causa brasileira. O trabalho foi bem-sucedido e, em 5 de fevereiro de 1895, o presidente Cleveland reconheceu pertencer ao Brasil todo o território litigioso. Zeballos escreveu posteriormente que "o culto à História exige afirmar que o Brasil tinha razão na questão de Missões". A bem-sucedida atuação de Rio Branco

 explica-se por sua cultura histórica e dedicação ao trabalho, habilidades que lhe permitiram usar as razões apresentadas por Zeballos para reforçar a posição brasileira, além do apoio de uma dedicada equipe de auxiliares.

O resultado da arbitragem sobre Palmas, que garantiu ao país a posse de 30.621 quilômetros quadrados, tornou o barão do Rio Branco popular no Brasil e impulsionou sua carreira. Essa vitória também o qualificou para ocupar a posição de figura patriótica paradigmática no imaginário brasileiro, que antes fora de Pedro II. Ademais, ele tinha entre seus melhores amigos expoentes monarquistas que o viam como um deles, e, graças a seu instinto de sobrevivência, Rio Branco também não se indispôs com os republicanos, tanto que ocupava cobiçada função pública em Paris.

No governo Floriano Peixoto, o pragmatismo substituiu o idealismo na condução dos assuntos externos, mas persistiu a improvisação e a ausência de processo decisório. Decisões sobre política externa resultavam da vontade do autocrático Floriano e estavam subordinadas aos objetivos de sua manutenção no poder e da consolidação da República. Sua carreira militar fora construída sob o fatalismo de que o país seria obrigado, em algum momento, a guerrear com a Argentina e, se o Paraguai se aliasse a ela, tropas desta atravessariam o território paraguaio e atacariam o Mato Grosso, ocupando-o. Seria inviável enviar reforços para rechaçar os invasores, pois sertões e caminhos precários inviabilizavam o socorro por terra, enquanto por via fluvial seria impossível fazê-lo, pois a foz dos rios Paraná e Paraguai estariam sob controle argentino.

A preocupação em conter a influência argentina foi demonstrada por Floriano Peixoto em 1894. Nesse ano terminou o mandato do presidente paraguaio Juan Gualberto González, do Partido Colorado, cujos líderes eram historicamente avessos à Argentina e tinham cordiais relações com o Brasil. No final de 1893, os generais Bernardino Caballero, fundador dessa organização partidária, e Juan Bautista Egusquiza pleitearam a indicação de candidato *colorado* à presidência. Enquanto isso, a legação brasileira em Assunção enviava informes alarmistas sobre uma eventual candidatura, também pelo Partido Colorado, de José Segundo Decoud, suspeito de querer anexar o Paraguai à Argentina. Floriano decidiu apoiar a candidatura do general Caballero e, para fazê-lo, enviou ao Paraguai, como ministro plenipotenciário, o senador Amaro Cavalcanti.

Amaro Cavalcanti chegou a Assunção quando o presidente González articulava o lançamento da candidatura presidencial de José Segundo Decoud. Para inviabilizá-la, o diplomata incentivou um golpe de Estado

que derrubasse González, o que tornaria inviável a candidatura de Decoud. Para sua realização, Cavalcanti entregou aos generais Caballero, Escobar e Egusquiza entre 5 e 6 mil libras esterlinas. O golpe ocorreu em 9 de junho de 1894, sem derramamento de sangue, e Egusquiza saiu vencedor da eleição presidencial que se seguiu vencendo o liberal Benjamin Aceval.

Um dos maiores desafios à manutenção de Floriano Peixoto no poder foi a Revolta da Armada. Iniciada em outubro de 1892, com objetivo de depô-lo, os navios rebeldes do almirante Custódio de Melo dominaram a baía da Guanabara e, pouco depois, o monarquista almirante Saldanha da Gama aderiu ao movimento. Era frágil a posição de Floriano, por não dispor de força naval e nem de canhões suficientes para revidar a artilharia rebelde.

Em Washington, Salvador de Mendonça obteve que o governo norte-americano não reconhecesse os revoltosos como beligerantes, impedindo-os de comprar armas nos Estados Unidos, o que o governo Floriano fez ao adquirir navios mercantes que foram artilhados para enfrentar a esquadra rebelde. O presidente Cleveland aspirava que os Estados Unidos tivessem maior influência no conflito do que as potências europeias e era claro seu apoio a Floriano. Isso ficou demonstrado pelo rompimento do bloqueio rebelde do porto carioca pela esquadra norte-americana e o não reconhecimento do direito de os revoltosos revistarem navios em busca de armamento destinado ao governo. Um ano depois de deflagrada a revolta, em 2 de outubro de 1893, os representantes diplomáticos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e França comunicaram aos amotinados que seus grupamentos navais se oporiam pela força a todas as ações militares rebeldes contra o Rio de Janeiro. Desse modo, inviabilizaram as possibilidades de os revoltosos derrubarem o governo. Enquanto isso, a Revolução Federalista iniciada no Rio Grande do Sul, em 1892, contra a permanência de Floriano no poder, progredia rumo a Curitiba.

Desde o início da República, havia um setor nacionalista fortemente antiestrangeiro e, durante a Revolta da Armada, se exacerbou essa xenofobia, principalmente contra cidadãos de origem portuguesa no Rio de Janeiro. Em 13 de maio de 1894, Floriano rompeu relações diplomáticas com Portugal porque, sem condições de prosseguir na luta, 493 revoltosos da Armada se asilaram em duas corvetas portuguesas, o que foi visto pelo governo brasileiro como um ato de proteção aos rebeldes. Eles seguiram exilados, em belonaves portuguesas, para o rio da Prata, mas, no sul do Brasil, 254 deles fugiram e parte se juntou aos federalistas. O rompimento com Portugal e a repressão bem-sucedida às revoltas da Armada e a Federalista,

 permitiram ao governo Floriano construir a imagem de presidente forte que salvou a República.

A chamada República das Espadas teve fim com a eleição para presidente de Prudente de Morais (1894–1898), fazendeiro paulista que presidira o Senado Federal. Sua ação externa foi limitada pelas ameaças à ordem por parte de nostálgicos da ditadura de Floriano, pela continuação da Revolta Federalista — terminada em 1895 — e pela rebelião de Canudos (1896–1897).

A SUPERAÇÃO DAS AMEAÇAS TERRITORIAIS

Paralelamente, a ilha brasileira de Trindade, de 8,2 quilômetros quadrados e a 1.140 quilômetros da costa do Espírito Santo, foi ocupada pela tripulação de um cruzador britânico em janeiro de 1895. Em 4 de junho desse ano, o *Financial News* noticiou a incorporação desse território ao Império britânico, posto estar desocupado e nenhum país ter protestado contra a presença britânica. Foi assim que o governo brasileiro tomou conhecimento da ocupação e protestou contra ela em junho. Era uma questão delicada, pois serviria de motivo para agitação por parte da oposição florianista e, ademais, a ocupação coincidia com o litígio territorial entre o Brasil e a colônia inglesa da Guiana. Além disso, a diplomacia brasileira também era pressionada pelas pretensões da França sobre o Amapá. O governo britânico propôs o arbitramento sobre Trindade, o que não foi aceito pelas autoridades brasileiras. A mediação de Portugal levou a Grã-Bretanha a se retirar da ilha e reconhecer a soberania brasileira sobre ela. Em janeiro de 1897, o cruzador *Benjamin Constant* partiu do Rio de Janeiro, com pesado marco de posse brasileiro, de pedra, que deveria ser colocado em Trindade. Porém, o marco não pôde ser desembarcado devido às condições climáticas e, em seu lugar, foi colocado um marco provisório: uma haste com dois metros e noventa centímetros de altura, com uma chapa de metal na ponta com a inscrição "Brasil".

Quanto à fronteira norte, a França buscava estender o território da Guiana até as margens do rio Amazonas. Essa pretensão parecia ter sido definitivamente sepultada em 1713, quando Portugal e França assinaram um dos sete tratados em Utrecht, no qual os franceses renunciavam ao Amapá, reconheciam como portugueses os territórios nas duas margens do Amazonas e aceitavam a proibição do comércio francês ao sul do Oiapoque. Contudo, um século depois, com a ascensão de Luís Filipe ao trono francês, houve a retomada da política expansionista da França na América

Latina. Em relação à Amazônia, o irlandês David-BailieWarden, da Société de Géographie, de Paris, inseriu, em 1834, uma falsa latitude no *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, elaborado pelo padre Manuel Ayres de Casal, pela qual o rio Oiapoque, citado no Tratado de Utrecht, passava a ser o Araguari. Em Paris, adeptos do expansionismo exigiam a ocupação desse território, enquanto comissões científicas francesas à Guiana reforçavam essa pretensão.

O Império manteve a soberania brasileira sobre a Amazônia, mas não conseguiu fixar os limites com a Guiana francesa. Em 1894, a situação agravou-se com a descoberta de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene, o que atraiu aventureiros e causou conflito entre brasileiros, auto-organizados em um governo provisório, e militares franceses vindos da Guiana, por ordem do seu governador e à revelia de Paris. Em 1896, os governos dos dois países optaram por solucionar a questão de limites pelo arbitramento.

A demora do governo francês em negociar as condições em que se daria a arbitragem tornaram ríspidas as relações entre o representante brasileiro em Paris, Gabriel de Toledo Piza, e o chanceler Gabriel Hanotaux. Este, em conversa particular com Rio Branco, afirmou ter sido o governo francês ofendido por Piza e que, embora a diplomacia francesa desejasse a paz, "há alguns dias recebi do meu colega do Ministério das Colônias um plano completo de expedição militar" para pôr fim às divergências de limites da Guiana. Rio Branco respondeu que se ela ocorresse, o Brasil reagiria e não ficaria isolado ante a França, o que ele sabia não ser verdade (Lins, 1996:220). Tanto era assim, que Rio Branco escreveu ao chanceler Carlos de Carvalho sugerindo despertar o interesse norte-americano na questão da Guiana e, se necessário, obter a mediação britânica. Aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha não interessava a ampliação da presença francesa na América do Sul.

Em 10 de abril de 1897 foi assinado o compromisso arbitral, que definia como árbitro o presidente do Conselho Federal da Suíça. O objetivo da arbitragem era bem definido: declarar se o rio "Japoc ou Vicente Pizón", citado no artigo 8o do Tratado de Utrecht, era o Oiapoque, conforme defendia o Brasil, ou o Araguari, como queria a França. O árbitro deveria, ainda, determinar onde era a fronteira oeste.

Em abril de 1899, Brasil e França apresentaram seus argumentos ao presidente da Confederação Suíça. Na primeira "Memória", composta de cinco volumes entregues ao árbitro, Rio Branco demonstrou que os tratados de limites entre o Brasil e o território francês haviam sido anulados, ficando em vigor o Tratado de Utrecht. Sustentou que o Araguari desembocava no Amazonas e não no oceano, o que provava não ser ele o rio mencionado no

Tratado de 1713. Conhecida também a primeira defesa francesa, Rio Branco comentou que os franceses "citam documentos truncados e torturam os textos nas traduções, procedendo em tudo com a mais insigne má-fé". O barão e sua equipe, da qual fazia parte o cientista suíço Emilio Goeldi que se instalara no Pará, prepararam, durante oito meses, uma réplica, a segunda "Memória", para a qual guardaram documentos importantes. Em sua segunda "Memória", a França ampliou sua pretensão quanto ao limite interior, a oeste, mas a sentença arbitral, proferida em 10 de dezembro de 1900, foi inteiramente favorável ao Brasil.

Esse resultado saiu já no governo Campos Sales, que sucedeu ao de Prudente de Morais. Pelo trabalho realizado, o barão do Rio Branco foi recompensado pelo governo brasileiro com pensão anual de 24 mil-réis — quando era de 33 mil-réis a remuneração anual, incluindo verba de representação, do ministro das Relações Exteriores —, extensiva a seus filhos e filhas, e um prêmio de 300 mil-réis.

No último ano do governo de Prudente de Morais houve proposta norte-americana de um novo acordo de livre-comércio. Argumentou o representante dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que, entre 1895 e 1897, seu país comprara o montante de 253.654.512 dólares de produtos isentos de imposto de importação, o qual incidiu sobre aqueles que alcançavam apenas uns 6 milhões de dólares. O Brasil, afirmava o diplomata, comprara nesse período 43.289.272 dólares em mercadorias norte-americanas taxadas com "excessivos direitos". Argumentando ser a situação "desigual e injusta", recorreu ao princípio da reciprocidade e solicitou igualdade de tratamento, o que implicava um acordo de livre-comércio. O governo brasileiro recusou a proposta, sob a justificativa que este reduziria a arrecadação fiscal.

Nos últimos meses de seu mandato presidencial, Prudente de Morais posicionou-se quanto à Guerra Hispano-Americana (abril/agosto de 1898), declarando "rigorosa neutralidade" no conflito. No entanto, devido às dificuldades do Tesouro brasileiro em fazer os pagamentos referentes à compra de oito navios de guerra encomendados na Europa, bem como a falta de marinheiros para operá-los, o governo brasileiro decidiu vender dois destes encouraçados, que foram comprados pelos Estados Unidos. A necessidade de recursos financeiros se sobrepôs à neutralidade, em um contexto em que navios da Marinha deixavam de fazer exercícios por falta de combustível e munições.

A situação de penúria do Tesouro brasileiro, exemplificada pela venda desses navios de guerra, pautou a próxima gestão presidencial, de Campos Sales. Tal conjuntura fez com que, antes de tomar posse, ele viajasse a

Londres para equacionar a situação da dívida externa junto aos credores internacionais — foi o *funding loan*.

Um grande evento externo no governo Campos Sales ocorreu em agosto de 1899, quando pela primeira vez em sua história o Brasil recebeu a visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro, o presidente Júlio Roca, da Argentina. Ela ocorreu por iniciativa de Roca, que acreditava haver cobiça das grandes potências em relação à América do Sul. No Rio de Janeiro, ele afirmou: "Agora que nenhuma questão nos divide, convém que estejamos unidos e que disto se saiba no exterior." Não só por isso interessava à Argentina a continuidade das relações amistosas com o Brasil, mas, também, para anular a possibilidade de aliança entre os governos brasileiro e chileno. Deste modo, o governo argentino podia tratar com maior desenvoltura o litígio fronteiriço com o Chile, que levou os dois países a uma corrida armamentista.

Recebido no Rio de Janeiro com manifestações que adquiriram caráter de festa nacional, Roca defendeu uma "aliança moral" com o Brasil. Campos Sales retribuiu a visita e foi a Buenos Aires em outubro de 1900, onde também foi recepcionado com festas grandiosas. Embora não gerassem resultados concretos, as visitas reforçaram o clima amistoso entre os dois países, o que teve desdobramentos diplomáticos positivos nos anos seguintes, quando das guerras civis no Uruguai e no Paraguai.

A falta de resultados econômicos das visitas manifestou-se já em dezembro de 1900, quando o governo brasileiro discutia a solicitação dos Estados Unidos de redução do imposto sobre o trigo importado pelo Brasil e acondicionado em barricas, como era o norte-americano. Diante da reclamação argentina de que não se considerava fazer o mesmo para o produto acondicionado em sacos, como era o argentino, a legação brasileira em Buenos Aires respondeu que não desejava causar prejuízo à Argentina mas, sim, satisfazer os interesses brasileiros. Argumentou que, caso o Brasil recusasse o pedido norte-americano, este retaliaria cobrando impostos de importação sobre o café brasileiro que, a essa altura, já tinha concorrentes; e, acrescentou, nada impedia que a farinha de trigo argentina também fosse exportada em barricas. No que ficou conhecido como a "guerra das farinhas", a Argentina foi atingida em seu principal produto de exportação para o Brasil. Na análise do historiador Clodoaldo Bueno, essa foi a maneira encontrada para se forçar o aumento das exportações de produtos brasileiros para esse país. De fato, em maio de 1902 o governo argentino atendeu a solicitação brasileira e reduziu o imposto de importação do café.

Ao concluir seu mandato presidencial, em 1902, Campos Sales deixou para o próximo governo dois problemas externos: o litígio territorial com a colônia inglesa da Guiana e a delicada situação com a Bolívia, no território do Acre.

O BARÃO DO RIO BRANCO: FRONTEIRAS E NOVOS PARADIGMAS

O presidente eleito Rodrigues Alves convidou o barão do Rio Branco para ser ministro das Relações Exteriores. Rio Branco era, então, ministro plenipotenciário em Berlim e resistiu ao convite por diferentes motivos: financeiros, pois contava com o salário no exterior — maior que o de chanceler; familiares, já que seus filhos estavam na Europa; de saúde, pois se morria de febre amarela no Rio de Janeiro; e intelectuais, por conta das pesquisas históricas que planejava fazer em arquivos europeus. A insistência de Rodrigues Alves e o incentivo de amigos levaram Rio Branco a aceitar o convite e retornar ao Brasil de onde estivera ausente, sem qualquer visita, durante quase três décadas. Aguardava-o um país militarmente fraco e economicamente atrasado, quer em relação às grandes potências, quer quanto ao vizinho argentino.

Rio Branco foi recebido com verdadeira apoteose, ao desembarcar no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1902. Nesse mesmo dia afirmou em discurso que não serviria a partidos políticos: "Venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro e respeitado." Sua popularidade e falta de ambição política colocavam-no acima das disputas pelo poder e davam-lhe posição confortável — a ponto de permanecer no cargo de chanceler durante o mandato de quatro presidentes — e necessária para enfrentar os desafios que tinha pela frente. O primeiro deles era o de definir as fronteiras, o que somente fora feito com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e a Guiana Francesa. O novo chanceler também devia solucionar a Questão do Acre e tratar do litígio sobre a fronteira com a Guiana. Outro desafio era o de modernizar a estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores, arcaica e carente de pessoal. Por outro lado, ele foi o primeiro chanceler a utilizar a nova sede do Ministério das Relações Exteriores, o palácio do Itamaraty, nome que se tornou sinônimo dessa instituição.

Durante os anos em que serviu na Europa, Rio Branco testemunhou a ação do imperialismo europeu na partilha da África e no domínio de quase toda a Ásia. Isso serviu-lhe de alerta, pois o Brasil possuía amplos territórios vazios e influenciou sua visão de que nas relações internacionais os Estados competem entre si e suas soberanias se fundamentam no poder nacional de cada um. Daí defender a necessidade de o Brasil ter capacidade

 militar, embora o pacifismo tenha sido uma das diretrizes que orientou seu decênio à frente da política externa brasileira. Outras diretrizes foram a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito ao direito internacional, a não intervenção em assuntos internos de outros países e o estreitamento de relações com a potência em ascensão, os Estados Unidos.

Consolidar o movimento de aproximação do Brasil em relação aos Estados Unidos correspondia aos interesses do principal eixo econômico-político brasileiro, o setor exportador de café da região Sudeste. Os Estados Unidos eram o maior mercado consumidor do café brasileiro e, entre 1867 e 1905, o Brasil acumulou um superávit comercial com esse país de 1,7 bilhão de dólares em valores históricos, verdadeira enormidade. Não havia disputas entre ambos e "estávamos longe, não precisávamos temer os ianques, já que não eram eles e sim os franceses e ingleses os que poderiam ameaçar-nos no Amapá, em Roraima e no Amazonas" (Ricupero, 2009:99). Reconhecida tal situação, o Brasil e os Estados Unidos, por iniciativa brasileira, em 1905 elevaram a embaixada o *status* de suas representações diplomáticas (antes chamadas de "legação") no Rio de Janeiro e em Washington, numa época em que eram raríssimas e instalá-las significava mudança qualitativa nas relações bilaterais.

Durante a gestão de Rio Branco, as relações brasileiro-norte-americanas adquiriram densidade inédita, a ponto de o historiador Bradford Burns (2003) classificá-las como uma "aliança não escrita". A expressão é feliz, mas não inteiramente exata, pois as diplomacias dos dois países não pensavam em relações bilaterais coordenadas em ação comum, mas, sim, como instrumento para fortalecer seus interesses nacionais na América do Sul, que podiam ou não coincidir. De todo modo, refletindo a harmonia dessa relação, em 1903 o Brasil não se opôs à independência do istmo do Panamá, realizada com evidente participação do governo norte-americano. No ano anterior, em concordância com a posição dos Estados Unidos, o Brasil também não se opôs à intervenção militar da Inglaterra, Alemanha e Itália na Venezuela, bloqueando o litoral deste país para exigir o pagamento de parcelas vencidas de sua dívida externa e outras indenizações. Para o governo de Theodore Roosevelt a ação não contrariava a Doutrina Monroe, pois não se tratava de ocupação de território por potência extracontinental.

Na relação do Brasil com os Estados Unidos havia o pragmatismo de reconhecer a emergência deste país à condição de potência mundial. Esperava-se, com o respaldo político norte-americano, estabelecer um equilíbrio com a Argentina, que tinha estreitas relações com a Grã-Bretanha. Na realidade, Rio Branco via como imperialistas tanto as potências europeias quanto os

Estados Unidos, mas eram elas e não este que constituíam ameaça para o Brasil no início do século XX.

Para Rio Branco não era contraditório manter relações privilegiadas com os Estados Unidos e de alto nível com os países da América do Sul. Ao contrário, seu projeto era que o Brasil fosse uma ponte entre ambos e liderasse a região, em sintonia com a Argentina, num esforço para criar um espaço sul-americano estável e pacífico. Para tanto, estabeleceu como princípios para a nova política brasileira na região a não intervenção nos assuntos internos dos outros países e o apoio aos governos constitucionais, favoráveis ou não ao Brasil. Isso para favorecer a estabilidade política regional, pois os golpes de Estado vitoriosos estimulavam outros, causando instabilidades e guerras civis e criando pretextos para intervenções de potências extrarregionais, em nome da proteção da vida e de propriedades de seus cidadãos instalados no país convulsionado. Essas eventuais intervenções se constituiriam em precedentes que poderiam justificar idêntica ação contra o Brasil, caso nele se repetissem os conflitos internos que vivenciara há pouco.

Ao assumir o cargo de chanceler, Rio Branco encontrou duas ameaças graves ao Brasil: a tentativa da Grã-Bretanha de se apoderar de mais território amazônico na fronteira com a Guiana inglesa e a iminente posse do Acre pela figura esdrúxula de uma organização de especuladores internacionais, o Bolivian Syndicate. Esse território foi definido como boliviano pelo Tratado de Limites assinado entre o Império do Brasil e a Bolívia, em 1867, durante a Guerra do Paraguai, como forma de o governo imperial obter a neutralidade boliviana no conflito. Em 1867, o Império aceitou que a linha de fronteira seguisse do rio Beni, na sua confluência com o Madeira, "por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na latitude 10°20', até encontrar as nascentes do Javari", reproduzindo o que determinaram os tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). No entanto, este último foi anulado pela guerra entre Espanha e Portugal, sem que o Tratado de Badajoz (1801) o revalidasse. Daí o governo imperial não aceitar, na discussão de limites, usar aqueles tratados, mas sim o *uti possidetis*.

No final do século XIX, inexistia no território acreano autoridade boliviana. Entretanto, milhares de brasileiros nele se instalaram para explorar o látex, e nem a fronteira Brasil-Bolívia estava demarcada por marcos físicos. Os governos brasileiro e boliviano não puderam finalizar este trabalho, entre 1895 e 1898, por não chegarem a um acordo sobre as nascentes do rio Javari. O Brasil reconheceu, porém, ser boliviana a localidade de Puerto Alonso, habitada por brasileiros, e, então, as autoridades de

La Paz tentaram impor suas leis na região acreana. Houve reação contrária de cerca de 15 mil brasileiros ali instalados, que contaram, inclusive, com apoio do governador do Amazonas. Em 1899, Luiz Gálvez Rodrigues de Arias, aventureiro espanhol, declarou a independência do Acre e pediu sua anexação ao Brasil, que foi recusada. Em 10 de setembro desse ano, o ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, enviou telegrama ao governador amazonense afirmando que os brasileiros que viviam no Acre não perderiam a nacionalidade "pelo fato de ocupar a Bolívia o que lhe pertence", mas se subordinariam às leis bolivianas (RMRE, 1899:17–18).

Impotente para se impor aos brasileiros no território, o governo boliviano cedeu o Acre ao Bolivian Syndicate por trinta anos, mediante o pagamento anual de 40% dos lucros que o sindicato viesse a ter na sua exploração. O Bolivian Syndicate foi autorizado a explorar e administrar o território com poder de polícia, recolher impostos e manter tropas e barcos de guerra próprios. Na prática, o governo boliviano abdicava do Acre em favor de uma empresa composta por investidores britânicos e, principalmente, norte-americanos, que agiria como Estado, mas sem as correspondentes obrigações internacionais.

No início de 1902, antes que o Syndicate assumisse a concessão, chegou ao Acre o governador nomeado por La Paz. Ele tentou cobrar impostos, causando a revolta dos brasileiros, comandados por Plácido de Castro, que em 6 de agosto desse ano atacaram a guarnição militar boliviana em Xapuri e, no dia seguinte, proclamaram a independência do Acre. Seguiram lutando em forma de guerrilhas e, em 24 de janeiro de 1903, tomaram Puerto Alonso. No mês seguinte, o presidente boliviano José Manuel Pando marchou com tropas rumo ao Acre, mas foi atacado por Plácido de Castro em Puerto Castro, ainda na Bolívia.

Esse enfrentamento coincidiu com a posse de Rio Branco no cargo de chanceler. O problema acreano não lhe era novo, pois em Berlim ele frustrara tentativa do Bolivian Syndicate de obter recursos financeiros na Alemanha. Em encontro com o chanceler alemão, Rio Branco argumentou que o sindicato, embora buscasse sócios europeus, era basicamente uma empresa norte-americana e se os "especuladores de Nova York" conseguissem seu intento, "não deixariam de suplantar pelo peso dos seus capitais o elemento europeu e de excluí-lo por fim". Esclareceu que o governo norte-americano era alheio à ação de especuladores que "supõem que a América do Sul pode ser tratada como a África" (apud Corrêa, 2009:92–93).

A ressalva sobre a não intervenção do governo norte-americano na questão afastava o risco do tema se tornar uma disputa entre imperialismos

pelo Acre ou, o que seria pior para a América do Sul, uma composição entre eles. Em informe ao Rio de Janeiro, Rio Branco desvenda sua preocupação geopolítica e seu pensamento quanto ao Brasil diante das grandes potências:

> *Se a Inglaterra ou se ingleses influentes entrarem neste negócio com os americanos, é natural que os interesses políticos e as rivalidades comerciais levem outros governos europeus a não perder a ocasião de concorrer para o enterro da Doutrina de Monroe [... que] tem sido até hoje um espantalho para impedir intervenções europeias e nos tem servido de muito em algumas ocasiões [...] O fato de aparecermos em público com conflito de interesses ou em desacordo com a poderosa República do Norte — que até aqui passava por firme aliada do Brasil — far-nos-ia bastante dano, enfraquecendo consideravelmente a nossa situação aos olhos da Europa. [...] [Se] modificando a chamada Doutrina de Monroe, o governo de Washington convidar agora, direta ou indiretamente, os governos europeus a se unirem aos americanos para a exploração de qualquer trato da América do Sul e para impor a completa liberdade de navegação do Amazonas e seus afluentes, creio que dificilmente recusarão eles o convite e a nova fórmula: a América do Sul para os americanos do norte e para os europeus* (apud Corrêa, 2009:94).

Ao assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, Rio Branco interpretou o Tratado de 1867 para alterar a posição brasileira. Neste se determinava que se houvesse dúvida grave resultante de inexatidão de seu texto, ela seria resolvida pelos dois governos. O chanceler brasileiro passou a defender como fronteira a linha leste-oeste no paralelo 10°20' e não a oblíqua, como os governos brasileiros admitiram anteriormente. Ele considerou o território acreano litigioso, tanto em relação à Bolívia quanto ao Peru, que também o reclamava.

Em 1903, duas brigadas brasileiras ocuparam o Acre antes que tropas bolivianas o fizessem. A essa altura, o Bolivian Syndicate se dera conta de que seria inviável exportar o látex pelo oceano Atlântico, pois o Brasil fechara para embarcações estrangeiras a navegação dos rios amazônicos. Como consequência, o Syndicate aceitou a proposta brasileira de abrir mão de qualquer direito sobre o Acre e, em 26 de fevereiro de 1903, assinou acordo nesse sentido, mediante a compensação de 110 mil libras esterlinas. A quantia era lucro líquido para os especuladores, que não fizeram gastos para efetivar a concessão do Acre.

Em posição de força, Rio Branco impôs à Bolívia o início da negociação sobre o Acre, evitando recorrer à arbitragem internacional, na qual a

posição do Brasil seria frágil tendo em vista as posturas anteriores de seus governos no assunto. Juntamente com Rui Barbosa e Assis Brasil, o barão do Rio Branco conduziu as negociações, baseando o pleito brasileiro pelo Acre no *uti possidetis*, e ofereceu à Bolívia, em troca, a quantia de 2 milhões de libras esterlinas — quando, à época, a dívida externa brasileira era de 42 milhões de libras — e outras facilidades. Rui Barbosa não concordou com o que via como liberalidade excessiva e se desligou das negociações.

Em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre se tornou brasileiro. Coube à Bolívia um trecho de 2.296 quilômetros quadrados, entre os rios Abunã e Madeira, permitindo-lhe o acesso ao oceano Atlântico, mediante a navegação do rio Amazonas e afluentes. O Brasil se comprometeu a construir uma ferrovia entre os rios Madeira e Mamoré, para viabilizar esse acesso, e transferiu para a Bolívia 723 quilômetros quadrados, na margem do rio Paraguai, de modo que este país pudesse alcançar o Atlântico também pela navegação dessa via fluvial e do Paraná. Foram feitos ajustes de fronteira, com a transferência para soberania boliviana de pequenas parcelas de terra brasileiras que somavam 194,7 quilômetros quadrados. O Tratado sofreu críticas de diferentes origens, desde monarquistas, pela cessão de território brasileiro para a Bolívia, até positivistas, que afirmavam ter sido um ato imperialista.

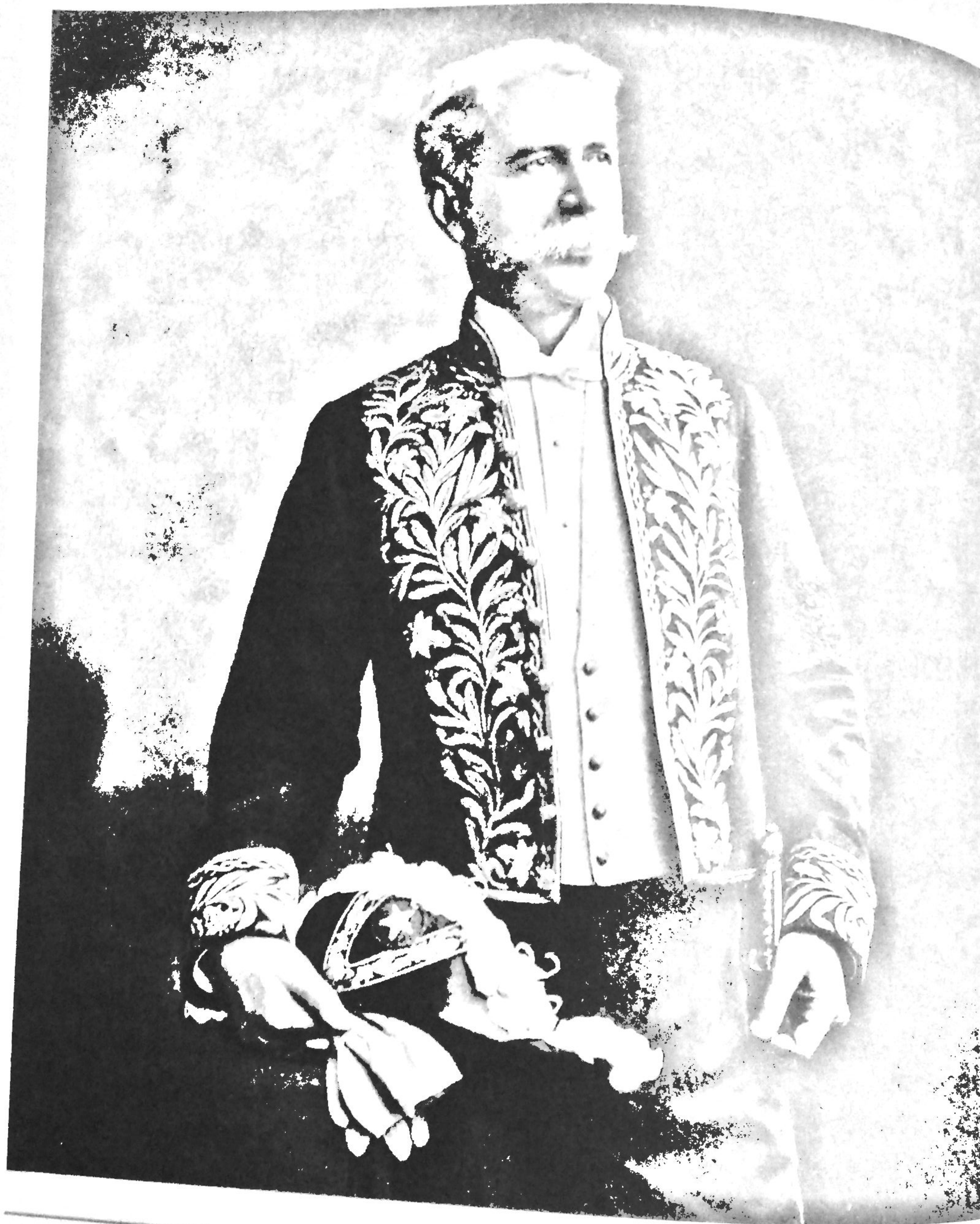
Solucionada a questão do Acre com a Bolívia, restava negociar com o Peru, que pleiteava esse território e outros que a Bolívia, em 1867, reconhecera como brasileiros. Entre 1902 e 1903, aproveitando-se de o Brasil estar ocupado em resolver o litígio com a Bolívia, tropas peruanas ocuparam esses territórios, habitados basicamente por brasileiros. Rio Branco recusou-se a negociar enquanto os peruanos não se retirassem do alto Juruá e do alto Purus, regiões para as quais o governo brasileiro enviou dois destacamentos militares. Em 12 de julho de 1904, os dois países assinaram um *modus vivendi* e a situação ficou indefinida até 1906 quando, após o Rio Branco recusar a proposta de Lima de o Brasil dar uma compensação financeira pelo território, o governo peruano aceitou a proposta brasileira de receber uma área entre os rios Curanja, Santa Rosa e Purus. No Tratado de Limites assinado em 8 de setembro de 1909 entre os dois países, o Brasil confirmou sua posse de 152 mil quilômetros quadrados.

O único revés brasileiro nas questões de limites foi com a colônia inglesa da Guiana, a chamada questão do Pirara. Até a década de 1830 era pacífico que os limites naturais entre terras inglesas e brasileiras, no norte amazônico, passavam pela divisão de águas das bacias dos rios Amazonas e Essequibo. Em 1838, o explorador prussiano Robert Hermann Schomburgk,

a serviço da Inglaterra, chegou à aldeia do Pirara e, ao encontrá-la abandonada, dela se apossou em nome do governo britânico, instalando na região uma missão de catequese. Não houve reação brasileira, pois as autoridades do Pará tinham as atenções monopolizadas pelas agitações políticas da província e somente em 1840 houve a reocupação da região por um pequeno destacamento militar brasileiro. Este foi obrigado a se retirar, ante a ameaça de um ataque por forças inglesas em número superior. Dois anos depois, o Brasil propôs e a Inglaterra aceitou a neutralização do território até que se chegasse a um acordo definitivo, mas os ingleses estenderam a área neutralizada, aumentando o território em litígio. Em 1897, o governo Prudente de Morais propôs a divisão das terras litigiosas de modo que coubessem ao Brasil todas as terras da bacia do Amazonas, banhadas pelos afluentes superiores do Rio Branco, e aos britânicos as da bacia do rio Essequibo, mas a Grã-Bretanha recusou. Afinal, em 1899 os dois governos chegaram a um acordo para uma arbitragem sobre o território litigioso — cerca de 30 mil quilômetros quadrados.

Joaquim Nabuco aceitou, em 1899, defender a causa brasileira, cujo árbitro era o rei Vitor Emanuel III, da Itália. Não era tarefa fácil, afinal, o litígio era com a maior potência da época, mas em quatro anos de trabalho Nabuco documentou-se em pesquisas em Londres e outras partes. Em fevereiro de 1903, ele entregou a Vitor Emanuel a primeira "Memória" de defesa da posição brasileira e, entre esse mês e abril, permaneceu em Roma, em intensa vida social, oferecendo festas e jantares para a aristocracia local, pensando assim influenciar o rei favoravelmente ao Brasil. Também se ocupou em fazer visitas às muitas atrações históricas na região, enquanto os ingleses, mais objetivos, dedicavam-se a influenciar discretamente o rei.

Nabuco partiu de Roma em abril, para se reunir com a família em Cannes e, em seguida, foi para um hotel nas montanhas da Savoia, com auxiliares, para escrever a segunda "Memória", a ser lida pelo árbitro. Ali permaneceu até setembro e, terminada a redação, mandou um dos seus secretários entregar os documentos a Vitor Emanuel. Entre novembro e dezembro de 1903, Nabuco, com todos os seus auxiliares, passeou entre Gênova e Nice e escreveu a terceira "Memória", decisiva, terminando-a no início de 1904, próximo de Marselha. Nas palavras de Seixas Corrêa (2010:12): "Que logística complexa e extraordinária! Difícil entender como, à luz dos meios da época, pôde Nabuco, a partir de Londres e Roma, organizar seu trabalho, movimentando tanta gente e tanta documentação, por lugares diferentes da Europa!"



Fotógrafo não identificado

Joaquim Nabuco

Um dos autoexilados do Império, logo retornaria à política defendendo no exterior o pan-americanismo

FOTOGRAFIA, CA. 1900

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Em março de 1904, Nabuco entregou ao rei da Itália a terceira "Memória", com argumentação técnica, mapas históricos e argumento jurídico, enquanto a Inglaterra utilizou como argumento a posse efetiva e a soberania exercida no território durante o período do litígio. Em 14 de julho de 1904, Vitor Emanuel apresentou sua sentença em apenas duas páginas, afirmando que nem Portugal nem o Brasil tiveram a posse real do território litigioso; recusou as razões apresentadas pela Inglaterra e afirmou que, por falta de informações geográficas, não era possível dividi-lo em partes iguais. Resolveu que o território tivesse como limites a divisão das águas até as fronteiras já existentes "de fato", o que deu mais território à Inglaterra do que ao Brasil.

Por mais brilhante que fosse sua defesa, ela não impressionaria Vitor Emanuel, que era preconceituoso contra o Brasil. Anos mais tarde, ao saber na cerimônia de apresentação de credenciais do embaixador dos Estados Unidos, Llyod G. Griscom, que seu posto anterior fora o Rio de Janeiro, o rei comentou: "Os trópicos são um lugar horrível e eu não gosto da gente que vive lá." Griscom publicou suas memórias — *Diplomatically Speaking* — com essa informação e, ainda, que o rei, se referindo ao Brasil, dissera que lera "cada palavra" dos cinco volumes das "Memórias" nos quais "os brasileiros publicaram quantidades de mapas que eram absolutamente falsos" (apud Corrêa, 2010:18).

No rio da Prata, Rio Branco rompeu a tradição da política externa brasileira ao buscar um equilíbrio de poder com a Argentina e, assim, dobrar resistências a uma projeção brasileira na América do Sul. No Paraguai, em 1904, ele negou apoio ao governo *colorado*, constitucional, derrubado pela Revolução Liberal, na guerra civil travada por este contra exilados vindos da Argentina, à qual apoiou. Rio Branco contava, para manter o equilíbrio regional platino, que o Uruguai manter-se-ia próximo do Brasil. De fato isso ocorreu, quer pelas divergências uruguaio-argentinas em torno dos limites no estuário platino, quer porque o chanceler brasileiro concedeu ao Estado oriental, em 1909, o condomínio da soberania da lagoa Mirim, quando o Uruguai reivindicava apenas o direito de seus barcos navegarem nela e no rio Jaguarão.

Demonstrando o interesse brasileiro em buscar uma relação de cooperação bilateral, Rio Branco insistiu junto ao representante argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, sobre a necessidade de um acordo permanente entre Brasil e Argentina para se manter a paz na região. Este, porém, não se realizou e, ao contrário, se tornaram cada vez mais tensas as relações brasileiro-argentinas, com a ascensão à presidência da Argentina, em 1906, de José Figueroa Alcorta, que nomeou Estanislao Zeballos para ministro das Relações Exteriores.

Ao observar o ativismo diplomático e militar brasileiro, Zeballos se convenceu de que o Brasil se preparava para fazer a guerra à Argentina. No plano diplomático, em 23 de julho e 27 de agosto de 1906, o Brasil sediou a III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro. A ação de Joaquim Nabuco como embaixador em Washington, entusiasta incondicional de relações estreitas com os Estados Unidos, e a importância do Brasil para os norte-americanos, trouxeram Elihu Root para a conferência, na primeira viagem ao exterior de um secretário de Estado. Sediar o encontro e receber Root era prova do prestígio internacional do Brasil e da harmonia brasileiro-norte-americana. Um dos poucos resultados práticos da conferência foi o fortalecimento da Secretaria das Repúblicas Americanas, com a decisão de se construir sede própria em Washington e, mais uma vez, a delegação argentina rejeitou a tentativa norte-americana de aproximação comercial entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

No plano militar, a Argentina se impressionara com o programa de reequipamento das Forças Armadas brasileiras implementado pelo presidente Rodrigues Alves. Para a Marinha foi encomendada a construção de três navios encouraçados pesados, do tipo *Dreadnouth* — belonaves com pesada couraça e canhões de grosso calibre —, os mais poderosos da época; três cruzadores; seis contratorpedeiros; seis torpedeiros; três submarinos e, ainda, navios auxiliares. O reequipamento era para tornar operacional a Marinha que, na realidade, só contava com navios praticamente inservíveis. O risco desta situação ficou claro quando, em 1905, o Brasil ficou reduzido à impotência diante da violação de sua soberania no Caso Panther. Esta era uma canhoneira alemã que ficou por mais de duas semanas na costa de Santa Catarina e que enviou para terra um grupo de marinheiros para prender um desertor. Rio Branco reagiu e obteve desculpas formais do governo alemão.

Esse acontecimento impactou os homens de Estado brasileiros, que constataram os limites de sua Marinha e, em 1906, o governo Rodrigues Alves implementou o plano acima, em substituição ao anterior, de 1904. Zeballos, porém, interpretou as encomendas brasileiras de armas como a execução de plano hostil à Argentina e os movimentos diplomáticos de Rio Branco como tentativa de isolar o país na América do Sul, contando, para tanto, com o apoio dos Estados Unidos. Para permitir a seu país fortalecer a Marinha de Guerra, Zeballos denunciou o Pacto de Equivalência Naval, assinado com o Chile em 1902, pelo qual se estipulara, para pôr fim à corrida armamentista entre os dois países, a limitação do armamento naval.

Em 10 de junho de 1908, em reunião secreta na presença de José Figueroa Alcorta e de todo o ministério, Zeballos apresentou um plano exigindo

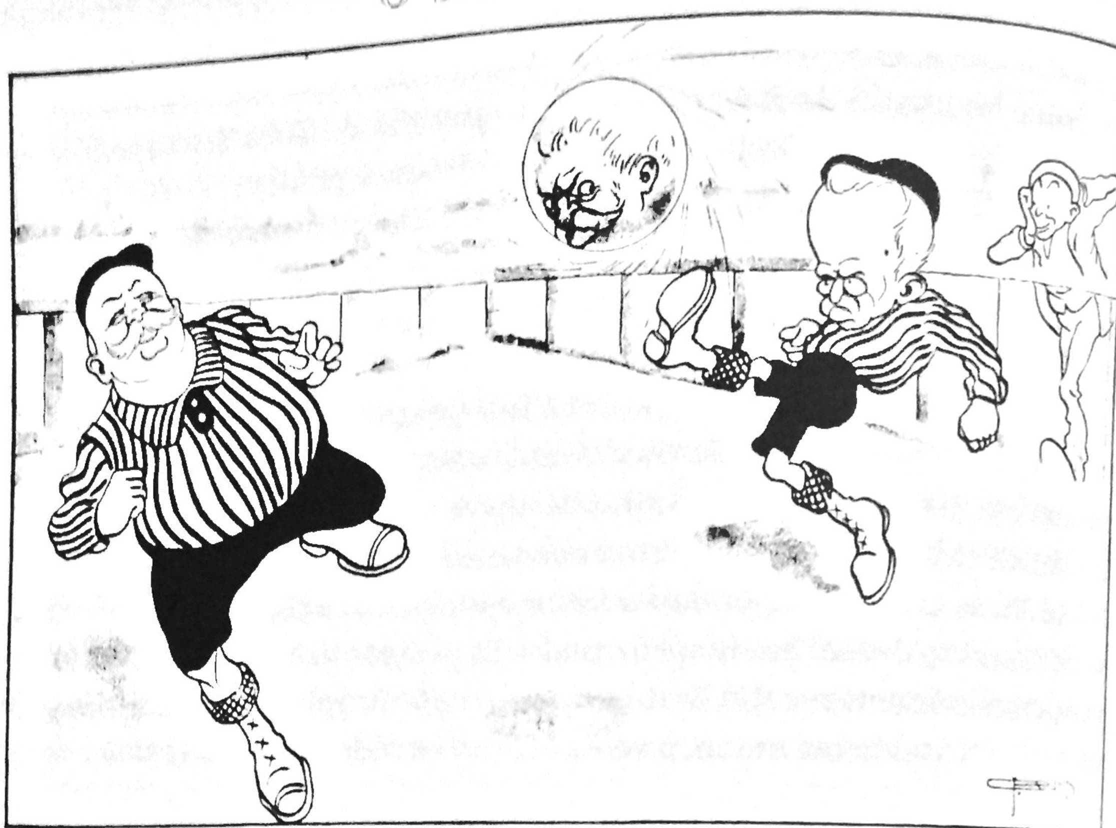
que o Brasil cedesse à Argentina um dos encouraçados que encomendara, para evitar que seu país ficasse em inferioridade naval. Em caso de recusa, seriam mobilizados 50 mil reservistas e a esquadra argentina; o plano previa ataque e ocupação do Rio de Janeiro. A ousadia de Zeballos se explicava pela fraqueza militar do Brasil, de conhecimento público.

O plano de Zeballos vazou na imprensa e causou estupor entre os argentinos e reação contrária de deputados e senadores que se alinhavam à política dos ex-presidentes Mitre (morto em 1906) e Roca, os quais eram favoráveis ao entendimento com o Brasil. Desgastado, Zeballos demitiu-se e, fora do governo, escreveu vários artigos críticos à política externa que pensava ser a do Brasil. Sua acusação de maior repercussão foi referente ao telegrama número 9, datado de 17 de junho de 1908, enviado por Rio Branco à legação brasileira em Santiago. Essa mensagem, cifrada, transitou por linhas telegráficas argentinas, onde foi interceptada, e Zeballos tornou público o suposto texto decodificado, pelo qual o Brasil manifestava intenções hostis para com a Argentina. Rio Branco resolveu pôr fim ao que classificou como "embuste" e publicou, então, o verdadeiro conteúdo desse telegrama cifrado, e a decodificação. Nesse texto, o chanceler brasileiro afirmava: "Sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre o Brasil, o Chile e a Argentina, e lembrei por vezes sua conveniência" (apud Viana Filho, 1996:395–396), mas, completava, Zeballos obstaculizava esse entendimento.

Ao divulgar o conteúdo do telegrama, Rio Branco colocou em Zeballos a responsabilidade pelo desgaste nas relações entre Brasil e Argentina. Ademais, o argentino passou a ser visto como falsificador e perdeu a credibilidade. Certamente Zeballos não contava com tal reação de Rio Branco, pois ela permitia a chancelarias estrangeiras conhecer o código brasileiro de comunicações diplomáticas e, eventualmente, conhecer segredos de Estado do Brasil.

Brasil e Argentina não constituíam ameaças mútuas reais, mas viam-se como tais e, a partir desse pressuposto, armavam-se contra a esperada agressão. Dessa maneira, a partir de 1905, à compra de armamentos pelo Brasil a Argentina respondeu fazendo o mesmo, caracterizando uma corrida armamentista.

Rio Branco persistiu na busca de relações bilaterais harmoniosas com a Argentina. Esse fato e sua preocupação com a estabilidade política regional levaram-no a aceitar o projeto do Chile de uma coordenação política com a Argentina e o Brasil. Em fevereiro de 1909, Rio Branco recebeu Puga Borne, enviado extraordinário do governo chileno, e se adiantou em apresentar o rascunho de um "tratado de cordial inteligência". Não houve, porém, avanço na proposta, que foi abandonada.



J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha (1884-1950))
Charge da revista Careta *mostrando o apoio da opinião pública a Rio Branco*

REVISTA *CARETA*, N. 22, 31 OUT. 1908

ACERVO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, BRASIL

A receptividade de Rio Branco ao projeto chileno decorria, de um lado, de que já no início de sua gestão à frente do Itamaraty ele defendera ideia de uma coordenação entre os grandes países sul-americanos para estabilizar politicamente a região. De outro lado, também refletia certa decepção com os Estados Unidos, devido às divergências deste com o Brasil na II Conferência de Paz de 1907, realizada em Haia. Nesta discutiu-se a criação de uma Corte Internacional de Justiça e era prioridade de Rio Branco nela obter uma cadeira permanente para o Brasil. Os Estados Unidos, porém, não apoiaram o pleito brasileiro e alinharam-se à posição das potências europeias, discriminatória dos países periféricos. Como resposta a esse fracasso e com a preocupação de conter a política de poder das grandes

potências na América do Sul, estas foram questionadas sobre a legitimidade de suas práticas internacionais por Rui Barbosa, representante brasileiro na conferência, que defendeu a igualdade jurídica dos Estados.

Roque Sáenz Peña, sucessor de Alcorta na presidência argentina, tinha ideias próximas às de Rio Branco e implementou uma política de aproximação com o Brasil. Em março de 1911, Sáenz Peña enviou Ramón J. Cárcano ao Brasil, em missão confidencial, para pôr fim à corrida armamentista entre os dois países. Cárcano encontrou-se com Rio Branco e o presidente Hermes da Fonseca e concordaram que Brasil e Argentina renunciassem à construção de um terceiro grande encouraçado. Rio Branco propôs também um plano de ação comum entre os dois países e o Chile para assegurar a paz na América do Sul. Cárcano não apoiou a ideia pela dificuldade de sua realização, pois despertaria fortes desconfianças nos demais países sul-americanos.

O bom entendimento entre os governos Hermes da Fonseca e Sáenz Peña foi importante para não reavivar desconfianças em decorrência da instabilidade política no Uruguai e, principalmente, no Paraguai. Em outubro de 1910, no Uruguai, os *blancos* rebelaram-se contra o governo do presidente *colorado* Claudio Williman, próximo de seu término e de ser substituído por José Battle y Ordóñez, que retornava à presidência uruguaia. Argentina e Brasil mantiveram-se neutros na curta disputa interna uruguaia — durou um mês —, se comparada à do Paraguai, onde uma guerra civil eclodiu em 1911 e prolongou-se até o ano seguinte. A luta paraguaia se deu entre duas correntes do Partido Liberal: radicais e cívicos. Rio Branco reafirmou, então, o princípio do reconhecimento ao governo legal e de neutralidade do Brasil e inovou ao buscar uma ação coordenada com a Argentina. Os dois países mantiveram-se neutros, defenderam os interesses de seus cidadãos no país vizinho e mantiveram o rio Paraguai livre à navegação.

Rio Branco não chegou a ver o desfecho da guerra civil paraguaia, pois faleceu em 10 de fevereiro de 1912. O Brasil era, então, mais respeitado internacionalmente do que em 1902, mas ele não viu realizado seu projeto de um Brasil forte e próspero. Ao contrário, o país real era governado por Hermes da Fonseca — uma "desgraça nacional" (Lins, 1996:439). Em 1910 ocorreu a Revolta da Chibata e, na Bahia, em janeiro de 1912, tropas federais bombardearam o palácio de Governo em Salvador sob pretexto de cumprir *habeas corpus* favorável à oposição ao governo local.

Em seus anos à frente do Itamaraty, Rio Branco resolveu as questões de fronteira cuja solução era prioridade da política externa brasileira no início do século XX. Lembra Ricupero que poucos países possuem tantos vizinhos territoriais como o Brasil e não se encontra padrão parecido com

o brasileiro: "A concentração metódica, sistemática, de todos os recursos diplomáticos e do uso legítimo, não violento, do poder, sem chegar ao conflito militar, para solucionar com êxito o conjunto dos problemas fronteiriços" (Ricupero, 2000:33–34).

Rio Branco deixou como herança princípios que, durante décadas, serviram à condução da política externa brasileira. Diferentes governos, de ditadores a democratas, de populistas a sóbrios presidentes, invocaram esses princípios e fizeram releituras de Rio Branco para legitimar suas decisões.

APOGEU, ILUSÃO E ISOLAMENTO

Para suceder a Rio Branco à frente do Itamaraty foi nomeado o catarinense Lauro Severiano Müller, que tinha uma longa trajetória política e administrativa. Ele encontrou o país satisfeito no plano externo, com as fronteiras delimitadas, sem problemas com os vizinhos e com cordiais relações com a potência em ascensão, os Estados Unidos. Esperava-o a questão do café.

A inserção econômica internacional do Brasil se fazia, basicamente, através do café, a ponto de o produto representar 72,5% das exportações do país na segunda metade da década de 1920. Os demais produtos de exportação eram a borracha, o algodão e o açúcar. Desde a reafirmação do protecionismo alfandegário norte-americano, em 1897, o Brasil foi o único país latino-americano a ter um convênio de redução de tarifas de importação com os Estados Unidos, que vigorou entre 1904 e 1922. Esse acordo permitiu isentar o café vendido ao mercado norte-americano e, a título de reciprocidade, o Brasil fazia concessões aos produtos importados dos Estados Unidos.

Naquele país, em 1911, surgiu uma manobra altista que ficou conhecida como "questão do truste do café". Em busca de 75 milhões de dólares para financiar a produção do grão no estado, o governo de São Paulo solicitou um empréstimo aos comerciantes europeus de café, os quais, por sua vez, recorreram a um sindicato de banqueiros, que adiantou a quantia contra a entrega de 7 milhões de sacas do produto. O controle das vendas de café no mercado norte-americano ficou sob a responsabilidade do Comitê de Valorização, composto por nove membros, no qual havia apenas um comerciante e um representante do governo brasileiro. O Comitê controlou a distribuição do café nos Estados Unidos e reduziu a oferta, para causar a elevação do seu preço, o que gerou protestos, principalmente na imprensa. Essa prática ia contra a legislação antimonopolista norte-americana, levando o procurador distrital de Nova York a intervir na questão e requerer, em

maio de 1912, a venda imediata, sem artificialismos, do café estocado na cidade pelo Comitê. A questão teve repercussões diplomáticas, com dura reação do embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, um crítico da política exterior norte-americana. Afinal, a ação do procurador distrital se referia, também, a um Estado soberano, o Brasil, e o embaixador brasileiro registrou seu descontentamento em discurso irônico, proferido no banquete oferecido pela Sociedade Pan-Americana ao secretário de Estado, Philander C. Knox. Afirmou que o governo norte-americano endossava a doutrina "revolucionária" de pagar a mercadoria de outros países não pelo preço que era pedido, mas pelo que os negociantes norte-americanos queriam pagar. Era, dizia, uma doutrina nova, que os Estados Unidos pareciam dispostos a impor, "mesmo com o sacrifício de uma velha amizade internacional" (apud Bueno, 2003:374–378).

Müller discordou, confidencialmente, do discurso, demonstrando não compartilhar as apreensões do seu representante. A questão do café foi minimizada graças a gestões de Lauro Müller e à ação do Departamento de Estado. Houve a demissão do procurador Lehmann e o Departamento de Justiça norte-americano retirou o processo, sob a condição do fim daquela ação altista artificial do café. A receptividade do governo Wilson em solucionar prontamente a questão, aceitando os argumentos de defesa apresentados pelo Itamaraty, tencionava não criar uma frente de atrito, quando os Estados Unidos já tinham de ocupar-se com as consequências da Revolução Mexicana. Do lado brasileiro, o fim da questão era positivo, na medida em que não houve exigências compensatórias por parte dos Estados Unidos, e permitia ambiente mais tranquilo à viagem oficial que Müller faria a esse país.

De fato, retribuindo a vinda do secretário de Estado Elihu Root ao Rio de Janeiro em 1905, Lauro Müller fez visita oficial aos Estados Unidos, onde chegou em 10 de junho de 1913, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*. Ele permaneceu um mês no país e incluiu longa viagem pelo interior, de Nova York a São Francisco.

Em fevereiro de 1914, Victorino Huerta, através de uma manobra golpista, mas sob formalidade constitucional, assumiu a presidência do México e travou uma guerra civil com Francisco Madero, que tinha entre seus seguidores Álvaro Obregón, Pancho Villa e o chefe do Exército Constitucionalista, Carranza. O governo de Huerta não foi reconhecido por Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Estados Unidos, mas o Itamaraty manteve o ministro plenipotenciário, Cardoso de Oliveira, na capital mexicana. Alegando a recusa do governo Huerta em reparar suposto insulto aos Estados Unidos — a prisão de marinheiros norte-americanos bêbados, no porto de Vera Cruz —, em 21

 de abril de 1914 forças ianques nele desembarcaram, ocupando a aduana e outros edifícios públicos. Huerta rompeu relações diplomáticas, na prática inexistentes, com os Estados Unidos e a legação brasileira na Cidade do México passou a representar os interesses norte-americanos. Quando a situação parecia levar à guerra, Argentina, Brasil e Chile — o ABC — ofereceram mediação conjunta, que foi aceita por ambas as partes.

As negociações ocorreram em Niagara Falls, no Canadá, entre maio e julho de 1914. Estavam presentes os representantes do ABC, dos Estados Unidos, de Huerta e de Carranza, o qual se retirou por discordar de propostas não diretamente referentes à instalação da paz. A mediação do ABC evitou uma guerra entre os Estados Unidos e o México, mas extrapolou suas atribuições ao discutir assuntos internos mexicanos. A guerra civil continuou e, em 1915, os Estados Unidos reconheceram Carranza como governo *de facto*, no que foi seguido pelo Brasil e pelos demais países que participavam da Conferência Pan-Americana que se realizava em Nova York.

Em relação ao Brasil, a crise mexicana ratificou as relações estreitas do país com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da ideia do ABC. Em 25 de maio de 1915, os chanceleres da Argentina, José Luis Murature, do Brasil, Lauro Müller, e do Chile, Alejandro Lyra, assinaram, em Buenos Aires, o Tratado para Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais, mais conhecido como Tratado do ABC, devido às iniciais dos Estados signatários. Seu objetivo era o de reduzir as possibilidades de conflitos entre eles, sem pretensão hegemônica ou de ser instrumento de resistência à penetração, na América do Sul, dos Estados Unidos ou outra potência.

Ratificado pelos legislativos brasileiro e chileno, o Tratado do ABC foi criticado na Argentina e no Brasil por ser redundante. Os três países já tinham tratados assinados entre si para a solução de divergências e, na Argentina, o ABC foi interpretado como um possível obstáculo à liberdade da condução da política exterior do país. O Tratado não entrou em vigor porque o presidente Hipólito Yrigoyen, radical que derrotou a oligarquia agrária e ascendeu ao poder na Argentina em 1916, era contrário a ele e não se esforçou para que o Congresso argentino o aprovasse.

Em 1916 eram excelentes as relações entre o Brasil e a Argentina. Assim, o governo brasileiro enviou uma embaixada especial, liderada por Rui Barbosa, para as comemorações do centenário do Congresso de Tucumán, em 9 de julho de 1916. Além da comitiva, seguiu também uma esquadra composta por três cruzadores para homenagear a Argentina.

O tema externo mais complexo enfrentado por Lauro Müller foi a posição brasileira na Primeira Guerra Mundial, motivo de debates acirrados

entre "aliadófilos", "neutrais" e "germanófilos", com a maior parte da opinião pública apoiando a causa aliada. Em agosto de 1914 o governo declarou-se neutro no conflito, mas no início de 1917 o Império alemão decretou o bloqueio marítimo da Grã-Bretanha, França, Itália e Mediterrâneo Oriental, o que mereceu protesto do Itamaraty. Em seguida, em fevereiro, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a Alemanha e exortaram os países neutros a fazerem o mesmo, mas o Brasil manteve sua neutralidade. Em 6 de abril daquele ano, o Congresso norte-americano aprovou a declaração de estado de guerra com os Impérios Centrais, porém o Brasil somente rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha no dia 11 de abril, motivado pelo torpedeamento, na costa ocidental francesa, do navio *Paraná*. Este pertencia à Marinha mercante brasileira, transportava café e navegava de acordo com as normas de país neutro. Ocorreram manifestações de protesto no Brasil e Müller, defensor da neutralidade, ficou em situação delicada, mais ainda por ser descendente de alemães. Pressionado, ele se demitiu em maio de 1917 e em seu lugar assumiu Nilo Peçanha, um "aliadófilo". No mês seguinte, após o torpedeamento de outros três navios brasileiros, o governo tornou sem efeito os decretos de neutralidade e, em outubro, reconheceu o estado de guerra com a Alemanha, devido ao afundamento do vapor mercante *Macau*.

O Brasil foi o único país sul-americano a participar da Primeira Guerra Mundial. A participação se restringiu ao envio de 13 aviadores à Grã-Bretanha, que fizeram parte da Royal Air Force; uma missão médica à França, que instalou um hospital em Paris; de observadores do Exército e uma frota de seis navios para patrulhar o Mediterrâneo, a Divisão Naval em Operações de Guerra. Esta não chegou a tomar parte nas hostilidades, pois navegando do Brasil para o Mediterrâneo, imobilizou-se em Dacar ao ser atingida pela gripe espanhola, que matou mais de cem marinheiros.

Embora simbólica, essa participação militar permitiu ao Brasil importantes ganhos no cenário internacional. No final de 1917, o país esteve presente na Conferência Interaliada de Paris e, terminada a guerra, nas negociações de paz de Versalhes, com uma delegação chefiada por Epitácio Pessoa. Nelas, o Brasil foi atendido em suas demandas principais, como a de ficar com os navios alemães apreendidos durante a guerra e a de obter reembolso do valor do café vendido pelo estado de São Paulo, em 1914, às casas comerciais alemãs e cujo pagamento ficou bloqueado em bancos na Alemanha. Ademais, a diplomacia brasileira esteve presente na criação da Liga das Nações, sociedade multilateral com o objetivo de preservar a paz entre os Estados, proposta pelo presidente Wilson. Em 3 de fevereiro de



Cartaz da Primeira Guerra Mundial

Legenda original: "*O Brasil não sabe, não pode e não quer viver sem honra. W. Braz / Praticar o tiro é aprender a defender a pátria*"

DOCUMENTO ORIGINAL, CA. 1914

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, RIO DE JANEIRO

1919, em Paris, reuniu-se pela primeira vez a Comissão da Liga das Nações, composta por cinco grandes potências e cinco países menores, entre eles o Brasil. Os Estados Unidos apoiaram nosso país para ser membro temporário no Conselho da Liga, órgão máximo da organização que viria a se instalar. Na Conferência de Paz, ao ver sua participação na Liga limitada pelas grandes potências, o Brasil se uniu aos protestos dos pequenos Estados que se sentiam discriminados, mas terminou por aceitar a lógica de distribuição de poder com base em classificação hierarquizada. A diplomacia brasileira transitou do idealismo igualitário para o realismo, ao se deparar com o fato consumado das regras da Liga elaboradas pelas potências europeias.

Epitácio Pessoa tomou posse como presidente do Brasil em julho de 1919, eleito com auxílio da popularidade decorrente de sua participação nas negociações de paz. Durante seu mandato, o Brasil atingiu o ponto máximo de sua trajetória ascendente no mundo no curso da República Velha.

Na América do Sul, Pessoa manteve a diretriz de manter relações cordiais com a Argentina e de não tomar iniciativa que pudesse comprometê-las. Foi discreto e cauteloso ao reverter a postura de distanciamento em relação ao Paraguai adotada desde Rio Branco. Esse país tornara-se dependente, política e economicamente, do vizinho argentino, sem que isso trouxesse ganhos para a sociedade paraguaia. Um setor do Partido Liberal, o "gondrismo", voltou-se para o Brasil, resultando em um plano para aproximar os dois países, do qual fazia parte a construção de uma ferrovia. Esta, partindo de território paraguaio, se conectaria com o sistema ferroviário brasileiro permitindo ao Paraguai usar o porto de Santos e retomar seu comércio exterior, libertando-se assim do domínio argentino. Desde então, durante o governo Pessoa as relações entre o Rio de Janeiro e Assunção melhoraram crescentemente, mas faltaram condições objetivas que permitissem ao governo paraguaio fazer uma inflexão em sua política externa. De todo modo, houve aumento da presença brasileira no Paraguai, movimento iniciado com o envio de um professor brasileiro para a Faculdade de Medicina de Assunção e com o incremento da cooperação militar. Esse movimento de aproximação perdeu velocidade no conturbado governo de Arthur Bernardes (1922–1926).

O final do governo Epitácio Pessoa coincidiu com o Centenário da Independência. No Rio de Janeiro foi inaugurada, em 7 de setembro, a Exposição Universal do Centenário, com pavilhões mostrando os avanços da economia brasileira e com representações estrangeiras — Argentina, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suécia e Tchecoslováquia — fazendo propaganda de seus produtos. Vários países também enviaram navios de guerra para a baía da Guanabara, se destacando os dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Epitácio Pessoa fez um discurso pelo rádio e que foi captado por oitenta aparelhos importados dos Estados Unidos e instalados em vários pontos da exposição. Para as comemorações vieram o presidente de Portugal, Antônio José de Almeida, e o secretário de Estado norte-americano, Charles E. Hughes.

As festas do centenário também representaram o marco final de uma trajetória bem-sucedida de inserção externa do Brasil. Ela se iniciou com as vitórias de Rio Branco nas questões fronteiriças, prosseguiu com o crescimento econômico, particularmente da região Sudeste; o incremento da população mediante a imigração europeia; a relação privilegiada e lucrativa com a potência ascendente, os Estados Unidos; e alcançou seu apogeu na presença do Brasil na criação da Liga das Nações, e, mais, como membro provisório do seu Conselho.

 Em 15 de novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse na presidência e iniciou uma contraproducente "fase de hiperatividade diplomática e histrionismo político" (Garcia, 2006:599). Foi o que ocorreu na V Conferência Internacional Americana, realizada em 1923 na capital chilena, que foi dominada pela discussão da redução de armamentos. Como estava em posição de inferioridade em relação às Marinhas argentina e chilena, para o Brasil a redução de armamentos significava congelar essa situação, daí a resistência em aceitá-la. Essa resistência foi alvo de críticas da delegação argentina e o impasse foi contornado com a proposta do delegado paraguaio, Manuel Gondra, que reforçava o arbitramento como forma de evitar conflitos armados. O chamado Pacto de Gondra foi recebido com entusiasmo pelo chefe da delegação brasileira, Afrânio de Melo Franco, pois a adesão ao pacto demonstrava que o Brasil não era belicoso e queria a paz, o que não ficara claro durante a conferência.

A partir de então, as relações do Brasil com os países latino-americanos tornaram-se burocráticas, sem maiores iniciativas ou realizações. O evento mais significativo foi, em 1925, a assinatura de um acordo entre Brasil, Colômbia e Peru sobre a delimitação de fronteiras na Amazônia.

Em relação aos Estados Unidos, o governo Bernardes resistiu, em 1923, à proposta desse país para a assinatura de um acordo comercial com a cláusula de nação mais favorecida, em substituição àquele, renovado anualmente, que dava preferências comerciais mútuas. A solução encontrada foi a assinatura, em 18 de outubro daquele ano, de um *modus vivendi* comercial, com base no princípio de igualdade de tratamento. De toda forma, persistiu a predominância norte-americana no comércio exterior brasileiro.

Em 1924, o governo Bernardes iniciou o esforço diplomático para obter uma cadeira permanente no Conselho da Liga das Nações. A posição não traria ganhos concretos ao Brasil, mas ampliaria seu prestígio internacional e este, embora subjetivo e abstrato, tem seu peso nas relações internacionais. O governo brasileiro criou a Delegação Permanente junto à Liga e para chefiá-la nomeou Afrânio de Melo Franco como embaixador, o primeiro com esse *status* em Genebra, onde os demais representantes eram ministros plenipotenciários. Em seguida, o Itamaraty enviou Raul Fernandes em missão à Europa, para buscar apoios à candidatura brasileira àquela cadeira. O argumento para tanto era que no Conselho havia vários representantes europeus, mas a América não estava representada — devido a veto do seu Congresso, os Estados Unidos não ingressaram na Liga — e o Brasil faria esse papel.

A proposta da Liga das Nações, feita pelo presidente Wilson, era a de uma organização de caráter mundial. Contudo, o isolacionismo norte-americano

no pós-guerra impediu o país de participar dela e a Liga se transformou em uma organização dos países vencedores, cuidando basicamente de assuntos europeus. Tratada como país derrotado nos acordos de paz de Versalhes, a Alemanha não participou da fundação da Liga e, em 1924, consultou o Conselho sobre seu ingresso na organização. O Brasil manifestou-se afirmando não se opor, "em tese", à solicitação alemã. No ano seguinte, em 16 de outubro, Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Polônia e Tchecoslováquia assinaram os Acordos de Locarno, pelos quais renunciavam à guerra e aceitavam a arbitragem obrigatória em caso de divergências entre eles e declaravam respeitar as fronteiras definidas pelo Tratado de Versalhes. Ao assinar esses acordos, a Alemanha reconhecia a realidade europeia no pós-guerra, abrindo o caminho para que os países europeus aceitassem sua admissão na Liga das Nações.

O governo Bernardes viu o contexto como favorável para a pretensão brasileira a uma cadeira permanente no Conselho da Liga. Desde a fundação da organização, o Brasil tinha sido membro temporário, mas corria o risco de perder essa posição devido à implementação de um rodízio de países nessa mesma condição. Assim, o governo Bernardes colocou como meta principal de sua política externa obter a cadeira permanente, que lhe daria também prestígio interno, onde era baixa sua popularidade.

Em março de 1926 reuniu-se em Genebra a Assembleia Extraordinária da Liga para aprovar os Acordos de Locarno. Não havia polêmica sobre eles, mas sim sobre a ampliação do Conselho da entidade, com o Brasil e alguns outros países pleiteando assento permanente. Para ser atendido o pleito brasileiro, cuja importância fora exagerada por Arthur Bernardes, teriam que também deferir o pedido dos demais países, o que não era factível. Constatado o fracasso da reivindicação brasileira, Bernardes decidiu que o Brasil vetaria o ingresso da Alemanha na Liga, em nome da "dignidade nacional", o que foi comunicado à organização em 17 de março. Três meses depois, em 12 de junho, Melo Franco apresentou documento com duras críticas ao funcionamento da Liga e notificou a retirada do Brasil do organismo, para o que o seu estatuto exigia dois anos de carência para ser efetivada. A derrota brasileira foi mais dramática devido à atitude dos delegados hispano-americanos, que apelaram coletivamente para que Bernardes suspendesse o veto e informaram ao Conselho seu desacordo com a decisão brasileira.

A implementação dos Acordos de Locarno e o ingresso da Alemanha na Liga das Nações parecia ser a solução para pacificar a Europa, evitando novas guerras. Para as potências europeias, era inconcebível que o Brasil

 realmente vetasse o ingresso da Alemanha, colocando em risco a engenharia diplomática realizada para consolidar a paz no Velho Continente. Contudo, a diplomacia de Arthur Bernardes dramatizou de tal forma a reivindicação da cadeira permanente, que não obtê-la significaria desmoralização junto à opinião pública brasileira e, mais, uma derrota diplomática. Havia lógica no pleito inicial de Bernardes, mas embriagado pelo próprio discurso não viu as limitações internacionais do Brasil e acabou retirando o país da Liga. Foi um desastre. Em contraposição ao voluntarismo contraproducente de Bernardes, seu sucessor na presidência, Washington Luís, conduziu uma política externa discreta e introspectiva. Sua diplomacia manteve os dois eixos centrais da ação do Itamaraty: relações estreitas com os Estados Unidos e cordiais com a Argentina. Assim, na VI Conferência Pan-Americana, realizada em 1928, em Havana, a delegação brasileira não se distanciou de um Estados Unidos acuado pelas denúncias de intervencionismo, mas não se solidarizou com esta prática. No plano regional, o Brasil manteve-se neutro nas divergências entre Bolívia e Paraguai em torno do litígio pelo território do Chaco e retomou o dinamismo nas relações com o Paraguai.

Cumprido o prazo de carência, coube ao governo Washington Luís efetivar a decisão de retirar o Brasil da Liga, apesar do apelo do Conselho para que não o fizesse. O ato não trazia ganho para o país no cenário internacional, mas seu cancelamento traria prejuízos, pois caracterizaria como errática a política externa brasileira. A retirada não pôs fim às relações de cooperação entre o Brasil e a Liga, pois o país continuou participando de seus organismos técnicos e a pagar sua contribuição anual.

Um dos atos externos de maior repercussão do governo Washington Luís foi a recusa em aderir ao Pacto Briand-Kellog, patrocinado pela França e pelos Estados Unidos, de renúncia à guerra, assinado em agosto de 1928. O Brasil não aderiu por não ter sido consultado na sua elaboração e por considerá-lo redundante, pois a Constituição brasileira determinava o pacifismo do país. O chanceler Mangabeira, escrevendo ao embaixador brasileiro em Washington, afirmou: "Demos um testemunho inequívoco de que, embora amigos leais dos Estados Unidos, guardamos inteira a nossa autonomia na política externa" (apud Garcia, 2006:472).

Durante o governo Washington Luís, o Itamaraty obteve a solução para pequenos trechos de fronteira ainda não demarcados, por meio de acordos complementares e de trabalhos de comissões demarcadoras mistas. Foi modernizada a ação do Itamaraty, através da melhora de suas instalações e organização interna e, refletindo a crescente importância de temas econômicos nas relações internacionais, criou-se o Serviço Econômico e

comercial para apoiar a ação dos diplomatas brasileiros por meio da sistematização e divulgação de informações com esse caráter.

***

A instalação da República em 1889 imprimiu um efêmero idealismo externo, de irmandade republicana americana, resultante da ideologia positivista que embasava o novo regime e, como resultado da fragilidade deste, estabeleceu a preponderância norte-americana no Brasil. Coube ao barão do Rio Branco, no decênio em que permaneceu à frente do Itamaraty, elaborar uma política externa coerente, síntese da herança do Brasil Império e das respostas às novas realidades do início do século XX. Atendendo a estas, aprofundou o movimento de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos com os objetivos de se contrapor a pressões do imperialismo europeu e de fortalecer a posição brasileira na América do Sul. Rio Branco estava convencido de que nas relações internacionais os países mais fortes buscavam se impor aos mais fracos, daí ver como melhor defesa dos interesses do Brasil a construção de um sistema internacional baseado no direito; o estreitamento de relações com potência que não o ameaçasse imediatamente (os Estados Unidos); dispor de recursos próprios de defesa e estabelecer um clima de cordialidade e cooperação na América do Sul.

A política externa elaborada por Rio Branco estava em harmonia com a realidade nacional. Ao estreitar relações com os Estados Unidos, ela ia ao encontro dos interesses da oligarquia exportadora de café, setor social predominante na República Velha, que tinha no mercado norte-americano seu maior importador. Entre 1902 e 1922, a política externa brasileira traçou uma trajetória ascendente, que tinha por objetivo atender à agroexportação. O Brasil se vinculava ao mundo pela necessidade de colocar sua produção; obter mão de obra e capitais externos; conseguir meios para sua segurança e lograr prestígio internacional. O país recebeu imigrantes; expandiu ferrovias e portos; teve estreitas relações com os Estados Unidos e cordiais com as potências europeias, todos fornecedores de mercadorias e capitais ao mercado brasileiro e seus compradores. Solucionadas as questões de fronteira, a diplomacia brasileira trabalhou pela amizade entre os países sul-americanos e manteve relações no geral amigáveis com a Argentina. A participação militar brasileira na Primeira Guerra Mundial, ainda que simbólica, credenciou o país a ser parte nas negociações de paz de Versalhes e na fundação da Liga das Nações.

A partir de 1922, porém, as tensões internas na sociedade brasileira repercutiram na política externa, que foi comprometida por erros de

 avaliação no processo decisório e certo descaso nas relações com os países sul-americanos. O regime oligárquico não perdeu apenas seu dinamismo interno, mas, também, seu dinamismo diplomático. O fracasso em obter o assento permanente no Conselho da Liga e a retirada do Brasil desta impactaram negativamente na posição brasileira no mundo. O país retornou a seu espaço geopolítico privilegiado, a América do Sul, buscando reconstruir laços e criar clima de confiança. Esse movimento, porém, não teve tempo de render frutos, pois a Revolução de 30 o interrompeu, para retomá-lo mais adiante com outra roupagem e preocupações.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O barão de Rotschild e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 43, n. 2, p. 150–169, 2000.

______. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*: conflito e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Funag, 1995.

______. *Política externa da Primeira República*: os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita*: o barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos. Brasília: Funag/Ipri, 2003.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Introdução de Paulo Roberto de Almeida. Brasília: Senado Federal, 1998. Ed. fac-similar.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Cari/Grupo Editor Latinoamericano, 1999. t. VII e VIII.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano: Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 2, n. 41, p. 59–82, 1998.

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. *O barão do Rio Branco*: missão em Berlim, 1901-1902. Brasília: Funag, 2009.

______. *A atuação diplomática de Joaquim Nabuco em Roma*. Palestra no Palácio Pamphili (Roma), 16 nov. 2010. mimeo.

PARTE 4

GUSTAVO H. B. FRANCO
LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO

O PROCESSO ECONÔMICO / A ECONOMIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA, 1889–1930

A HISTORIOGRAFIA DA ECONOMIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PODE FACILMENTE dar a impressão de que o período compreende uma etapa de ensaios, e mesmo de frustrações, comprimida entre a teia de restrições ao desenvolvimento econômico que caracterizou o Império e o verdadeiro enredo redentor da industrialização por substituição de importações que se estabelece depois da crise de 1929. Tudo se passa como se o Brasil não tivesse aproveitado a oportunidade proporcionada por uma economia internacional em vigoroso crescimento no período mais pujante de uma ordem internacional liberal, especialmente antes de 1914. Embora mais favorável do que o observado durante o Império, o desempenho da economia foi marcadamente inferior ao do período posterior a 1930, na comparação com países vizinhos e também com os mais desenvolvidos, sobretudo no que diz respeito à industrialização, processo que a historiografia estabelece como o marco qualitativo de ascensão a etapas superiores de desenvolvimento econômico.

Na verdade, tendo como referência o Brasil de Getúlio Vargas, fechado e autoritário, crescendo "para dentro", fica parecendo que a Primeira República efetivamente *perdeu tempo* ao tentar expandir seus laços com o capitalismo globalizado que começava a amadurecer nos anos anteriores à Grande Depressão, uma lição que alguns economistas quiseram transformar em axioma genérico para o desenvolvimento econômico brasileiro. O fato é que, em face de suas próprias limitações, o Brasil deixou passar a oportunidade e a historiografia parece guardar ressentimentos dessa curta e tumultuada experiência internacionalista, durante a qual nada teria sido feito para atacar "vulnerabilidades estruturais", que passaram a parecer óbvias depois de 1930, e que são sempre associadas às maneiras de descrever como perversa e assimétrica a relação do país com a economia global. Como

se não existissem outros constrangimentos internos ao crescimento. Sem embargo, com o colapso posterior a 1929, nada sobraria das intermináveis querelas sobre o padrão-ouro, opondo papelistas e metalistas, "escolas de pensamento" presentes e combativas até aquele momento, mas que desapareceram como se subitamente tivessem perdido seu objeto para um país comprometido com o crescimento sob autarquia.

A Primeira República pode assim ser descrita como um período de compromissos, não apenas entre passado e futuro, mas também entre as oligarquias regionais batendo-se por diferentes agendas, e também entre o conservadorismo monetário, que encontrava apoio na doutrina e na prática internacionais, e seus adversários conjunturais, às vezes os chamados "papelistas", e mais frequentemente os próprios interesses ditos "hegemônicos" associados ao café. Nada há de trivial ou esquemático na economia política e, consequentemente, na política econômica da República Velha, como será visto a seguir.

UM PREÂMBULO: TRANSIÇÃO, LEGADO E DESAFIOS

Os últimos anos do Império, com o ocaso da escravidão e a disseminação do trabalho assalariado, inauguraram um período de profundas transformações e de expectativas otimistas, mas também assinalaram o desfecho de uma lenta agonia, sobretudo para regiões e atividades mais diretamente dependentes do chamado "elemento servil". A marcha das reformas alternava fatalismo, entusiasmo e controvérsia, parecendo clara a noção de que a velha ordem precisava ser destruída em cada um de seus elementos. A amplitude das mudanças não conhecia precedente, inclusive pelas perspectivas de aprofundamento dos laços do Brasil com a economia internacional, seja através da intensificação da imigração europeia, ou das consideráveis entradas de capital estrangeiro, ou mais amplamente pelo vendaval de inovações tecnológicas e institucionais que caracterizavam o *fin de siècle*.

As perspectivas para o café, o centro de gravidade da economia, pareciam excelentes; preços, produção e produtividade cresciam, embora o arquipélago de outras monoculturas tropicais de baixa produtividade baseadas na mão de obra escrava, e de há muito decadentes, se mantivesse estagnado, acentuando contrastes regionais e setoriais e as tensões naturais das mudanças. Até mesmo a indústria de bens de consumo durável, notadamente a têxtil, mostrava expressiva expansão na percepção da época. O país precisava se renovar com atitudes e medidas mais favoráveis à

iniciativa privada, ao internacionalismo e ao investimento, desafios que o Império nunca considerou prioritários e que, neste momento em particular, tornavam-se críticos e dificultavam a missão do visconde de Ouro Preto, o último chanceler e também ministro da Fazenda do Império, que definira seu programa como o da "inutilização da República".

Na economia, talvez nenhuma outra questão tenha sido mais representativa dos impasses que paralisaram o Império, e que também ocuparam o tempo e a imaginação de sucessivas administrações republicanas, que a referente à adesão ao padrão-ouro — a chave para uma economia mais internacionalizada e para definições cruciais para a moeda e o crédito —, um tema que Ouro Preto tomou como urgente e para o qual foi imensamente ajudado por circunstâncias externas particularmente favoráveis. A onda de prosperidade nesses últimos momentos do Império parecia uma bênção para o ministro, mas trazia de volta um problema prático já antigo, o limitado desenvolvimento do sistema bancário e sua incapacidade de acompanhar e apoiar o crescimento da economia. A despeito de repetidas crises de liquidez, de evidentes sinais que a disseminação do trabalho assalariado colocava a demanda por moeda e crédito num patamar inteiramente diferente e incompatível com as instituições existentes, e de intermináveis discussões sobre reforma monetária e bancária ao longo da década de 1880, a quantidade de moeda efetivamente em circulação em meados de 1889 era semelhante à que o país tivera no final da década anterior, algo em torno de 200 mil contos, e nada havia mudado no sistema bancário. Os impasses políticos e doutrinários, a impedir o redesenho do sistema monetário diante dessa nova conjuntura em face da constante necessidade de se conferir "mais elasticidade" ao meio circulante, como se dizia, são recorrentes ao longo da Primeira República e parecem reproduzir em miniatura os debates internacionais sobre a continuidade do padrão-ouro e a ascensão da moeda fiduciária em escala global.

A natureza desses impasses tinha uma feição teórico-doutrinária que remontava a David Hume e especialmente a David Ricardo, cujo papel nas controvérsias monetárias inglesas durante as guerras napoleônicas o tornou uma referência frequente entre os "metalistas" brasileiros. O problema que se colocava era conceitual e profundamente enraizado no saber e nas convenções da época a propósito do sistema monetário que em toda parte ainda se organizava de acordo com os cânones do padrão-ouro: o ouro, *de jure*, era a única e verdadeira moeda aceita e consagrada em toda parte e o papel-moeda que circulava amplamente em diversos países, e em diversos desenhos, era ou devia ser apenas um certificado de depósito conversível em

determinado peso em metal. Quando vários países adotavam essa mesma convenção restava claro que as taxas de câmbio entre eles se tornavam fixas e dadas pelas paridades que cada unidade monetária nacional obedecia com relação ao equivalente universal, o ouro. Em tese, o debate sobre o câmbio ficava reduzido a uma questão de "pesos e medidas", ou seja, algo como se comparar jardas e metros: a divisão do equivalente em gramas de ouro de uma moeda nacional pelo mesmo equivalente em outra moeda de outro país permitia definir a relação de "câmbio ao par" ou "paridade", e o efetivo funcionamento do padrão-ouro supunha a livre transformação ou conversibilidade das moedas em ouro, inclusive do papel-moeda em circulação.

A adoção desse sistema em escala global foi um pesadelo para muitos países e por uma razão muito simples: apenas por uma divina coincidência a mineração de metais preciosos produziria a exata quantidade de ouro (ou prata) necessária para o funcionamento dessa máquina sem transtornos para as economias mais frágeis, como o Brasil. No momento em que o visconde de Ouro Preto iniciava o seu governo o país se dividia entre os que achavam que havia "superabundância" de papel-moeda, pois o mil-réis estava cotado "abaixo do par", e os que, por variadas razões, achavam que a economia precisava de mais liquidez para crescer. Vale detalhar a natureza desse impasse, curioso e ao mesmo tempo crucial, pois sem o qual os debates da época, bem como a força política do pensamento ortodoxo, parecem sem razão.

O raciocínio metalista era simples: se o ouro armazenado sob a forma de "lastro" era inferior à quantidade total de papel-moeda em circulação, a moeda tinha uma correspondência em ouro "embutido" menor do que o que deveria ter. Assim, o ouro se tornava escasso relativamente ao papel e se tornaria caro relativamente à paridade, ou seja, haveria ágio na relação entre a moeda nacional e outra que estivesse na paridade, como era sempre o caso da libra esterlina. A paridade — aqui uma convenção fixada em lei — consiste na exata quantidade de ouro ou metal precioso que deve haver na unidade monetária nacional, seja sob a forma de moedas de ouro e/ou prata, seja também nas cédulas feitas de papel. Nesse contexto, o papel e as moedas devem ser conversíveis entre si e livremente trocáveis por ouro à taxa de paridade. Se há emissões adicionais de "papel", desequilibrando a relação entre ouro e papel, seria como se o Estado mandasse fabricar mais moedas de ouro do que o metal existente para cunhagem, o que necessariamente levaria à redução do conteúdo de ouro ou do lastro de cada moeda.

Dizer, naquele momento, que havia "ágio sobre o ouro", ou "excesso de papel", era o mesmo que dizer que a taxa de câmbio ou o preço do "papel" relativamente ao ouro estava "abaixo do par". Desde 1846, a paridade

legal do mil-réis mantinha-se constante e inalterada numa quantidade de ouro equivalente a 27 pence de libra esterlina por mil-réis, mas prevalecia o câmbio flutuante, ou seja, o governo nada fazia para que a paridade fosse obedecida para o papel-moeda, cuja cotação em mercado estava quase sempre "abaixo do par". Durante os anos de 1886 e 1887, por exemplo, quando a discussão entre papelistas e metalistas sobre reforma monetária foi particularmente intensa, a taxa de câmbio flutuou entre a mínima de 17 ¾ e a máxima de 23 ¼ pence por mil-réis. Os metalistas diziam que havia "superabundância" de papel porque havia "ágio sobre o ouro" e propunham a *contração* da oferta monetária (superávits fiscais com vistas ao "resgate" e à incineração do papel-moeda). Os papelistas propunham *exatamente o oposto*, em face das novas necessidades de liquidez e de crédito da economia. Eis o impasse que paralisou tantos gabinetes imperiais e que ameaçava o último chanceler do Império.

É claro que um observador da atualidade, acostumado a tantas variantes de "política cambial", facilmente perguntaria: por que não abandonar o conceito de paridade e simplesmente adotar a flutuação do câmbio que já se impunha na prática e resolvia o problema? A moeda não era, ao fim das contas, apenas um pedaço de papel? Mas estas eram perguntas impertinentes para a época, como se propugnar o abstracionismo em pleno Renascimento, ou a moeda fiduciária quando o mundo jurídico tinha como moeda de curso legal apenas e tão somente o metal. A convenção era a percepção de que a mudança na paridade era sempre excepcional. No limiar da República, e ainda por muitos anos, entendia-se que a redução do conteúdo de ouro da moeda (em inglês: *debasement*) era a forma clássica pela qual os soberanos confiscavam poder de compra de seus súditos, e era o que faria a casa da moeda oficial caso assumidamente reduzisse o teor de metal precioso de cada moeda emitida, ou seja, o seu "valor intrínseco". Fabricar pedaços de papel em excesso a seu lastro em metal era percebido apenas como outra forma desse mesmo embuste, de tal sorte que a sensação de confisco perpassava o detentor de papel-moeda tanto quanto o de outros títulos representativos da dívida pública, quando havia mudança de paridade ou emissões em excesso (o que se designava como "inflação"). Daí a enorme, e às vezes incompreensível, resistência em se mudar o padrão monetário de 1846.

O aprendizado sobre o funcionamento dos bancos e do sistema financeiro no contexto de moeda fiduciária (ou seja, aquela que não é conversível em certa quantidade de metal precioso) seria longo e penoso, e ainda encontraria toda sorte de dificuldades nos anos anteriores a 1929, quando

o padrão-ouro ainda parecia representar um dos pilares da "civilização do século XIX". Essa barreira simbólica mostrou-se um obstáculo muito difícil de ser ultrapassado, mesmo para os expoentes papelistas, homens como o barão de Mauá, Rui Barbosa e Vieira Souto. É tão fácil quanto injusto diminuir esses homens e suas polêmicas aparentemente inúteis a partir de uma perspectiva da atualidade, sem atentar para o fato de que a vitória da moeda fiduciária como forma predominante de organização do sistema monetário não estava clara nem mesmo em 1933, quando o Decreto nº 23.501/1933 apenas *suspendeu* a chamada "cláusula ouro" (a liberdade de contratar em ouro ou moeda estrangeira) diante da inconversibilidade de fato, gerada pela crise de 1929, e que muitos imaginavam que pudesse ser temporária. A revogação definitiva da cláusula ouro apenas se daria em 1995, na legislação que introduziu o Plano Real!

A Primeira República testemunharia o apogeu do conservadorismo monetário que ficaria associado a homens como Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho e Leopoldo Bulhões, entre muitos outros, talvez na razão inversa dos excessos dos primeiros anos da República, o que chamou a atenção de diversos historiadores, interessados na economia política das decisões econômicas desses anos. Existem muitas interpretações esquemáticas e fáceis sobre os termos de convivência entre doutrina e interesses, como se a política fosse uma disciplina de natureza algébrica e a política econômica uma mera decorrência da ordem das parcelas. Nada mais enganoso, como demonstra a historiografia mais recente sobre o período e como sugere a trama exposta a seguir.

DO ENCILHAMENTO AO *FUNDING LOAN*

Ao final do Império, o impasse entre "papelistas" e "metalistas" não parecia permitir qualquer compromisso ao menos até outubro de 1888 quando, inesperadamente, em decorrência da pujança das contas externas do país, e em particular da entrada de capitais associada à expansão do café e de sua infraestrutura, à imigração crescente e ao fim iminente da escravidão, a taxa de câmbio apreciou (ou valorizou) de modo a atingir os mágicos 27 pence por mil-réis, a paridade oficial. Não escapou ao visconde de Ouro Preto, no começo de 1889, que na ausência de "ágio sobre o ouro" ficava removida a objeção metalista à expansão monetária. E assim, em 6 de julho de 1889, Ouro Preto autorizou a formação de um banco de emissão sob o nome Banco Nacional do Brasil, que tinha como sócio o Banque de

 Paris et des Pays Bas, com vistas a expandir o crédito e também promover e assentar a adesão ao padrão-ouro.

Era evidente o oportunismo do arranjo, que buscava tirar partido de condições excepcionais, talvez efêmeras, do balanço de pagamentos, e dos sonhos de progresso que a bolsa de valores começaria a materializar e que se viam favorecidos pela mudança no regime de trabalho, pelo novo banco e pela surpreendente disposição do ministro em remover entraves à vida empresarial que sempre caracterizaram o Império. Mas Ouro Preto não teve tempo suficiente, ou as mudanças em gestação pareciam grandes demais; a República não tardou e seu primeiro ministro da Fazenda — Rui Barbosa — estava entre os críticos mais ferozes de Ouro Preto. Logo em 17 de janeiro de 1890 a jovem República conheceu seu primeiro grande "pacote econômico". O salto para a "modernidade" seria ambicioso e irreversível: em suas crônicas, Machado de Assis repetidamente referia-se àquela data como "o primeiro dia da criação", o dia em que uma série de decretos trouxe uma nova lei para bancos de emissão, criando várias instituições, e para diferentes regiões do país, e também algumas importantes alterações na lei societária modificando substancialmente os entraves à incorporação de novas empresas.

A reação do "mercado" a tudo isso foi de absoluto deslumbramento. A euforia na bolsa, que já vinha de antes, ganhou renovado impulso: de pouco mais de noventa companhias listadas no início de 1888 passou-se a cerca de 450 em meados de 1891, às vésperas da *débâcle*. Vários novos bancos foram incorporados, e engajaram-se em atividades industriais e comerciais de toda espécie, algumas com isenções fiscais ou de tarifas alfandegárias, e garantias de juros. Eram "bancos universais", muitos com poderes de emissão, todos com carteiras comerciais, hipotecárias e de empréstimos de longo prazo e também autorizados a participar do capital de empresas, uma importante inovação institucional que resultou em conectar o crescimento do crédito diretamente com as novas empresas sendo incorporadas. Era um bom caminho, na teoria ao menos, para assegurar que os novos bancos estivessem associados ao setor produtivo, mas havia o risco de a facilidade degenerar em especulação. São muitos os relatos de "empresas impossíveis", junto com outras tantas perfeitamente viáveis, porém todas alavancadas e à mercê de um mercado em estado de euforia.

O efeito combinado de tantas inovações foi o de que as movimentações na bolsa logo adquiriram características de "bolha especulativa", sendo este o momento em que se estabeleceu a designação "Encilhamento" para o episódio, que em tudo parece se encaixar nos paradigmas estabelecidos

para manias, pânicos e crises financeiras. Como em tantos outros casos no Brasil e no exterior, o Encilhamento não é algo que surge no vazio, ou que se explique por um surto de ambição e ganância, mas, em geral, é um fenômeno coadjuvante de forças maiores. O termo "encilhamento" se refere ao momento em que os cavalos eram preparados para o páreo, e as combinações eram feitas, e serviu de título para o famoso romance à clef escrito originalmente sob o pseudônimo "Heitor Malheiros", na forma de um folhetim em setenta capítulos a partir de fevereiro de 1893 pelo visconde de Taunay, destacado monarquista, que teve imensa e duradoura influência sobre a historiografia. Taunay retratou em cores espetaculares as operações abusivas na bolsa como representativas de uma nova ordem na qual, conforme lúcida observação de José Murilo de Carvalho, a República teria trazido "uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante" (Carvalho, 1988:26–27). São muitos como John Schulz, o mais recente brasilianista a tratar do tema, a tomar o relato de Taunay como um relato fidedigno do que se passou nos primeiros anos da República. Esse equívoco prejudica seriamente a observação desses anos cheios de ambiguidades, que talvez tenham sido mais bem capturadas na literatura, destacadamente em *Esaú e Jacó* de Machado de Assis, ao enfatizar o irremediável impasse entre os olhares monarquista e republicano sobre a modernização caótica da qual o Encilhamento é parte tão proeminente.

Este viés, todavia, não impediu a historiografia de reconhecer que o vendaval especulativo deixou resultados positivos no tocante à formação de empresas, crescimento e acumulação de capital, sobretudo em São Paulo. Quase que simultâneo à explosão monetária propiciada pela República dá-se o debate sobre a legitimidade dos empreendimentos formados a partir desses ventos, um debate que assumirá contornos bem objetivos logo adiante, quando o governo estiver às voltas com o salvamento dos bancos que carregavam esses empreendimentos.

Os três bancos de emissão inicialmente criados por Rui Barbosa teriam monopólios sobre seus distritos, o Norte, o Sul e o Centro, este compreendendo a capital. O total das emissões foi limitado inicialmente a 450 mil contos, duas vezes e meia o estoque de moeda existente, e ao banco emissor da região central, o Banco dos Estados Unidos do Brasil (Beub), cujo principal acionista era o conselheiro Francisco de Paula Mayrink, caberia cerca de metade desse valor e aos demais o restante. Essas emissões seriam feitas na proporção 1:1 do lastro constituído não em ouro, mas em títulos da dívida pública, aí residindo a maior inovação: caminhava-se para a moeda fiduciária pura, num regime de flutuação cambial sem compromisso com

a paridade de 1846 e sensível aos impactos da emissão sobre as finanças públicas. Era uma revolução, com um inequívoco aspecto experimental, como atestavam as alusões de Rui à jurisprudência estrangeira e à experiência norte-americana em particular, ou como os planos heterodoxos de combate à inflação de um século depois.

Tudo parecia superlativo neste ano de 1890: os lançamentos de novas companhias, com os mais variados termos e denominações, a "autoconfiança" da indústria, agora apresentada como atividade essencial para uma nação soberana, os investimentos estrangeiros, o comércio internacional, as mudanças institucionais a sacudir cada um dos aspectos em que se sustentava o preguiçoso ritmo da economia do Império e, mais que tudo, as polêmicas em torno da nova ordem, sobretudo no terreno bancário, onde as alterações no modelo foram tão rápidas e contundentes quanto os espantosos resultados em matéria de multiplicação das emissões, do crédito, das empresas e dos sonhos.

A sucessão de alterações nos decretos do pacote de 17 de janeiro foi tão impressionante que é difícil sustentar ter havido algum "método" na explosão monetária que se seguiu. Logo no anúncio do novo sistema, instaurou-se uma crise no Ministério, e um quarto banco de emissão foi criado para São Paulo. Em março, Rui concedeu ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil (o terceiro, fundado em 1864), as duas instituições bancárias dominantes sob a monarquia, o privilégio de emitir o dobro do lastro constituído em ouro, porém sem conversibilidade. Tal concessão foi estendida posteriormente ao Beub, ao Banco de Crédito Popular e aos outros bancos emissores regionais. Em dezembro, culminando o processo, Rui patrocinou a fusão entre o Beub e o Banco Nacional criando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub), que por sua vez absorveu o privilégio de emitir do Banco do Brasil e do Banco Emissor do Sul, ambos se tornando estabelecimentos bancários restritos a depósitos e descontos. O Breub ficava autorizado a emitir até 500 mil contos, dos quais 450 mil na base do triplo do lastro metálico, o que, na prática, representava a remoção de qualquer obstáculo para um aumento muito considerável na emissão de papel-moeda inconversível.

No final de 1890, quando a expansão do crédito e das emissões já tinha assumido proporções formidáveis, uma tempestade perfeita parecia se formar: a situação política ainda instável, a especulação bursátil atingindo níveis perigosos e o panorama internacional prestes a azedar, em razão de dificuldades na Argentina repercutindo seriamente no banco Baring Brothers, um dos mais importantes na praça de Londres. A Crise Baring foi uma das primeiras e mais interessantes crises financeiras

de características globais, e não poderia deixar de atingir fortemente o Brasil, que vinha recebendo grandes volumes de capital estrangeiro que, a partir do início de 1891, subitamente desaparecerem. O banco Baring, o mesmo que quebraria em 1997 em decorrência de operações com derivativos durante a crise da Ásia, estivera em situação semelhante em 1889 em razão de uma emissão fracassada de títulos para uma empresa argentina de saneamento. O Banco da Inglaterra precisou orquestrar uma operação de suporte aos Barings, mas ao custo de "estressar" o mercado de capitais londrino e, assim, "transmitir" a crise para diversos outros países — Austrália, Estados Unidos, Alemanha, Chile, Itália, Portugal, entre outros. A brusca redução das entradas de capitais no Brasil está bem documentada e seus efeitos sobre a crise cambial de 1891 parecem indiscutíveis, de modo que é legítima a dúvida se o país viu-se abandonado por volúveis capitais estrangeiros assustados com eventos ocorridos em outros países, como é comum no mundo globalizado, ou se a crise foi exclusivamente causada por seus próprios excessos. Ou ambos.

Rui deixaria a Fazenda em fins de 1890, logo após a criação do Breub, em sua quarta tentativa de demitir-se junto a Deodoro; estava esgotada a sua jornada no domínio das finanças, às quais retornaria apenas episodicamente para defender seu polêmico legado. Rui foi sucedido pelo conselheiro Alencar Araripe — "um jurista extraviado nas finanças, de que jamais se ocupara", de acordo com Calógeras (1960:234), e em seguida pelo presidente do Conselho de Ministros, e amigo de Deodoro, o barão de Lucena. O impulso especulativo na bolsa foi sucumbindo diante do colapso da taxa de câmbio, e o Parlamento se debruçou sobre o assunto das emissões e suas consequências numa atmosfera de crescente apreensão e radicalização. Em 3 de novembro desse difícil ano de 1891, com a taxa de câmbio chegando a 12 pence por mil-réis, e diante da sensação de que havia se cumprido o vaticínio metalista segundo o qual a inundação de papel-moeda apenas faria depreciar o mil-réis, Rui pronunciou mais um de seus discursos memoráveis, este em defesa de sua gestão, atribuindo o colapso do câmbio não ao excesso de emissões, mas ao choque na conta de capitais do balanço de pagamentos, um debate que mobilizou algumas das melhores mentes da ocasião, que ainda continua vivo na historiografia contemporânea, eis que os temas parecem recorrentes e as crises todas semelhantes.

No dia seguinte, o marechal Deodoro renunciou a favor de Floriano Peixoto, que dissolveu o Congresso num episódio que ficou conhecido como o Golpe da Bolsa, e que encontra explicação nos impasses em torno

do destino dos bancos de emissão, os quais, por sua vez, como se dizia, traziam em suas carteiras todas as virtudes e os pecados do Encilhamento. Neste momento, a oferta total de moeda havia atingindo 513 mil contos, um crescimento de 148% relativamente a dezembro de 1889, 277 mil contos correspondendo a emissões do Breub, 167 mil contos a emissões passadas do Tesouro e o restante às de outros bancos emissores. Nos anos posteriores, essas emissões se tornariam uma espécie de herança maldita a macular a República e seu primeiro ministro da Fazenda, como se nada de bom delas tivesse resultado.

A crise cambial em 1891 deu impulso decisivo à derrocada do Encilhamento. A euforia converteu-se em pânico e as dificuldades com os grandes bancos ganharam prioridade para o novo ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, Rodrigues Alves. Este proporia pela primeira vez, no começo de 1892, um esquema de clara coloração deflacionista de "encampação" do papel-moeda bancário, que, na verdade, era um plano para evitar o colapso do sistema bancário, provavelmente com estatização. A jovem República, depois de uma crise cambial, estava no limiar de uma séria crise bancária antes de completar seu terceiro ano.

As ideias de Rodrigues Alves ainda não encontrariam, porém, respaldo no Congresso. Diante desse impasse, e vendo se deteriorar a situação dos dois maiores bancos do país, o Breub e o Banco do Brasil, este outrora descrito por Ouro Preto como "vetusto e pacato", o novo ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, que assumiu em agosto, procurou um difícil compromisso entre metalistas e papelistas no Parlamento através de decreto presidencial que autorizava a fusão desses dois bancos, formando o Banco da República do Brasil (BRB). Os balanços dos dois bancos indicavam com clareza que *ambos* estavam em situação crítica. Como cada um deles cabia na clássica categoria *too big to fail*, a fusão tornava mais claras a justificativa e a urgência para a intervenção oficial, bem como o uso de recursos públicos para auxiliar a resolução do problema. Com a fusão, Serzedelo extinguiu a faculdade emissora do novo banco, assim procurando agradar a bancada metalista, mas introduziu uma curiosa e polêmica inovação, os "auxílios à indústria", que nada mais eram do que "bônus ao portador", em cédulas de pequenas denominações e pagando 4% de juros, que o BRB poderia emitir em valores até 100 mil contos "a fim de socorrer às necessidades das indústrias nacionais que tenham condições de vitalidade" (art. 9º). Havia efetivamente pouco a diferenciar esse bônus do papel-moeda comum, de modo que a medida equivalia, na prática, a uma última extensão da emissão autorizada do BRB, e a uma versão muito mais

ousada dos "auxílios à lavoura" do visconde de Ouro Preto. Nos dois casos, se procurava salvar os bancos em dificuldade e também e principalmente as empresas consideradas viáveis segundo a ótica dos próprios bancos. Esta curiosa ambiguidade serve como evidência de que as percepções sobre os progressos "legítimos" realizados durante o Encilhamento eram bastante divergentes. As lideranças industriais, assim como os papelistas, receberam bem a inovação introduzida por Serzedelo, a despeito das pesadas críticas vindas do campo metalista. A combinação de proteção aduaneira, desvalorização cambial, leis mais liberais para a formação de companhias anônimas de responsabilidade limitada e a expansão do crédito eram fatores que compunham um quadro favorável e inédito para a indústria, não obstante a instabilidade e a especulação, cujos progressos em meados dos anos 1890 são documentados por vários observadores. As frequentes mudanças naquelas variáveis ao longo da Primeira República forneceriam boas explicações para a notável volatilidade das atividades industriais, especialmente quando comparada à experiência de outros países.

Mas, a despeito dos agrados dirigidos à indústria, a fusão de que resultou o BRB tratava, em essência, de prolongar a sobrevida de dois bancos em situação falimentar que, como depois diria Joaquim Murtinho, concentravam em suas carteiras "todas as loucuras da bolsa". Em operações como essa, cujo teor é o salvamento de bancos, sempre são relevantes os argumentos que enfatizam o *moral hazard*, ou os incentivos perversos produzidos quando se evita a liquidação, extensamente explorados pela bancada metalista. Porém, como é típico de intervenções da espécie, o decreto previa uma estatização velada do BRB, pois ao governo caberia indicar o presidente, o vice-presidente e um diretor. Num momento posterior, os impactos fiscais desse arranjo ficariam mais claros, mas a questão imediata para Serzedelo era a preservação de muitas empresas ditas "legítimas" que surgiram na euforia e os sempre controversos e apavorantes custos de uma "crise sistêmica" que, no caso, poderia gerar consequências amplas, especialmente tendo em vista a sucessão de levantes ao longo de 1893, destacadamente a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a eclosão da Revolta da Armada em setembro, que produziria, inclusive, emissões extraordinárias do Tesouro para fazer frente aos gastos provocados pelas hostilidades.

Durante o período 1889–1894, a oferta de moeda cresceu 3,5 vezes e a inflação, que pode ter alcançado 20% ao ano, emergiu como uma das mais nefastas inovações trazidas pela República, juntamente com a depreciação da moeda brasileira em face da libra esterlina a níveis jamais alcançados.

Como muitos produtos que compunham a cesta de consumo que definia os índices do custo de vida eram importados (trigo, charque, azeite e bebidas, por exemplo), as causas da carestia se tornavam ainda mais confusas: excesso de emissões ou balança de comércio, perguntava Machado de Assis em uma crônica de 1892, a propósito de um "debate ríspido" e de um "fastio que nunca mais acaba". Repita-se, o termo "inflação", na época, referia-se à expansão monetária, e não a um aumento generalizado nos preços, fenômeno que fazia aí sua primeira e discreta aparição, com a possível exceção do período da Guerra do Paraguai.

O panorama econômico do novo regime, especialmente em vista dos sonhos e promessas que havia produzido, parecia trazer apenas perplexidade e desalento. Foi esta a atmosfera que encontrou o novo governo que se instalou em fins de 1894, tendo Prudente de Morais na presidência da República e Rodrigues Alves mais uma vez na Fazenda, uma nomeação que confirmava simultânea e paradoxalmente a predominância da oligarquia cafeeira e a ortodoxia metalista. Paulista, porém ortodoxo convicto, síntese de uma época de escolhas difíceis, o ministro buscou no exterior os recursos para financiar o déficit e iniciar um plano de reorganização financeira dos bancos e do Estado. Financiamentos de curto prazo foram conseguidos, mas o governo brasileiro buscava um empréstimo grande que desse mais tempo ao ministro Rodrigues Alves para completar seu plano de saneamento dos bancos via "encampação" das emissões, plano que havia sido proposto sem sucesso em sua primeira passagem pelo Ministério, e que, em última instância, consistia em um "encontro de contas" entre o Tesouro e os bancos provavelmente resultando na liquidação e/ou estatização formal do BRB e possivelmente de outros bancos menores. Rodrigues Alves já entretinha a possibilidade de reorganizar o BRB como "um banco nacional, fortemente apoiado pelo governo, dispondo de créditos assegurados no exterior e capaz de tornar-se o propulsor do mecanismo econômico de comércio internacional e de regular o câmbio" (Calógeras, 1960:279).

O ministro sabia que seus planos encontrariam a simpatia dos banqueiros do país no exterior. Em longa carta de 25 de janeiro de 1895, os Rothschild reagiam ao desejo do ministro de levantar fundos para seus projetos da seguinte forma: "Acreditamos que o que o Brasil quer é um ou dois anos de tempo para respirar a fim de permitir a um governo sábio e conservador colocar as finanças do país em ordem em caráter permanente." Em março ainda não havia acordo, no tocante às garantias especiais que o novo empréstimo deveria ter, mas finalmente em julho o empréstimo de 7,5 milhões de libras esterlinas seria lançado. Os banqueiros o descreveriam como "uma

 tarefa hercúlea" que resultou em "tensionar cada nervo (*straining every nerve*) dos mercados aqui e no continente", mas a operação foi concretizada.

Com esses recursos assegurados, Rodrigues Alves dedicou-se a passar no Congresso o plano de saneamento bancário, que se transformou em lei em dezembro de 1896. A essa altura, o papel-moeda em circulação totalizava impressionantes 712 mil contos, número 39% superior ao observado em novembro de 1891. Nesse período, as emissões do Tesouro tinham aumentado de 167 mil para 372 mil contos em função de gastos militares de natureza variada e, sobretudo, de empréstimos e ajustes com o BRB e outros bancos regionais. As emissões bancárias tinham crescido de 277 mil para 340 mil.

A operação de "encampação" consistia em os bancos transferirem para o governo o total de emissões de papel-moeda bancário, junto com os respectivos lastros, cabendo ao governo substituir as emissões bancárias na circulação por papel-moeda do Tesouro. Os bancos entregariam 340 mil contos em emissões e um valor em ouro e apólices da ordem de 150 mil contos, o que perfazia emissões "a descoberto" na faixa de 190 mil contos, a que deveria corresponder a carteira de crédito somada aos demais ativos dos bancos. Porém, simultaneamente à encampação, os bancos deveriam liquidar seus empréstimos com o Tesouro, cujo valor total — primeiramente estimado em 180 mil contos — foi objeto de certa controvérsia, e esteve sujeito a ajustes por conta das diversas transferências de bens e direitos do BRB para o Tesouro, e também da definição do exato volume dos créditos a que faziam jus os bancos, pela cassação de seus direitos e contratos relativos à emissão e resgate de papel-moeda. O cotejo desses valores, tendo em vista que os ativos dos bancos eram formados por muitas empresas supostamente inviáveis, e muitas perfeitamente legítimas, criadas ao longo do Encilhamento, resultou em que a operação de encampação deixou os bancos com sérias deficiências patrimoniais, e assim apenas à espera de um enterro digno.

A operação pretendia diminuir o problema bancário propriamente dito, mas ao custo de trazer para dentro do setor público muitos ativos de baixa qualidade. Na verdade, as empresas cuja sobrevivência o governo não poderia garantir, e que acabariam fechadas e reconhecidas como perdidas, transformariam grandes prejuízos bancários em aumentos relevantes na dívida pública. Assim, o problema bancário, que era também um problema industrial, tornava-se um problema fiscal. "Socializadas" as perdas decorrentes das transformações e convulsões experimentadas durante os primeiros anos da República, o país estava pronto para um esforço de ajustamento das finanças públicas empreendido em 1898, através da operação conhecida como o *funding loan*, pela qual o governo brasileiro e

a Casa Rothschild acordaram uma reestruturação da dívida pública brasileira no contexto de um severo programa de "ajuste fiscal". Rodrigues Alves já havia sido substituído por Bernardino de Campos, que negociou os detalhes do acordo sob grande pressão, mas com a ajuda providencial do próprio presidente eleito — Campos Sales —, que participou diretamente das decisões em Londres.

As dificuldades fiscais, todavia, não estavam limitadas aos custos do salvamento dos bancos. Havia também as despesas da campanha militar de Canudos (1896–1897), uma triste e cara demonstração da resistência às mudanças trazidas pela República, imortalizada pelas narrativas de Euclides da Cunha e Mario Vargas Llosa. Mais para o sul, a situação geral da economia não era nada boa, sobretudo em São Paulo, mas por razões bem diferentes: o excesso de crescimento no plantio de café expandia demasiadamente a oferta e fazia cair os preços, com isso depreciando ainda mais o câmbio e fazendo crescer a inflação. A produção de café tinha aumentado de uma média de cerca de 2,8 milhões de sacas em 1890–1896 para 6 milhões entre 1897 e 1900, deixando evidente que havia um desequilíbrio "estrutural" no mercado de café, com uma tendência à superprodução apenas agravada pela depreciação progressiva do mil-réis. Uma solução definitiva para a estabilidade do setor cafeeiro estaria ainda alguns anos à frente, porém, a interrupção da dinâmica perversa produzida pelos efeitos da depreciação cambial sobre o plantio já poderia ser vista como um apreciável progresso.

O estrito programa deflacionário adotado em 1898 não permitia liberalidades do governo com relação às empresas industriais nas carteiras dos bancos e seguia o cânone para acordos do gênero: o governo obtinha empréstimos em troca de medidas de saneamento fiscal e monetário pactuados com os credores. O serviço da dívida pública e as despesas com garantias de juros de diversas ferrovias (acordos pelos quais o governo garantia um retorno mínimo aos investidores caso esse não fosse alcançado na operação das companhias) seriam pagos, ao longo de um período de três anos, com títulos de um novo empréstimo — o *funding loan* —, cuja emissão poderia se elevar a até 10 milhões de libras esterlinas. Os juros seriam de 5% e as amortizações teriam uma carência de 13 anos e seriam cumpridas ao longo dos cinquenta anos posteriores, ou seja, estariam completamente pagas em 1961. O esquema seria complementado por uma operação, efetuada ao longo de 1901 e 1902, através da qual os contratos de "garantias de juros" às estradas de ferro seriam trocados por títulos de renda fixa — os *rescision bonds*, ou títulos de rescisão, como seriam chamados. Assim, as garantias a

11 estradas de ferro seriam "resgatadas", sendo o valor total das emissões desses títulos da ordem de 16,6 milhões de libras esterlinas.

O *funding loan* gozaria de garantias especiais — uma "primeira hipoteca" sobre as receitas em moeda forte da Alfândega do Rio de Janeiro (parte dos impostos de importação era cobrada com base em ouro, ou seja, na libra esterlina) — e exigia que o governo dedicasse especial atenção ao equilíbrio das contas em moeda forte — o que viria a ser expresso pela separação, consagrada no orçamento de 1900, entre o "orçamento ouro" e o "orçamento papel". Despesas foram reduzidas, especialmente as denominadas em moeda estrangeira, e a tributação aumentada através de medidas de modernização administrativa e de aumentos nos tributos, destacadamente no imposto de consumo e do selo.

O ministro Joaquim Murtinho, que era médico de formação, passou à história como um expoente do que veio a ser chamado "darwinismo econômico" (Luz, 1980:21), um pequeno exagero construído a partir de admiração declarada pelo ministro por Herbert Spencer. Murtinho foi o homem com a determinação para levar às últimas consequências as ideias metalistas defendidas por muitos dos que bradavam contra os excessos dos primeiros anos da República. A raiz do problema, conforme trechos clássicos de seus relatórios da Fazenda, tinha a ver com o "excesso de emissões", que produziu "uma pseudoabundância de capitais" e, como resultado disso, o "estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para a produção exagerada de café". Tratava-se de deixar perecer essas indústrias, e de operar uma redução na produção de café, de modo a promover "a concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores" (Luz, 1980, *passim*). Os mesmos princípios foram adotados para os bancos: em 12 de setembro de 1900, concluindo uma longa agonia, o BRB viu-se obrigado a submeter-se a um regime de liquidação extrajudicial, conforme determinações de uma nova lei aprovada para esse propósito e que logo a seguir teve seu alcance estendido para outros bancos, incluindo o Rural e Hipotecário e seis outros, todos da capital. No estado de São Paulo ocorreram falências de bancos apenas entre 1902 e 1906, em virtude da recessão, vitimando o Banco Mercantil de Santos, o mais antigo daquela praça. No dizer de Calógeras: "Embora possa ter sido dolorosa [...] essa crise foi essencialmente benfazeja, fruto de uma força irresistível que agiu visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do país" (Calógeras, 1960:346).



Fotógrafo não identificado
Joaquim Murtinho (1848–1911)
Médico e político mato-grossense, ministro da Fazenda no governo Campos Sales, implementou uma política deflacionista até hoje objeto de grandes controvérsias
FOTOGRAFIA, *CA.* 1895
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Os plenos poderes concedidos a Murtinho permitiram que se testasse a relação que sempre se propagou entre câmbio e oferta de moeda, em que pesem as notáveis contestações oferecidas por Luiz Rafael Vieira Souto, o grande crítico de Murtinho, e pelo próprio Rui Barbosa. Segundo os termos do acordo, o governo se comprometia a depositar em moeda local junto aos três grandes bancos estrangeiros da capital certa proporção do valor dos títulos emitidos do *funding loan*, e o papel-moeda correspondente a essas quantias seria publicamente incinerado. De conformidade com este

mecanismo, o papel-moeda em circulação sofreria uma redução de 113 mil contos, ou seja, de cerca de 13% do total em 1898, até maio de 1903, com claros efeitos recessivos: o PIB *per capita* parece ter alcançado seu ponto mínimo em 1900, inferior em cerca de 20% ao de 1890. O programa conseguiria provocar uma apreciação cambial, mas bem distante da necessária para se alcançar a paridade de 1846, que romanticamente volta e meia aparecia como meta: a taxa de câmbio permaneceria ao redor de 11 pence por mil-réis, e assim mesmo graças à extraordinária recuperação das exportações observada em 1899, para a qual a borracha contribuiu significativamente, e também às entradas de capital decorrentes, em boa medida, de um quadro internacional mais favorável.

Diante da devastação provocada pela política deflacionista que comandou, Murtinho foi violentamente criticado, como era de se esperar, mas nunca lhe faltou apoio político para ir adiante. O episódio oferece um duro desafio para os modelos esquemáticos frequentemente adotados para a economia política da Primeira República: como a força das ideias conservadoras pode sobrepujar tantos interesses objetivos e organizados? O fato é que os ganhos em termos de revalorização da moeda nacional pareceram decepcionantes relativamente aos estragos e às polêmicas que Murtinho deixou para trás. Esse cálculo, que aparece implícito em diversas decisões posteriores, serviu para que se enfraquecessem as ilusões de que a paridade de 1846 seria novamente alcançada, e para que amadurecesse uma postura mais pragmática para a questão do câmbio e da paridade nas tentativas posteriores de adesão ao padrão-ouro.

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ: A DEFESA DO CAFÉ E DO CÂMBIO

Rodrigues Alves, o ministro da Fazenda que deu início ao trabalho de saneamento fiscal e bancário, depois terminado por Joaquim Murtinho, elegeu-se presidente da República para o quadriênio 1902–1906, e seu ministro da Fazenda foi uma fina escolha entre os campeões metalistas do Parlamento: o senador Leopoldo de Bulhões. A escolha reforçava a orientação ortodoxa do governo anterior, porém em circunstâncias mais favoráveis: Alves e Bulhões contariam com uma extraordinária melhoria na conjuntura internacional, da qual resultaria um *boom* de empréstimos para investimentos públicos e privados e de investimentos diretos no país. O investimento do governo, que representara apenas 3% da despesa total em 1900–1902, saltou para 9% em 1903 com a nova administração e alcançaria 24% do

total em 1912. Parte desse aumento foi financiada através de empréstimos externos, mas o orçamento foi mantido equilibrado até 1908. O governo concedeu ocasionalmente benefícios, notadamente à indústria têxtil, com fretes favorecidos em ferrovias estatais ou companhias de transporte marítimo, e certas isenções de imposto de importação para matérias-primas e equipamentos sem prejuízo de suas feições liberais e ortodoxas, que se tornaram mais brandas na fase ascendente do ciclo econômico.

Entre 1900 e 1913, depois de uma década de estagnação e instabilidade, o PIB cresceu cerca de 4% ao ano, em boa medida em decorrência de tendências internacionais favoráveis e apesar da política econômica doméstica, que continuou impecavelmente ortodoxa. O presidente Rodrigues Alves voltou a considerar a ideia de uma "reorganização permanente do Banco da República" como entidade estatal e capaz de realizar algumas funções de um banco central. Esse seria, segundo uma mensagem do presidente em 1904, "o último passo no sentido de completar o programa de reconstrução financeira iniciado em 1898". Em dezembro de 1905 o BRB seria finalmente transformado no Banco do Brasil, como hoje é conhecido, agora sob controle acionário do governo federal. O novo banco teria autorização para conduzir atividades típicas de banco comercial, para conceder adiantamentos ao Tesouro dentro de certos limites, teria o monopólio de emissão dos "cheques ouro" relacionados com a tarifa ouro e também o direito de emissão de notas ao par contra ouro se e quando a conversibilidade do mil-réis viesse a ser declarada.

Na mente do presidente, a criação do Banco do Brasil a partir de ativos e carteiras do BRB tinha mais a ver com a taxa de câmbio do que com a criação de um banco central. É curioso que a preocupação com o câmbio, ou mais precisamente com a *valorização excessiva* da taxa de câmbio, estivesse tão clara para o presidente, que era um daqueles que gostariam de ver o câmbio de volta aos 27 pence, a paridade de 1846, mas também era paulista e sabia que qualquer valorização significativa, acima de 11 ou 12 pence, representava uma ameaça à cafeicultura. Naquele momento, o conflito de interesses entre o desejo de apreciação cambial e o bom andamento dos negócios cafeeiros parecia tornar a economia política da taxa de câmbio um tema particularmente delicado, especialmente tendo em vista que a disputa se concentrara na pessoa do presidente Rodrigues Alves, que não escondia seus temores com relação à ideia de valorização do café, mas, em final de mandato, não foi obstáculo à concretização do esquema.

Os desafios para a cafeicultura pareciam tão formidáveis quanto seu progresso: a produção aumentara de cerca de 5,5 milhões de sacas em

1890/1891 para 16,3 milhões em 1901/1902, de tal sorte que a perspectiva de superprodução e de colapso dos preços era concreta e ameaçadora; os eventos que precederam e precipitaram o Acordo de Taubaté apontavam claramente nesta direção. Em 1905, em face do aumento das receitas de exportação e do influxo de capital estrangeiro, a taxa de câmbio experimentou uma vigorosa valorização — cerca de 30% —, assim recuperando o nível de 1902, em torno de 17 pence por mil-réis. Essa súbita apreciação, ainda mais diante de perspectivas de uma safra sem precedentes para 1906, forneceu a motivação e a urgência para o que passou à história como o Convênio de Taubaté: o primeiro e mais importante de diversos mecanismos de aquisição financiada de estoques excedentes de café promovidos pelo governo, com o propósito de "defender" os níveis de preço. Era uma encruzilhada importante e reveladora da natureza da economia política do café e da taxa de câmbio no Brasil, pois os problemas bem como as soluções conciliadoras então empreendidas se tornariam paradigmas para os anos a seguir.

O plano definido no Convênio de Taubaté, de fevereiro de 1906, consistia em uma política de aquisição financiada e retenção de estoques excedentes de café, visando a sustentação de preços. Esse plano sofreu variações no decorrer do tempo, de modo a refletir diferentes circunstâncias. A forma exata do financiamento, a distribuição de seus recursos, dos riscos e do oferecimento de garantias entre os estados e o governo federal, os compromissos deste com relação ao câmbio, bem como os detalhes de cada operação mereceriam um relato detalhado que este ensaio não comporta senão em grandes linhas. De início as aquisições seriam financiadas mediante empréstimos no exterior, destacadamente pelo estado de São Paulo, cujo serviço seria coberto por um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado. O governo federal recusou-se a oferecer garantias para o financiamento, numa demonstração dos limites do poder da oligarquia cafeeira sobre as políticas públicas, ou talvez da desnecessidade dessa garantia. O importante é que, com a ajuda de adiantamentos por parte de importadores e de uma sobretaxa sobre a exportação, São Paulo levantaria recursos de tal ordem a permitir, em junho de 1907, que 8 milhões de sacas excedentes, o equivalente a uma boa safra anual, pudessem ser compradas e estocadas.

Os relatos desse programa evidenciam as tensões entre a ortodoxia que reinava no Executivo e os interesses dos exportadores de café. Porém, independentemente do efetivo desembolso, compromisso ou aval da União com a compra de café e com a mitigação dos riscos cambiais implícitos no arranjo, os interesses foram se alinhando tal como em 1888,

 quando a abundância cambial permitiu que ortodoxos e heterodoxos se aglutinassem em torno do padrão-ouro desde que na paridade de 1846. A experiência de Joaquim Murtinho já havia reduzido as ilusões quanto à reconquista dos 27 pence por mil-réis, de modo que a reintrodução do padrão-ouro nos níveis mais baixos em que se encontrava o câmbio, e com vistas a interromper a tendência de apreciação, parecia uma solução satisfatória para todos. Nesse contexto, e sem conexão direta com os arranjos de Taubaté, mas na prática atendendo à essência das preocupações da cafeicultura, o presidente Afonso Pena, que sucedeu a Rodrigues Alves, colocou em operação uma versão tropicalizada de "padrão-ouro na margem" pela qual uma instituição que ganhou o nome de Caixa de Conversão compraria divisas a uma taxa fixa emitindo notas de sua própria emissão, absorvendo, por assim dizer, o "excesso" de divisas que vinha apreciando o mil-réis. A conversibilidade se estabelecia, assim, apenas para as notas da Caixa de Conversão, não para as outras, as do Tesouro, que continuavam ao sabor do mercado. Era como se os excessos de divisas estrangeiras fossem sempre absorvidos pela Caixa de Conversão, mas quando houvesse déficit no balanço de pagamentos, as notas seriam resgatadas em ouro ou divisas até esgotarem-se as reservas da Caixa de Conversão, ponto a partir do qual o país passaria ao regime de câmbio flutuante e, provavelmente, o câmbio sofreria significativa depreciação. Essa era uma modalidade curiosa e criativa de "adesão" ao padrão-ouro com um mecanismo automático de saída.

O sistema era diferente do *currency board* convencional, pelo qual a totalidade da moeda nacional é substituída por notas de uma instituição que precisaria dispor de lastro equivalente a 100% das notas em circulação. A Caixa de Conversão representava uma interessante inovação — embora valha mencionar que a Argentina instituiu mecanismo parecido em 1899, e com sucesso — que não apenas economizava o recurso efetivamente mais escasso naqueles dias, as reservas em divisas, como também limitava a contração monetária causada por déficits no balanço de pagamentos às emissões da Caixa de Conversão. E mais, ao Banco do Brasil caberia a "defesa" da taxa de câmbio entre o ponto de exportação e de importação de ouro definidos pela taxa legal e também os custos de transação de deslocar o ouro, conforme as regras tradicionais do padrão-ouro.

A Caixa de Conversão era parte de um arranjo cambial singular e apropriado para o país. Era conveniente para os financistas conservadores do governo federal que, para todos os efeitos, haviam sido bem-sucedidos em recuperar o padrão-ouro, ainda que numa paridade inferior à de 1846.

E era muito favorável para os exportadores, ainda mais quando se tinha em conta o esquema de sustentação financiada dos estoques excedentes de café. Vale notar que a combinação "Caixa de Conversão mais valorização do café" era duplamente procíclica e por isso mesmo tendente a agravar a médio prazo o problema de superprodução de café, como efetivamente se verificou. Para se alcançar uma solução permanente, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão dos plantios, ou seja, conter a reação natural dos produtores diante do sucesso do programa e dos incentivos que criava.

De maneira geral, de 1906 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, o país viveu em ritmo de abundância cambial e de crédito. O programa de valorização e a Caixa de Conversão resultaram em maior disponibilidade de divisas, inclusive para a importação de equipamentos pela indústria, e os embarques de café aumentavam sem prejudicar os preços. De 1911 a 1913, o valor dos embarques de café foi o dobro do observado nos três anos anteriores e o triplo do valor dos anos desfavoráveis, de 1902 e 1904. Até 1908, os preços do café efetivamente não recuaram, e a partir de 1909 aumentaram significativamente.

Em 1907, diante da aguda recessão provocada pela ocorrência de pânico bancário nos Estados Unidos, o preço da borracha, que tinha se tornado o segundo produto na pauta de exportação brasileira, apresentou forte queda, mas já no ano seguinte se recuperou enquanto o governo paulista conseguiu levantar um novo empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, aumentando a sobretaxa sobre cada saca de três para cinco francos. Nesse mesmo ano, finalmente se materializava o apoio federal à valorização do café, reconhecida como política de interesse nacional, mediante a concessão de garantia ao empréstimo paulista pelo governo federal. Os interesses haviam convergido, ou as condições externas se deteriorado um tanto, pois diante da dificuldade em se obter financiamento internacional para o programa, o país foi forçado a concordar com a entrega da gestão dos estoques oferecidos em garantia aos credores do financiamento mesmo contra a vontade dos paulistas.

A trajetória da economia nos anos que se seguem foi de vigorosa expansão. Em abril de 1910, o limite de emissões da Caixa de Conversão, inicialmente fixado em 320 mil contos, foi atingido e com isso a Caixa teve suas emissões interrompidas. O câmbio iniciou uma trajetória de valorização apenas revertida quando Hermes da Fonseca triplicou o limite original, e a retomada das operações da Caixa fez o câmbio retornar aos 16 pence por mil-réis.

 Entrementes, a política fiscal foi se deteriorando, o que não despertou maiores preocupações ao menos até 1912, quando o governo encontrou dificuldades em contratar empréstimos externos. Foi nesse momento que a defesa do café sofreu um rude e inesperado golpe: as autoridades americanas moveram uma ação antitruste contra o Brasil, que resultou no embargo de 950 mil sacas estocadas em Nova York, já fora do controle do país. Em 16 de janeiro de 1913, o Comitê da Dívida de Londres resolveu vender os estoques de café derrubando os preços. O preço da borracha também vinha sofrendo queda bastante acentuada — de 102,5 pence por libra-peso em 1910 para 44 pence em 1913 — de tal sorte que, em 1913, em função de crescentes dificuldades no setor externo e da contração monetária decorrente da redução das notas da Caixa de Conversão em circulação, a economia brasileira sofreu forte queda no seu ritmo de crescimento. Era o figurino a seguir em um país sob o regime do padrão-ouro num momento de déficit no balanço de pagamentos. O governo reagiu tentando buscar um empréstimo de curto prazo de 2 milhões de libras esterlinas e também iniciando tratativas para a contratação de um grande empréstimo internacional. Em setembro de 1913, os Rothschild chegaram a enviar ao Rio de Janeiro uma missão para avaliar a real capacidade de pagamento do Brasil, mas a tempestade já estava formada. No início de 1914, com a queda acentuada do preço da borracha, o governo do Pará declarou *default* em empréstimo francês, que mesmo não sendo de responsabilidade federal contaminava as cotações dos papéis brasileiros. Era apenas um prenúncio. Logo adiante, a eclosão da Primeira Guerra Mundial afetaria as perspectivas internacionais do Brasil de forma profunda, duradoura e, sobretudo, incerta. Parecia desabar, junto com a Caixa de Conversão, toda uma ordem internacional, designada como a *Pax Britanica*, sem que se tivesse qualquer ideia sobre o que viria em seu lugar, e quando.

O DESEMPENHO DA ECONOMIA ENTRE 1889 E 1913 EM PERSPECTIVA COMPARATIVA

Por ocasião da proclamação da República, o Brasil era um país muito pobre, não apenas com relação aos mais avançados, mas também quando comparado aos vizinhos latino-americanos. Estimativas que representam apenas ordens de grandeza mostram o Brasil em 1890 com um PIB *per capita*, segundo cálculos de Angus Maddison (2006:437-439, 465, 520), da ordem de 797 dólares. Se tomarmos esse valor como base valendo cem, contrasta

com índices para a Argentina de 271, de 127 para o México, de 427 para os Estados Unidos e de 505 para o Reino Unido. Esses dados de atraso relativo contrastam fortemente com os de 1820, pelos quais se verifica que o "hiato" entre o Brasil e os Estados Unidos e o Reino Unido teria se ampliado para o dobro ou mais durante o período imperial.

Outros indicadores socioeconômicos sugerem o desempenho insatisfatório da economia no período imperial e nas primeiras décadas da República e refletem a pobreza relativa do Brasil. Em 1890, apenas 5,7% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais, contra 19,3% na Argentina, 14,8% no Chile e uma média de 9% para 19 países latino-americanos englobando os três primeiros. Em 1910, os respectivos índices de urbanização ainda seriam 9,8%, 28,4%, 24,2% e 12,3%.

Em termos educacionais, o atraso do Brasil também era notório tomando-se como indicador a percentagem da população matriculada em escolas. Em 1890, somente 2,3%; em 1910, 3%. Na Argentina, as percentagens correspondentes foram 7% e 9,7%, enquanto a média para 19 países latino-americanos alcançou 4,7% e 5,6%, respectivamente. Em 1890, 85% da população eram analfabetos; em 1900, 75%, percentagem que praticamente não se altera em 1920.

Em 1913, quando a população brasileira chegou a 24 milhões, crescimento expressivo relativamente aos 14 milhões de 1890, a situação econômica relativa do Brasil tinha até se agravado. O PIB *per capita*, a preços de 1990, passaria para 811 dólares, depois de ter alcançado um mínimo de 678 dólares em 1900, na esteira da estabilização do fim dos anos 1890. Segundo estimativas de Goldsmith (1986:82–83), o PIB real *per capita* a preços de 1910 se reduziu em cerca de 20% entre 1890 e 1900, recuperando-se cerca de 35% até 1913, com ganho acumulado de apenas 8,2% entre 1890 e 1913. Nesse mesmo ano, o PIB *per capita* da Argentina alcançou 3.797 dólares, ou um índice de 468 tomando-se o PIB *per capita* brasileiro como cem. O índice para o Chile seria de 327, para o México, de 213, e o da Colômbia, de 158 (Maddison, 2006). Fica evidente o continuado atraso do Brasil com apenas 54% da média do PIB *per capita* da América Latina (Bulmer-Thomas, 1998:512). Nesse mesmo ano, o PIB *per capita* do Reino Unido alcançou 4.921 dólares, e o dos Estados Unidos, 5.301 dólares. Note-se que, por volta de 1820, como já mencionado, os desníveis eram de 2:1, no máximo 3:1 em favor de países desenvolvidos, mas em 1913 a renda *per capita* brasileira era menos de um quarto da Argentina, menos de um sexto da norte-americana, e cerca de dois terços da de Portugal, antiga metrópole.

Claramente, o desempenho econômico do Brasil no quarto de século entre o início do regime republicano e a Primeira Guerra Mundial foi medíocre em termos comparativos; apesar de o país ter se convertido num dos principais destinos dos imigrantes e de capitais europeus no período, de certa diversificação interna da economia, com algum desenvolvimento dos setores secundário e terciário, e de a nação ser a maior exportadora mundial de café e borracha. Entre 1890 e 1913, as entradas brutas de imigrantes foram de 2,2 milhões de pessoas, sendo 1,45 milhão para São Paulo, dos quais 61,6% subsidiados pelos governos federal e paulista (IBGE, 1986:18). Em 1913, considerando-se os investimentos do Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha na América Latina, a Argentina respondia por 32,4% do total, o Brasil por 27,6% e o México por 18,8% (Albert, 1983:34).

A enganosa noção de prosperidade, decorrente do desempenho das principais *commodities* exportadas pelo país, contrastava, porém, com a permanência de bolsões de pobreza absoluta, notadamente nas antigas regiões exportadoras do Nordeste. Era como se a economia do café e da borracha, a despeito de sua proeminência internacional, fossem mais a exceção do que a regra para um país que não parecia ter outros motores para seu crescimento. O grau de abertura era pequeno: em termos de exportações totais *per capita* o Brasil estava atrasado em relação a vários países latino-americanos, com 9,6 dólares em 1890 e 14,2 dólares em 1913, enquanto os valores para a Argentina eram, respectivamente, 32,4 dólares e 62,0 dólares; os do Chile, 20,3 dólares e 44,7 dólares; e os de Cuba, 55,7 dólares e 64,7 dólares. O Brasil apenas superava o México com 4,4 e 10,7 dólares, e o Peru com 3,3 e 9,4 dólares. E a concentração das exportações brasileiras era muito acentuada. Em média, no período 1908–1912, o café representava 54,2% do total das exportações e a borracha 27,3%, totalizando 81,5%. Somente Cuba, que em 1914 tinha 77% de sua receita de exportações provenientes do açúcar e 16% do fumo, com a soma representando 93% do total, e alguns países da América Central excediam o Brasil em termos de concentração em dois produtos (Albert, 1983:32; Bulmer-Thomas, 1998:77).

Note-se que entre 1883 e 1913 as exportações dos países tropicais cresceram a taxas equivalentes às dos países de clima temperado: cerca de 3,4% anuais em valores em dólares, sendo que, entre 1883 e 1913, em dólares correntes, as exportações brasileiras teriam crescido a uma taxa anual de 4,5%, superior à de muitos países latino-americanos (inclusive México, com 4,3%; e Uruguai, com 3,6%), mas inferior à da Argentina (7,6%) e do Equador (5,1%) (Albert, 1983:30). O Brasil era, então, o principal exportador de café, com cerca de três quartos do total mundial exportado em 1913, e

de borracha, com cerca de 41% da produção dos cinco maiores produtores, mas seguido de perto por Malásia, Ceilão e Indonésia (Stover, 1970:58).

Entre 1890 (com 9 milhões de sacas) e 1913 (com 18,7 milhões), a produção mundial de café mais do que dobrou, enquanto a produção brasileira passou de 5,4 milhões de sacas para 13,7 milhões, com um aumento de 156%. O Brasil controlava, então, mais de dois terços da oferta mundial entre os anos 1890 e 1930. Dada a baixa elasticidade-preço da demanda de café, o país podia praticar uma política de retenção de estoques e em certos períodos, como 1907 a 1913 e 1924 a 1930, até mesmo fixar as cotações mundiais do produto, como sugerem Abreu e Verner (1997:18).

Em 1905, o país ainda produzia boa parte da borracha mundial e o preço alcançara um pico de 600 libras esterlinas por tonelada, que cairia para cerca da metade em 1913; a borracha extrativa chegou a representar 39,1% das exportações brasileiras em 1910, contra 42,3% do café, mas este logo voltou a representar mais de 60% das exportações, com o colapso dos preços internacionais da borracha. Diante da crescente concorrência asiática o Brasil não pôde exercer poder de monopólio semelhante ao que dispunha para o café. Entre outros produtos tropicais, o Brasil era aparentemente o quinto exportador de algodão, mas o produto respondeu por apenas 2% do valor da exportação brasileira entre 1910 e 1913, e também era o quinto maior exportador de cacau, mas com apenas 11,5% do total mundial, e o produto gerou no mesmo período apenas 2,3% da receita brasileira de exportação.

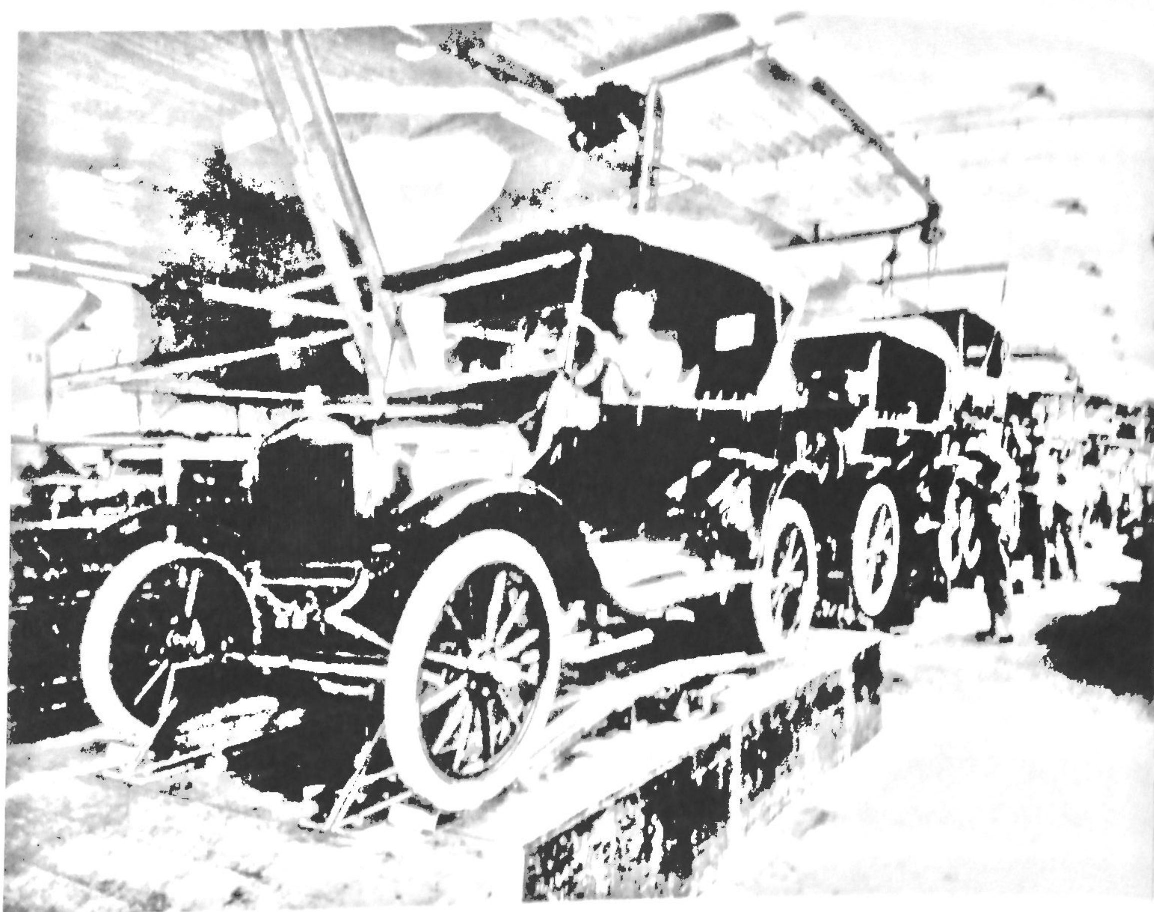
A preponderância global do país no cenário, em se tratando de suas duas principais *commodities* exportadas, não parecia suficiente para deflagrar um processo de desenvolvimento sustentado, e nem ajudava a promover uma diversificação significativa na estrutura produtiva. Em 1900, a preços de 1949, a agricultura respondia por 44,6% do PIB, a indústria por 11,6% e os serviços por 43,8%, proporções que passariam a 38,1%, 15,7% e 46,2% em 1920. Alguns avanços ocorreram na indústria, porém sempre de forma limitada e a partir de bases modestas. Como em numerosos outros países, a industrialização foi iniciada pelo setor têxtil, protegido por tarifas elevadas muitas vezes motivadas por razões fiscais, e em certos momentos beneficiada por um câmbio temporariamente valorizado, que favorecia a importação de equipamentos. Assim, o número de fusos de algodão passou de 66 mil em meados dos anos 1880 para 734 mil em 1905, cerca de 1 milhão em 1910 e talvez 1,5 milhão em 1915 (Stein, 1957:191–192), enquanto o número de empregados teria saltado de 3,2 mil para 82,3 mil, e a produção de cerca de 21 milhões de metros para 471 milhões.

O único levantamento industrial anterior à Primeira Guerra Mundial é o inquérito do Centro Industrial do Brasil de 1907, reconhecidamente incompleto, revelando 3.250 estabelecimentos industriais com 151 mil trabalhadores, dos quais pouco mais de um terço na indústria têxtil. A área do Rio de Janeiro representava cerca de 38% da produção manufatureira, e a de São Paulo, 16%. Em termos de valor de produção, os têxteis respondiam por 24,6%; alimentos processados, por 19,1%; vestuário e calçados, por 8%; e bebidas, por 8%, totalizando 57,7% do valor de produção industrial. Produzia-se também papel, vidros, artigos de couro, sabão, fumo, fósforos etc. Prevalecia o uso de energia a vapor (73%), contra 22% de energia hidráulica e apenas 5% de energia elétrica.

Entre 1906 e 1912 houve importantes investimentos industriais e obras de infraestrutura, favorecidos por entradas de capital estrangeiro. Indicadores de formação de capital parecem confirmar uma expansão entre o início do século e a Guerra Mundial, mesmo partindo-se de bases iniciais muito baixas. O consumo aparente de cimento passou de uma média de 53,3 mil toneladas entre 1901–1903 para 367 mil toneladas em 1911–1913, com um aumento de 588%. Os dados correspondentes de consumo aparente de aço são 95,8 mil toneladas e 488,4 mil toneladas, com um aumento ainda considerável de 410%. Entre as mesmas datas, a capacidade instalada de eletricidade aumentou de 38,3 MW para 211,9 MW, multiplicando-se por 5,5 vezes (Baer e Villela, 1972:133).

A produção interna de bens de capital permaneceu limitada, mas, conforme relata Graham (1972:44), existiam "fundições e estabelecimentos de trabalho de metais, produzindo artigos diversos inclusive máquinas agrícolas e vagões de estrada de ferro". Em 1907 o setor de bens de capital empregava 12,5 mil operários, apenas 9,2% do emprego computado no inquérito daquele ano. Havia um único maior fabricante de ferro, a Usina Esperança, que aumentou sua produção de 756 toneladas de ferro em 1900 para 3.999 toneladas em 1913, mas a empresa também produziu bens finais como implementos agrícolas e ferramentas diversas. Em 1913 o Brasil já consumia 589,3 toneladas de aço (Lago et al., 1979:22–24).

Segundo cálculos preliminares de Warren Dean, a indústria paulista cresceu a uma taxa da ordem de 9,5% anuais entre 1905 e 1915. No Brasil como um todo, a proporção de bens de consumo nas importações totais foi reduzida de 40,1%, em 1901/1902, para 30,7%, em 1910–1913 (Villela e Suzigan, 1973:132), principalmente em função de uma queda da importação de bens de consumo não duráveis (cerveja, calçados, vestuário, fósforos etc.), confirmando o processo de substituição de importações, também



Fotógrafo não identificado
Linha de montagem da Ford

A filial da Ford começou suas operações em 1919 e no ano seguinte já havia instalado a linha de montagens de automóveis. Sua concorrente americana, a General Motors do Brasil, foi inaugurada no país em 1925 e aparentemente já havia montado 50 mil automóveis "Chevrolet" até o fim de 1928, atestando a diversificação do consumo no Brasil ao longo dos anos 1920 (dados disponíveis na seção "Curiosidades" do site <www.carroantigo.com>)

FOTOGRAFIA, SÃO PAULO, 1923

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

sugerido por outros indicadores. Para esse processo contribuíram, desde 1890, períodos alternados de taxa de câmbio favorável à importação de bens de capital, e uma estrutura tarifária que, apesar de ter objetivos fiscais, acabara tendo efeito protecionista, com impacto favorável sobre alguns ramos industriais. Isso fica claro no caso dos têxteis que, em 1902, representavam 19,9% do valor das importações brasileiras, mas apenas 10,2% em 1913; estima-se que no início da Primeira Guerra Mundial a produção interna atendia cerca de 85% do consumo aparente de tecidos

(Villela e Suzigan, 1973:169). Mas a industrialização sofria com a falta de infraestrutura. Em 1909, o transporte de algodão de Pernambuco para o Rio de Janeiro custava quase tão caro (17,8 cents/lb) quanto para Liverpool (19,5 cents/lb), distância quase quatro vezes maior! (Hoffman, 1958:114). Como diria Graham (1972:45): "Em função do tamanho do país e de um custo de transporte elevado, não se alcançavam economias de escala e o Brasil ainda teria longo caminho antes de ser considerado industrial."

Em resumo, a indústria de que dispunha o Brasil era o retrato do atraso econômico do país em um período de extraordinárias oportunidades, sobretudo ligadas ao notável crescimento da economia internacional. Essas tendências internacionalistas, entretanto, pareciam favorecer a "vocação agrícola" do país, pela via das vantagens comparativas, e provocavam ambiguidade e até mesmo certo antagonismo à indústria, cujos primeiros passos no Brasil têm sido sempre celebrados em tons heroicos. As emissões e o crédito foram impulsos essenciais para a indústria nesses anos, não obstante a instabilidade com que foram administrados, e o mesmo pode ser dito sobre a proteção tarifária, cuja utilização explícita para o desenvolvimento industrial ia contra as tendências liberais do momento. O desenho de uma estrutura de proteção que favorecesse a importação de equipamentos e simultaneamente encarecesse o produto final nem sempre encontrava a simpatia de governos dependentes das receitas das alfândegas e de consumidores de produtos importados. Conforme observa estudo pioneiro de Nícia Luz:

> *Desse jogo de interesses antagônicos [...] resultou uma tarifa aduaneira anárquica, que não se ousava reformar [...] que desagradava à grande maioria da nação, irritando profundamente a opinião pública e levando-a a atribuir à indústria nacional todos os males decorrentes, principalmente, de uma economia inflacionária crônica e de um crônico desequilíbrio da balança internacional de pagamentos [...] que a indústria prometera sanar e que, no entanto, só viera a agravar* (Luz, 1961:208).

Note-se que nos anos de 1889/1890 o imposto da importação respondia em média por 53,7% da receita do governo, cifra que alcançou 70,3% entre 1896 e 1899, para retornar a uma média de 51,2% entre 1900 e 1905 e 52,4% entre 1906 e 1913. Nesta última data, o imposto sobre consumo respondia por 10% da receita e a dívida interna federal correspondia a 13% do PIB e não havia imposto de renda no país, apesar das indicações de forte concentração de renda pessoal e regional (Abreu, 1989:393, 397).

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E OS "CHOQUES ADVERSOS"

A deflagração da Primeira Guerra Mundial ocasionou, como o primeiro de seus impactos, uma séria crise financeira em escala global, que se traduziu em uma virtual interrupção de fluxos de capital para as economias latino-americanas. A conversibilidade foi suspensa em toda parte, e logo se percebeu que a extensão da mobilização, bem como a amplitude e a duração do conflito, não tinham precedente. O mundo que ia emergir desse episódio seria bem diferente daquele de antes de 1914. Para muitas das "economias periféricas", interrompeu-se um aparente "círculo virtuoso" pelo qual parte dos ganhos de produtividade do setor exportador era transferida para a economia doméstica, com certa diversificação de atividades e investimentos em infraestrutura, apoiados por fortes entradas de capital estrangeiro. Com a guerra, os setores mais dinâmicos da economia brasileira foram seriamente prejudicados, pois tanto a defesa do preço do café quanto a Caixa de Conversão tornaram-se inviáveis. Mesmo nas circunstâncias felizes do mundo anterior a 1914, o país não tivera um crescimento especialmente vigoroso, exceto pelo breve período do Convênio de Taubaté até as vésperas da guerra. As perspectivas que se apresentavam diante de um conflito duradouro não eram nada favoráveis.

Em 4 de agosto de 1914, o Brasil abandonou o padrão-ouro com o fechamento da Caixa de Conversão, e em outubro o governo renovou a moratória de suas obrigações externas através de um novo *funding loan*, substituindo as condições estabelecidas em 1898, e envolvendo 15 milhões de libras esterlinas para fazer frente a pagamentos até 1917 com suspensão de amortizações até 1927.

O conflito mundial afetou substancialmente as exportações brasileiras: de um lado seria interrompido o comércio com as "potências centrais", mercado que absorvia 4 milhões de sacas de café em bases anuais (o Brasil supria, em 1913, dois terços do café consumido na Alemanha), embora parte desse comércio pudesse ser "triangulado" com países neutros. Por outro lado, as potências aliadas também restringiram suas importações de café, embora os Estados Unidos somente o fizessem a partir de 1917. A indústria seria menos afetada do que a agricultura, pelo menos no curto prazo. A capacidade instalada antes do conflito mundial abria espaço para um aumento da produção, tanto para atender o consumo interno, como para mercados temporariamente não atendidos pelos países beligerantes. A contração dos fluxos de comércio e investimento não parecia um evento especialmente negativo para um setor que nutria certa ambiguidade com relação à ordem teoricamente liberal vigente antes de 1914.

A Primeira Guerra Mundial permitiu interessante vislumbre do processo de industrialização via substituição de importações que se desdobraria depois de 1929, e motivou debates sobre se os "choques adversos" não seriam, ao fim das contas, benéficos para a indústria e para o crescimento. A produção industrial cresceu, uma vez ultrapassado o choque de 1914, a partir da queda das importações. Porém, os níveis de utilização de capacidade rapidamente se elevaram de tal sorte que o acesso a bens de capital e matérias-primas importadas se apresentou como limitação ao crescimento, mas também como oportunidade para a substituição de importações. Em que medida, todavia, a indústria local seria capaz de responder a esse desafio?

As importações totais de bens de capital (excluindo automóveis de carga) efetivamente se reduziram no período 1915–1918 para apenas 1,5 milhão de libras esterlinas, contra um valor de 9 milhões de libras esterlinas em 1913, caindo de 13,2% da importação total para 3,6% (Lago et al., 1979:41). Da mesma forma, o valor das exportações de máquinas e equipamentos da Grã-Bretanha, Alemanha, França e Estados Unidos para o Brasil, calculado em libras esterlinas de 1913, teria sofrido queda de 60% de 1913 para 1914, e a média entre 1915 e 1918 foi 86% inferior ao valor de 1913 (Suzigan, 2000:379–380).

Por outro lado, como sucata podia ser aproveitada, e os equipamentos de fundições eram relativamente simples, numerosas oficinas de trabalho de metais foram abertas, compensando em parte com produção interna a redução das importações de equipamentos, ainda que muitas se dedicassem prioritariamente a reparos. Segundo os dados do Censo, 21% da força motriz existente na indústria, em 1919, tinham sido instalados entre 1915 e 1919. Assim, apesar de vários estabelecimentos terem cessado suas atividades com o fim do conflito, algumas companhias criadas durante a guerra sobreviveram e passaram a produzir equipamentos no período seguinte em maior escala, notadamente em São Paulo, algumas por iniciativa de imigrantes (Dean, 1969:97–98; Lima, 1970:330–331).

A indústria têxtil, a despeito de uma queda de importação de maquinaria têxtil de 13 mil toneladas, em 1913, para 2,5 mil por ano, entre 1914 e 1919, teve aumento de produção com o uso mais intensivo da capacidade instalada e, conforme relata Stanley Stein (1957:107), a "interrupção do comércio internacional durante a guerra criou uma fome de produtos de algodão de forma que nem os piores tecidos eram rejeitados". O Brasil virou um exportador marginal para vizinhos latino-americanos e até para a África do Sul, exportando também produtos semi-industrializados como carne e açúcar, mas, com o fim da guerra, quase todas essas exportações "não tradicionais" desapareceram sem deixar vestígio (Baer e Villela, 1972:119; Stein, 1957:108).

Examinando quatro setores que respondiam por 49,6% do valor adicionado pela indústria em 1919, Villela e Suzigan (1973:432, 173) observam um crescimento substancial de 1911 a 1913 e uma recessão em 1914. É inquestionável o surgimento de numerosos novos estabelecimentos industriais durante o conflito mundial, ainda que de dimensão média inferior às empresas criadas no imediato pré-guerra: dos 10.429 estabelecimentos remanescentes em 1919, 5.936 (alguns meras oficinas) foram fundados entre 1915 e 1919, com uma média de 11 empregados e 11 HP, contra 4.493 estabelecimentos fundados entre 1905 e 1914, com uma média de vinte operários e 22,9 HP (Lago et al., 1979:39). Cabe concluir que apesar da menor dimensão dos estabelecimentos criados durante a guerra houve apreciável expansão de capacidade instalada no período de 1915 a 1919, inclusive superior à do período 1910–1914, quando o *quantum* de importações de bens de capital atingiu um auge. Portanto, entre 1915 e 1919, "parcela substancialmente maior da expansão de capacidade parece resultante de produção interna dos equipamentos mais simples, enquanto perdurava a importação, já a níveis bem inferiores, dos equipamentos mais sofisticados não produzidos internamente" (Lago et al., 1979:39–40).

O debate sobre a extensão da substituição de importações nesses anos permanece vivo, mas como a indústria representava menos de 17% do PIB, o seu efeito sobre o crescimento da economia seria, de toda forma, relativamente limitado. Não há dúvida de que houve diversificação: a indústria de carne refrigerada e frigorificada se desenvolveu com a entrada de grandes empresas americanas e as indústrias de madeira e de trabalho de metais também cresceram. Foi também criada por dois empresários brasileiros, em 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira para produzir ferro em Sabará, com um forno com capacidade de 15 a 20 toneladas de lingotes por dia (Pelaez, 1970:195). O produto industrial como um todo caiu 8,7% em 1914, com forte crescimento de 12,9% em 1915, 11,4% em 1916 e 8,7% em 1917, mas com queda de 1,1% em 1918, seguindo de forte recuperação (+ 14,8%) em 1919.

Já o setor agrícola, que respondia por pouco menos de um terço do PIB — mas continuava absorvendo dois terços da população economicamente ativa no final do conflito —, teve menores flutuações, com um aumento de 6,7% em 1914, uma queda de 0,9% em 1915, seguida de crescimento de 4,2% em 1916, 3,6% em 1917 e 3% em 1918, antes de uma queda de 4,3% em 1919 e um grande salto de 13,4% em 1920. O produto do setor serviços, por sua vez, teria caído 9,3% em 1914, mas crescido ininterruptamente entre 1915 e 1920, à elevada taxa média de 6,9%. Quanto ao produto global,

depois de um aumento de apenas 1,3% em 1914, o PIB brasileiro cresceu em média apenas 2,7% ao ano entre 1915 e 1918, ocorrendo uma queda de 1,2% em 1915 (Abreu, 1989:393). Parece difícil argumentar que o conflito trouxe um impulso especialmente relevante para o crescimento do país.

Países como o Brasil, que não exportavam materiais estratégicos, não foram favorecidos pela conversão para a economia de guerra nos países beligerantes. Alguns preços se elevaram, mas em comparação com as importações de bens de capital se reduziram significativamente, como também a disponibilidade de transporte marítimo. Os esforços dos aliados para impedir o acesso da Alemanha aos países da região acabariam resultando em um deslocamento do comércio em favor dos Estados Unidos, que, no caso do Brasil, já era o seu principal mercado de exportação, mas passaria a ser um crescente fornecedor de bens e de capitais, sendo o comércio favorecido pela abertura do Canal do Panamá no início da guerra. Nesse contexto, a imigração estrangeira declinou fortemente durante a Guerra Mundial com apenas 148 mil entradas entre 1915 e 1919 (sendo 83,7 mil para São Paulo), contra 668 mil entre 1910 e 1914 (IBGE, 1960:12). O censo demográfico de 1920 registrou 1.566 mil estrangeiros no Brasil.

Durante a guerra, café e borracha continuaram a dominar a pauta de exportações brasileira. A despeito de manter seu *quantum* de exportações praticamente inalterado, o país enfrentou uma perda de cerca de 50% em seus termos de troca. Durante parte do conflito, a depreciação do mil-réis compensou parcialmente as quedas de preços dos produtos em moeda estrangeira. O governo sofreu perda de arrecadação com a queda das importações, mas ampliou a base de produtos sujeitos ao imposto de consumo. Com a manutenção das despesas em níveis baixos, o governo federal diminuiu o déficit em termos reais. Houve, no entanto, emissão de notas do Tesouro (de 350 mil contos) para expandir as atividades do Banco do Brasil, que sem se tornar banco central, aumentou sua base regional de atuação.

Em agosto de 1917, após o incidente de incorporação no Loide Brasileiro dos navios das potências centrais confiscados em portos brasileiros, os estoques de café haviam subido de 1 milhão de sacas no ano anterior para 6 milhões de sacas. Como o sistema bancário não tinha condições de oferecer financiamentos, a solução encontrada foi uma nova emissão de notas inconversíveis no montante de 300 mil contos para financiar a compra da safra e reforçar o caixa do Banco do Brasil. Houve novo aumento da tarifa ouro para 55% e nova ampliação da incidência do imposto sobre o consumo. Diante do aumento do custo de vida, houve perda de salário real e a primeira onda de greves e manifestações operárias.

 No início de 1918, com adiantamentos do Tesouro, o governo de São Paulo comprou 6 milhões de sacas de café. Dois dias de geada violenta em meados do ano reduziram consideravelmente a safra prevista, eliminando perspectivas de superprodução, e o preço do produto em Nova York saltou de 10,8 cents por libra em junho para 22 cents no fim do ano. O Brasil terminava a guerra sem o problema de excesso de oferta de café que afligiu o país durante boa parte do período republicano.

A RECONSTRUÇÃO DA "NORMALIDADE" NOS ANOS 1920

Com o final da guerra, o restabelecimento do padrão-ouro em escala global, inclusive para os países latino-americanos, tornou-se uma prioridade, pois era generalizado o desejo de recriar o arcabouço comercial e financeiro que tão bem ordenou a expansão da economia internacional nos anos anteriores a 1914. É verdade que as autoridades que se reuniram em conferências como as de Bruxelas (1920) e Gênova (1922), e especialmente as que deliberaram sobre as reparações de guerra impostas aos países vencidos, subestimaram os desequilíbrios globais e localizados, criados pelo conflito e pelos tratados de paz, que precisavam ser resolvidos antes que se pensasse em restaurar uma normalidade que talvez estivesse perdida para sempre. Apesar do esforço, a recomposição do padrão-ouro foi muito difícil, e muitos países como Brasil, Argentina e México voltaram a reenquadrar-se no sistema apenas na segunda metade da década, a poucos anos de um novo colapso em 1929.

Para o Brasil em particular, o intuito de recompor a "normalidade" perdida em 1914 deveria possivelmente compreender a remontagem da combinação empregada de forma bem-sucedida em 1906, de defesa do preço do café com algum arranjo assemelhado ao da Caixa de Conversão. Esse arranjo, conforme acima examinado, consistia em se adotar uma "conversibilidade na margem", ou seja, apenas para as notas da Caixa de Conversão, de modo que o lastro em ouro necessário para esta modalidade de adesão ao padrão-ouro era muito menor que o requerido para um arranjo convencional, pelo qual a totalidade do meio circulante teria de ser conversível em ouro ou divisas estrangeiras. O desejo brasileiro de recompor essa combinação tinha de ser cotejado com os modelos de reconstrução da ordem econômica internacional adotados pelas potências vencedoras, que provavelmente não nutriam muita simpatia nem para com uma inserção "pela metade" no padrão-ouro e muito menos pelos esquemas de defesa dos preços do café.

Entrementes, o final da guerra pareceu fazer retornarem com surpreendente velocidade os velhos dilemas da política econômica, sobretudo no terreno cambial. A reabertura do comércio internacional se deu num contexto de acentuada instabilidade nas economias industriais, sobretudo nos Estados Unidos, em função de movimentos de recomposição de estoques de *commodities*, com grande conteúdo de especulação. Os preços explodiram com a descompressão da demanda, mas logo se seguiram políticas monetárias restritivas em diversos países, e o panorama se inverteu drasticamente: o câmbio, que tinha beirado os 18 pence ao final de 1919, terminava 1920 abaixo de 10 pence, nível cerca de 20% inferior ao que tinha vigorado durante quase todo o período de guerra. Esse episódio de instabilidade cambial, no qual uma euforia efêmera deu lugar a uma situação de penúria, oferecia uma indicação de que pouca coisa havia mudado no tocante às agruras do balanço de pagamentos do país, diante do desafio permanente de encontrar uma forma ideal de inserção na economia global.

Outra curiosa indicação de que o país retornava ao *status quo ante* era o reaparecimento do debate sobre a "inelasticidade do meio circulante", e de forma bastante semelhante ao que se observou às vésperas da República. De um lado, compreendendo gente como Cincinato Braga e Vieira Souto, argumentava-se que o sistema bancário não dispunha da capacidade de responder às flutuações sazonais na demanda por liquidez bem como às necessidades de crescimento da economia; de outro, se apresentava o velho argumento segundo o qual havia "superabundância" de papel-moeda uma vez que o câmbio se encontrava abaixo do par, e tratava-se ainda da paridade de 1846! Deveria o país novamente dedicar-se à reforma bancária ou simplesmente dotar o Banco do Brasil de poderes discricionários para o desconto de "duplicatas legítimas" e, assim, da capacidade para expandir o meio circulante de acordo com as necessidades da economia? O mesmo deveria valer quando essas necessidades de expansão monetária derivassem de superprodução de café? Ou o Banco do Brasil deveria funcionar passivamente variando o meio circulante conforme a disponibilidade de lastro metálico, esta por sua vez determinada pelo balanço de pagamentos, como seria próprio de um banco central de funções restritas e devidamente inserido na lógica do padrão-ouro?

O debate se travava em torno de diferentes concepções sobre como deveria funcionar o Banco do Brasil no desempenho de funções próprias de banco central, em torno da expansão monetária, e dessa vez associado a discussões em escala global sobre o redesenho do padrão-ouro e, no plano local, às necessidades do café, sazonais e estruturais. A discussão sobre as

consequências monetárias das políticas de apoio à cafeicultura tomaria toda a década de 1920, e seria particularmente exacerbada na primeira metade, quando o financiamento externo às retenções de estoques não se encontrava disponível e os desejos da cafeicultura, que pretendia financiar a defesa dos preços com emissão de moeda (ou desconto de letras de café no Banco do Brasil), afrontavam diretamente os modos de pensar da ortodoxia monetária.

É curioso que ambos os lados — metalistas e papelistas — aludissem a bancos centrais "modernos" — eis que vinham sendo criados ou reorganizados bancos centrais em vários países, sob os mais diversos desenhos, e sempre estabelecendo algum compromisso entre a adesão ao padrão-ouro e as limitações assim impostas às políticas monetária e fiscal. Os anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial foram particularmente férteis em debates e na construção de novos bancos centrais associados à estabilização, entendida como a reconstrução do padrão-ouro. Nunca trabalharam tanto os chamados *money doctors*, especialistas financeiros que viajavam em missões a mando de bancos e países com vistas a introduzir "instituições modernas" como condição para a concessão de empréstimos de estabilização. Entre 1924 e 1931, o Brasil recebeu três missões: Montagu (1923/1924), D'Abernon (1929) e Niemeyer (1931), todas com o objetivo de estabelecer as contrapartidas em termos de políticas e de reformas necessárias para assegurar a contratação e o uso prudente dos recursos de empréstimos externos. Na América Latina, as "missões Kemmerer" (chefiadas pelo mais famoso dos *money doctors*, o economista Edwin Walter Kemmerer, professor da Universidade de Princeton) resultaram em muitos empréstimos e na criação de bancos centrais na Colômbia (1923), Chile (1925), Equador (1927), Bolívia (1928) e Peru (1935). O México fez seu banco central por conta própria em 1925, mas com nítida inspiração no modelo Kemmerer. Guatemala (1925), El Salvador (1934) e Argentina (1935) tiveram influência inglesa, e nesse último caso, sob a orientação do mesmo *expert* que conduziu uma missão ao Brasil em 1931, *sir* Otto Niemeyer.

Os debates locais pareciam caminhar para o pragmatismo com a eleição de Rodrigues Alves, uma vez mais, para a presidência da República, agora para o quadriênio 1918–1922. Porém, a gripe espanhola o impediu de assumir o mandato e em seguida ocasionou sua morte, em janeiro de 1919, assim provocando novas eleições. O novo presidente, Epitácio Pessoa, trouxe para a Fazenda um ex-presidente do Banco do Brasil, o gaúcho Homero Batista, o que foi tomado como indicação de que o prestígio da ortodoxia parecia declinante. E assim começaram os compromissos entre as correntes

de pensamento e os interesses em disputa: primeiro, através da aprovação de um projeto de lei que apaziguou a bancada paulista no Parlamento ao permitir uma emissão de emergência de notas do Tesouro (50 mil contos) para aliviar a escassez de liquidez. Em seguida, veio a criação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, inicialmente impedida de descontar títulos públicos, mas com capacidade de emitir notas até certo limite (100 mil contos ampliáveis pelo presidente da República) contra títulos comerciais, inclusive relativos ao café. Abriu-se, assim, uma grande janela para o financiamento doméstico das retenções de café, uma aspiração do setor que vinha assumindo contornos cada vez mais claros, e que encontrava, compreensivelmente, uma ferrenha oposição dos círculos ortodoxos.

Em 1921, diante da persistência do desequilíbrio comercial, da queda do preço do café e do câmbio, cresceu a pressão para uma nova operação de valorização do café empreendida pelo estado de São Paulo e, desta vez, com apoio do governo federal, que autorizou o Tesouro a endossar as "letras de café" sacadas por grande firma corretora contratada para organizar compras e intervir no mercado, e o Banco do Brasil a descontar essas letras através da Carteira de Redesconto. Era o rompimento do isolamento entre o Tesouro e o Banco do Brasil.

As compras efetuadas nesse esquema de sustentação doméstica da valorização interromperam a queda das cotações do café, e adicionalmente, a partir de um empréstimo de estabilização contratado pelo Tesouro em Nova York, foi possível estabelecer algum controle sobre a taxa de câmbio. Porém, a capacidade da carteira de redesconto do Banco do Brasil para financiamento de retenção de café logo encontrou seus limites. O endividamento do Tesouro junto ao Banco do Brasil cresceu perigosamente, criando tensões entre o ministro Homero Batista e o presidente do banco, José Maria Whitaker, que ameaçou se demitir e se recusou a continuar com o desconto de letras de café. Felizmente, as retenções fizeram reagir os preços, os limites foram alargados, assim aliviando o impasse. O presidente Epitácio Pessoa, tirando proveito da situação, procurou agradar São Paulo com um projeto de lei que instituía um mecanismo permanente de defesa do café financiado a partir de um capital de 300 mil contos de emissão *ad hoc* de notas do Tesouro, ou seja, recursos oriundos da fabricação de moeda fiduciária. Na visão dos produtores paulistas, a experiência de financiamento doméstico de retenção de estoques havia sido especialmente bem-sucedida, pois os estoques retidos em garantia do empréstimo ficaram sob seu controle e não de um comitê de credores, como foi o caso em 1908. É claro que os metalistas mineiros — destacadamente Antonio Carlos de

Andrada e Mario Brant — opuseram-se violentamente ao projeto, mas, enquanto prosseguiam as querelas, os efeitos do programa fizeram-se sentir e, com a ajuda de adiantamentos de curto prazo garantidos por estoques, ao final de 1921, 4,5 milhões de sacas de café encontravam-se estocadas, e os preços se estabilizaram.

As indicações que foram se materializando para a safra de 1922 eram, porém, alarmantes: as expectativas alcançavam a faixa de 11 milhões de sacas, o que tornava urgente o levantamento de mais fundos para, ao menos, manter os estoques, e possivelmente aumentá-los. Em maio, foram levantados 9 milhões de libras esterlinas para as quais, todavia, foi dada em garantia a totalidade dos estoques adquiridos, ou seja, as 4,5 milhões de sacas armazenadas. O recurso ao empréstimo externo pode ter agradado aos metalistas de Minas Gerais, mas enfureceu os paulistas, que não queriam perder o controle da capacidade de dispor desses estoques e, portanto, de manobrar o mercado internacional de seu produto de exportação.

A situação geral da economia não era má no ano de 1922, mas a soma de descontrole fiscal e financiamento das letras de café levou o governo a uma posição financeira delicada. O Tesouro viu-se obrigado a recorrer ao lançamento de letras de curto prazo, que, ao acabarem no Banco do Brasil, afetavam a qualidade da carteira do banco e pressionavam os limites operacionais da carteira de redesconto. Em outubro, o Congresso autorizou o redesconto de títulos federais até 500 mil contos e ocorreu aumento explosivo da base monetária com pressão sobre a taxa de câmbio que no fim do ano se encontrava a um terço do nível de maio de 1920. Os desafios herdados pelo novo presidente Arthur Bernardes, que assumiu em fins de 1922, eram os habituais, a julgar pelo diagnóstico oferecido por ele: uma taxa de câmbio competitiva e estável, equilíbrio fiscal e reorganização bancária através da criação de um banco central no espírito da época. Porém, o estado dos negócios cafeeiros vinha se deteriorando, e os termos do empréstimo de 1922 impediam novas operações de valorização via aquisição de estoques. A situação das contas fiscais, que já era crítica, piorou, inclusive em razão de levantes militares, como os de 1922 e 1924, assim inviabilizando a ideia de um banco central que não fornecesse acomodação às urgências financeiras do Tesouro. A dívida flutuante entre o Tesouro e o Banco do Brasil paralisava a ambos, de modo que os espaços de manobra para o novo governo eram muito restritos.

A reforma empreendida no Banco do Brasil, tendo em vista os limites descritos acima, era uma competente tentativa de enfeitar uma velha solução com as vestimentas da moda. Com o velado intuito de aproximar

o Banco do Brasil do banco central que o presidente prometera, criou-se um "departamento de emissão" para o qual seriam transferidas as reservas em ouro que o Tesouro conseguira manter — cerca de 10 milhões de libras esterlinas —, com base nas quais o Banco do Brasil poderia emitir até o triplo desse valor, porém convertido em moeda nacional a 12 *pence*, assumidamente uma meta de paridade para a conversibilidade. Tratava-se de uma meta praticamente impossível, equivalente a quase o dobro da taxa de câmbio de mercado naquele momento, mas que permitia novas emissões que poderiam alcançar até cerca de 600 mil contos. Nada havia de ortodoxo nestas medidas, e com isso o presidente do Banco do Brasil, José Maria Whitaker, de persuasão conservadora, foi substituído por Cincinato Braga, um líder paulista, e um dos principais mentores da reforma.

Nesta nova configuração, o Banco do Brasil pôs-se a facilitar e financiar a retenção de café em armazéns no interior, enquanto o governo procurava vender os estoques acumulados e livrar-se dos impedimentos criados pelo acordo de 1922. Era o modelo desejado pelos paulistas e, logo adiante, seus limites seriam testados quando vieram as indicações de que a safra de 1923 seria de 19,5 milhões de sacas, cerca do dobro da safra anterior, havendo ainda estoques consideráveis a liquidar. Aí estava uma soma de demandas além das possibilidades do novo arranjo, de tal sorte que o governo voltou suas atenções para a única alternativa que lhe restava, um grande empréstimo externo. E foi nesse momento que caiu na vala comum de tantos países, procurando financiamento externo para estabilizar suas moedas através da formação de bancos centrais e da adesão ao padrão-ouro. O governo procurou seus banqueiros habituais, os Rothschild, e estes, tirando proveito de seu evidente poder de barganha, impuseram o ritual que se disseminava mundo afora: uma missão de *experts* independentes, ou quase, faria um relatório de recomendações que, uma vez adotadas, levariam ao desembolso de um empréstimo.

A crônica da trajetória da chamada Missão Montagu — a missão chefiada por Edwin Samuel Montagu —, constituída nos termos acima descritos e detalhadamente descrita por Winston Fritsch (1988:86–98), é das páginas mais ilustrativas dos modos de operação dos empréstimos sob alta condicionalidade conduzidos na década de 1920, e um prenúncio das inúmeras situações semelhantes pelas quais passou o Brasil nos anos que se seguiram. Para obter um empréstimo de consolidação estimado em 25 milhões de libras esterlinas, o ministro Sampaio Vidal terminou aceitando a maior parte das recomendações restritivas da missão no terreno fiscal e monetário, e até mesmo a proibição ao financiamento doméstico (e inflacionário) das

 retenções de café. O assunto que se mostrou mais polêmico foi o desenho de mecanismos que garantissem a execução do acordado e permitissem a interrupção dos desembolsos em caso de descumprimento. A solução proposta pela missão foi simples: a venda de 50% das ações do Banco do Brasil para os banqueiros estrangeiros, proposta que terminou aceita pelo lado brasileiro, pendente a aprovação pelo Congresso, e que os Rothschild de início rechaçaram. O próprio Montagu insistiu que os Rothschild aceitassem, mas antes mesmo que a proposta pudesse ser testada no Congresso apresentou-se uma dificuldade insuperável: a Grã-Bretanha, em seus preparativos para retornar ao padrão-ouro, havia determinado um embargo à concessão de empréstimos externos com vistas a acumular reservas necessárias para o esforço de alcançar a paridade de 1914, uma decisão ambiciosa e muito criticada. O fato é que a medida tornou sem efeito os esforços de um ano inteiro para usar o novo empréstimo no sentindo de reconstruir as finanças do país, e colocou as autoridades brasileiras em uma situação muito difícil, inclusive em função da dúvida sobre a duração do embargo.

A demora resultou insustentável e o governo teve de empreender as soluções possíveis na ausência de apoio externo, as quais compreenderam dois elementos básicos: em primeiro lugar, uma violenta contração de crédito, especialmente durante 1925 e 1926, apenas comparável à empreendida por Joaquim Murtinho na virada do século. Vidal e Braga, ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil, foram substituídos, pois era como se os ortodoxos de Minas Gerais tivessem ganhado o embate. E, em segundo lugar, o governo federal retirou qualquer apoio à defesa do preço do café, o que, curiosamente, resultou bem menos hostil a São Paulo do que poderia parecer, segundo argumenta Fritsch (1988:110); seja porque tal medida mostrava-se consistente com os novos desígnios deflacionistas do governo, seja porque manteria aberto o canal entre o Tesouro, a cafeicultura e os banqueiros no exterior.

A economia passou por uma severa recessão, com queda do crescimento e do investimento industrial em 1924/1925, e se observa uma apreciação abrupta da taxa de câmbio de mais de 40% de agosto a outubro de 1925, em sintonia com uma forte deflação em 1926. Com efeito, os indicadores para o comportamento dos preços no Brasil nesses anos mostram flutuações cíclicas muito acentuadas. Depois de um aumento médio de preços da ordem de 12% entre 1915 e 1919, teria ocorrido um forte crescimento da ordem de 19% em 1920, com um recuo de 15,3% em 1921. De 1922 a 1925, a média foi de 17,2% com um pico de 30,1% em 1923, mas em 1926 houve recuo de 18,1% (Abreu, 1989:393).

Já em fins de 1926 se observava uma melhora substancial da posição externa do país e a similaridade com o que se passou em 1905/1906 era notável: a "saída" de um episódio recessivo no contexto de superávit no balanço de pagamentos produziu abundância cambial e expansão da economia sem que a disciplina fiscal fosse ferida. Arthur Bernardes entregou a presidência a Washington Luís, em 1926, com perspectivas claramente favoráveis. A recuperação dos fluxos de comércio e de investimentos internacionais, o aumento do preço do café e novas oportunidades de endividamento externo, na Inglaterra e nos Estados Unidos, retiraram parte das razões que haviam motivado a deflação. O novo presidente tinha, diante de si, praticamente prontos, os pilares para recompor o mesmo *mix* bem-sucedido de 1906: um arranjo como a Caixa de Conversão, estabelecendo o padrão-ouro "na margem" (ou com conversibilidade apenas para suas notas) que veio a ser a Caixa de Estabilização, e o apoio à defesa do café, assunto sobre o qual considerável experiência havia se acumulado desde então, delegando-se, no entanto, ao estado de São Paulo, um papel preponderante.

O presidente Washington Luís introduziu a Caixa de Estabilização — órgão do Tesouro Nacional cujo objetivo era emitir notas conversíveis à vista, contra depósitos em ouro — com cuidados para que soasse como um retorno triunfal ao padrão-ouro, seguindo uma tendência global, e inclusive com a promessa de que a conversibilidade seria formalmente estentida a todas as notas do Tesouro em circulação na improvável eventualidade de a taxa de câmbio permanecer abaixo da paridade por três anos. Era uma promessa vazia, mas uma reverência à sabedoria convencional. É de se notar que dessa vez efetivamente se estabeleceu uma nova paridade cambial, a 5,9 pence, em substituição aos octogenários 27 pence de 1846, e até mesmo a substituição do mil-réis pelo cruzeiro, na base centesimal, chegou a ser cogitada.

A reforma de 1926, tal como a que ocorrera duas décadas antes, estabelecia um compromisso entre ortodoxos, papelistas e cafeicultores, apenas possível em condições externas muito favoráveis. Estabelecia-se o padrão-ouro, mas até o limite das reservas da Caixa de Estabilização, o que funcionou bem durante a bonança para impedir a apreciação da moeda sem constranger a expansão da economia. As portas do mercado internacional de capitais ficavam abertas, era fácil a obtenção de recursos internacionais para a defesa do preço do café, agora conduzida com mais engenho. A defesa do café coube ao governo de São Paulo, através do já atuante Instituto do Café de São Paulo, e ao Banco do Estado de São Paulo (o Banespa), criado, com ajuda de empréstimo de um banco britânico, para ser emprestador

 de última instância aos bancos comerciais envolvidos com financiamentos do café, função anteriormente exercida pelo Banco do Brasil.

As políticas de estabilização resultaram num câmbio apreciado e em aumento das importações, com reclamações inclusive de concorrência de têxteis estrangeiros, mas a oferta de financiamentos internacionais permitiu manter o balanço de pagamentos em superávit entre 1926 e meados de 1928, assim determinando uma expansão das emissões da Caixa de Estabilização e da economia, que cresceu 10,8% e 11,5%, em 1927/1928. Além do mais, a abundância de capitais externos permitiu novos empréstimos públicos para resgate de dívidas pendentes e o financiamento de obras públicas que tendiam a aumentar o gasto doméstico e manter o nível de atividade. As bases eram frágeis, pois dependiam de uma combinação arriscada de padrão-ouro "na margem" e defesa do café, tal como a observada entre 1906 e 1914.

A supersafra de café de 1927, seguida de nova supersafra em 1929, no contexto de uma deterioração da situação do mercado internacional de capitais, acabaria levando ao colapso do sistema de defesa do preço do café em fins de 1929. Mas já se notavam indícios de recessão no início desse ano: diante da estagnação das exportações e o aumento das importações, na segunda metade de 1928, acompanhados de diminuição temporária do fluxo de empréstimos externos, ocorreu uma contração das emissões em circulação da Caixa de Estabilização. Na ausência de ação compensatória do Banco do Brasil, a liquidez sofreu violenta contração: como resultado, houve uma queda da produção industrial de 2,2% já em 1929 e uma quase estagnação do PIB com taxa de crescimento de 1,1% contra a média de mais de 11% do biênio anterior. O deflator implícito do PIB, que recuara 2,2% em 1927, aumentou 11,5% em 1928, antes de um recuo novo de 3,6% em 1929.

No tocante ao café, materializaram-se os vaticínios sobre os incentivos perversos provocados pela sustentação artificial de preços: a produção entre 1925 e 1929 dobrou. A safra recorde de 1929 aumentou os estoques de defesa para volume equivalente a um ano de produção normal e o período de retenção do café depositado nos armazéns reguladores passou para 16 meses em maio de 1929. Estes estoques aumentaram os encargos financeiros dos cafeicultores já com problemas de liquidez, resultando em pressão sobre o Instituto do Café para aumentar os embarques de café para os portos. O governo federal também pressionou no sentido do aumento de vendas, impedindo que o Banco do Brasil disponibilizasse recursos para o prosseguimento da defesa. Em 11 de outubro esgotaram-se os recursos do Instituto do Café e teve início o colapso do preço, que no fim do ano se

encontrava a um terço do nível anteriormente garantido pelo esquema de defesa. O preço do café em Nova York despencou de 22,5 cents em setembro de 1929 para 8 cents em setembro de 1931. Ao tentar sustentar o padrão-ouro, apesar da deterioração do quadro, na vã esperança de obtenção de um novo grande empréstimo externo, o governo aprofundaria a contração monetária e a recessão que ia se intensificando com as progressivas saídas de capital e o completo esgotamento das reservas metálicas do país.

Uma vez mais desmoronava o edifício construído em torno do compromisso entre os cânones ortodoxos e as conveniências da cafeicultura; desta vez, porém, não haveria mais uma "normalidade" a retomar alguns anos adiante. Tudo seria diferente nos anos a seguir, nos quais os paradigmas da política econômica da Primeira República seriam drasticamente modificados.

A ECONOMIA BRASILEIRA AO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante o período coberto por este capítulo, 1889 a 1930, o desempenho da economia brasileira não poderia deixar de decepcionar os que esperavam que as tendências liberalizantes desses anos pudessem acelerar o crescimento do país: o PIB *per capita* cresceu a uma taxa anual de 0,9% que contrasta com os cerca de 3% anuais que vários autores estimaram para o período 1929–1980. Numa comparação com outros países, tomando-se em cada ponto de observação o dado para o Brasil como igual a 100, o múltiplo do PIB *per capita* da Argentina entre 1890 e 1928/1929 passou de 271 para 377, enquanto as cifras correspondentes para o México foram 127 e 157 respectivamente. Ou seja, *ampliou-se o atraso* entre o Brasil e esses países. Com relação aos Estados Unidos, também aumentou a distância, pois os índices foram 427 e 587 para as mesmas datas, enquanto o hiato se reduziu ligeiramente com relação ao Reino Unido, já que os índices para o PIB *per capita* inglês foram de 505 e 473 para o período entre 1890 e 1928/1929. É verdade que o hiato se reduziu com relação aos Estados Unidos e ao Reino Unido entre 1913 e 1928/1929, mas apenas ligeiramente; só depois de 1930 ocorreram reduções expressivas nessas proporções.

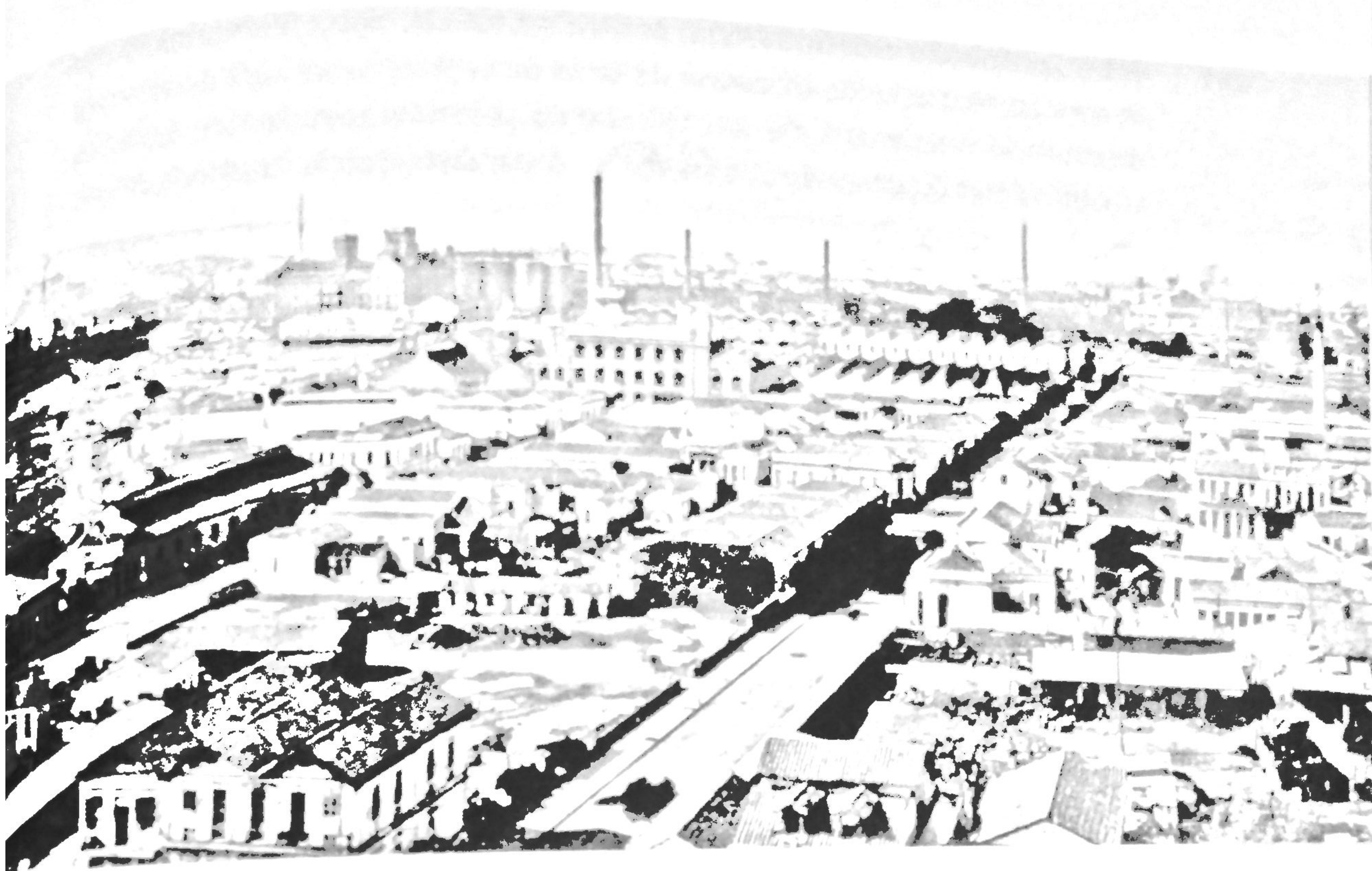
O Brasil terminou o período da Primeira República como um país pobre, inclusive em bases relativas, apesar de ser de longe o país mais populoso da América Latina. Em 1930, o Brasil tinha aproximadamente 33,6 milhões de habitantes e respondia por 31% da população da América Latina, contra 15,4% do México, 11,1% da Argentina, 6,8% da Colômbia e 5,3% do Peru

(Merrick, 1994:7). Enquanto Estados Unidos e Canadá impunham restrições a novas entradas, entre 1919 e 1930 o Brasil ainda atraiu uma imigração bruta da ordem de 945 mil pessoas.

Entre os maiores países da região, o Brasil era o que tinha menor coeficiente de abertura, com um soma de exportações e importações inferior a 38,8% do PIB, contra 59,7% da Argentina, 57,2% do Chile, 62,8% da Colômbia e 47,7% do México (Bulmer-Thomas, 1994:74). O reduzido grau de abertura da economia brasileira fica ainda mais flagrante em estimativas mais recentes e robustas, segundo as quais, no Brasil, a relação entre importações e PIB teria sido de 10,5% em 1929 e 7,7% em 1930, e o coeficiente de exportações/PIB de 13%, 1% e 11% respectivamente, correspondendo a um "coeficiente de abertura" de 23,6% em 1929 e 18,7% em 1930 (Abreu e Verner, 1997:69).

O reduzido grau de abertura não parece ter tornado o Brasil menos vulnerável a choques externos, o que não pode deixar de ser um paradoxo, cujo deslinde costuma ser buscado na elevada concentração das exportações brasileiras, e também em movimentos de capitais, em si voláteis e por vezes correlacionados de forma perversa com os termos de troca do país. O fato é que nenhuma dessas explicações é satisfatória para resolver o paradoxo: se, por qualquer motivo, o ônus da abertura é grande, o mesmo deveria ocorrer com o bônus. A experiência macroeconômica da Primeira República não foi muito positiva, especialmente em face do ambiente internacional francamente favorável na maior parte do tempo. O fraco desempenho do país provavelmente teve mais a ver com deficiências internas em fatores importantes para o crescimento, como a qualidade do capital humano, a produtividade, as instituições e o ambiente de negócios, do que com a tão frequentemente vilipendiada "vulnerabilidade externa".

Com base em números reconhecidamente precários, a relação dívida externa pública sobre exportações no Brasil teria passado de 0,77 em 1870 para 1,17 em 1890, 3,51 em 1914 e 2,67 em 1929, mostrando alguma melhoria no último período, mas voltaria inevitavelmente a se deteriorar com a crise mundial (Albert, 1983:39). Em 1930, após significativas saídas de capital, a dívida externa se situava em 1.293,5 milhões de dólares, e as reservas em apenas 46,1 milhões de dólares. Diante de exportações de 319,4 milhões de dólares, a relação dívida bruta sobre exportações era de 4,05. A rigidez do serviço da dívida externa, na verdade, fixo em termos nominais, quando a receita se mantinha em declínio, fazia grande pressão sobre o governo brasileiro; o novo regime se veria forçado, após 1930, a renegociar as obrigações externas do país.



Fotógrafo não identificado
Vista do Brás, São Paulo

Em 1907, a área do Rio de Janeiro respondia por cerca de 38% da produção manufatureira do país e São Paulo por cerca de 16%. Em 1919 a situação já se invertera, São Paulo respondendo por 33% do valor da produção e 31% do emprego industriais e a cidade e o estado do Rio de Janeiro tendo recuado para, respectivamente, 29% e 26% dos mesmos totais

FOTOGRAFIA, 1910

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Mesmo com números fracos para o crescimento industrial, o país experimentou uma diversificação tanto regional quanto setorial, embora sem aumento significativo de participação no PIB. Em 1930, a agricultura ainda respondia por 35,8% do total, contra 14,8% da indústria e 49,4% dos serviços, beneficiados por importantes investimentos nos anos 1920 (Bonelli, 2003:374). O Censo de 1920 revelou a existência, em 1919, de 13.336 estabelecimentos industriais com 275,5 mil trabalhadores, mantendo-se a predominância das indústrias têxtil e alimentícia. Os quatro ramos de têxtil, vestuário, alimentos e bebidas respondiam, em 1919, por 64,5% do

 valor adicionado pela indústria, contra 57,7% em 1907. Permanecia modesta a participação da indústria de bens de capital, com 2,9% do número de estabelecimentos, 2,5% do capital e da potência instalada, e 3,2% dos trabalhadores (Lago et al., 1979:43). Quanto à distribuição regional, houve uma considerável mudança, com São Paulo passando a responder por 33,1% do valor da produção e 30,6% do emprego em 1919 (contra 15,9% e 16,0% em 1907) e a cidade e o estado do Rio de Janeiro recuando respectivamente de 37,8% e 32,3% dos mesmos totais em 1907 para 28,5% e 26,4% em 1919 (Villela e Suzigan, 1973:171).

O Brasil contava com uma indústria têxtil moderna, importante mesmo em termos internacionais, a maior da América Latina e com dimensão comparável à da China, ainda que inferior à indiana. Segundo estudo comparativo de Hoffmann (1958:58), em 1927 o Brasil dispunha de 2,5 milhões de fusos e 76 mil teares contra 3 milhões e 23 mil teares da China na mesma década, enquanto a Índia já tinha 6,6 milhões de fusos e 94 mil teares em 1913. O número de fábricas têxteis cresceu de 242 em 1921 para 354 em 1927, enquanto o número total de fusos cresceu 59% e o de teares 32%, com o emprego crescendo apenas 17% (apesar da adoção da jornada de oito horas após a greve de 1919) e a produção somente 8%. Durante o período de valorização cambial posterior a 1926, há clara evidência de concorrência da importação estrangeira no segmento dos tecidos de melhor qualidade, dado o câmbio mais "barato", sem que necessariamente tenha havido *dumping* (prática de venda a preços abaixo do custo por estrangeiros) como alegado na época. A pressão dos industriais sobre o governo resultou em tarifas mais elevadas sobre têxteis importados em janeiro de 1929. Nesta ocasião, mais de 90% do consumo interno já eram supridos por produção doméstica.

Estabeleceram-se também novos setores industriais no Brasil. A guerra fez crescer a percepção da importância estratégica da indústria, mas não houve um esforço coordenado de proteção e de financiamento, a não ser em casos específicos e isolados. A falta de diversificação para produtos industriais mais sofisticados nos anos 1920 pode ter sido devida em boa medida a políticas cambiais e tarifárias de natureza errática. A taxa nominal de proteção medida pelo coeficiente de direitos de importação sobre o valor das importações reduziu-se, oscilando entre 20% e 25% entre 1920 e 1929, contra cerca de 40% entre 1905 e 1913. No entanto, perdurou certa dependência do governo central dos impostos de importação, que entre 1920 e 1929 responderam por 38% da receita total, contra 19% de participação do imposto de consumo (Abreu, 1989:397).

As indústrias de ferro, aço e cimento receberam incentivos do governo sob a forma de isenções fiscais e fretes favorecidos em estradas de ferro públicas, talvez em parte motivados por razões estratégicas ou considerações militares. A produção de ferro gusa aumentou de 12 mil toneladas em 1918 para 33,7 mil em 1929, atendendo, segundo uma fonte, cerca de três quartos das necessidades do país entre 1920 e 1929 (Villela e Suzigan, 1973:175). Mas foi o aço que contou com atenção especial. Em 1924, a Companhia Belgo Mineira, com capital da Arbed da Bélgica e Luxemburgo, que absorvera em 1921 a Siderúrgica Mineira, passou a produzir lingotes de aço, beneficiando-se inclusive de empréstimos governamentais. Em 1929, a companhia já supria 75% das necessidades internas de lingotes. Em 1926, a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM) iniciou a produção de bobinas de aço, mas sua produção não atendeu mais de 5% do consumo interno entre 1926 e 1929, que alcançou 514,3 mil toneladas nesse último ano (Pelaez, 1970:195; Baer e Villela, 1972:133). Para o estabelecimento da indústria de cimento, o governo concedeu isenções de tarifas de importação sobre equipamentos e de imposto de consumo, e fretes favorecidos, mas exigiu que metade dos empregos criados fosse preenchida por brasileiros e que 30% da produção fossem vendidos ao governo. Uma primeira fábrica foi estabelecida em 1926, com capital canadense, e a produção interna alcançou 96,2 mil toneladas em 1929, equivalente a 15% do consumo interno (Baer e Villela, 1972:133; Villela e Suzigan, 1973:177).

Também se ampliou a montagem de veículos automotores, com capital norte-americano que foi igualmente investido em refinação de petróleo, na indústria química e farmacêutica, e na produção de pneus e maquinaria (Lima, 1970:242–243). Dezoito grandes empresas paulistas que produziam máquinas em 1961, empregando mais de cem trabalhadores cada, foram fundadas entre 1920 e 1929, três com capital originado na cafeicultura, duas com investimento estrangeiro e uma com capital do comércio de importação (Dean, 1969:114–116). Em 1929, no entanto, o Brasil absorveu 16,1% dos investimentos britânicos na América Latina (contra 33,8% da Argentina), mas somente 4,7% do investimento norte-americano (contra 21,8% do México e 21,5% de Cuba) (Albert, 1983:34).

Avaliando-se o conjunto de políticas adotadas nos anos 1920, o papel do governo com relação ao desenvolvimento industrial foi limitado, ou talvez inconsistente, ante a sucessão de conflitos e compromissos entre a cafeicultura e o conservadorismo monetário. As políticas tarifárias, tão importantes para o nascimento da indústria, foram irregulares ao longo do tempo, e, frequentemente,

> *a proteção foi apenas suficiente para evitar um maior declínio do custo real das importações.* [Mas a proteção tarifária pode ter sido importante para] *o desenvolvimento inicial de algumas indústrias, particularmente aquelas para as quais a diferença nos direitos aduaneiros sobre o produto final e sobre os insumos importados era suficientemente grande para garantir altos níveis de proteção tarifária efetiva* (Villela, 1993:36).

De um modo ou de outro, o enredo dominante durante a Primeira República não foi o da predominância inconteste da oligarquia cafeeira, e tampouco o de concepções ortodoxas de política econômica. A historiografia inclina-se ora para um lado, ora para o outro, muitas vezes adotando versões esquemáticas dos interesses em jogo nesses anos, que ignoram aparentes paradoxos, como a indiscutível importância da ortodoxia na definição da política econômica, e as complicações pertinentes ao chamado "pacto federativo" a interferir na suposta hegemonia de São Paulo. Com muita frequência os impasses tinham a ver com a taxa de câmbio, cuja economia política é um tema de grande complexidade. A desvalorização do mil-réis tendia a fazer crescer a renda dos cafeicultores em moeda nacional, mesmo ao risco de reduzir as receitas de exportação em moeda estrangeira no curto prazo, dadas a posição dominante do Brasil no mercado internacional de café e a baixa elasticidade-preço da demanda pelo produto. No entanto, a manutenção do mil-réis numa posição de subvalorização crônica, um tema recorrente, não podia constituir uma solução permanente para a sustentação da renda dos exportadores de café, dado que "pressionava as finanças públicas (ao elevar os custos em moeda nacional das divisas necessárias ao serviço da dívida pública externa) e o custo de vida dos assalariados urbanos (por tornar mais caras as importações)" (Abreu, 1999:45). Os efeitos colaterais da manutenção do mil-réis num nível muito baixo foram bem sintetizados pela expressão consagrada do economista Celso Furtado — "socialização das perdas" —, que bem explica como as vítimas desse processo buscavam impor limites para a prevalência dos interesses cafeeiros em detrimento de qualquer outra consideração. Esses "outros" que de alguma forma eram "tributados" pela "socialização das perdas" — um vasto e heterogêneo conjunto de grupos e interesses — encontravam expressão nas concepções ortodoxas sobre a política econômica, cujos adeptos não eram apenas motivados por considerações doutrinárias.

Ao longo da Primeira República, foram raras as ocasiões em que papelistas e metalistas, ou cafeicultores e ortodoxos, estabeleceram compromissos em torno de definições práticas de política econômica.

PARTE 5

ELIAS THOMÉ SALIBA
CULTURA / AS APOSTAS NA REPÚBLICA

O nosso mal tem sido este:
quisemos ter estátuas, academias, ciência e arte,
antes de ter cidades, esgotos, higiene, conforto.
— OLAVO BILAC, *Gazeta de Notícias*, 19 abril 1903

COMO PENSAR A CULTURA NUM PAÍS DE DIMENSÕES CONTINENTAIS, cheio de contrastes, com uma população de quase 80% de analfabetos e com uma longa tradição escravista? Este é o primeiro desafio que vem à mente de qualquer historiador ao lançar um olhar panorâmico sobre a cultura brasileira no período 1889–1930. A maior parte da população do país permanecia nos rincões mais longínquos, pouco conhecidos e bem distantes dos principais polos de irradiação cultural. O trabalho escravo, mesmo após a sua abolição formal, ainda marcava a vida de grande parte dos brasileiros, eliminando quaisquer possibilidades de participação nos circuitos culturais. E o grande número de iletrados constituía um enorme obstáculo ao acesso a uma cultura ainda predominantemente letrada.

Paradoxalmente, este também era o desafio que se colocava para escritores e artistas no ano de 1889 quando a República — recém-proclamada — aparecia como oportunidade histórica única para transformar o Brasil num país moderno, mais alinhado ou pelo menos um pouco mais próximo do cenário de modernização dos países europeus. Os processos de desestabilização das regiões periféricas do mundo, gerados pela revolução tecnológica e científica na segunda metade do século XIX, vieram consagrar a hegemonia europeia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir transformados em modelos inspiradores de novas guinadas culturais.

Apesar de suas singularidades, o caso brasileiro não escapou desse processo de desestabilização e nem foi muito diverso em termos das expectativas culturais. As novas gerações da elite intelectual brasileira, com formação militar e tecnocrática, associadas aos estamentos tradicionais — já desgastados com o Império e aderentes à onda republicana em 1889 —, tornaram-se extremamente sensíveis à abertura do mundo, alavancada pelas transformações proporcionadas pela *belle époque* europeia. Utopia difusa ou projeto realizável, o fluxo cultural europeu apresentava-se como aquela única e irresistível tábua de salvação capaz de romper de vez com o passado obscuro e vazio de possibilidades do império escravista, e de abrir um mundo novo, liberal, cosmopolita, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas.

Quando Deodoro da Fonseca instaurou a República, toda a intelectualidade, com poucas exceções, era abolicionista, liberal-democrata, republicana e profundamente ansiosa para modernizar o país, trazendo em sua bagagem, como lastro inspirador, as novas ideias europeias. O que mais pesava nesse lastro eram as concepções do determinismo biológico e étnico que, por si mesmas, já acentuavam os estigmas de inferioridade das populações brasileiras. Mas não havia nenhuma rigidez dos letrados quanto a filiações teóricas, fontes e matrizes ideológicas da cultura europeia *fin-de-siècle*: positivismo, cientificismo, darwinismo social, spencerianismo, evolucionismo e outros tantos *ismos* foram misturados numa receita que se prestava aos usos mais diferenciados, alterados ao sabor de circunstâncias diversas e temperados conforme as mudanças de opinião.

Embalados pelo toque de clarim da fundação da República, os intelectuais se viam, em atitudes não destituídas de soberba, como representantes dos novos ideais da época e responsáveis por indicar o caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país. Era "realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas ideias. O mundo acabaria irrevogavelmente por aceitá-las", escreveu o historiador Sérgio Buarque de Holanda ao analisar as novas gerações de brasileiros cuja maturidade intelectual coincidiu com a época de instalação da República (Holanda, 1995:158). O núcleo dos principais escritores do período, concentrados no Rio de Janeiro, se vangloriava de sua condição de paladinos das novas ideias, fazendo-se conhecer — não sem uma pitadinha de autoironia — pela alcunha de "mosqueteiros intelectuais" (Sevcenko, 2003). A cultura republicana começou, no Brasil de então, como uma projeção da intelectualidade brasileira de sua própria capacidade motivadora e transformadora, arrogando-se o papel de autênticos missionários, únicos capazes de transformar aquela sociedade arcaica e fossilizada em uma nação liberal e moderna.

O essencial era que nós queríamos, da noite para o dia, conquistar um lugar de honra nos requintes das civilizações acabadas ou decadentes. A azáfama ruidosa, que envolvera tumultuariamente os nossos homens de governo, exprimia mais uma aspiração ligeira e mórbida de conforto e luxo do que desejo são e duradouro de domínio e solidez. O país queria, principalmente, mudar de toilette.
— Matheus de Albuquerque, *As belas atitudes*, 1912 (3. ed., 1965, p. 16)

Mas bastaram apenas alguns anos para que a República mostrasse sua verdadeira face. A instabilidade e a indefinição geradas pelos primeiros governos militares e a consolidação da República com os governos civis mostraram que a realidade do Brasil estava muito distante das projeções de sua vanguarda intelectual: o regime continuou republicano na forma, mas oligárquico no conteúdo, e a sociedade tornou-se liberal no vestuário, mas profundamente conservadora na realidade. A história da cultura brasileira, pelo menos no período anterior à Primeira Guerra Mundial, pode ser definida como a história de uma longa e persistente desilusão quanto aos destinos do país. Todos os intelectuais que apostaram nas transformações do país, sonoramente anunciadas pela inauguração da República, foram paulatinamente perdendo suas apostas ao longo do período entre 1889 e 1914. As elites republicanas — às quais eles se ligavam, mas, secretamente, viam como "broncas" e despreparadas — acabaram, no final das contas, por deixá-los à margem das grandes decisões políticas e sociais. Já a maioria da população, com quem esses escritores simpatizavam, sequer os poderia entender, em face das altas taxas de analfabetismo do país.

As condições de sobrevivência de intelectuais e artistas pouco se alteraram com a abertura do mundo e a inauguração da República. Nada comparável àquele ideal da "carreira aberta ao talento" em vigência nos grandes centros europeus. Empregos os intelectuais só encontravam no magistério ou nas profissões liberais. Ou, reafirmando as tradições imperiais, no exercício das funções públicas. Todos os grandes intelectuais e artistas brasileiros foram funcionários públicos. Movidos por razões diversas, todos ingressaram na burocracia estatal. Um difuso mecenato também prosseguiu, embora sem a chancela aristocrática dos barões do Império. O maior exemplo foi José da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido pelo título imperial barão do Rio Branco, chanceler que comandou o Ministério das Relações Exteriores por uma década, levando para lá todo um círculo dos intelectuais mais notáveis



Cédula da Campanha Civilista

Legenda original: "*Escolha o povo!! Um ou outro destes brasões será colocado a 1º de Março na fachada do Catete*"

DOCUMENTO ORIGINAL

BIBLIOTECA/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, RIO DE JANEIRO

do país. Seja como for, a falsa novidade trazida pela "mudança de *toilette*" redundou, não raro, em ironia. Como ocorreu em 1909. Naquele ano, quando em decorrência de uma crise sucessória deflagrou-se a Campanha Civilista, lançaram Paranhos à presidência como a única candidatura de consenso. Ele recusou, mas se aceitasse seria um paradoxo o Brasil ser a única república do mundo governada por um barão!

A hegemonia cultural de algumas regiões, num país de dimensões continentais, também se acentuou: foi para o Rio de Janeiro que se dirigiram os intelectuais das mais diferentes localidades para construírem suas carreiras e reputações. É claro que expressando as novas tonalidades do quadro republicano, no qual predominavam fazendeiros de café e bacharéis da província (estados), ocorreu um incremento de subculturas regionais, as quais continuaram tributárias do Rio de Janeiro. Capital do país, a cidade dá o tom da atmosfera cultural do período, transformando-se num autêntico epicentro catalisador de toda a cultura da *belle époque* brasileira.

 Neste contexto, só apareceu algo inédito no campo da difusão da cultura: o novo jornalismo, que proporcionou os meios para o alargamento do exíguo campo cultural na República. Nas duas últimas décadas do século XIX ocorreu um incremento da grande imprensa e, depois, já no início do século XX, um novo impulso, sobretudo quando os periódicos começaram a tomar um aspecto mais "jornalístico e menos mundano". Depois dos efêmeros ensaios de mudanças editoriais e gráficas pioneiras que ocorreram a partir de 1896 na *Gazeta de Notícias*, foi na primeira década do século, principalmente no Rio de Janeiro, que apareceram as principais revistas semanais: *Revista da Semana* (1900), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1908). Mesmo que em menor escala, também nas capitais como São Paulo, Recife, Curitiba, Porto Alegre e Salvador surgiram revistas de páginas coloridas, que já incorporavam a fotografia e as caricaturas, superando os limites das ilustrações anteriormente usadas, com suas lentas e pesadas técnicas de xilogravura e litografia.

> *É uma impertinência inútil alongar aqui um rosário de promessas [...] Mais do que as intenções magníficas valem sempre as realizações, mesmo quando são simples. Por isso, nós queremos que o público nos julgue antes pelo que vamos mostrar-lhe efetuado praticamente. O nosso empenho estará todo em impormo-nos à sua atenção e à sua estima, em fazer com que a* Revista da Semana *seja a revista necessária em toda a família brasileira; tão indispensável a curiosos espíritos que nela busquem sobretudo a crônica ilustrada dos sucessos contemporâneos, como às formosas senhoritas, preocupadas com os últimos ditames da moda e às travessas crianças, querendo apenas alguns momentos de distração* (editorial da *Revista da Semana*, n. 1, 20 maio 1900).

Com entonações modernas, a abertura do primeiro número da *Revista da Semana* dirigia-se ao leitor anônimo e impessoal, embora já focando os públicos feminino e infantil, segmentos que se destacavam entre o público predominante de leitores urbanos.

Surgiu, assim, no Brasil a imprensa moderna. Nasceu aquele "jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das suas aspirações, das suas conquistas, do seu progresso", como declarou Olavo Bilac, um entre muitos escritores que se dedicariam, durante suas vidas, a semanalmente tomar parte em diversos jornais (apud Rio, 1908). Considere-se ainda que a própria difusão da literatura se encontrava, não raro, bastante dependente dos jornais. "Toda a melhor literatura dos últimos 35 anos fez escala pela imprensa", escreveu Félix Pacheco, em 1908. E o próprio Olavo Bilac reconhecia que

[...] o jornalismo é para todo escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal [...] nós adquirimos a possibilidade de falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária — porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade (apud Rio, 1908).

Uma figura rara no majoritário quadro literário masculino, a escritora Júlia Lopes de Almeida declarou: "Nós todos somos um resultado do jornalismo. Antes da geração dominante não havia bem uma literatura. O jornalismo criou a profissão, fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores" (apud Rio, 1908).

Acompanhando a euforia da inauguração da República, o mercado editorial carioca contrastava com o relativo marasmo do restante do Brasil, com seus quase 80% de analfabetos. Na capital, pelo menos a metade do total da população (ou seja, mais de 400 mil pessoas) entrava na categoria de possíveis leitores. O diagnóstico de Bilac não estava longe da realidade, já que a maioria dos autores brasileiros ficou mais conhecida ou através do jornal, ou através da escola. No primeiro caso, basta atentar para uma curiosíssima carta de um presidiário para o escritor Coelho Neto:

Paz e sossego em vosso lar e que vossos passos sejam iluminados. Sou um condenado quem lhe escreve, e para isto enchi-me de coragem. Encontro-me condenado a vinte e poucos meses de prisão já tendo cumprido metade da pena. A vida, como V. Excia. é profundo conhecedor, tem mistérios que não podemos perscrutá-los, e por isso recuso-me em descrever-lhe o motivo da minha prisão, sendo ainda jovem, tenho na cidade de Campos meus pais e meus irmãos. Encho-me agora de coragem. Aos domingos, compro com enorme dificuldade o Jornal do Brasil *e sinto grande resignação com o sofrimento quando leio os vossos artigos dominicais. Não tenho dinheiro para comprar uma obra de vossa autoria, oh sábio, humilho-me em pedir-vos que por graça me conceda a suprema ventura de possuir um livro de sua autoria* (Coelho Neto, 1928).

Nesse caso — quase único no quadro da época —, o leitor só se sente à vontade para pedir um livro ao escritor porque o conheceu através de suas crônicas publicadas em jornal. Afinal, não era apenas o analfabetismo que afugentava os leitores, mas o alto preço dos livros, sobretudo quando comparados ao baixo poder aquisitivo, mesmo da população letrada carioca. De qualquer forma, o que liam esses leitores, especialmente os cariocas, nessa época? A suposição comum, fortemente calcada na leitura dos nossos

 compêndios literários, projeta para o passado a ideia de que as pessoas só liam autores consagrados como José de Alencar ou Machado de Assis. Em primeiro lugar, vinha o gênero "romance", depois os manuais de utilidade prática, que ensinavam higiene, magia, como curar doenças com remédios caseiros, como acertar no jogo do bicho, como criar porcos etc. e, em seguida, os livros de histórias infantis. O que havia de comum em todos esses livros? O preço. Em geral, eram brochuras com valores que oscilavam entre cem a mil réis — o equivalente aproximadamente a um terço do ganho diário de um trabalhador — sendo mil réis o equivalente ao preço mínimo do que se pagava por uma refeição barata no largo da Carioca. Fossem romances ou livros práticos, a instauração da República foi acompanhada, nas décadas seguintes, por um pequeno surto, limitado geograficamente ao Rio de Janeiro, de popularização do livro (Abreu e Bragança, 2010; El Far, 2004).

Ele se configurou, inicialmente, pela proliferação dos folhetins — os romances semanalmente destilados em capítulos nos rodapés dos jornais de grande circulação. Muitos dos mais notáveis autores nacionais publicaram seus livros primeiro em folhetins e, só depois, no formato do livro impresso. Esse forte incremento dos folhetins só começou a diminuir um pouco antes da Primeira Guerra Mundial, quando as páginas com notícias policiais começaram a ganhar a preferência do público.

Ainda quanto aos livros que se liam na época, eis como o cronista João do Rio registrou, em 1906, como era a leitura nas ruas:

> *Exatamente na esquina do teatro São Pedro, há dez anos, Arcanjo, italiano, analfabeto, vende jornais e livros. É gordo, desconfiado e pançudo. Ao parar outro dia ali, tive curiosidade de ver os volumes desta biblioteca popular. […] Estavam em exposição, cheios de pó, com as capas entornadas pelo sol.*
>
> *— Vende-se tudo isso?*
>
> *— Oh! Não. Há quase um ano que os tenho. Os outros sim: modinhas, orações, livros de sonhos, a* História [verdadeira] da Princesa Magalona, *o* Carlos Magno, *o* Testamentos dos bichos*…*
>
> *Levantei as mãos para o céu como pedindo testemunho do alto. As obras vendáveis ao povo deste começo de século eram as mesmas devoradas pelo povo dos meados do século passado!*
>
> *— Mas não é possível…*
>
> *— Pode perguntar aos outros vendedores.*

A seguir, o mesmo cronista nos fornece outros detalhes dos livrinhos mais vendidos nas ruas:

Desde 1840, o fundo das livrarias ambulantes, as obras de venda dos camelôs têm sido a Princesa Magalona, *a* Donzela Teodora, *a* História de Carlos Magno, *a* Conversação do Pai Manuel com o Pai José *— ao todo uns vinte folhetos sarrabulhentos de crimes e sandices. Como esforço de invenção e permanente êxito, apareceram exportados de Portugal, o* Testamentos dos bichos, *o* Conselheiro dos amantes *e uma sonolenta* Disputa divertida das grandes bulhas que teve um homem com sua mulher por não lhe querer deitar uns fundilhos nos calções velhos (Rio, 1906).

É certo que o cronista exagerava, mas não muito... Depois dos folhetos, vinham outros *best-sellers* do período: os "romances de sensação", tais como *Elzira, a morta virgem*, de Pedro Ribeiro Vianna; *Maria, a desgraçada*, de Alfredo Elisiário da Silva; *Casamento e mortalha*, de Júlio César Leal — que reuniam dramas emocionantes, mortes violentas, crimes horripilantes e acontecimentos imprevisíveis; e os chamados "romances para homens", cheios de obscenidades e temas que giravam em torno de adultério, incesto, homossexualismo e prostituição. Nesta última categoria encontravam-se os livros mais procurados, que ocupavam lugares escondidos nas livrarias e eram, quase sempre, traduzidos sem a indicação muito precisa do autor e do editor. *Fanny Hill* e *Memórias de frei Saturnino* figuravam entre os mais vendidos, seguidos por *Serões do convento*, atribuído ao português José Feliciano de Castilho, e o escandaloso *Amar, gozar, morrer*, outro sucesso de autor lusitano, quase sempre desconhecido, já que para despistar, usavam pseudônimos como Chatenay, Bocagi ou Rabelais. Proliferavam ainda centenas de manuais, brochuras, cordéis e folhetos que contavam histórias que podiam ser cantadas ou letras de modinhas e marchinhas de Carnaval (El-Far, 2004).

"TERTEÃO" E A EDUCAÇÃO

Mas como realizar a modernização de que o país necessitava se ela se destinava à maioria da população, que continuava praticamente excluída dos circuitos de difusão da cultura? Talvez por isso, um dos mais fortes anseios de modernização, constantemente manifestados por artistas e intelectuais, foi uma ampla reforma do sistema educacional. A bem dizer, ela não aconteceu, pois nas primeiras décadas republicanas a estrutura geral pouco se alterou em relação àquela que vinha do Império: continuavam em destaque a formação universitária bacharelesca ou técnica e, ainda assim, concentrada

 em poucas áreas, como direito e engenharia e, secundariamente, medicina. Apenas depois da Primeira Guerra Mundial a situação começou, lentamente, a se alterar: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — que reunia as já existentes Faculdade Livre de Direito, Escola Politécnica e Escola de Medicina — só foi criada por decreto em 1920 (Nagle, 1978).

Dois exemplos bastam para caracterizar o descaso do Estado republicano em relação à área educacional. Não havia sequer um órgão ministerial que tratasse da educação e da cultura de forma autônoma. Toda a área educacional, como no Império, era incumbência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — de cunho nitidamente político, articulado com a oligarquia dos estados. Dados de 1920 mostram que a matrícula nas escolas primárias atingia apenas 29% da população em idade escolar no país!

Para as crianças moradoras em cidades, o então chamado jardim de infância foi muito raro. Já o curso primário durava quatro anos e para a população infantil do meio rural, apenas três anos, com um currículo formado por Leitura, Escrita, Língua Pátria, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais, Instrução Moral e Ginástica. Depois vinha o curso secundário, com três anos de duração e com o mesmo currículo, acrescentando-se uma ou duas línguas estrangeiras. Ou, ainda, como opção, a Escola Normal destinada à formação de professores, que acabou se transformando numa grande escola secundária — e isto nos raros lugares onde existia. Afinal, a única grande diferença da educação republicana em relação à da época imperial foi a laicização do currículo, extinguindo disciplinas como História Sagrada ou Doutrina Cristã.

A maior parte do tempo nas escolas era dedicada às repetições em voz alta, o principal método de ensino aplicado às crianças. Os castigos físicos, simbolizados pela famosa palmatória — utilizada para dar "bolos" nas mãos de meninos e meninas —, foram paulatinamente substituídos, ao longo da primeira década do século XX, por uma severa disciplina, exercida menos sobre os corpos e mais sobre a alma, visando a formar o caráter dos futuros cidadãos. Os primeiros livros de alfabetização das crianças eram chamados de "cartilhas" e, no geral, eram cheios de frases inócuas como "O menino vê o gato" ou "O gato vê o menino", nas quais as sílabas eram impressas em cores diferentes para as crianças lerem em voz alta, em infindáveis repetições. É certo que, no contexto da expansão da imprensa, surgiram as primeiras publicações infantis como *O Grillo* (1911), *O Pequeno Polegar* (1917) e *O Tico-Tico*, essa última aparecida em 1905 e uma das primeiras revistas em quadrinhos que surgiram no Brasil. Muitos escritores participaram do processo educacional de forma indireta, produzindo livros de ficção para

as crianças, como Coelho Neto, Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida. Essa literatura infantil era apenas um desdobramento da crença inabalável dos escritores no papel da educação, transformando-se numa espécie de projeto cívico visando a formação de novos leitores.

Até mesmo um dos principais nomes no mundo educacional do início da República, Abílio César Borges — um dos criadores das cartilhas —, começou sua carreira no Império. Agraciado com o título de barão de Macaúbas, criou várias instituições escolares na Bahia e em Minas Gerais. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1871, onde fundou o Colégio Abílio, que serviu de inspiração ao romance *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia. Algumas dessas cartilhas ficaram conhecidas por impingirem às crianças de tenra idade a leitura de Luís de Camões ou de sentenças e frases de cunho moral, como "A preguiça é a chave da pobreza" ou "Fala pouco e bem, ter-te-ão por alguém". Frases que se tornaram um pesadelo para as crianças, como recorda o escritor Graciliano Ramos quando, aos 7 anos, impressionado com a segunda frase citada acima, pensava que "terteão" fosse um homem, e perguntava insistentemente à irmã: "Mocinha, quem é o Terteão?" — sem obter nenhuma resposta (Ramos, 1981).

DRAMAS DE BRASILEIRO

> *A literatura brasileira atualmente está dividida em dois campos opostos: o dos escritores que têm casaca e o dos que não a têm. Ao modesto artista do paletó curto e chapéu mole, vedam a entrada no Palácio Monroe; em compensação esse mesmo artista de paletó-saco e chapéu mole nega aos outros, os de casaca, o direito de fazerem arte cá fora.* — Flavio [pseudônimo de autor desconhecido], Bilhetes à Coroa, *Fon-Fon!*, 19 outubro 1907.

O vestuário elegante caracterizava aqueles que compensavam a aposta perdida na República com uma atitude fantasiosa, cruamente batizada por Lima Barreto como "*bovarysmo* republicano": uma fé incondicional na palavra "república", transformada em panaceia que resolveria todos os males do país. Aliás, foi justamente a obra desse escritor — decididamente pertencente ao outro grupo de artistas de "paletó-saco e chapéu mole" — que se transformou num imenso painel, rude e turbulento, capaz de despir a cultura da época de todos os seus adornos de opulência e frivolidade (Bosi, 2010).

Nesse universo ainda mais acanhado estimulado pelo remoinho daquele *fin-de-siècle*, restaram às consciências mais sensíveis de escritores e artistas duas alternativas de expressão cultural: criar uma imagem ufanista para o futuro do país, sublimando as dificuldades do presente e ignorando os contrastes; ou enfrentar os dramas reais, expondo as diferenças hipocritamente encobertas, forjando uma imagem francamente ilusória para o futuro. Nos dois casos, valeriam menos os cânones estéticos da cultura *fin-de-siècle* — batizados com os nomes de realismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo, nefelibatismo e decadentismo — e muito mais aqueles dois olhares: um iludido, ajustado e alienado; outro espantado, cético e frustrado. Se antes do advento do regime republicano, intelectuais e artistas brasileiros uniram-se de forma quase consensual em torno das transformações proporcionadas pela abertura do mundo, quando o século XX se iniciou, novas e profundas divisões foram formadas.

Além da produção ufanista e patriótica, amplamente disseminada no período, talvez o exemplo mais significativo daquele olhar ajustado ao *status quo* tenha sido o dístico da bandeira nacional — ordem e progresso —, tempos depois visualmente alegorizado pelo pintor Pedro Américo, no painel *Paz e concórdia*, de 1902. Embora a pintura de cunho histórico, apreciada pelas elites imperiais, tivesse perdido parte do seu prestígio, o painel de Pedro Américo é característico da atitude de reiterar uma imagem idílica do passado. A República brasileira, figura feminina vestindo o manto azul e estrelado, recebe o legado da cultura europeia, que, afinal, dá o tom do cenário: todas as figuras da tela são brancas, de traços europeus, exceto um demônio escuro, no chão, pouco visível, retorcido aos pés do trono da pátria.

É certo que tal ufanismo no campo da expressão plástica acabou atenuado pelas variações temáticas que buscavam retratar figuras mais nacionais ou regionais do que propriamente cosmopolitas. Em dois artistas do período, Eliseu Visconti (1866–1944) e José Ferraz de Almeida Júnior (1850–1899), vicejou um naturalismo difuso que insistia em romper com o academicismo neoclássico, capitaneado pela Escola Nacional de Belas Artes. Foi uma

> *renovação de temas, de assuntos, mas tratados à moda rigorosa, morta e fossilizada de Paris [...]. Livrou-nos dos eternos assuntos bíblicos e alegorias exaustas [...] optando por temas regionais nativos, caipiras, derrubadores de matos e caboclos [transformando-se num] manifesto em prol do tema regional, mais pitoresco e menos batido* (Pedrosa, 2004:122).



Fotógrafo não identificado

O escritor Lima Barreto como jurado, no dia do julgamento dos militares que assassinaram alguns estudantes, em meio a uma passeata de protesto contra o governo de Hermes da Fonseca.

FOTOGRAFIA, CA. 1917

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Nesse sentido, não custa lembrar que com aparecimento das revistas ilustradas muitos artistas brasileiros do período encontraram na caricatura, apesar de seu caráter efêmero, um recurso para contrapor-se à convenção acadêmica, abandonando seus cânones, negando suas hierarquias, propondo novos motivos à atenção do artista. Entre muitos exemplos, esse foi o caso de artistas como J. Carlos e Emiliano Di Cavalcanti: o primeiro foi um artista do lápis durante toda vida, enquanto o segundo começou fazendo caricatura. Talvez porque a caricatura já possibilitava uma leitura da República, concisa e rápida, completamente despida de ornamentações.



Fotógrafo não identificado
João do Rio, o novo dândi do novo Rio urbano
FOTOGRAFIA, CA. 1917
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Seja como for, se na visão ufanista as diferenças foram apagadas e o passado conflituoso atenuado, foi na visão crítica que vamos encontrar as obras mais notáveis e expressivas da realidade do país: elas acentuam os contrastes e registram de forma profunda a vida dos brasileiros de todos os quadrantes, ressaltando o caráter excludente, hipócrita e oligárquico da República e denunciando a profunda indiferença das elites em relação às populações pobres e marginalizadas do país. Essas serão as tonalidades mais fortes que marcaram as obras de inúmeros escritores, artistas, ensaístas e poetas, destacando-se, entre outros, os escritos de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto e João do Rio. Contrastes profundos, instabilidades sociais, indiferença das elites, miséria e desamparo da maioria da população, hibridismo de um país irremediavelmente cindido

entre o moderno e o arcaico. Esses foram alguns dos temas mais caros aos escritores e artistas que se transformaram em sismógrafos privilegiados da cultura brasileira, sobretudo no período 1889–1914.

Com formação militar, Euclides da Cunha desligou-se do Exército em 1896, tornando-se engenheiro e jornalista. Foi como repórter do jornal *O Estado de S.Paulo* que acompanhou a fase final da campanha de Canudos (1893–1897), conflito armado ocorrido no sertão e que mudou radicalmente sua visão do país, resultando na publicação da obra *Os sertões*, em 1902. Mas a narrativa sobre Canudos toma apenas uma parte do livro, crivado de notações detalhadíssimas das mudanças na paisagem natural. O interesse de Euclides ganhou corpo quando o escritor transpôs a região diamantina da Bahia, em direção ao norte. O que se apresentou a partir daí foi um território estranho que, apesar de próximo a Salvador, antiga capital da colônia até 1763, foi "absolutamente esquecido nos quatrocentos anos de nossa história": matas rarefeitas e empobrecidas, terrenos estéreis sob o sol abrasador com raríssimas, precárias e lúgubres manifestações da presença humana. Era o vazio do sertão, uma paisagem completamente diferente do restante do país e, na metáfora geológica do deserto, parecia, afinal, um trecho do planeta do qual a humanidade ainda não havia tomado posse. Curiosamente, a formação do escritor, calcada nas teorias do determinismo mesológico e racial e na exatidão dos fatos, tingiu-se de humanismo ético, adquirindo um tom surpreendente de descoberta e de denúncia do caráter falso da modernidade republicana: "Vivemos num ambiente completamente fictício de uma civilização de empréstimo", escreveu Euclides.

Seu gosto pela exatidão dos pormenores atenuou-se por uma admiração incontida pelos grupos humanos que alcançaram um elevado grau de adaptação com seu meio, como comprovam seus escritos sobre os garimpeiros, os caucheiros, os jagunços e os sertanejos do norte da Amazônia. Essa, afinal, foi uma das maiores lições que o escritor retirou do episódio de Canudos, onde, por três vezes sucessivas, o Exército brasileiro foi derrotado pelo total desconhecimento da terra caracterizada pela caatinga. O contato direto do escritor com as populações do interior e a indiferença e a crueldade dos poderes públicos republicanos o conduziram a encher seus escritos de denúncias de repressões e massacres. Como em 1890, quando se referindo às populações nordestinas banidas para a Amazônia, registrou:

> *Quando as grandes secas de 1879/1880, 1889/1890, 1900/1901 flamejaram sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados de febres e das*

bexigas — a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia — vastíssima, despovoada, quase ignota — o que equivalia a expatriá-los dentro da pátria (Cunha apud Sevcenko, 2003:174–175).

E o "expatriamento" dessas populações, dentro do seu próprio país, se completava, segundo Euclides, pela indiferença criminosa do Estado: "Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem..." (Cunha apud Sevcenko, 2003:126).

Mas Euclides da Cunha foi apenas um — talvez o de maior reputação — entre um grupo de escritores que construiu uma maneira característica de ver a natureza brasileira por meio de um vasto conjunto de obras que abrangiam ficção literária, ensaios, relatos de viagens e memórias. A obra de Euclides inspirou muitos escritores e artistas a retratarem, doravante, a profunda divisão do país entre Norte e Sul, sertão e litoral, campo e cidade, miséria e opulência. Escritores e ensaístas como Alberto Rangel, Hugo de Carvalho Ramos, Domício da Gama, Matheus de Albuquerque, Araripe Júnior e outros — que ficarão, não raro, conhecidos como sertanistas ou regionalistas (Murari, 2009).

Todos olhavam torto para a propalada modernidade do país, inaugurada pela República. Simples troca de figurino, projeção efêmera dos influxos externos — de qualquer forma, a modernidade passava longe do Brasil rural, incapaz de promover qualquer mudança na longa história de confronto e aniquilamento que caracterizava a relação entre o homem e a natureza. Presos ao melancólico fatalismo da condição tropical, enroscados nas exaltações românticas, mas também profundamente desconfiados da trama confusa da modernidade, esses pensadores apegavam-se à narrativa de eventos trágicos do período republicano, completamente destoantes do otimismo geral, como Canudos (1896–1897), Contestado (1912–1916), Revolta da Chibata (1910) ou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (1907–1912). Seus escritos incomodavam, pois constituíam uma obstinada denúncia de que o projeto de criar uma unidade fundada no domínio da natureza e do território foi mais uma projeção de desejos das elites, cúmplices da compulsória modernização, do que algo vinculado às necessidades do país. Buscando uma linguagem que pudesse sintonizar-se com aquela realidade espúria, não conseguiam desviar

seus olhos angustiados, mas também cúmplices, dos milhões de brasileiros infelizes, que quando escapavam da indiferença ou da passividade criminosa do Estado acabavam ou flagelados pela seca ou flagelados pela água.

BRASIL FORA DO SÉRIO

A grande vitrine através da qual a República expôs a modernização do país foi a reforma urbana do Rio de Janeiro, realizada durante o período da presidência de Rodrigues Alves (1902–1906), sendo um dos seus marcos mais importantes a inauguração da avenida Central, em 1904. Eixo do novo projeto urbanístico, a avenida foi contemplada com um concurso de fachadas em mármore e cristal, que brilhavam com a nova iluminação elétrica, característica dos grandes bulevares europeus e que a encheu da atmosfera *art nouveau*. A ambiência cosmopolita do novo cenário foi tão forte que as pessoas, ao se cruzarem no passeio, não mais se cumprimentavam à maneira brasileira, mas com um altissonante: "Vive la France!" (Sevcenko, 2003).

Quando o viajante alemão Alexander Von Papen passou pelo Brasil, em 1912, contaram-lhe que, durante o processo de construção da avenida, o único prédio que desabou, por erro de cálculo, foi o do Clube de Engenharia. O fidalgo alemão sorriu diante da ficção da anedota, mas disseram-lhe que o caso não era para rir, pois havia realmente acontecido.

Mendes Fradique — pseudônimo de José Madeira de Freitas, humorista que relatou o episódio — chegou à seguinte conclusão: "O humorismo tem objeto no contraste direto entre o que é e o que deverá ser. Ora, no Brasil, tudo é precisamente como não deverá ser, de modo que se torna impossível este contraste e, portanto, igualmente impossível o humorismo" (apud Saliba, 2008).

Seria verdadeiro o diagnóstico de Fradique? No Brasil, o cômico seria parte incontrastável da vida real e o humorismo impossível porque a realidade já superava a anedota? Ou o caso citado exemplificaria exatamente o contrário — se não há contraste, é porque o humor é indistinguível, já faz parte da vida e, portanto, vivemos em pleno "país da piada pronta"?

Dilema complicado. Definir humor é difícil. Em 1911, Monteiro Lobato já constatava a existência de uma abundante biblioteca a respeito do humor. Uma abundância comprometedora que, segundo ele, apenas vinha comprovar que "humor e arte são indefiníveis e a tosse, incurável" (apud Saliba, 2002).

Um rápido flagrante cômico de pessoas e elementos fora de contexto, nos quais os gestos mais corriqueiros — como o cumprimento da lei ou o direito de reunião — tornam-se absurdos. O que é natural é, de repente, desfamiliarizado — e a perplexidade provoca uma repentina e gratificante identificação emotiva. São flagrantes de uma ética emotiva que salva o indivíduo da ausência de normas formais que funcionem, ou do pavor que ele tem de viver numa sociedade cheia de mediações abstratas (Saliba, 2008). Daí a profusão de leis, que nunca funcionam: funcionam os petelecos, os tratamentos em "inho", a simpatia, os sentimentos, mas também a corrupção oligárquica, o jeitinho dos padrinhos ou a violência — que se sabem impunes —, terminando tudo com o toque especialíssimo e emotivo da piada, que também alimenta a mesma ética emotiva, pois o riso é fundamentalmente emoção. Ou já resolvemos o dilema de Mendes Fradique, superamos nossos fantasmas do passado e viramos um país onde se ri apenas nos momentos apropriados?

SILENCIOSOS REGISTROS POPULARES

Claro que esse movimento da cultura brasileira, predominantemente letrado, vindo do alto, encobria a silenciosa cultura de homens comuns, até hoje de difícil recuperação, já que sequer encontrava formas de expressão e de registro duradouros. Sem dominar os códigos da escrita e, a meio caminho da oralidade e da música, toda literatura popular, originalmente surgida como folhas volantes, ou folhetos (*pliegos sueltos*), ou folhas dobradas, foi se transmutando, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, em brochuras chamadas *cordéis* — anunciadas em pregões e por cantadores em feiras e nas ruas das cidades. As temáticas desses folhetos eram as mais variadas, desde narrativas medievais adaptadas à crua realidade do interior, até versos que manifestavam, à sua maneira, uma profunda frustração com os destinos do país. Como estes, do paraibano Leandro Gomes de Barros (1865–1918), autor não apenas de um dos primeiros folhetins brasileiros — publicado em 1894 —, mas de grande parte da produção de cordéis na década inicial do século XX:

Chamam este século das luzes
Eu chamo o século das brigas
A época das ambições
O planeta das intrigas
Muitos cachorros num osso
Um pau com muitas formigas.

Então depois da república
Tudo nos causa terror
Cacete não faz estudo
Mas tem carta de doutor
A cartucheira é a lei
O rifle governador.

(Barros, 1912)

A mensagem era clara: o novo século era um pau com formigas e a República, a dos desmandos e da violência. Embora no cordel — como em toda literatura marcada pela oralidade — a definição da autoria seja difícil, já que sempre ligada à performance única e irrepetível da voz, o mesmo poeta popular cantava, à sua maneira, a miséria gerada pela seca e acentuada pela reiterada indiferença dos poderes públicos. Poderes tão distantes e insondáveis quanto o bendito dinheiro, que nunca chegava ao seu destino:

Alguém do Rio de Janeiro
Deu dinheiro e remeteu
Porém não sei o que houve
Que cá não apareceu
O dinheiro é tão sabido
Que quis ficar escondido
Nos cofres dos potentados
Ignora-se esse meio
Eu penso que ele achou feio
Os bolsos dos flagelados.

No final, prevalece a metáfora da invisibilidade que, aos olhos dos sertanejos, empresta à canção um tom de melancolia e crônica desesperança:

Foi a fome negra e crua
Nódoa preta da história
Que trouxe-lhe o ultimatum
De uma vida provisória
Foi o decreto terrível
Que a grande pena invisível
Com energia e ciência

Autorizou que a fome
Mandasse riscar seu nome
Do livro da existência.

O cordel, essa espécie de poesia popular cantada e registrada em pequenos folhetos com muitos desenhos e poucos versos escritos, foi apenas um exemplo do amplo e variado universo popular da música e da dança. Nos salões elegantes cantavam-se árias de ópera e dançavam-se principalmente as valsas ou as polcas. Mas nas ruas, cortiços e periferias das grandes cidades predominavam as serenatas, as toadas de violão, as modinhas e, na dança, o maxixe. Assim, o cronista carioca Luís Edmundo recordou a diferença entre a serenata e o choro: "De dois gêneros são as serenatas que se fazem entre nós: a serenata de cantigas e a que se denomina choro. Na primeira avulta a voz humana ferindo a melodia. No choro, o caso é diferente: não se escuta a voz humana e só os instrumentos é que criam."

Já o maxixe, palavra com significado original de "fruto comestível de uma planta rasteira" e, portanto, associada, na época, a tudo o que fosse também rasteiro e de baixa categoria, predominou como música de rua e de círculos mundanos festivos os mais variados pelo menos até o início dos anos 1920. Sem originalidade melódica e com forte predominância rítmica — numa dança nascida, aliás, como pura coreografia paródica de formas musicais europeias e africanas —, o maxixe assim foi visto pelo jornalista João Chagas, em 1897: "Os pares enlaçam-se pelas pernas e pelos braços, apoiam-se pela testa num quanto possível gracioso movimento de marrar e, assim unidos, dão a um tempo três passos e três para trás, com lentidão. De súbito, circunvoluteiam e vão avançando e retrocedendo, como a quererem possuir-se."

A descrição é algo exagerada e preconceituosa porque, afinal, o maxixe se inspirava diretamente no lundu — uma dança africana mais disseminada entre a população de escravos e cujo clímax resultava numa célebre umbigada entre os casais. Aliás, segundo o registro dos cronistas, as famílias brasileiras só toleravam o maxixe nos teatros de revista, mas quando o viam ser dançado nas ruas acabavam chamando a polícia. Era, segundo a caracterização de Bastos Tigre, em 1906, mais um tartufismo das elites urbanas brasileiras: "banida dos lares, por indecorosa", perseguida nas ruas pela polícia, a dança (o maxixe) era condenada pela elite, mas, no entanto, era cantada e dançada no interior das casas brasileiras por sinhazinhas e sinhás, como "um fruto proibido saboreado à socapa, num despertar gostoso dos instintos da raça". Contudo, a antítese ao preconceito acabaria por aparecer em versos populares como estes, mais tarde incorporados ao teatro de revista:



Calixto

Maxixe

Ilustração publicada na revista *Fon-Fon* (ano I, n. 4, em 4 de maio de 1907, p. 18), brincando com os novos costumes "misturados"

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, BRASIL

O cavalheiro segura
a cavalheira com jeito
Pouco abaixo da cintura
E vai chamando ela ao peito
Ela, a cara, toda terna

Gruda na cara do meco
E, depois, perna com perna,
Caem os dois no perereco [...]
Mas eu gosto é quando a gente
Incói o corpo e... mergúia

(apud Saliba, 1998)

Seja como for, o ritmo forte do maxixe e das danças do entrudo inspiraram vários compositores brasileiros que foram misturando tais formas com modalidades musicais europeias, como é o caso de Ernesto Nazareth (1863–1934) e Chiquinha Gonzaga (1847–1935). Muitas dessas canções difundiram-se, num primeiro momento, nas montagens do teatro ligeiro, também conhecido entre nós como teatro de revista (do francês *revue*). O teatro de revista, já nas décadas finais do Império, surgiu como um desdobramento difuso das operetas e do *vaudeville*, ou ainda de outras formas de diversões europeias que mesclavam teatro, música ligeira, dança, poesia e humor. No Rio de Janeiro, a grande diversão era frequentar as companhias de ópera, dança, teatro trágico, mas, sobretudo, as revistas musicadas e as burletas — peças cômicas curtas, entremeadas de números musicais, com temas de costumes brasileiros — que ofereciam mais de uma sessão diária de espetáculos que, contudo, raramente duravam mais do que três semanas.

PAZ E AMOR!

Na cultura brasileira, a separação entre os universos letrado e popular sempre foi muito atenuada, inclusive durante o primeiro período republicano. Em abril de 1910, no cine-teatro Rio Branco, um espetáculo agitou o Rio de Janeiro, com aglomeração de gente dos mais diversos cantos, e contou até mesmo com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha, que ocupara o cargo havia menos de um ano, depois do falecimento de Afonso Pena. Como todos sabem, não foi a primeira vez que um vice-presidente assumiu o poder num cenário político complicado: abriu-se a disputa entre as candidaturas Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, e Nilo Peçanha, para apaziguar os ânimos, criou o refrão do seu curto governo — paz e amor.

O nome do espetáculo? Nem poderia ser outro: *Paz e amor*. A agitação devia-se menos ao conteúdo do espetáculo do que ao fato de tratar-se de um filme-revista, "gênero absolutamente novo e original", com roteiro escrito pelo impagável Antonio Simples, pseudônimo do incorrigível boêmio José do Patrocínio Filho. Nem a revista e nem o cinema eram coisas muito novas naquele longínquo ano de 1910. Nova mesmo, naquele cenário da *belle époque* carioca, era a junção das duas coisas.

O popular Zeca do Patrocínio pertencia à nova geração de revistógrafos e humoristas que escreviam diálogos e roteiros para um gênero já um tanto modificado, adaptando-se — principalmente com a crescente utilização da música de Carnaval — às exigências do espetáculo mais ligeiro, procurando

atender a um público mais variado. Para isso, muito contribuíram tanto as primeiras gravações fonográficas quanto as primeiras projeções fílmicas. As músicas carnavalescas lançadas pelo teatro de revista geralmente ganhavam gravações fonográficas, já usuais no início do século. As poucas salas existentes também combinavam exibições de teatro e filme. Já a partir de 1910, os proprietários dos cine-teatros viram-se obrigados a manter pequenas companhias de teatro ligeiro e burletas para rápidos espetáculos — no máximo de uma hora — destinados a atrair público para os filmes. Esse misto de palco e tela obrigou os autores das revistas a uma concisão e a uma rapidez maior na elaboração de suas peças, fato que provocou ressonâncias recíprocas nas formas de criação cômica.

De qualquer forma, *Paz e amor* foi o primeiro espetáculo a adaptar cenas filmadas com as vozes e canções do teatro de revista. Alberto Rosas filmou artistas, cantores e cômicos nas cenas principais da revista que depois repetiam ao vivo, simultaneamente às imagens, as mesmas vozes, falas e cantos. O procedimento exigia a presença pontual de todos os artistas — que se colocavam atrás da tela —, à semelhança dos teatros de marionetes. Só que em lugar dos títeres, os cantores e artistas tinham de repetir as frases que haviam cantado ou declamado na filmagem, obedecendo, tão rigorosamente quanto possível, ao movimento labial. "O público se embasbacava" — descreve um jornal da época — "com aquelas sombras que falavam e cantavam em perfeita sincronização".

Paz e amor foi o maior sucesso daquele ano — em junho, a multidão afoita de espectadores chegou a interromper o trânsito na avenida — e só não permaneceu mais tempo em cartaz porque o edifício foi destruído, alguns meses depois, por um incêndio. O filme cantado tinha a estrutura da revista e era todo feito de referências paródicas. O personagem principal era o coronel Tibúrcio da Anunciação (personagem com o qual Zeca assinava a coluna "Cartas na Roça", na revista semanal *Careta*). A narrativa era, como em toda revista, muito simples: o coronel Tibúrcio chega à capital de um reino governado por sua majestade, o rei Olin I, uma óbvia inversão do nome de Nilo. O coronel, recepcionado pelo mordomo Aluado, pede um cicerone para acompanhá-lo pelo reino. Recusa o primeiro que lhe é apresentado, que se chama Imprensa, logo vista como "venal e muito ocupada em caçar tostões". O cicerone aparece numa nuvem de magia com o nome de Mossiu Baboseira (alusão provável a Múcio Teixeira, escritor que, dizia-se, tinha um consultório de ocultismo), que acompanha o coronel Tibúrcio para conhecer os pontos mais interessantes do tal reino: o *binocular* Figueiredo Pimentel (colunista social que mantinha a seção diária "O Binóculo" e autor da frase

famosa “O Rio civiliza-se…”), a Moda, a Viúva Alegre, o cinema Alegre, a charutaria Intermitente, o Vatapá (tema comum das canções mais tocadas pelos gramofones da época), o Bicho (que já era uma instituição nacional), os guardas civis, além do Pajé Accioly (referência a Nogueira Accioly, governador do Ceará), o Xícara (referência ao deputado Pires Ferreira) e as duas figuras dos candidatos (Rui Barbosa e Hermes da Fonseca).

Paz e amor foi um resumo alegre do cenário ambíguo da *belle époque* brasileira. Além do filme cantante constituir, por si mesmo e com seus inovadores recursos técnicos, um artefato-símbolo da modernidade, seu enredo ocorria num cenário urbano de grandes bulevares, os personagens distinguindo-se por seus comportamentos elegantes, associados a uma etiqueta europeia, todos convivendo numa atmosfera de refinamento social. Era uma pitoresca emulação do novo *modus vivendi* mundano da *belle époque* europeia. Mas, como toda emulação, tinha também algo de artificial: por trás da fachada de um novo universo, havia a outra realidade do país que, impertinente e teimosa, insistia em sobreviver.

O FIM DA *BELLE ÉPOQUE*

“Hei de ter sempre a mentalidade de 1903: rua estreita, bonde de burro, casa de pasto, piada do Emílio de Menezes.” A frase irônica é do crítico e escritor Agripino Grieco e sintetiza de forma eloquente o fim de uma época e o começo de outra no cenário urbano do Rio de Janeiro. As ruas estreitas não desapareceram completamente, mas começaram a dar lugar às grandes avenidas. Mais ou menos na mesma época, os bondes com tração animal foram rapidamente substituídos pelos bondes elétricos. Ninguém mais usava a antiga designação, de leve sotaque lusitano e colonial, “casa de pasto”, mas sim a mais moderna e francesa: *restaurant*. As piadas de Emílio de Menezes… Bem, essas demoraram um pouco mais para desaparecer, mas gradativamente tornaram-se um tanto *démodés*, com seus trocadilhos criativos e tiradas de humor parnasiano.

O cenário todo era permeado de um entusiasmo coletivo pelas inovações tecnológicas, como no registro sensível do cronista:

> *Anteontem […] vindo pela praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar.*
>
> *Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passam por cima da gente que ia*

no meu bonde, com um ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele aquela convicção de que inventara não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, se lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho eu para lhe dar em troca? (Machado de Assis, crônica de 1892 publicada originalmente na coluna "A Semana", da *Gazeta de Notícias*. Ver: Assis, 2006).

A pena sensível do escritor registrava a gloriosa alegria do homem comum com a introdução da eletricidade em contraste com a própria inutilidade do artista em face dos brasileiros mais comuns — ali representados pela figura do embevecido condutor do bonde. "Que tenho eu para lhe dar em troca?" — era a percepção da profunda impotência do artista e do hiato intransponível entre o país pensado pela cultura e o país real.

Seja como for, pela nostalgia oblíqua de Agripino Grieco ou pelo desencanto cético de Machado passavam as mudanças no ambiente cultural do país. O novo cenário inaugurava, de forma um tanto tardia, a entrada do Brasil na sociedade cosmopolita e mundana da *belle époque*. Uma época que nascera da revolução científico-tecnológica que, com base na aplicação de novas fontes de energia — eletricidade e derivados de petróleo — e das inovações científicas aos processos produtivos, deflagrou uma alteração completa da vida humana em escala global nas três últimas décadas do século XIX. A vida mundana foi uma das peças desse cenário a entrar no Brasil pela porta do Rio de Janeiro, a capital do país e a caixa de ressonância dos conflitos nacionais.

No ano da estreia de *Paz e Amor*, a vitrine mundana do país na *belle époque* já estava praticamente pronta: só se falava em *up-to-date*, *dernier cri*, *smart* e *à la plage*... "De uma hora para outra, a antiga cidade do Rio de Janeiro desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia", registrou o sensível Lima Barreto, em 1908, relembrando o real significado das reformas urbanas, pautadas por um cosmopolitismo de fachada e pela imitação do figurino europeu — e cujo ápice foi a brutal repressão de grupos populares durante a Revolta da Vacina, em 1904. Aliás, os decretos que determinaram a obrigatoriedade da vacina tornaram-se um pretexto para novas e inéditas regulamentações e proibições. Tudo o que lembrava o modo de vida tradicional tinha de ser suprimido, pelo menos da parte mais visível da cidade — a área central: os cortiços, os quiosques, os cafés-cantantes,

 o Carnaval dos blocos e cordões, dos batuques e pastorinhas — tudo tinha de ser tirado da vista pública, escondido por baixo do tapete da vida mundana. Em 1909, a polícia carioca proibiu o uso de fantasias de índio no Carnaval, alegando que os adereços escondiam armas e recomendando apenas "corsos elegantes com pierrôs e colombinas". Um decreto de 1906 regulamentava até os "arriscados" banhos de mar, estipulando horários, exigindo "trajes decentes", proibindo "ruídos e vozerias na praia e no mar" e determinando que as moças só poderiam "banhar-se acompanhadas de um funcionário do balneário".

Execução pública de músicas, naquele ano de *Paz e amor*, só as mais ufanistas como *A conquista do ar*, sucesso de 1902, que saudava o feito aéreo de Santos Dumont, em Paris. É certo que circulavam ainda outros sucessos populares como *O vatapá*, de Arquimedes de Oliveira e Bastos Tigre; músicas estrangeiras como *Valsa da viúva alegre* ou canções de timbre regional como *Ontem, ao luar*, de Pedro de Alcântara e Catulo da Paixão Cearense. Mas, como se sabe, decretos e proibições apenas reacendem a chama da desobediência e da atração para o interdito. Em alguns chopes berrantes (pequenos quiosques com algumas cadeiras ao redor de um gramofone), que sobreviveram em lugares mais distantes do centro, podiam se ouvir canções que, embora proscritas, foram gravadas pela Casa Edison, como a (sutilmente) pornográfica *Boceta de rapé*, cantada por Mário Pinheiro, ou, "uma das mais moídas" — assim se dizia na época — em gramofones colocados em lugares escusos, com o sugestivo título de *A pombinha de Lulu*.

Beirando o interdito, o proibido e o "feio" tratava-se de um universo que teimava em sobreviver, em aparecer, empanando o brilho e maltratando as ilusões daquela que seria a "bela época" brasileira. Mas podemos novamente recorrer ao famoso testemunho de Machado. Escrevendo sobre a rua do Ouvidor, em 1873, bem antes de ser transformada em vitrina, registrou: "Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto. O rosto da cidade fluminense é esta rua, rosto eloquente que exprime todos os sentimentos e todas as ideias." Em outro momento, no início de 1908, já pronta e instalada a vitrina mundana da *belle époque* brasileira, o mesmo escritor, numa de suas últimas visitas à livraria Garnier, ao lado de Manuel Bonfim, parou por momentos à porta, vendo passar a multidão, ansiosa, suada e apressada pela rua do Ouvidor. Olhando aquela infinidade de homens que iam e vinham sem trocar um olhar ou um cumprimento, naquela rua do Ouvidor tão diferente da que ele descrevera 35 anos antes, Machado sacudiu a cabeça, com tristeza : "— Fe… festa de estalagem… — disse, na sua meia-gagueira.

E, rápido, definindo a própria frase: — Todos dan...dançam e ninguém se conhece...” (apud Campos, 1954).

Machado de Assis morreu em setembro daquele mesmo ano. Com ele, morria também, de certa forma, a versão brasileira da *belle époque*.

A GUERRA DE 1914 E AS NOVAS APOSTAS NA CULTURA BRASILEIRA

Como já tenho dito, todos os nossos telegramas são de origem francesa e inglesa. De Roma, onde também temos um correspondente, começamos agora a recebê-los, mas redigidos em francês e com atraso que denota que não chegam senão através de rigorosa fiscalização.

Era assim que o jornalista Júlio Mesquita quase que se desculpava com os leitores, lamentando a falta de informações durante o período da Primeira Guerra Mundial que acentuou o isolamento do Brasil em relação aos países europeus (Mesquita, 1914). Apesar da forte integração mundial ocorrida nas décadas iniciais do século XX, a primeira grande conflagração global escancarava a realidade de um país que continuava ainda bastante subalterno, isolado, dependente — preso a uma retórica nacionalista e defensiva, que apenas acentuou-se durante o período bélico. “Quem é aquele mestiço sul-americano que me parece tão maçante nesta conferência?” Assim se referia o barão de Marschall, estadista inglês, a respeito do representante do Brasil na Conferência de Haia, que era nada mais nada menos que Rui Barbosa — o mesmo que, ao chegar ao Brasil, receberia o ufanista título de Águia de Haia (Tuchman, 1990).

Apesar de anedóticos, os dois exemplos — do jornalista e do diplomata — são bastante reveladores do efeito da guerra e da conjuntura europeia sobre as consciências dos intelectuais e artistas brasileiros. As gerações de artistas e intelectuais que apostaram nas transformações do país viam-se frustradas com tantas apostas perdidas; e, agora, olhavam para si mesmas como se estivessem erradas, tomando consciência da necessidade de trocar os filtros através dos quais enxergavam a realidade. Acentuando a percepção do crônico atraso e da permanência dos contrastes sociais e políticos do país, a guerra representou um divisor de águas na cultura brasileira do período de1889 a 1930.O impacto do conflito bélico foi mais forte em São Paulo, núcleo metropolitano da economia cafeeira que então já se mostrava capaz de rivalizar com a hegemonia cultural do Rio de Janeiro. O grupo de artistas que deflagraram o movimento modernista — no evento



Fotógrafo não identificado
Organizadores da Semana de 22 no hotel Terminus, em São Paulo
FOTOGRAFIA, FEVEREIRO DE 1922
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

chamado de Semana de Arte Moderna, realizado no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922 — contou com a simpatia inicial das elites políticas paulistas, dos seus jornais, dos seus salões e do seu desejo de uma arte refinada e *up-to-date*. Apesar do cunho restrito do evento, o modernismo desdobrou-se, nas décadas seguintes, em posições estéticas e filosóficas mais profundas, catalisadas em obras literárias e artísticas que ensejaram, afinal, uma mudança de rumos na cultura brasileira do período.

A arte moderna não é um instantâneo, em que o transeunte fica com o pé no ar. É uma fotografia animada, onde os bondes batem as campainhas, os automóveis buzinam, os corretores correm da bolsa ao telégrafo e as mulheres, lindas porque sabem se despir, olham e sorriem. — Rubens Borba de Moraes, *Domingo dos séculos*, 2007

A mentalidade modernista, com suas vanguardas, já estava a pleno vapor na maioria dos países avançados, antes da guerra de 1914. Mas, no Brasil, pelas razões já apontadas, ela foi acolhida por artistas e intelectuais apenas na década de 1920. Romper bruscamente com a tradição e reinventar a história foi o propósito utópico da mentalidade modernista que, com seu fascínio pelas heresias culturais, expandiu-se e universalizou-se no mundo ocidental no início do século XX. Recomeçar do zero. Este era um projeto quase universal da cultura modernista, na sua ansiedade por encerrar definitivamente a *belle époque* e sepultar, por entre os tristes escombros da guerra, fragmentos daquele projeto liberal, igualmente utópico, de uma grande comunidade internacional, autorregulada pelas mãos invisíveis da perfeição e da harmonia. Forjar novas significações a partir da ruína de noções antigas da linguagem, instaurar um grande divisor de águas entre o passado e o presente, entre a arte de antes e a arte de agora, em suma, instituir a descontinuidade, essa categoria que tão bem caracterizou os olhares modernistas. Futurismo, dadaísmo, surrealismo, expressionismo buscavam superar de vez os códigos estéticos chamados "realistas" e captar as imagens frementes de uma nova era da velocidade, dos esportes, da ação e da técnica.

Romper com a tradição e recomeçar do zero não era fácil porque, seguindo a clássica conceituação de James McFarlane, o modernismo tinha de partir de duas visões de mundo diversas e que o século XIX mantivera separadas — a visão mecanicista e a visão intuitiva. Daí a tentativa, nos quadros da estética modernista, de fusão explosiva entre razão e instinto, intelecto e emoção, objetivo e subjetivo. "Nossa ideia do tempo como continuidade numa linha reta e eterna mutilou brutalmente nossa consciência", escreveu D. H. Lawrence em 1915, resumindo as ambiguidades inerentes a essa revolução na imaginação cultural que convencionamos rotular de modernismo (McFarlane, 1989). Situada entre a renúncia ao intelectualismo das abstrações racionais e a procura das emoções emanadas do contato com a vida, tornava-se difícil reconhecer fronteiras muito definidas entre o racional e o irracional, nessa busca modernista por uma nova forma de conhecimento.

MODERNISMO NO BRASIL: REINVENTAR A HISTÓRIA?

Eu sou um encalacrado que fala num Congresso de encalacrados. — Oswald de Andrade, fala no Congresso dos Lavradores, 1928.

Ruptura com a tradição, condenação da estética passadista, ênfase na descontinuidade, busca ansiosa de novos procedimentos cognitivos também marcaram o clima cultural do modernismo no Brasil. Para os brasileiros, a ruptura com a tradição implicava responder aos desafios que o peculiar cenário histórico brasileiro apresentava após a Primeira Guerra Mundial: o que significava ser moderno e como atingir a modernidade? Como construir a *nação* em uma realidade cada vez mais paradoxal, infinitamente variada, regionalmente diversificada e, sobretudo depois da Primeira Guerra, indefinida em termos de futuro? Como libertar a sensibilidade cultural brasileira do peso do seu passado colonial, rural e escravista?

Nos movimentos, manifestos e declarações de princípios que se desdobraram do movimento de 1922 é possível discernir dois caminhos: o primeiro, mais imediatista, enxergava a modernidade como uma espécie de ordem universal à qual se teria acesso de forma imediata pela simples adoção de procedimentos considerados modernos. Nesse sentido, 1922 foi um momento "de atualização da inteligência artística nacional", como tão bem diagnosticou Mário de Andrade, um dos seus nomes mais notáveis. Bastava acertar o atrasado relógio brasileiro ao relógio universal das nações cultas. Foi a fase da euforia dos artistas e intelectuais com linguagens, temas e técnicas flexíveis da estética europeia de vanguarda; desvario, velocidade, simultaneísmo, perplexidade com o novo, seduções futuristas e desprendimento em criar, por imitação, uma literatura tributária da tecnologia e do cenário das recentes urbanidades. Reacenderam-se e reavivaram-se, nesse momento ingênuo e iconoclasta, os mitos do Brasil como "país novo" ou da "civilização jovem": "Se o passado nos condena, o futuro é sempre promissor", exclamava um dos escritores mais exaltados do período, Menotti Del Picchia, em 1923. Os intelectuais desse primeiro momento modernista interpretaram o mundo do pós-guerra como uma confirmação parcial da análise de Oswald Spengler, que em *A decadência do Ocidente* (1918) prognosticou como irreversível a marcha dos acontecimentos, de leste a oeste, da velha Europa na direção da jovem América. Para os modernistas brasileiros, entusiastas do primeiro momento, o Brasil aparecia-lhes como o organismo sadio e jovem enquanto a Europa representava o mundo decadente que deveria ser substituído, no futuro, pela América triunfante.

O segundo caminho presumia que o acesso ao mundo moderno se daria por meio de uma mediação via *entidade nacional* — uma criatura, original e singular — implicando, portanto, um mergulho mais profundo na realidade do país. Por essa outra ótica, o Brasil era apenas uma parte do concerto internacional e, portanto, precisava descobrir sua própria identidade, especificidade e singularidade. Os intelectuais também se afirmavam numa luta contra as versões tradicionais que até então caracterizavam o conhecimento da realidade brasileira.Procurando sepultar a imagem do Brasil expressa na estética passadista, os intelectuais dos anos 1920 estavam empenhados na modernização do país, o que implicava uma operação de "redescoberta" ou "reinvenção". A nação deveria ser compreendida como *parte*, passando a compor uma totalidade no "concerto internacional". Mário de Andrade, talvez o intelectual mais representativo dessa geração, dizia, numa frase que ficou famosa: "Precisamos ser nacionais, para que possamos ser universais." Ou seja, sendo apenas uma parte desse jogo, precisávamos descobrir a nossa própria identidade: o universal deve ser atingido por meio do particular. O particular seria uma propriedade intrínseca, no caso, a especificidade da cultura brasileira, a *brasilidade*, enfim (Moraes, 1978).

Ao delinear-se esse segundo caminho, que caracterizou o "segundo tempo modernista", a partir de 1924 podemos vislumbrar com mais clareza o desafio crucial de uma reinvenção da história brasileira. Iniciando-se em 1924 e prolongando-se para além do período tratado neste capítulo, essa época foi marcada por uma produção cultural extremamente rica. Foram obras de arte, livros, poemas e filmes caracterizados por um intenso desejo modernista de compreender o Brasil, de repensá-lo, rejeitando as teorias colonizadoras e todas as explicações de cunho determinista — clima, raça, miscigenação — que ainda pesavam sobre a compreensão do país. Paulo Prado, Guilherme de Almeida, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Villa-Lobos, Victor Brecheret, Cândido Portinari, Murilo Mendes e Humberto Mauro — todos produziram narrativas brilhantes, sólidas, paradigmáticas, pequenas obras-primas da história brasileira, mas também engendraram significados e sentidos diversos, ou ainda, desdobramentos políticos peculiares. Para além das suas diferenças, todos os registros caracterizavam-se por um desejo angustiado de compreender o Brasil, de repensá-lo, resgatando todas aquelas hipotecas deterministas e racistas que pesavam sobre a compreensão do país na cultura pré-Guerra.

Foi, portanto, essa ansiedade pela descoberta da *brasilidade* que conduziu a uma profunda necessidade de rever o passado, a uma revalorização

 do conhecimento histórico, a uma reinvenção da história. O universal dilema modernista de "começar do zero" e buscar novas formas cognitivas por meio de uma combinação circunstancial de razão e sensibilidade estaria por trás desta reinvenção brasileira da história, enchendo-a de novos desafios e contradições. Reinventar uma história não levaria à reiteração de novos compromissos com a racionalidade? Novas projeções de futuro seriam inventadas? Como apreender aquela realidade brasileira, fugidia e pouco sedimentada, sem novos determinismos intelectualistas?Apreendê-la pela razão ou pela emoção? Decifrá-la pela ciência ou pelo mito? Retratá-la pelo controlável diagrama da abstração ou pela anárquica figuração da vida? Através de uma formulação de uma "teoria do conhecimento da vida nacional"? Ou, ao contrário, por meio da intuição imediata, do ensaio sintético, da sublimação ou fuga da racionalidade?

MODERNISTAS ANTIGOS E MODERNISTAS MODERNOS

Estas são as questões de fundo, subjacentes a uma reinvenção da história pelos artistas e intelectuais modernistas no Brasil. Todos buscavam uma síntese que incluísse, filtrasse e integrasse, como num caleidoscópio cubista, elementos históricos, populares, modernos e nacionais. E, cada uma à sua maneira, escolheu um desses caminhos. É por isso, como reconhece a ampla bibliografia sobre o tema, que a partir de 1924 vemos o modernismo cindir-se nas mais variadas posições, sobretudo no que se refere às diferentes formas de apreensão da identidade nacional.

Uma das primeiras polêmicas pode ser resumida na palavra *regionalismo*. O regionalismo seria um óbice à modernização da cultura brasileira ou um catalisador da verdadeira identidade do país? *Raça*, de Guilherme de Almeida, publicado em 1925, e o lançamento da revista *Terra Roxa e Outras Terras*, no ano seguinte, constituem marcos desse primeiro foco de divisão entre os intelectuais modernistas. É do primeiro número da revista (de 20 de janeiro de 1926) a observação notável de Sérgio Milliet sobre *Raça*:

> *[...] ele conseguiu, ainda, deslumbrar, embebedar de santa poesia os leitores mais exigentes [...]. É que ele tocou na corda musical: na nossa brasilidade [...] Pode-se criticar* Raça*, sob o ponto de vista mesquinho dos modernismos franceses e italianos. Eu nego, porém, qualquer valor a essas críticas, porque o nosso modernismo tem de ser diferente. E Guilherme é profundamente brasileiro. Digo*



Fotógrafo não identificado
Villa-Lobos – foto dedicada ao senador e mecenas José de Freitas Valle
FOTOGRAFIA, 1925
ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

mais: paulista. [...] Isso não é um defeito, porque só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu país.

Mário de Andrade criticou a opinião de Milliet por considerá-la "heroica, grandiloquente" e excessivamente paulista. A polêmica foi apenas uma amostra das posições que serão assumidas em relação à definição da brasilidade. De um lado, os verde-amarelistas — para os quais São Paulo representava o cerne da nacionalidade — difundiam, por meio de uma operação mais

intuitiva e sintética, uma noção mitológica da história brasileira. Argumentavam que São Paulo, com sua original configuração geográfica — com os rios fluindo em direção ao interior —, possibilitou, através da epopeia das entradas e bandeiras, o descobrimento do verdadeiro Brasil, de índole primitiva, o "Brasil rural". Talvez o maior ícone dessa vertente seja o *Monumento às Bandeiras*, de Victor Brecheret, definido pelo memorial que acompanha a maquete como o "monumento ímpar da epopeia paulista".

De outro lado, outros intelectuais críticos dessa posição assumiram uma perspectiva mais analítica, substituindo o conceito de "raça" pelo de "cultura", e vocacionados a uma pesquisa profunda da história brasileira. Foi o caso de Paulo Prado com seu *Retrato do Brasil* que, embora assumisse a atitude plenamente intuitiva do ensaio, começou por reconhecer que "o Brasil, é sim, o reino da mestiçagem". De qualquer forma, a troca do conceito de *raça* pelo de *cultura* fica clara no próprio subtítulo de *Macunaíma*, de Mário de Andrade: Macunaíma é *herói de nossa gente* e não "herói de nossa raça", como queria Guilherme de Almeida. Para esse grupo de modernistas, em que podemos incluir também Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, menos do que a origem étnica, importava a totalidade cultural em que se inseriam índios, caipiras, sertanejos, negros, mulatos, cafuzos, mazombos e, até mesmo, brancos. Esse culturalismo, de difusas raízes antropológicas, fontes e resultados variados — Franz Boas em Gilberto Freyre, Lévy-Bruhl e Frazer em Mário de Andrade, historistas alemães em Sérgio Buarque —, conduzirá a uma reinterpretação do passado brasileiro. Não importa que todos seguiam a maré do modernismo europeu e suas simpatias pela *art nègre*, pela África ou pelo jazz afro-americano. Reinventar a história implicava, nessa vertente do ideário modernista, voltar ao primitivo, intuir o inconsciente, definir o próprio éthos — retratar o Brasil significava também descobrir suas raízes.

Se esses intelectuais criaram uma tradição mais analítica de reinvenção da história, o mesmo não ocorreu com os verde-amarelistas, que entabularam um diálogo ambíguo com a tradição cultural. Seguindo a mais epidérmica sensibilidade modernista, rejeitavam a tradição do Brasil parnasiano, mas apegavam-se a uma tradição que transcendia a própria história, buscando construir uma nova espécie de mito das origens. Para esses autores, que se expressaram depois em inúmeros manifestos públicos, a tradição era exorcizada, e a história paralisada pelo mito. Posição contrária pode ser vislumbrada no vasto esforço de pesquisa musical, etnológica e folclórica de Mário de Andrade, ou mesmo de Villa-Lobos. Mário pensava em uma "tradição móvel", que atualizava as manifestações da cultura popular

 no tempo presente — condição única para retirar a *brasilidade* da metafísica, recolocando-a no dinâmico fluxo da história. Também veríamos, já sob a forma mais sofisticada da historiografia, a realização dessa mesma aspiração em Sérgio Buarque de Holanda, pois era necessário conhecer e definir as raízes profundas da história brasileira para saber extirpá-las e semear o futuro. Por aí percebemos os caminhos pelos quais passava o dilema de uma reinvenção da história nos olhares modernistas brasileiros.

Assumindo aquele lado mais irracional do imaginário modernista, os verde-amarelistas bateram-se contra o espírito frio, analítico, incapaz de criar, de intuir, de entrar em comunhão profunda com a *brasilidade*; esses artistas e intelectuais procuraram "reinventar" a história menos através de uma reinterpretação do tempo e mais por meio de uma reinterpretação mítica do espaço e da geografia. É assim que o mapa do Brasil tomou a surpreendente forma de uma harpa num dos poemas de *Martim Cererê*, publicado em 1928, por Cassiano Ricardo. O arremate veio na *Geografia sentimental*, de Plínio Salgado, publicada na mesma época, em que ele escreve: "A pátria, nos outros países, é uma coisa feita de tempo; aqui é toda espaço. Quinhentos anos quase não é passado para uma nação. Por isso, nós a compreendemos no presente, na síntese prodigiosa do nosso país." Assim Plínio Salgado definia a brasilidade em 1927: mais pela reinvenção poética da geografia do que pelo estudo profundo da história, concebendo o mapa do Brasil no grande e único poema nacional. Pode-se antever aqui não apenas a veiculação do mito ufanista do país novo, mas o desdobramento do lado irracional do modernismo, aquele que eclipsou a razão, turvou as mentes e forjou mitos de mobilização política, conduzindo a desdobramentos políticos nefastos.

Ambiguidades inerentes ao imaginário modernista, às quais os brasileiros não escaparam. Já em anos posteriores, a obra de Portinari pode ser vista como uma retomada do figurativismo e uma redescoberta do povo brasileiro, embora também viesse prenhe das mesmas ambiguidades modernistas, impostas pelos desafios apresentados pela reinvenção da história. É o que se revela no depoimento posterior de Mário Pedrosa, ao acentuar a ambivalência na obra do pintor entre o plástico e o abstrato: "Portinari tende a buscar, e buscará sempre, constantemente, uma síntese fugidia, dramática em sua precariedade, entre o plástico e o abstrato, entre o puro pictórico e a vida. Esse dualismo deu o drama à sua obra anterior. Dá à obra atual. E continuará a dar à sua obra futura" (apud Cavalcanti, 2001).

Marinheiros nas cenas da descoberta da terra, bandeirantes em meio a um cenário exótico de cotias e tamanduás, seja qual for o mote temático, Portinari retorna sempre à "necessidade nacional". Essa "necessidade

nacional" — a mesma *brasilidade*, afinal — que Mário de Andrade só vem reafirmar, em seu comentário de 1942: "Se é certo que Portinari parte sempre da Natureza para encontrar a forma, não é menos certo que em cada forma achada ele encontra o Brasil."

A reinvenção da história passava também pela paródia e pelo humor. Pelo humor com alvos bem escolhidos, diferente, portanto, do ceticismo universalista e desenganado de Machado de Assis. Como os poemas telegráficos de Oswald de Andrade: "Contra as histórias do homem que começam no Cabo Finisterra. O mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem César." Também é assim nos inúmeros poemas-piada e no humor intrínseco às criações modernistas, das quais temos aqui o fascinante exemplo de Murilo Mendes, com sua *História do Brasil*, publicada em 1932. No poema-piada "Prefácio de Pinzón", Murilo Mendes refere-se à antiga discussão da descoberta espanhola do Brasil, por Vicente Pinzón, que teria antecedido à de Cabral. Trata-se de uma sátira, toda cifrada, ao documento fundador da história brasileira, a Carta de Pero Vaz de Caminha, que, no poema, é chamado jocosamente de "jornalista", sendo Cabral o Arquimedes da terra, já que este último, por antonomásia, virou sinônimo de *descobridor*, no imaginário coletivo brasileiro. Ou a definição, tornada célebre pelo seu poema-piada "*Homo Brasiliensis*: o homem é o único animal que joga no bicho". A paródia desmonta a narrativa histórica, embaralha o que se pretendia categorizado, inclusive os tempos e as cronologias; desmistifica os heróis e busca, afinal, na mesma chave da reinvenção modernista, o fundo mais autêntico da história brasileira.

Mário de Andrade, num doloroso balanço existencial e histórico do modernismo em 1942 dizia: "Eu creio que os modernistas da Semana de 1922 não devemos servir de exemplo a ninguém. Mas podemos servir de lição."

SERVIR DE LIÇÃO, A QUEM?

Os dados de uma sociologia da difusão cultural no período são quase inexistentes, mas os poucos estudos remanescentes mostraram que os chamados bens culturais, incluindo o objeto *livro*, ainda continuavam restritos aos "produtores de elite". Em vez dos 84% de analfabetos no período anterior à guerra, em 1920 a taxa caiu para a ainda impressionante cifra de 76%. As tiragens dos livros, por exemplo, continuavam reduzidíssimas: até 1926, os livros de ficção mais vendidos no estado de São Paulo foram *Urupês*, de Monteiro Lobato (8 mil exemplares, numa avaliação otimista), e *Alma cabocla*,

de Paulo Setúbal (6 mil exemplares, em duas edições) — claro, depois de "manuais"como *Almanaque agrícola brasileiro* (48 mil exemplares em duas edições) e *Vademecum do criador de porcos* (10 mil exemplares, em duas edições).

Em 1925, um articulista da revista *Paratodos* definiu o homem de letras no Brasil como "um homem que também escreve" e, comparando as duas gerações de escritores, anteriores e posteriores à guerra de 1914, ressaltava, ironicamente, os outros dois lados da produção do livro: o editor e a indústria gráfica, que acabaram por ser decisivos no pequeno surto editorial brasileiro no final dos anos 1920. "Na velha geração, Coelho Neto foi professor, deputado e diretor da Escola Dramática Municipal. Na geração nova, Benjamin Constallat fornece leite aos habitantes de Paquetá e é dono de uma tipografia. Cito os dois porque, em todo o caso, são os que, escrevendo também, mais conseguem do que seus companheiros antigos e modernos."

E o articulista conclui, ampliando o dramático diagnóstico da indigência editorial: "Aqui, uma obra que tira 3 mil exemplares é um caso sério. E mais sério ainda, quando o autor recebe o dinheiro do editor [...] Aí é que é sério mesmo [...]" (*Paratodos*, 3 jan. 1925, n. 326).

A ironia por meio da qual os modernistas apontavam a inutilidade da literatura dos parnasianos ou de um Coelho Neto pareceu funcionar, muitas vezes, como uma atitude de recalque das suas próprias angústias e dilemas. Veja-se, por exemplo, António de Alcântara Machado, que num artigo do *Jornal do Commercio*, de 1927, se atormentava com a inexistência de leitores, escrevendo:

> [O brasileiro] *não lê mesmo. É inútil. Não há meio de obrigá-lo a abrir um jornal quanto mais um volume. Vê lá se ele cabe nessa asneira. Não tem tempo para perder com bobagens. Isso de ler é coisa que não rende. Antes seguir a dezena do elefante três meses seguidos. Ao menos a gente se arrisca a abiscoitar uns cobres.*
>
> *Sujeito lido é sujeito pedante. Metido a irônico. Sabe falar francês. Caçoa do próximo. Cita Olavo Bilac. Tem diploma. Faz discursos. Amola os outros.*
>
> *E, depois, que diabo, já não chega um Rui Barbosa? Para que mais? Francamente... Por isso mesmo apesar de tudo não deixa de ser heroico o esforço de um Coelho Neto. Há não sei quantos anos que o homem vem escrevendo como um danado. Já jogou na rua cento e tantos volumes nunca lidos. E não desiste. E continua a produzir. Como um banco que emitisse notas sem circulação. É fatal e iminente a falência* (Machado, 1983).

Mas, a falência — parece — era de todos. Ou pelo menos era sentida por todos. Já que publicar livros ou ser escritor era atividade que nem auxiliava

na subsistência material nem fazia sequer o escritor sentir-se útil. "Antes seguir a dezena do elefante três meses seguidos" — a referência do cronista ao jogo era apenas uma sutil lembrança de que a cultura do povo brasileiro seguia seus próprios caminhos, à revelia dos circuitos cultos, assimilando aquela modernidade canhestra ao seu próprio cotidiano popular e musical, doravante alterado em sua rotina pela audição dos primeiros discos gravados ou ao assistir aos primeiros filmes mudos.

A SINTAXE SILENCIOSA E O BARULHO RITMADO DA CULTURA BRASILEIRA

O chefe da polícia
Pelo telefone mandou me avisar
Que na Carioca tem uma roleta
Para se jogar.

Esses primeiros versos de *Pelo telefone*, canção interpretada por Donga (Ernesto dos Santos, 1889-1974) e tido como o primeiro samba urbano gravado no país, continha todos os ingredientes da modernidade — mas de uma modernidade com aquele balanço bem brasileiro. Pelo aparelho inédito, o telefone, é o próprio chefe de polícia que avisa que no largo da Carioca há uma roleta de jogo. Pressões posteriores fizeram com que a letra sofresse uma pequena alteração: "chefe da polícia" virou "chefe da folia", numa referência ao Carnaval — já que a mesma canção foi sucesso na festa de momo de 1916.

Embora as interpretações sejam controversas, a palavra "samba" designava, já no século XVII, o local onde pessoas do povo se reuniam para festejar eventos sociais, com a formação de dançarinos numa roda, com um cantor solista e um único verso, acompanhado por um refrão coral. Apesar das variações geográficas, essa forma de festa popular era praticada na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. *Pelo telefone* nada tinha do contexto rítmico daquilo que depois seria chamado de "samba": parecia mais uma colcha de retalhos de motivos folclóricos das diversas regiões do país. Foram os artistas do Estácio que criaram, no dizer de um deles, Ismael Silva, um "samba de sambar", de andamento diverso, de cadência muito mais marcada. Embora as explicações sejam controversas, foram os escravos libertos vindos do vale do Paraíba que trouxeram, através do jongo, o ritmo inicial da batucada nas festas populares. De qualquer forma, quando ocorreu a transcrição para o disco — primeiro no formato mecânico e depois

no formato elétrico —, os elementos coreográficos, religiosos e de convívio social foram obviamente eliminados e o "samba" virou apenas a referência a uma única modalidade de canção (Sandroni, 2001; Franceschi, 2010).

Temos aí algo que pode ser considerado exemplo de uma das singularidades da cultura brasileira no período: a passagem de uma cultura predominantemente oral quase que diretamente para uma cultura marcada pelos modernos meios da nascente indústria cultural.

Seja como for, a sonoridade brasileira passou a ser um universo em que sempre predomina o ritmo. Assim a definiu, sem mais delongas, J. Martins: "A música brasileira se apoia no ritmo. Ela é oferecida como texto, já que ritmo, para dançar, e texto, para pensar, são quase incompatíveis de se realizar simultaneamente e se excluem. Nossa música popular se realiza, pela falta de equilíbrio cultural, na direção da dança, do instinto, da fantasia e não da palavra" (apud Sandroni, 2001).

O ritmo, associado a um forte instinto de mobilidade e de improviso, também estava presente nos entretenimentos e nas atividades esportivas. Sobretudo no futebol, que encontrará a maior receptividade popular. Introduzido por Charles Müller em 1894, começou a ser praticado apenas pelas elites, em clubes surgidos nas principais cidades do país. Após a guerra, com o pequeno surto de industrialização, o futebol passou a fazer parte das horas de lazer de operários e das camadas populares, que utilizavam terrenos baldios e várzeas dos rios para jogar as "peladas", experimentando as primeiras gingas, dribles e chutes. Nesse período, jovens já ocupavam parte do seu tempo em jogos de futebol, muito provavelmente inspirados em Arthur Friedenreich (1892–1969), o futebolista mais famoso na época. Ele era uma espécie de sambista nato, embora escondesse que era filho de um alemão com uma negra. Em vez de seguir os padrões usuais de jogo, baseados na força física e na velocidade, Friedenreich usava o drible e o improviso para desvencilhar-se do adversário e marcar os gols. Em outros termos, o mais notável jogador de futebol daqueles anos utilizava-se de três recursos que a cultura popular brasileira já via como tacitamente familiares: o movimento da dança, o improviso corporal e o predomínio do ritmo (Rodrigues Filho, 1964; Mazzoni, 1950).

Samba e futebol — no remelexo daquela ética emotiva do humorismo — inauguravam uma sintaxe silenciosa da cultura nacional, um universo variado e diverso, móvel e flexível, quase sem conteúdo substantivo, caracterizado por uma unidade obstinada de sentimento que encurtava as profundas distâncias sociais do país. Para o bem ou para o mal e, até mesmo, para além da cultura letrada, nascia um Brasil *brasileiro*.

Publicado em 1928, após a ressaca das ondas vanguardistas de 1922, *Macunaíma* foi uma espécie de síntese catalisadora da cultura brasileira nesse período. Correspondeu inicialmente àquele mencionado anseio da arte modernista em compreender o Brasil rejeitando as narrativas intelectualistas, até então construídas a partir do clima, da raça ou da miscigenação. Tal anseio coincidiu com a maré geral do modernismo europeu, assimilando ritmos e imagens de todas as culturas não europeias, da África à América pré-colombiana, no qual o olhar etnológico ganhava um prestígio notável. Da *Língua dos caxinauás* de Capistrano de Abreu aos inextricáveis conjuntos folclóricos, o livro nutriu-se das fontes mais díspares, entre as quais a mais direta foi o Makunaima das tribos da Venezuela amazônica, lenda colhida na obra etnográfica de Koch-Grünberg, de 1923.

A visada etnográfica não eliminou o fluxo histórico, mas colocou o tempo entre parênteses. Ao retirar todas as essências da brasilidade restava, ao modernista Mário de Andrade, algo mais incômodo — se bem que mais autêntico: o fluxo do tempo que é o fluxo impermanente da própria vida, sujeito à constante reinvenção. A procura obstinada do muiraquitã, um prodigioso amuleto indígena, correspondia metaforicamente a uma busca de outras veredas lógicas, diferentes dos modos cognitivos vigentes. Como o próprio Mário de Andrade escreveu: a falta de lógica do herói é um traço nacional, porque "como sucede com todos os outros povos sul-americanos, a nossa formação não é espontânea, não é, por assim dizer, lógica". Mas, no caso brasileiro, colocar o tempo entre parênteses implicava diluí-lo no espaço e Macunaíma, sem mapa nem bússola, parte para o seu périplo maluco num país imenso, desgeografizado, no qual todo deslocamento espacial é um deslocamento temporal. "Quem vive na linha Rondon facilmente se imaginaria na Lua", escreveu Lévi-Strauss, alguns anos depois da publicação de *Macunaíma*, ao narrar suas expedições etnográficas nos sertões mato-grossenses, sentindo na pele a ausência de referências locais, a ruína de estradas e postes telegráficos, num misto de medo e secreta atração pela paisagem desconhecida e fascinante (Lévi-Strauss, 1996).

É assim que o "herói de nossa gente" vai buscar na natureza, na imensidão do país uma referência que servisse de esteio para a combalida identidade nacional. Começando a narrativa pela frase quase existencialista "Não vim ao mundo para ser pedra", passando, em seguida, pelos clássicos populares "Dandava prá ganhar vintém", "estar solto", "cair

fora", "pernas prá que vos quero", "Ir p'ro Cafundó do Judas", "Jogar no veado" (fugir), "Desatar o punho da rede" (fugir apressado); ou pelos rimados "Quem come jaraqui fica aqui/ quem não come se mand'aqui"; ou "Boa fuga é sem escarcéu/ serei expulsa voarei pró céu", que confluem, afinal, para o inevitável "quem falô num tá mais aqui", a obra é crivada de provérbios e frases feitas, todas coloridas pelo tom angustiante da mobilidade e do desenraizamento. Entre a infinidade de fios da oralidade que tecem os despistamentos narrativos de *Macunaíma*, destacam-se aqueles que trazem a vocação da mobilidade. Daí a sensação do etnólogo de "se estar na lua" ou, como Macunaíma, acabar num espaço mítico, preso na constelação da Ursa Maior.

Macunaíma borboleteia por um aglomerado de lugares distintos. Sobrevoando o país do alto, no tuiuiu-aeroplano, revela-se incapaz de se fixar, de eleger paisagens para transformá-las em símbolos coletivos. A própria ideia de fronteira, desdobrada na metáfora do "muitos como um" — através da qual a pedagogia nacionalista nivelava as particularidades dos processos culturais, canalizando as diferenças para a esfera da soberania nacional —, torna-se quase inútil, no tempo quase imóvel da rapsódia de Mário de Andrade. A narrativa filtrou o estranho da viagem, a instabilidade nômade, transformando-a em imagens fragmentadas, rapsódicas, que duravam o tempo de uma anedota, de um "causo" ou de um repente, mas que bem ou mal transformavam-se em relances de uma única identidade possível.

Macunaíma já foi lido de diversas maneiras, em múltiplas chaves, por inúmeros intérpretes, mas, à semelhança do herói que estudam, as linhas interpretativas não se excluem, unindo-se num formidável mosaico. Muito citado, muito lido e constantemente relido, mas — ainda e sempre — impermeável à compreensão. Talvez seja um sinal de que *Macunaíma* deva ser lido, por nós todos, cada vez mais, como um *clássico* — no sentido de Jorge Luis Borges, ou seja, com aquele "prévio fervor e misteriosa lealdade", pois a narrativa projeta nossa errância de lunáticos numa natureza que acreditamos infinita e exuberante, sugerindo que nossa cultura continua partindo do que falta, e não do que realmente existe no Brasil. Ou talvez deva ser lido não para servir de lição — como queria seu angustiado autor —, mas como espelho para a cultura brasileira mirar-se em surpreendente reconhecimento.

CONCLUSÃO

LILIA MORITZ SCHWARCZ
HISTÓRIA É SEMPRE RISCO

LIMA BARRETO — ESCRITOR NEGRO, PERTENCENTE A UMA CLASSE MÉDIA declinante e morador da periferia de Todos os Santos, bairro próximo ao charmoso e elegante Centro do Rio de Janeiro, à época capital federal — foi por muitos considerado espécie de termômetro nervoso do contexto da Primeira República. Denunciou como poucos as falácias da modernidade, a violência das práticas policiais, os costumes importados, as modas fúteis e os processos acelerados de exclusão social. Funcionário público, atuava como amanuense, um tipo de escriturário, na Secretaria da Guerra, depois de amargar fracasso na Escola Superior Politécnica e de sucessivas tentativas falhas de inserção no reluzente "clube da literatura", que nessa época passava as tardes nas confeitarias da antiga Corte. Arrimo de família, depois que a loucura do pai o tirou do trabalho, Lima Barreto escrevia quando e como podia. Não poucas vezes, usava seu tempo ocioso de funcionário público (emprego que tanto criticava) e o próprio papel timbrado da Secretaria para não deixar passar, ou esquecer, trechos de romances que lhe vinham à cabeça, ensaios acerca da situação da cidade ou textos de memória, nitidamente autobiográficos.

Como as folhas deveriam ser poucas e a imaginação muita, Lima escrevia no verso e no reverso dos papéis, ou recortava-os em tiras. Foi exatamente isso que aconteceu no caso do conto "O traidor". Na frente da folha, o escritor terminou seu conto e destilou toda a sua conhecida verve contra o Teatro Municipal, naquela altura, recém-inaugurado:

> *O Teatro Municipal é inviável. A razão é simples. É muito grande e luxuoso [...] Armaram um teatro cheio de mármores, de complicações francesas, um teatro que exige casaca, altas toiletes, e querem com ele levantar a arte dramática,*

apelando para o povo do Rio de Janeiro. Não se tratava bem de povo que sempre entra nessas coisas como Pilatos no Credo. Eternamente ele viveu longe desses; não tem mesmo notícia deles, e, se o tem, despreza-os totalmente.

Já no outro lado do papel, fez uma série de elucubrações acerca da vida e suas lembranças de infância, logo após a abolição da escravidão:

Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na convivência de todos a sua injustiça originária. Quando eu fui para o colégio, um colégio público, à rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado. A professora, d. Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de crianças, só uma coisa me ficou: Livre! Livre! Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos progressistas da nossa fantasia. Mas como estamos ainda longe disso! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis! [...] São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo. O tempo inflexível, o tempo que, como o moço é irmão da Morte, vai matando aspirações, tirando perempções, trazendo desalento, e só nos deixa na alma essa saudade do passado, às vezes composto de fúteis acontecimentos, mas que é bom sempre relembrar. Quanta ambição ele não mata. Primeiro são os sonhos de posição, os meus saudosos; ele corre e, aos poucos, a gente vai descendo de ministro a amanuense; depois são os de amor — oh! Como se desce nestes! [...] Viagens, obras, satisfações, glórias, tudo se esvai, e esbate com ele. A gente julga que vai sair Shakespeare e sai Mal das Vinhas; mas tenazmente ficamos a viver esperando, esperando... O quê? O imprevisto, o que pode acontecer amanhã ou depois; quem sabe se a sorte grande, ou um tesouro descoberto no quintal? (manuscrito, FBN)

Dizem que quem conta um conto aumenta um ponto e não seremos nós a colocar um final nesse desabafo e muito menos no volume. Afinal, como toda história guarda um processo, essa continua Estado Novo adentro, o qual, de alguma maneira, deu feição e forma ao processo de institucionalização que então se iniciou, assim como às diferentes formas de cidadania e de experimentação do modernismo. Mas voltemos ao belo texto de Lima Barreto, que guarda um tom cético e melancólico tão próprio dessa geração que acreditou demais na loteria de "um novo

tempo". Ele parece revelador de um ambiente que excede seu autor, sua posição social e perspectiva particular. Vale a pena, porém, começar por ela, uma vez que é possível dizer, sem medo de errar, que ser mestiço ou negro significava, nesse momento, um obstáculo forte a cercear a utopia republicana da igualdade e da cidadania, e, ainda mais, de autonomia intelectual. Aí reside o dilema de certos intelectuais negros que tentavam combater o racismo científico, mesmo que recorrendo politicamente à noção de raça. Autores como Luís Gama, Manuel Querino, José do Patrocínio, André Rebouças, Lima Barreto, raros nesse contexto em que "apagar a cor" era medida cautelosa e necessária, acabaram por viver em permanente dilema, conflito e contradição entre a projetada inclusão e a realidade da exclusão social. Por outro lado, não poucas vezes, intelectuais como ele tentaram diferenciar-se de seu grupo de origem, por vezes declarando uma situação educacional e formação ímpares; por vezes lembrando seus feitos como escritores, jornalistas ou ativistas sociais. Há, pois, um movimento de aproximação e distanciamento importante a anotar; uma espécie de identidade partida, tal qual o sociólogo Paul Gilroy definiu quando tratou dessa espécie de "diáspora negra", tão própria dos países que vivenciaram longo processo de escravidão.

Mas o documento representa mais. Quem sabe sirva como testemunho do ambiente que assolou boa parte da intelectualidade brasileira de inícios do século, cada vez mais descrente dos destinos dessa nação; entregue primeiro aos militares e depois a presidentes civis, obrigados a vincular-se ao comércio agroexportador, em especial o café. Diante da inexistência de um presidente entendido como um verdadeiro representante da nação e diante de políticos que personificavam facções oligárquicas oriundas de seus partidos estaduais de origem, demorou a se impor a figura de um chefe de Estado que, de fato, exercesse a soberania no país, ou que encarnasse os desejos do povo e fosse por ele reconhecido. Diante disso, reinou muito dissenso intraelites, manifestações de revolta social e política — como greves, luta contra carestia, aluguéis abusivos, analfabetismo —, ou a mera reação de oposição diante do que não se aceita ou tolera.

Na pena dos grandes intérpretes da época, entender o país passou a ser tarefa premente. E se alguns enalteceram nossa formação colonial e a importância do familismo em nossa sociedade, não poucos passaram a debater o predomínio do poder privado em detrimento do público, a vigência dos valores da intimidade por sobre as esferas oficiais propriamente ditas. O final dessa inversão perversa passava a ser, na visão desses outros autores, condição primeira para a entrada na modernidade.

 O fato é que não se chegou a um consenso à época, e também nós, por aqui, abrimos mão de fazê-lo. Não é o caso, igualmente, de realizar uma história de cunho evolucionista e que entende o devir apenas como superação e aperfeiçoamento. Se o período do pós-30 representou a efetivação de alguns projetos ainda embrionários — no que se refere à regularização das condições de trabalho, por exemplo — por outro lado, o modelo autoritário e depois ditatorial que se implantou com o Estado Novo pode ser visto, também, como um belo e retumbante retrocesso. Enquanto no plano da cultura, como bem mostrou o crítico literário Antonio Candido, procedeu-se a uma espécie de rotinização — nomeadamente na área da educação —, não se quer com isso supor um futuro marcado pelo cômodo e tentador "viveram felizes para sempre".

O importante é que o período da Primeira República comportou-se como uma reação e um desafio à longa e enraizada monarquia brasileira, que terminava seus dias em baixa e com a popularidade do imperador em alta. O regime estava falido, por certo, mas a figura de Pedro II se sustentava, assim como sua figura carismática. Foi difícil superar essa "realeza" real e mítica, ainda mais com um presidencialismo tão desacreditado. O fato é que a República teve uma primeira década dificílima, mas acabou vingando a partir da construção de um projeto que previu critérios de cidadania e de igualdade jurídica garantidos pelo novo Estado. Os obstáculos eram grandes; ainda mais em um país tão marcado por práticas de favor, de domínio pessoal e violência. Não se ultrapassa facilmente um sistema que prevê a posse de um homem por outro, apenas na base do decreto e da lei. Por isso, o processo foi marcado por rupturas e continuidades; mudanças e muita manutenção. Os anos 1930 representam assim um novo momento a solidificar e também rever ganhos e recuos da Primeira República.

Afinal, nada é assim previsível, como se história fosse conta de "dois mais dois são quatro". Mais ainda, nem tudo resulta em evolução única e ordeiramente prognosticada. Como dizia o Conselheiro Ayres, grande personagem da galeria de tipos impagáveis de Machado de Assis: "As coisas só são previsíveis quando já aconteceram."

LILIA MORITZ SCHWARCZ é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Escreveu, entre outros, *Retrato em branco e negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993), publicado pela Farrar Strauss & Giroux, Nova York, em 1999, e *O livro dos livros da Real Bibliotheca* (2000). Em 1999, recebeu o prêmio Jabuti de Livro do Ano por *As barbas do imperador: d. Pedro II um monarca nos trópicos* (1998), também publicado pela Farrar Strauss & Giroux. Em 2009, recebeu o Jabuti de melhor biografia por *O Sol do Brasil* (2008).

HEBE MATTOS é professora titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora da linha de pesquisa Memória, Escravidão e Cidadania do Laboratório de História Oral e Imagem dessa mesma universidade (<www.historia.uff.br/labhoi/escravidao>). Codiretora dos filmes historiográficos *Memórias do cativeiro* (2005); *Jongos, calangos e folias. Música negra, memória e poesia* (2007), *Versos e cacetes. O jogo do pau na cultura afro-fluminense* (2009) e *Passados presentes: o fantasma dos Breves* (2011). Autora, entre outros livros, de *Ao Sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo* (1987), *Das cores do silêncio: significados da liberdade no Sudeste escravista* (1995) e *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição* (2005, com Ana Lugão Rios).

FRANCISCO DORATIOTO é professor nos cursos de pós-graduação e graduação em história da Universidade de Brasília (UnB) e do mestrado em diplomacia do Instituto Rio Branco. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), com bolsa de produtividade nível 2. Mestre e doutor em história das relações internacionais pela UnB. Tem livros e artigos publicados sobre política externa e história militar brasileiras no século XIX, entre eles, *Maldita guerra* (2002) e *General Osório* (2008), da coleção Perfis Brasileiros.

GUSTAVO H. B. FRANCO é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Bacharel e mestre em economia pela mesma universidade e doutor (Ph.D) pela Universidade

de Harvard. Tem diversos livros publicados, entre os títulos mais recentes *Cartas a um jovem economista* (2010) e *Economia em Machado de Assis* (2007), mais de uma centena de artigos em revistas acadêmicas e colabora regularmente para jornais e revistas de grande circulação. Foi secretário de Política Econômica, diretor de Assuntos Internacionais e presidente do Banco Central do Brasil. Seus escritos podem ser encontrados no site <www.econ.puc-rio.br/gfranco>.

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio) desde 1979. Bacharel em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre pela Universidade de Duke e doutor (Ph.D) pela Universidade de Harvard. Foi chefe do Centro de Estudos Monetários e da Economia Internacional da Fundação Getulio Vargas (Cemei/Ibre) e diretor de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil. É autor e coautor de quatro livros e de dezenas de artigos acadêmicos. Participa também de conselhos de Administração e está ligado ao Grupo Lorentzen desde 1988, como diretor e conselheiro.

ELIAS THOMÉ SALIBA é professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), universidade onde concluiu o doutorado e a livre-docência. Especializado em história cultural, com foco na história do humor e das formas cômicas, entre suas publicações mais importantes estão os livros *Raízes do riso* (2002) e *As utopias românticas* (2003), além do capítulo que fez para o terceiro volume da coleção História da Vida Privada no Brasil, "A dimensão cômica da vida provada na República". Organizou, com outros autores, *História e música no Brasil* (2010) e *História e cinema* (2011).